



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

JULIA DA ROCHA PEREIRA

**SACERDOTES E PROFETAS DO PATRIMÔNIO URBANO NO BRASIL:**  
Consensos e dissonâncias no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do  
IPHAN (1990-2010)

Recife

2021

JULIA DA ROCHA PEREIRA

**SACERDOTES E PROFETAS DO PATRIMÔNIO URBANO NO BRASIL:  
Consensos e dissonâncias no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do  
IPHAN (1990-2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Urbano. Área de Concentração: Desenvolvimento Urbano

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Campello Cabral

Recife  
2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Lílian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

P436s Pereira, Julia da Rocha  
Sacerdotes e profetas do patrimônio urbano no Brasil: consensos e dissonâncias no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN (1990-2010) / Julia da Rocha Pereira. – Recife, 2021.  
221f.

Orientadora: Renata Campello Cabral.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2021.

Inclui referências.

1. Desenvolvimento urbano. 2. Patrimônio urbano. 3. Conjuntos urbanos. 4 Patrimônio cultural - IPHAN I. Cabral, Renata Campello (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2021-236)

JULIA DA ROCHA PEREIRA

**SACERDOTES E PROFETAS DO PATRIMÔNIO URBANO NO BRASIL:  
Consensos e dissonâncias no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do  
IPHAN (1990-2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutora em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 24/09/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Renata Campello Cabral (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Professora Doutora Virgínia Pitta Pontual (Examinadora interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Professora Doutora Natália Miranda Vieira de Araújo (Examinadora interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Professor Doutor Paulo César Garcez Marins (Examinador externo)  
Universidade de São Paulo

---

Professora Doutora Flávia Brito do Nascimento (Examinadora externa)  
Universidade de São Paulo

A Helena

## AGRADECIMENTOS

Desenvolver uma investigação por um período relativamente longo consiste, também, na conciliação das necessidades da pesquisa com os desafios que a vida nos coloca durante o compromisso assumido. Por isso, a “teia” que construí durante a elaboração da tese foi crucial para o seu desenvolvimento e conclusão.

Agradeço, inicialmente, à Capes, que me concedeu a bolsa durante dois anos e sete meses, possibilitando minha dedicação exclusiva à pesquisa. Ao CNPq, pela bolsa SWE-doutorado sanduíche, que viabilizou cinco meses de aprofundamento dos estudos sobre a tutela do patrimônio urbano nos contextos italiano e francês, propiciando uma visão mais crítica da experiência brasileira nos últimos anos.

A Renata Campello Cabral, pelas leituras atentas do trabalho, pelas sugestões, por favorecer o contato com a experiência italiana de tutela do patrimônio cultural, e pela orientação cuidadosa da tese.

A Andrea Pane, tutor do doutorado-sanduíche na Università Federico II, em Nápoles, que possibilitou a minha participação ativa na dinâmica acadêmica e institucional. À professora Giuseppina Mari pela gentileza, atenção e por todos os esclarecimentos prestados sobre a organização da tutela do patrimônio cultural na Itália. À professora Laurence Bassières por sua orientação e sugestões durante a pesquisa em Paris. Ao professor Claudio Varagnoli pela atenção e interlocução no período de pesquisa em Roma.

A Cinzia Celentano, Anna Migliaccio e Giovanna Russo Kraus pelo suporte durante a pesquisa institucional em Nápoles. Aos técnicos das Superintendências dos Bens Arquitetônicos, Paisagísticos, Históricos, Artísticos e Etnoantropológicos de Nápoles, de Roma e de Bari, os arquitetos Massimo Russo, Ugo Carughi, Maria Fratolilo, Marialuisa Mutslechner, Anita Guarnieri; e o advogado Giuseppe Palladino; e ao urbanista Vezio de Lucia, pelos aportes e esclarecedoras entrevistas concedidas durante o período de doutorado sanduíche. A Angela Treglia e Chiara Mattia pelo acolhimento, suporte e amizade em Nápoles.

Aos professores que contribuíram na construção do trabalho de forma mais direta, nas bancas de defesa de projeto e de qualificação. À professora Flaviana Lira pelas sugestões e ponderações na banca de defesa de projeto. À professora Virgínia Pontual pela interlocução nas disciplinas, no Laboratório de Urbanismo e Patrimônio – LUP, pelas contribuições nas

banças de avaliação da tese e pela motivação e acolhimento durante a minha gestação. À professora Natália Vieira pela possibilidade de aprender dividindo a sala de aula durante o estágio docência, pelo entusiasmo com a pesquisa, pela empatia e suporte durante a minha gravidez. Ao professor Paulo César Garcez Marins pela leitura cuidadosa, pelas importantes sugestões, considerações e pela interpretação atenta do meu trabalho. À professora Flávia Brito do Nascimento pela importante participação na banca final de defesa de tese e pelas contribuições que aprimoraram o trabalho.

Aos professores Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Ormino David de Azevedo e Márcia Genésia de Sant'anna pelas valiosas entrevistas concedidas.

Ao Arquivo Central do Iphan e ao Arquivo do Depam pela disponibilização dos processos de tombamento de conjuntos urbanos em meio digital. Aos funcionários das bibliotecas e arquivos consultados no Brasil, na Itália e na França.

Agradeço à professora Julieta Vasconcelos Leite pelo cuidado e comprometimento na condução da Coordenação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano -MDU/UFPE durante um período da minha pesquisa e estendo o agradecimento a todos que fazem o MDU/UFPE. Às professoras Ana Rita Sá Carneiro e Norma Lacerda, pela troca nas disciplinas ministradas. Aos colegas da turma M37D18. A Renata Albuquerque pelo suporte na secretaria do programa. Ao Laboratório de Urbanismo e Patrimônio – Lup, por promover a interlocução com pesquisadores do campo do patrimônio cultural.

A Joelmir Marques, pelo companheirismo e pela disposição em ajudar. A Lúcia Veras, pelas palavras generosas e motivadoras que sempre me estimularam a avançar, desde a graduação. Aos amigos Robson Canuto, Amanda Florêncio e Maria Reynaldo, com quem dividi as angústias da elaboração da tese. A Paula Gonçalves pelo suporte e atenção de sempre. A Hilário Pereira pela disponibilidade em ajudar e ao fotógrafo Pedro Motta : cessão da imagem que foi trabalhada graficamente para ilustrar a capa da tese.

Às quatro passarinhas que espontânea e simultaneamente me povoaram durante a elaboração e redação da tese e que contribuíram para minha transformação pessoal e profissional. A Helena, luz dos meus dias, por tornar tudo mais leve, inclusive a conclusão de uma tese.

A Rafael Marroquim, parceiro de vida e incentivador das minhas incursões acadêmicas, agradeço pelo suporte nestes anos, pelo amor e pela motivação diante dos desafios de elaboração da tese, pela leitura do trabalho, pelas discussões e pelos respiros.

A Maria Eduarda Mota Rocha, querida tia Dudu, por acreditar em mim enquanto pesquisadora, pelas mensagens motivadoras e alegres, pelas (re)leituras desta tese, pelo afeto e pelo cuidado que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais e irmãos, que foram parte da “teia” que viabilizou este trabalho e que me alimentou de afeto e motivação. Para além do suporte emocional, agradeço a Romero Teixeira Pereira, pelas discussões sobre patrimônio e seus agentes e pela concepção da capa do trabalho; a Silvana da Mota Rocha pela revisão cuidadosa e pelas sugestões enriquecedoras; a Sílvia da Rocha Pereira e Caio da Rocha Pereira pelo estímulo encorajador de sempre.

A Margarida da Mota Rocha, Vovó Iga, por me tranquilizar quando achei que não seria possível concluir este trabalho, diante dos inúmeros desafios que surgiram no curso de sua elaboração.

“Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi.” Tancredi em *Il Gattopardo*.  
(LAMPEDUSA, 2017, p. 51)

## RESUMO

As concepções de patrimônio urbano no Brasil foram analisadas, nesta tese, a partir das discussões no âmbito do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, entre os anos 1990 e 2010. Com o intuito de identificar as narrativas de seleção do patrimônio urbano brasileiro, foram avaliados os pareceres de tombamento dos conjuntos urbanos reconhecidos no período. A interpretação teve como fio condutor a atuação dos conselheiros, particularmente: Augusto da Silva Telles, Nestor Goulart Reis Filho e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. As contribuições desses agentes apresentam diferentes concepções de patrimônio urbano que ora ampliam, ora reiteram as práticas institucionais, apreendendo o espaço urbano como “homogêneo”, “todo” e “sistema” para sua interpretação enquanto patrimônio cultural. A investigação aponta para a presença de consensos e dissonâncias em torno do conceito de patrimônio urbano. Partindo da abordagem dos conselheiros que participaram ativamente do processo de identificação patrimonial, a tese procura contribuir para as reflexões sobre o complexo processo de tutela do patrimônio urbano no Brasil.

**Palavras-chave:** patrimônio urbano; conjuntos urbanos; Iphan; narrativas de seleção; patrimônio cultural.

## **ABSTRACT**

This thesis looks at how Brazil's national heritage agency IPHAN defined 'urban heritage' between 1990 and 2010 and how this shaped the identification and selection of assets to be granted protected status. It focuses on the reports produced by experts who formed part of IPHAN's advisory board, in particular Augusto da Silva Telles, Nestor Goulart Reis Filho and Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. Their different interpretations of what constitutes urban heritage sometimes is aligned with institutional practices and at other times go beyond them. Their approach to concepts such as 'homogeneity', 'totality' and 'system' in cultural heritage point towards consensus as well as divergence. By looking at the approach taken by these councillors who were central to the heritage identification and selection process, the thesis seeks to contribute to a better understanding of the complexities of urban heritage protection in Brazil.

Keywords: urban heritage; urban sets; Iphan; selection narratives; cultural heritage.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABC	Academia Brasileira de Ciência
ABCA	Associação Brasileira de Críticos de Arte
ABL	Academia Brasileira de Letras
ANCSA	<i>Associazione Nazionale per i Centri Storico-Artistici</i>
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECRE /UFBA	Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia
CESTA	Centro de Estudos Ameríndios
CF	Constituição Federal
CIHA	Comitê Internacional de História da Arte
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONDEPACC	Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
COPEDOC	Coordenação Geral de Documentação e Pesquisa do Iphan
CPODC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
CR	Coordenação Regional do Iphan
DAF	Departamento de Articulação e Fomento do Iphan
DECOF	Departamento de Cooperação e Fomento do Iphan
DEPAM	Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan
DID	Departamento de Identificação e Documentação do Iphan
DEPROT	Departamento de Proteção do Iphan
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan
EDUSP	Editores da Universidade de São Paulo
Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FAPESP	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAU/USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial do BNDES
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos

FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGHM	Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Iila	Instituto Ítalo Latino Americano
IMS	Instituto Moreira Salles
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPAC/SEC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
MAC/USP	Museu de Arte Contemporânea de São Paulo
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MDU	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
MHN	Museu Histórico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MN	Museu Nacional
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC-CH	Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas
PCH	Programa das Cidades Históricas
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEP	Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan
PFL	Partido da Frente Liberal
Plambel	Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PROJUR	Procuradoria Jurídica do Iphan
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PUC	Pontifícia Universidade Católica
PPSH	Plano de Preservação de Sítio Histórico
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Seplan/PR	Secretaria de Planejamento do Paraná
SINARQ-BA	Sindicato dos Arquitetos da Bahia
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SNPC	Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UBA	Universidade de Buenos Aires
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ULG	Université de Liège - Bélgica
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1	Três ideias e três agentes .....	30
2	<b>O CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	37
2.1	A composição do Conselho Consultivo, entre sacerdotes e profetas ....	47
2.2	Permeabilidade à participação social .....	65
2.3	Outros interesses .....	73
3	<b>O PATRIMÔNIO URBANO ENQUANTO HOMOGENEO</b> .....	82
3.1	O sacerdote Augusto da Silva Telles nas relatorias .....	82
3.2	A homogeneidade a partir do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Penedo, em Alagoas .....	98
4	<b>O PATRIMÔNIO URBANO ENQUANTO TOTALIDADE</b> .....	121
4.1	O profeta Nestor Goulart Reis Filho nas relatorias .....	122
4.2	O processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo.....	141
5	<b>O PATRIMÔNIO URBANO ENQUANTO SISTEMA</b> .....	164
5.1	O profeta Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan .....	164
5.1.1	Material e Imaterial .....	183
5.1.2	Tombamento ou Registro? .....	190
5.1.3	Chancela da Paisagem Cultural e as áreas urbanas .....	192
5.2	O Patrimônio Ambiental Urbano como possibilidade de integração das dimensões materiais e imateriais .....	198
6	<b>CONCLUSÃO</b> .....	204
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	209

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta inicial da tese aqui apresentada consistia na investigação de como a mudança de escala operava novas e outras formas de tutela do patrimônio urbano no contexto brasileiro contemporâneo, a partir da análise da prática institucional do Iphan. A pesquisa derivava, sobretudo, da minha inquietação após sete anos de atuação como arquiteta e técnica do Iphan na Superintendência do órgão em Pernambuco<sup>1</sup>. Muitos dos entraves relacionados à gestão dos conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos tombados pareciam ter como causa a ausência de uma compreensão específica da área urbana enquanto patrimônio.

A lógica adotada para o tombamento de edifícios foi, muitas vezes, aplicada ao reconhecimento de objetos de outra natureza e complexidade. Por isso, eu entendia que, por um lado, a adoção da mesma escala de análise para a identificação da área urbana enquanto patrimônio cultural resultava na utilização dos mesmos mecanismos de proteção, consistindo na causa/raiz dos grandes problemas de gestão das transformações das áreas urbanas tombadas no Brasil nos últimos anos.

Por outro lado, eu percebia que a passagem da interpretação na escala de análise do edifício para a escala urbana evidenciava, em muitos casos, diferentes formas de valoração do patrimônio cultural. A “escala” foi, portanto, nesses casos, responsável pela visibilidade do fenômeno, por sua forma de interpretação e identificação.

Deste modo, a adoção de diferentes “escalas” para seleção de um conjunto urbano enquanto patrimônio poderia resultar, por seu turno, na identificação de objetos distintos de preservação. Estes níveis de apreensão apresentavam-se como enquadramentos possíveis, entendendo que, segundo o recorte adotado, seriam percebidos elementos específicos e negligenciados outros<sup>2</sup>.

Intuitivamente eu percebia que a “escala de análise” parecia ser uma lente com especificidades próprias, desenhadas para atender à boa compreensão de um determinado objeto a ser analisado, precisando ser trocada quando o objeto mudasse. Dito de outra forma,

---

<sup>1</sup> Durante este período, atuei como chefe do Escritório Técnico do Iphan em Olinda/PE, Coordenadora Técnica do Iphan em Pernambuco e arquiteta e urbanista do Programa de Aceleração do Crescimento em Cidades Históricas | PAC – CH em Pernambuco.

<sup>2</sup> Verifica-se a escala “como processo de ‘esquecimento coerente’ (...) a escala enquanto mediadora de intenção e ação, o que aponta o componente de poder de domínio da escala, especialmente nas decisões do Estado sobre o território.” CASTRO, Iná Elias de. O problema da Escala. In: Castro, I.E.; Gomes, P.C.C.; Correa, R.L. (org.). *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 127.

quando a lente escolhida para se compreender um objeto simples fosse usada para se observar um objeto complexo, ofereceria uma visão turva que incapacitaria o observador a perceber as múltiplas texturas.

O conceito de escala foi explorado por diversos campos disciplinares com sentidos e aplicações diferentes. A geografia, a história, a arquitetura e o urbanismo e as ciências sociais utilizam o vocábulo e conferem conotações particulares, problematizando, assim, seu emprego<sup>3</sup>. Algumas adoções do termo escala, contudo, são particularmente caras a esta pesquisa e vinculam-se ao manejo da palavra pelo historiador Bernard Lepetit<sup>4</sup>.

De acordo com Lepetit, no campo da arquitetura e da geografia, a palavra escala associa-se às noções de medida e proporção<sup>5</sup>. A relação entre a realidade e a imagem de representação encontra-se presente nas lógicas adotadas em um documento como um mapa ou um plano, onde são conferidos hierarquias e níveis de informação que variam de acordo com as intenções. Por isso, “escolher uma escala consiste então em selecionar um nível de informação que seja adequado ao nível de organização a ser estudado”<sup>6</sup>.

Segundo o autor, o arquiteto francês Viollet-le-Duc “foi o primeiro a dedicar um verbete especial num dicionário de arquitetura a uma noção de escala diversa da noção de proporção”<sup>7</sup>. Para Viollet-le-Duc, o termo proporção refere-se às relações intrínsecas de um objeto e contempla “as relações entre o todo e as partes” estabelecidas por meio das modalidades aritmética e geométrica.<sup>8</sup> O termo escala, no entanto, vincula-se, na concepção dele, às relações entre objetos; “Designa a interação (e não mais a relação) entre um edifício e o que não é ele (e não mais entre suas diferentes partes)”<sup>9</sup>.

---

<sup>3</sup> MAILLARD, Nadja (org.). *Questions d'échelle sans commune mesure – Anthologie littéraire*. Actes sud, 2018.

<sup>4</sup> LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. Em: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Ibid., Arquitetura, geografia e história: usos da escala. Em: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Por uma nova história urbana – Bernard Lepetit*. São Paulo: Edusp, 2016.

<sup>5</sup> Bernard Lepetit adotou a conceituação do termo escala considerada pela *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Paris: Lebreton, 1755, Vol. 5, p. 248 (verbetes “Échelle”).

<sup>6</sup> LEPETIT, 2016. *op. cit.*, pp. 209-210.

<sup>7</sup> Ibid. p. 211. Bernard Lepetit apresentou a conceituação dos termos *escala* e *proporção* adotados pela *Dictionnaire de l'architecture française du XI ao XVI siècle*. Paris: A. Morel, 1861, Vol. 5, verbete “Échelle”, pp. 143-153; 1864; vol. 7, verbete “Proportion”

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> LEPETIT, 2016. *op. cit.*, pp. 211-212.

Sobre a adoção da escala como ferramenta de representação, Lepetit defende que não se pretende “estabelecer uma imagem semelhante ao objeto, mas apenas homóloga a ele.”<sup>10</sup> Nesta perspectiva, o desenho de um projeto, após a definição da escala a ser adotada, é um processo de representação dos elementos que a escala escolhida comporta; alguns detalhes ficarão de fora em função do grau de informações que deve ser contemplado nas dimensões do desenho. Será sempre um processo de aproximação da realidade a partir da seleção de alguns elementos e informações, como bem conclui Bernard Lepetit: “Assim, não é só sensato escolher uma escala, como também é impossível apreender o real sem essa escolha”<sup>11</sup>. A escala é entendida, portanto, como uma redução da realidade; Para ele, “mais do que uma relação de similaridade com o real, a escala designa uma redução dele. Ela exprime uma intenção deliberada de visar um objeto e indica o campo de referência em que o objeto está sendo pensado. A adoção de uma escala é inicialmente a escolha de um ponto de vista do conhecimento”<sup>12</sup>.

Lepetit aponta, também, a distinção entre as relações estabelecidas entre representante e representado. Na cartografia, a escala conecta o mapa - representante - ao terreno, objeto representado. Já na arquitetura, o projeto seria o representante e o edifício, o representado.<sup>13</sup> Segundo ele, “Em cada escala, é a capacidade explicativa da disciplina que se encontra engajada. A questão não é saber como articular formas parciais de explicação total da forma parcial considerada.” Deve-se estar ciente da “impossibilidade de qualquer explicação jamais alcançar o real e esgotar sua complexidade”<sup>14</sup>. Neste sentido, a conjunção complementar de diferentes escalas possibilita aproximações da realidade a partir dos contextos de seleção das dimensões tratadas. Como pontua Lepetit: “As representações em diferentes escalas não são projeções de realidades que se encontrariam por trás delas. Por trás delas, há apenas outras ‘vistas’(...). O real está entre elas, aquém delas”<sup>15</sup>. Assim, cabe estar ciente sempre dos filtros e das lentes envolvidas na seleção das escalas para a

---

<sup>10</sup> Ibid., p. 212.

<sup>11</sup> Ibid., p. 214.

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Ibid., p. 222.

<sup>15</sup> Ibid., p. 223.

compreensão do problema, caracterizando, deste modo, as distintas naturezas e particularidades que este apresenta.

O historiador Bernard Lepetit retoma a argumentação do filósofo Louis Marin sobre a variação infinita dos objetos apresentada pelo matemático Blaise Pascal, na qual explora a vinculação entre a diversidade da natureza na observação a partir de diferentes escalas. Para Marin: “o olho continuamente ultrapassou os limites das classes, dos gêneros, das espécies”<sup>16</sup>. Segundo Lepetit, é possível fazer uma analogia com a compreensão de um jardim, no qual as escalas de compreensão adotadas permitem a observação de diferentes naturezas, jamais semelhantes, cada partícula apresentando suas particularidades e fornecendo dados para a compreensão do geral. Retomando a analogia de Bernard Lepetit: “A acomodação progressiva da óptica revela elementos que não são homólogos, mas cuja natureza difere: o jardim é sucessivamente, à medida que dele nos aproximamos, parreiral, cacho, bago de uva etc”<sup>17</sup>.

A analogia deriva, também, da interpretação do pensamento de Blaise Pascal a respeito da diversidade da natureza dos objetos, quando, sem mencionar o termo escala, apresenta a articulação entre níveis de informação e o descortinar de uma campina: “Uma cidade, uma campina, de longe são uma cidade e uma campina; mas, à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, grama, formigas, pernas de formigas, ao infinito. Tudo isso se reveste com o nome de campo”<sup>18</sup>.

Deste modo, é importante destacar que, durante o desenvolvimento da tese, meu interesse foi se afastando do objetivo de encontrar respostas e avaliar o uso das lentes corretas para observar o problema identificado na prática profissional, para outro interesse: o de compreender como determinados agentes e o Iphan operaram num passado recente. A noção de escala passou, nesse sentido, a ser uma chave para entrar no material primário textual que continha as ideias desses agentes. Que escala de análise aparecia quando o objeto era o patrimônio urbano?

De uma tese mais voltada para a teoria e o planejamento da conservação, passou-se a uma pesquisa sobretudo de história das ideias sobre conservação. E, nesse momento, as

---

<sup>16</sup> MARIN, Louis. Une ville, une campagne, de loin....: paysages pascaliens. *Littérature*, 61, fev. 1986, p. 10 apud LEPETIT, 2016. *op cit.*, pp. 226.

<sup>17</sup> LEPETIT, 2016. *op cit.*, pp. 206-207.

<sup>18</sup> PASCAL, Blaise. Pensées, n. 65-115, em *Oeuvres complètes*, ed. Por L. Lafuma, Paris, Seuil, 1963, p. 508. apud LEPETIT, 2016. *op cit.*, pp. 226.

reflexões sobre escala também serviram como aporte metodológico, ajudando-me a construir e alinhar um interesse pelos agentes nessa história que eu começava a narrar.

A pesquisa pretende, portanto, identificar as narrativas de seleção do patrimônio urbano brasileiro e as escalas que foram adotadas no contexto recente para a sua interpretação. A escala é também o instrumental metodológico adotado para o enfrentamento do problema. Essas narrativas foram interpretadas a partir de seus agentes, exercitando, assim, o deslocamento para a compreensão do contexto de produção do argumento, a partir da origem social, formação intelectual e articulação política dos agentes, de modo a favorecer o entendimento das concepções de patrimônio urbano que estavam em pauta.

Sobre a manipulação de diversas escalas para a compreensão de uma dada realidade, Lepetit explora as possibilidades de pesquisa apresentadas pela micro-história, articulando o objeto de análise ao mapeamento do contexto e compreensão da totalidade. Dito de outra forma, partindo do particular ao geral - e vice-versa -, construindo, assim, o que chamou de “cartografia dinâmica”, mapeando atores e seus contextos.

Então, a consideração das variações de escala situa-se inicialmente do lado do objeto. A importância diferente dos recursos de que os atores dispõem e a diversidade da extensão dos campos em que eles são capazes de agir estão entre as características essenciais do panorama social e constituem as fontes principais de sua modificação. A variação de escala não é o apanágio do pesquisador nem sobretudo o produto do processo de construção da pesquisa. É antes a parte que cabe aos atores. Também a manipulação deliberada do jogo das escalas não tem por finalidade sugerir outro espaço social: a virtude migratória da micro-história provém apenas da força de evidência que os grandes painéis haviam conquistado. Ela tem por função **identificar os sistemas de contextos em que se inscrevem os jogos sociais**. A ambição dessa cartografia dinâmica é reconhecer e desenhar em sua variedade, um conjunto de mapas que correspondem a igual número de territórios sociais.<sup>19</sup>

Sem um enquadramento preciso na micro-história, a pesquisa absorve a ideia de partir dos agentes para entender os discursos produzidos e, por fim, o estoque patrimonial<sup>20</sup> selecionado, ao realizar a operação de mapear os sistemas de contextos, seja da produção do argumento, seja da caracterização do que se entende por patrimônio urbano brasileiro. O desafio que se coloca é o de ter atenção para as tensões intrínsecas ao procedimento de

---

<sup>19</sup> LEPETIT, 2016. *op cit.*, pp. 225-226.

<sup>20</sup> O termo *estoque patrimonial* tem sido adotado para caracterizar o conjunto de bens reconhecidos enquanto patrimônio cultural brasileiro e foi manejado em publicações institucionais e técnicas sobretudo durante a gestão de Luiz Fernando de Almeida na presidência do Iphan.

pesquisa, como coloca Lepetit: a tensão estabelecida entre o recorte de experiências individuais e a compreensão do contexto amplo no qual se inserem. O historiador defende que:

O sistema dos contextos, reconstituído pela série das variações do ângulo de visão e da acomodação da óptica, possui duplo estatuto: **resulta da combinação de milhares de situações particulares e ao mesmo tempo dá sentido a todas elas.** (...) Invocar a experiência dos atores parece um meio de romper tal incerteza. Um relativismo metodológico vem acabar numa forma de realismo epistemológico.<sup>21</sup>

No entanto, qual seria mais precisamente a operação que fizemos com as escalas de observação na tese?

Para entender as narrativas, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, última instância no reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro, constitui-se em um primeiro recorte da investigação, como *corpus* de análise inicial, que contemplou a configuração do Conselho e suas discussões acerca do patrimônio urbano. Mas, como será apresentado no Capítulo 1 da tese, o Conselho não é visto como um corpo único, coeso. O Conselho apresenta uma composição interessante na junção de agentes que corroboram com a estrutura e estratégia institucional e de agentes que apresentam perspectivas de mudança, de diferentes campos disciplinares e áreas de atuação. Por meio da análise das atas de reuniões do Conselho foi possível perceber certas recorrências nas relatorias de alguns temas, a participação ativa ou passiva de determinados membros, a transformação da organização institucional e as categorias interpretativas adotadas para a tutela dos bens culturais protegidos. Elucidar tais categorias e procurar entender em que contextos surgem, passou, então, a ser o interesse da pesquisa.

Para favorecer a aproximação dos contextos de produção dessas narrativas e a identificação dos discursos que se relacionam com a permanência ou com a transformação do discurso gerador da instituição, foram identificados os conselheiros que assumiram a relatoria dos processos de tombamento de conjuntos urbanos entre os anos de 1990 e 2010 e aqueles que participaram ativamente das discussões sobre a tutela do patrimônio urbano no âmbito do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

A partir da análise e fichamento das atas de reunião do Conselho acima referido e de consulta à base de dados da Diretoria do Patrimônio Material e de Fiscalização - DEPAM

---

<sup>21</sup> LEPETIT, 2016. *op. cit.*, p. 207.

foram identificadas 39 áreas urbanas tombadas no período que compreende os 20 anos analisados<sup>22</sup>. Foram avaliados os pareceres de tombamento de todos esses conjuntos urbanos, arquitetônicos, paisagísticos e/ou históricos tombados no período, bem como as discussões sobre a tutela do patrimônio urbano contemplados nos registros em atas das reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

A terminologia adotada pelo Iphan para caracterizar o patrimônio urbano enquanto objeto patrimonial autônomo na atualidade é: “conjuntos urbanos”, embora, nos documentos institucionais esta caracterização esteja, com frequência, acompanhada do termo “cidades históricas”. Ao longo da trajetória institucional, várias palavras foram empregadas para caracterizar o que se entendia por patrimônio urbano<sup>23</sup>. A terminologia “conjuntos urbanos” parece apresentar maior abrangência quanto às possibilidades de emprego. Não ficando restrita, assim, a áreas centrais, que catalisaram o processo de ocupação de algumas cidades, como é o caso dos termos “centro histórico” ou “núcleo histórico”, nem se vinculando exclusivamente à valoração histórica dos atributos do espaço urbano, como é o caso dos termos “sítio histórico”, “conjunto histórico” ou “cidade histórica”. Cada um destes termos apresenta uma “gramática escondida ou imersa”<sup>24</sup>, que precisa ser entendida por meio dos seus contextos de produção. Estas terminologias apresentam, também, recortes do patrimônio urbano que variam conforme a escala adotada para análise e apreensão do espaço urbano enquanto bem patrimonial.

Além da apreciação das relatorias dos processos de tombamento de conjuntos urbanos, foram analisados os relatórios de gestão que documentam um determinado “padrão” institucional, entre outros instrumentos normativos produzidos no período, e documentos técnicos do Iphan relativos ao patrimônio urbano e sua tutela.

---

<sup>22</sup> Sendo 14 conjuntos urbanos reconhecidos enquanto patrimônio na primeira década e 25 entre os anos 2000 e 2010.

<sup>23</sup> Em 1965, Rodrigo M. F. de Andrade, em correspondência à Unesco, adotou o termo “sítio urbano” no lugar de “cidade histórica”, associando a caracterização da palavra “sítio” à “criação notável e representativa da vida e organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução”. Cf. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro, MinC, FNpM, 1987, p. 81. Sandra Correa aponta que, no âmbito das discussões do Programa Cidades Históricas, o documento “*Programa de Cidades Históricas: 1978*” apresenta a alteração do enfoque em “conjunto de monumentos” para “conjunto urbano”. In: CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. DOSSIÊ O PCH, Programa de Cidades Históricas: um balanço após 40 anos. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 15-57. jan.- abr. 2016. p. 31. A variação das terminologias adotadas evidencia as transformações conceituais e interpretativas na trajetória do Iphan e da política de preservação do patrimônio urbano no Brasil.

<sup>24</sup> Na perspectiva do historiador Paul Veyne, VEYNE, P. Foucault révolutionne l’histoire. In: *Comment on écrit l’histoire suivi de Foucault révolutionne l’histoire*. Paris: Seuil, 1978, p. 236. apud CHARTIER, 2002. *op. cit.*, p. 66.

Os pareceres técnicos e as relatorias de processos de tombamento foram lidos “como um sistema construído consoantes categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção”<sup>25</sup>. Por isso, entender a trajetória profissional de alguns conselheiros mostrou-se imprescindível, sobretudo a daqueles que assumiram a relatoria dos processos de tombamento de conjuntos urbanos e que participaram ativamente do debate sobre a sua tutela.

A análise da documentação considerou a argumentação contida nos pareceres de tombamento submetidos à análise do Conselho e as discussões geradas sobre as implicações das propostas de tombamento. Estes pareceres e documentos foram entendidos como “presos na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente.”<sup>26</sup> Como defende Roger Chartier, “Concebidos como um espaço aberto de múltiplas leituras, os textos e também todas as categorias de imagens não podem, então, ser apreendidos nem como objetos cuja distribuição bastaria identificar nem como entidades cujo significado se colocaria em termos universais (...).”<sup>27</sup> Fugindo de uma “leitura positiva” desses documentos, considerando que:

Os ‘materiais-documentos’ obedecem também a processos de construção onde se investem conceitos e obsessões dos seus produtores e onde se estabelecem as regras de escrita próprias do gênero de que emana o texto. (...) O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita.<sup>28</sup>

Para entender o contexto de produção dos argumentos contidos nos pareceres de tombamento dos conjuntos, bem como para mapear os bastidores de construção das políticas de tutela do patrimônio urbano no período analisado e a “rede contraditória” que constitui as argumentações de seleção, foram realizadas entrevistas com três dos conselheiros<sup>29</sup>: Nestor Goulart Reis Filho; Paulo Ormindó e Márcia Sant’anna<sup>30</sup>. Os dois

---

<sup>25</sup> CHARTIER, 2002. *op. cit.*, p. 63.

<sup>26</sup> CHARTIER, 2002, *op. cit.*, p. 61.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p 63.

<sup>29</sup> Tentamos entrevistar o conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, no entanto, por questões de saúde do conselheiro não conseguimos viabilizar a entrevista.

<sup>30</sup> A entrevista com Nestor Goulart foi realizada em abril de 2017, em seu laboratório na FAU-USP, em São Paulo, e as entrevistas com Paulo Ormindó e Márcia Sant’anna foram realizadas em novembro de 2017, em Salvador.

primeiros tiveram participação ativa no período analisado, com atuação em casos emblemáticos a respeito da tutela do patrimônio urbano<sup>31</sup>. A interlocução com estes agentes foi, portanto, imprescindível ao desenvolvimento da tese.

Por meio da abordagem da História Cultural, pretendemos entender as estratégias de seleção do patrimônio urbano brasileiro a partir dos agentes. Indivíduos que participaram ativamente do processo de definição dos bens que seriam tombados ou não e que são, nesta tese, compreendidos na perspectiva defendida por Roger Chartier:

Actualmente, os historiadores das mentalidades reencontram a validade destes modos de questionar, em tempos descurados, certamente porque, renunciando ao projecto de uma história total, colocam agora o problema das articulações entre opções intelectuais e posição social à escala de segmentos sociais bem delimitados, mesmo à do indivíduo. **A esta escala reduzida, e sem dúvida apenas a essa escala, podem ser compreendidas, sem redução determinista, as relações entre sistemas e crenças, de valores e de representações, por um lado, e de pertenças sociais, por outro.** Os processos de análise próprios da história dos pensamentos situados no topo são, assim, mobilizados para um outro terreno, para apreender como um grupo ou um homem ‘comum’ se apropria, à sua maneira, que pode ser deformadora ou mutiladora, das ideias ou das crenças do seu tempo.<sup>32</sup>

O processo de seleção e tutela foi compreendido, nesses termos, a partir da perspectiva dos indivíduos, que por meio dos “sistemas de crenças, valores, representações e pertenças sociais” priorizaram determinados atributos e valores conferidos aos bens culturais. Foram as “lentes” adotadas pelos agentes do patrimônio que viabilizaram algumas escolhas e definiram o patrimônio urbano brasileiro que se encontra tombado e que reforça ou amplia a ideia de identidade nacional defendida desde a década de 1930.

Nesse sentido, mapear e compreender as ideias apresentadas pelos conselheiros levou em conta que esses agentes possuem um *background* de experiências e produções técnicas e intelectuais prévias, mas que, ao mesmo tempo, compõem um grupo que se articula a uma instituição governamental. O que nos impulsionou sempre no sentido de ir da ideia, ao agente e à instituição, percurso complexo que envolveu o auxílio de outras fontes e documentos

---

<sup>31</sup> Os processos de tombamentos do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo, e da Área Central de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no caso de Nestor Goulart; e, o processo de tombamento do Conjunto Paisagístico do Corredor da Vitória, no caso de Paulo Ormino. Márcia Sant’anna atualmente é conselheira do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, mas atuou na instituição como técnica, em cargos de chefia e como Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI desse órgão. Além de sua participação institucional, pesquisou o patrimônio urbano e seu reconhecimento e tutela no Brasil até os anos 1990.

<sup>32</sup> CHARTIER, 2002, *op. cit.*, p. 53. Grifo nosso.

para entender, de um lado, o percurso da ideia e a trajetória profissional e, de outro, a transformação da instituição.

De acordo com o historiador Carl Emil Schorske, a história cultural pode ser entendida a partir do campo gerado pela intersecção entre uma linha vertical, diacrônica, e uma linha horizontal, sincrônica. Neste gráfico:

O historiador procura localizar e interpretar temporalmente o artefacto num campo em que se intersectam duas linhas. Uma linha é vertical, ou diacrônica, pela qual ele estabelece a relação de um texto ou de um sistema de pensamento com as manifestações anteriores no mesmo ramo de atividade cultural, (pintura, política, etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; através dela, determina a relação do conteúdo do objeto intelectual com o que vai surgindo ao mesmo tempo noutros ramos ou aspectos de uma cultura.<sup>33</sup>

Neste sentido, o patrimônio urbano e seu reconhecimento no Brasil foram compreendidos a partir das manifestações anteriores do campo do patrimônio cultural ao longo do tempo. Considerando, assim, a política de preservação adotada no Brasil, os “enquadramentos de patrimônio” produzidos por esta, e as narrativas de seleção e de construção de uma identidade nacional, como a dimensão diacrônica. E entre a tutela do patrimônio urbano de 1990 a 2010 no Brasil e as discussões sobre o conceito de patrimônio cultural, o reconhecimento da imaterialidade e da paisagem cultural no mesmo período, como a dimensão sincrônica.

Os resultados obtidos na pesquisa evidenciam a convivência de narrativas de seleção vinculadas às estratégias iniciais adotadas pelo Iphan, quando de sua criação, com narrativas que ampliam o espectro patrimonial reconhecido. Deste modo, afasta-se da perspectiva apresentada em algumas investigações<sup>34</sup> de uma trajetória institucional ascendente, que, ao longo do tempo, superou e contestou a busca por uma homogeneidade e monumentalidade nas formas de identificação do espaço urbano enquanto patrimônio cultural. O que constatamos, nesta pesquisa, é a coexistência de marchas e contramarchas na construção de uma noção de patrimônio urbano no contexto brasileiro recente. Mais do que grandes rupturas, a trajetória institucional de seleção do patrimônio urbano apoia-se nos embates e disputas entre perspectivas de manutenção e alargamento das concepções de patrimônio urbano.

---

<sup>33</sup> SCHORSKE, C. *Fin-de-siècle Vienna, Politics and Culture*. Nova Iorque: A. A. Knopf. pp. XXI-XXII. apud CHARTIER, 2002. *op. cit.*, p. 64.

<sup>34</sup> A exemplo das discussões presentes em FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC – IPHAN, 2005.

O processo de pesquisa contou, também, com um período de investigação sobre a experiência italiana e francesa<sup>35</sup>. A tese não tem a pretensão de estabelecer um paralelo entre a prática institucional dos três países. Para isso, outros métodos e percursos seriam necessários. A compreensão das experiências italianas e francesas e da respectiva operacionalização legal dos conceitos possibilitou-me um olhar mais crítico da realidade brasileira, mas sem que se fizesse uso, na tese, de comparações entre essas experiências.

No Brasil, o reconhecimento do patrimônio urbano foi contemporâneo à estruturação das políticas de preservação no país. A correspondência trocada entre Jair Brandão Costa e Rodrigo de Melo Franco de Andrade, em 1941, que se encontra nos autos do processo de tombamento da cidade de Diamantina (MG), elucida a estratégia de reconhecimento do patrimônio urbano ainda na fase inicial de criação do IPHAN, então, SPHAN. No referido documento, Rodrigo M. F. de Andrade coloca que o processo de tombamento de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, como fora realizado em algumas cidades brasileiras, “na verdade não está fixado na lei”<sup>36</sup>, ao mesmo tempo em que justifica a adoção do instrumento pela analogia considerada a partir do artigo 5º do Decreto-Lei nº 25, de 1937<sup>37</sup>. Na concepção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a cidade, como bem patrimonial, era interpretada como bem coletivo, por isso, faz a analogia com o artigo 5º do Decreto-Lei nº 25/1937, que diz respeito aos bens de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios.

Segundo a correspondência analisada, tratava-se de uma tentativa de solucionar novos problemas – o desafio de reconhecer os conjuntos urbanos enquanto patrimônio – com o mesmo instrumento jurídico e aparatos legais elaborados para a proteção do edifício isolado ou bem móvel. A conceituação que fundamentou o tombamento de conjuntos urbanos foi assim descrita por Rodrigo M. F. de Andrade:

O que constitue (sic) monumento, pelo seu excepcional valor histórico e artístico, nos aludidos casos, não é nenhum dos edifícios considerados em si mesmo, isoladamente, mas a sua coexistência, a sua **conservação em conjunto, formando um todo** que, por isso mesmo, assume feição

---

<sup>35</sup> O doutorado *sandwich* foi realizado por meio da concessão de bolsa SWE do CNPq, entre no período de março a agosto de 2018, na *Università Federico II*, em Nápoles, sob orientação do professor Andrea Pane.

<sup>36</sup> ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. 1941 apud SANT’ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1995.

<sup>37</sup> “Art. 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.” BRASIL, 1937.

urbanística e arquitetônica de valor inestimável, tanto do ponto de vista puramente histórico, como do histórico-artístico. É esse conjunto que importa preservar, no seu todo, pois empresta às cidades, que ainda apresentam essa **documentação viva da sua formação e desenvolvimento**. É, portanto, esse conjunto (**bem imaterial**, eu [sic] é de toda a cidade sem pertencer particularmente a quem quer que seja) o objeto do tombamento, o monumento incorporado ao patrimônio histórico e artístico nacional. Não é isso o mesmo que uma série de tombamentos especiais de bens individualizados, cada um isoladamente considerados.<sup>38</sup>

A despeito do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o processo de patrimonialização no Brasil e sobre a trajetória do Iphan<sup>39</sup>, a problematização do reconhecimento do patrimônio urbano já enunciado nos primeiros anos do SPHAN, como fazem crer as palavras de Rodrigo M. F. de Andrade - se pensadas no contexto recente, considerando os enquadramentos adotados para abordagem do fenômeno urbano - ainda é tema a ser explorado e aprofundado.

A interlocução com Marly Rodrigues (1994)<sup>40</sup>, Sérgio Miceli (2001)<sup>41</sup> e Márcia Chuva

<sup>38</sup> ANDRADE, 1941 apud SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1995. Grifo da autora.

<sup>39</sup> RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1991.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 22, Rio de Janeiro, n. 22, pp108 – 122, 1987.

Ibid. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990*. Dissertação de mestrado – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1995.

Ibid. *A cidade- atração: a norma de preservação de centros históricos no Brasil nos anos 90*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC – IPHAN, 2005.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016.

<sup>40</sup> RODRIGUES, Marly. *Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1994.

<sup>41</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

(2017)<sup>42</sup> ajudou a entender os contextos dos argumentos, as estruturas de poder e as articulações com as práticas sociais no caso do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan<sup>43</sup>. O diálogo com Laurajane Smith (2006)<sup>44</sup> também foi importante para a compreensão do Conselho a partir do conceito *discurso autorizado do patrimônio* (AHD). Para além de contemplar parte do recorte temporal desta pesquisa, Marcelo Paiva (2019) analisou a participação social nas políticas de preservação do patrimônio cultural na gestão do ministro Gilberto Gil, entre os anos 2003 e 2008<sup>45</sup>, fortalecendo o entendimento das políticas de preservação em um contexto recente.

Um dos desafios da pesquisa foi elucidar o processo de reconhecimento patrimonial e o conjunto de ideias que se articulam a este reconhecimento. Nem sempre, por meio da análise documental, das atas e dos processos de tombamento, os contextos de seleção aparecem de forma evidente. A análise dos processos de tombamento, bem como das entrevistas realizadas com alguns conselheiros com participação ativa no recorte temporal analisado, trouxe novos elementos que ajudam a mapear a costura “técnico-política” que compõe toda a prática de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

---

<sup>42</sup> CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

<sup>43</sup> Para a caracterização do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, alguns textos foram referenciados:

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia Sphan. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Cidadania, Iphan, n. 24, p. 77-98, 1996. p. 94.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 22. Nº 65. outubro, 2007. p. 26.

NETO, Jamile da Silva. *Nem tão moderno assim: intelectuais do Conselho Consultivo do SPHAN e do IHGB construindo patrimônio e narrando a história (1938-1966)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018.

AGUIAR, Leila Bianchi; NETO, Jamile da Silva. Legitimidade e distinção: reflexões sobre a formação e a atuação do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-1966). *Revista Tempos Históricos*. Vol. 24, n. 1, 2020. p. 207-231.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Historiografia do patrimônio na década de 1980? Algumas considerações. *Estudos de Cultura Material/Dossiê Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva. Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.28. 2020. p. 1-21.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os Cardeais da Cultura Nacional. O Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012. 260 p.

<sup>44</sup> SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Abingdon: Routledge, 2006.

<sup>45</sup> A pesquisa mapeou o contexto político recente no qual se inserem as ações do Iphan e analisou, pelo viés da participação social, os instrumentos e mecanismos de tutela e seus impactos. Segundo Paiva, os impactos da ampliação conceitual e de atribuições relativas ao patrimônio cultural, contidas na Constituição Federal de 1988, são percebidos a partir dos anos 2000. PAIVA, Marcelo Cardoso de. *O Brasil segundo o IPHAN: A preservação do patrimônio cultural brasileiro durante a gestão de Gilberto Gil no MinC (2003-2008)*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2019.

Alguns dos conjuntos urbanos tombados neste período foram motivados por interesses de outra ordem. Em alguns casos, o acesso a linhas de financiamento, a existência de programas e projetos de outras naturezas e as intenções políticas viabilizaram o interesse e a concretização da proteção de áreas urbanas enquanto patrimônio nacional. Nestes casos, a celeridade dos processos e a ausência de um grande debate em torno da proposta de tombamento e de seu parecer denunciam a rede de interesses que se associa ao reconhecimento do valor patrimonial de um determinado conjunto urbano. É o caso do tombamento do Bairro do Recife/PE e do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo, motivados pela interesse de obtenção de recursos para requalificação da área, ou dos conjuntos urbanos em João Pessoa/PB e Natal/RN que faziam parte da estratégia da presidência do Iphan, em 2008, e que tinha como objetivo o tombamento das capitais do Norte e Nordeste do país<sup>46</sup>.

Poderíamos caracterizar este reconhecimento como a valorização de uma “cidade-circunstância”, o espaço urbano valorado como patrimônio por fortes motivações circunstanciais de outras naturezas. Por outro lado, compreendendo o patrimônio em seu caráter processual, é sempre uma circunstância específica que produz o reconhecimento de um bem como objeto patrimonial. Contudo, nos casos elencados acima, a circunstância foi determinante e decisiva.

Nesse sentido, a adoção da ideia *rede* para justificar o tombamento de alguns conjuntos e bens imóveis no Piauí parece apresentar-se como uma circunstância institucional, uma ideia defendida pela direção do Iphan. Já o caso do tombamento de Iguape, em São Paulo, mostra-se como uma “profecia técnica”, uma vez que adotou metodologias e instrumentos de identificação que lançam mão de uma escala de análise territorial com participação social nos processos de identificação patrimonial. Os casos mencionados acima foram objetos de outras pesquisas e são também importantes para a compreensão das transformações das narrativas de seleção do patrimônio urbano no período analisado<sup>47</sup>. O

---

<sup>46</sup> Na segunda reunião do Conselho Consultivo realizada em 2008, o então diretor do DEPAM, Dalmo Vieira Filho, apresentou um balanço das ações em curso e defendeu como estratégia de atuação do Iphan a elaboração dos inventários territoriais temáticos e o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. A ideia consistia em ampliar a escala de atuação do Iphan e o número de bens tombados, considerando que o ritmo de transformação das cidades apresentava-se mais veloz do que o da preservação: “A estratégia decorre de um diagnóstico grave. **Estamos em via de perder a corrida da preservação urbana no Brasil.**” IPHAN, 2008b. Ata da 57ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural p. 08-12. Grifo nosso. Dalmo Vieira apresentou, na mesma reunião, a proposta de reconhecimento das capitais do Norte e Nordeste do país e, ainda, de cidades emblemáticas como Goiana (PE), São Félix (BA) e Parnaíba (PI) enquanto patrimônio cultural brasileiro.

<sup>47</sup> A discussão sobre a aplicação da teoria à prática institucional do Iphan foi, também, explorada por outros pesquisadores e resultou em dissertações e teses sobre a instituição e a política de preservação de áreas urbanas.

exercício de analisar o rebatimento das ideias que circulavam à época nas práticas de identificação e salvaguarda do patrimônio cultural é complexo, a relação entre teoria e prática é, em muitos casos, nebulosa<sup>48</sup>.

Como nos interessam sobretudo as ideias enquanto mobilizadoras de ação, mesmo que as temporalidades das ideias e das ações muitas vezes não coincidam, priorizamos evidenciar os meandros da produção argumentativa para a concretização do tombamento. Por isso, centramos a análise nos casos em que categorias interpretativas justificam o tombamento de determinados conjuntos urbanos. Nesse processo de verificação de categorias que alimentam permanências e transformações três ideias e três agentes destacaram-se.

Na perspectiva adotada pela tese, que consiste em interpretar diferentes concepções de patrimônio urbano manejadas em um contexto recente de atribuição de valor e seleção patrimonial do Iphan, a estrutura da narrativa segue o alargamento de escalas adotadas pelos agentes que protagonizaram o debate. Neste sentido, partimos de uma espécie de “funil inverso”. Iniciamos com o agente como foco inicial que, em suas narrativas de seleção, empregou uma escala interpretativa vinculada à arquitetura e à escala do edifício, convencionalmente utilizada para o tombamento de bens isolados; o objeto selecionado, caracterizando o espaço urbano patrimonializado como “conjunto homogêneo”. Em seguida, considerando o alargamento da escala de análise, verificamos a interpretação do

---

LOPES, Daniel Barreto. *A atribuição de valor a conjuntos urbanos tombados face a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí pelo Iphan (2006-2012)*. Dissertação de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, Danilo Celso. *Cidades patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2015. A pesquisa adotou como recorte as nucleações urbanas que originaram cidades. Deste modo, não foram analisados todos os conjuntos urbanos tombados pelo Iphan. O autor caracterizou as cidades tombadas no século XXI como *cidade-território*, “um fragmento do espaço capaz de concatenar o processo de ocupação do território brasileiro com os principais processos econômicos, eventos históricos, produção artística e a sua formação geomorfológica natural”. PEREIRA, 2015, *op. cit.*, p. 67. Para caracterizar o conceito de *cidade-território*, o autor apresentou os casos das cidades de Iguape/SP, Oeiras/PI e Cataguases/MG.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O Tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. *Revista Parc*. vol. 5 nº2 Campinas jul./dez. 2015, pp 05-09.

<sup>48</sup> FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

patrimônio urbano enquanto “todo”, por meio do conceito de totalidade. E, por fim, a partir de uma ampliação escalar mais complexa, incorporando articulações de natureza material e imaterial, o patrimônio urbano foi interpretado como “sistema”. Este percurso adotado na tese deriva da interpretação das narrativas de seleção dos conselheiros Augusto da Silva Telles, Nestor Goulart Reis Filho e Ulpiano Bezerra de Meneses, respectivamente. Os três conselheiros ocuparam o assento no Conselho enquanto representantes da sociedade civil.

## 1.2 Três ideias e três agentes

As permanências e as mudanças nas estratégias de valoração do patrimônio urbano encontram-se associadas a categorias que coexistem e que não seguem uma linearidade. Deste modo, a despeito das transformações nos modos de interpretar e tutelar os bens culturais, estratégias tradicionalmente empregadas pelo Iphan para caracterizar o patrimônio urbano perpetuaram-se no contexto recente de identificação e valoração. A permanência, neste sentido, encontra-se associada à ideia *homogeneidade* adotada para interpretar alguns conjuntos urbanos enquanto patrimônio. A *homogeneidade* articula-se, sobretudo, às estratégias de compreensão do patrimônio material edificado, do monumento isolado no contexto da criação do Iphan e do reconhecimento dos primeiros bens patrimoniais. A defesa pela unidade estilística e pela coerência entre as partes componentes da edificação eram fundamentais à consolidação de uma ideia de identidade nacional brasileira, representada pelo patrimônio cultural nos bens selecionados pelo Iphan. Embora esta concepção tenha sido confrontada pelo alargamento conceitual de patrimônio e pelas discussões teóricas e técnicas sobre as sobreposições de temporalidades e de representações em um mesmo bem cultural, a permanência da *homogeneidade* enquanto categoria interpretativa denuncia como as narrativas de seleção ainda estão ancoradas na construção discursiva fundadora do Iphan e de suas políticas.

O caso do tombamento da cidade de Penedo, em Alagoas, objeto de pauta do Conselho Consultivo em 1994 elucida a adoção da *homogeneidade*. Além de representar, ainda, o espectro tradicional nas representações selecionadas para tombamento, bastante vinculadas à “paisagem ‘típica’ luso-brasileira”, a categoria *homogeneidade* foi aplicada pelo conselheiro Augusto da Silva Telles para a defesa de sua tutela. Conjunto este compreendido como “homogêneo”. É curioso perceber o rigor formal e a ideia de unidade, tão emblemáticos quando da criação do Iphan e em seus primeiros tombamentos, ainda presentes em 1994. No entanto, não se trata de qualquer homogeneidade, as operações de seleção dos conjuntos

homogêneos vinculam-se, ainda, à tradicional identidade nacional e à referência do “patrimônio pedra e cal”.

Quanto às transformações, o reconhecimento dos bens de natureza imaterial e a criação de novos instrumentos de tutela, como o Registro e a Chancela da Paisagem Cultural manifestam-se como terreno fértil para o emprego de novas ideias e conceitos. Algumas transformações foram identificadas nas narrativas de seleção dos conjuntos urbanos tombados e associam-se à categoria *totalidade*.

A categoria interpretativa do patrimônio urbano *totalidade*<sup>49</sup> adotada em algumas narrativas de seleção nos parece pretender dar conta das relações entre as edificações e da multiplicidade de elementos para justificar o reconhecimento de um “todo” preservado, utilizando, assim, outras escalas de identificação do bem cultural.

A categoria *totalidade* foi, em alguns casos, associada às ideias de *Gestalt*<sup>50</sup>, *panorama e patrimônio ambiental urbano*. Nos pareceres de tombamento do Conjunto Urbano da Luz/SP, e da Área Central de Porto Alegre/RS, de relatoria de Nestor Goulart Reis Filho, a categoria *totalidade* assumiu a nomenclatura de *patrimônio ambiental urbano*<sup>51</sup>. Os condicionantes projetuais e as relações urbanísticas foram apontados enquanto atributos relevantes à leitura do bem tombado. A ideia de *totalidade* encontra-se muito presente na argumentação, quando defende que “os edifícios foram projetados como partes de um conjunto urbanístico, **cujo valor supera o de suas partes.**”<sup>52</sup> Contudo, a ideia de monumentalidade ainda possui muita força na argumentação apresentada pelo conselheiro, que destaca casos em que esta é possível ser identificada na interpretação do conjunto urbano.<sup>53</sup>

<sup>49</sup> A categoria *totalidade* foi empregada, na documentação analisada, nos pareceres de tombamento do *Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Orla da Pampulha*, em Belo Horizonte, *Centro Histórico de Cataguases*, ambos em Minas Gerais, do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz*, em São Paulo, do *Conjunto Urbano de Porto Alegre*, no Rio Grande do Sul, e do *Conjunto de Alcântara*, no Maranhão.

<sup>50</sup> Na relatoria do conselheiro Ítalo Campofiorito sobre o tombamento do Centro Histórico de Cataguases, em Minas Gerais, o arquiteto assim argumentou: “Atribuindo importância a esses prédios nem sempre da melhor qualidade arquitetônica, mas que, em conjunto, formam uma *gestalt*, ou seja, uma **forma total que tem qualidades que as formas parciais não possuem**, opinou que devem ser conservados para manter viva a lembrança da poesia, do cinema e de outras manifestações que ali se desenvolveram.” IPHAN, 1994b, p. 11-17. Grifo nosso.

<sup>51</sup> Termo que estava sendo adotado pelo órgão de preservação do estado de São Paulo - Condephaat e por cadernos técnicos do Iphan. O aprofundamento da discussão sobre o *patrimônio ambiental urbano* encontra-se no Capítulo 04 da tese.

<sup>52</sup> IPHAN, 2000e. Ata da 25ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 30. Grifos nossos.

<sup>53</sup> O conselheiro Nestor Goulart Reis Filho assim se referiu à monumentalidade: “(...). De um lado podemos ter conjuntos de edifícios extremamente simples, como os sobrados que existiram no século XVIII na Bahia, formando muitas quadras com soluções semelhantes, nas quais cada um dos edifícios tinha pouca relevância arquitetônica, mas os conjuntos adquiriam caráter monumental.” E, também, o caráter monumental das edificações de forma isolada, como elemento intencional de projeto: “De outro lado, são frequentes os

Mudanças nas formas de interpretar o patrimônio cultural também foram observadas no período e relacionam-se às discussões sobre a tutela das dimensões imateriais e da paisagem cultural, a partir de uma ideia que chamamos de *sistema*. O conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses introduziu muitas reflexões sobre o conceito de paisagem e os critérios relativos à sua seleção.<sup>54</sup> As discussões sobre paisagem e patrimônio imaterial conviveram, neste período, com os debates sobre as formas de tutela do patrimônio urbano brasileiro sem, contudo, impactarem significativamente nas estratégias institucionais adotadas.

A tese procura entender, portanto, como o Iphan identificou e interpretou o patrimônio urbano e como convivem e se articulam as permanências e as mudanças nas formas de interpretação e tutela deste patrimônio no Brasil, a partir das narrativas de seleção destes três conselheiros: Augusto da Silva Telles, Nestor Goulart Reis Filho e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses.<sup>55</sup> É importante destacar que os limites das narrativas de permanência e

---

exemplos como da Praça XV, antigo pátio do Carmo, no Rio de Janeiro, como os das Praças da Matriz e da Alfandega em Porto Alegre, cujas referências principais eram constituídas por edifícios de caráter monumental, cujos arquitetos pretendiam que tivessem, em si mesmos, qualidades arquitetônicas, independentes do projeto urbanístico em que estavam inseridos. IPHAN, 2000e, p. 30.

<sup>54</sup> O Iphan culminou por lançar, em 2009, a Portaria nº 127 e o posterior ensaio de aplicação da Chancela da Paisagem Cultural nos “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina”.

<sup>55</sup> O recorte adotado pela tese priorizou a atuação dos três conselheiros mencionados. No entanto, é importante destacar a relevância de novos estudos a partir da contribuição de outros conselheiros no período em análise. Um dos conselheiros que pode ser interpretado enquanto profeta do patrimônio urbano neste período é o arquiteto Ítalo Campofiorito. Em sua atuação no INEPAC, Campofiorito evidenciou certas lacunas no reconhecimento do patrimônio brasileiro. No conhecido texto de 1985: *Muda o mundo do patrimônio – notas para um balanço crítico*, sobre o processo de seleção patrimonial, argumentou: “(...) falta o resto. E os outros templos, os lugares sagrados da africanidade? E os heróis dos quilombos e das revoltas populares? E a apreciação do espaço na expressão coletiva das favelas, no que tem de criação da pobreza e dos quilombos contemporâneos? Não há traços, ainda que tênues e combalidos, de nada disso a documentar, a tombar e a conservar? **Coisas outras ou outras leituras das mesmas coisas**, mas que não demonstrem apenas a ‘criança asilada’ e conduzida pela empresa colonial.” E, sobre os procedimentos adotados para as áreas de entorno, criticou a “imposição do espaço livre”, gerando “perspectivas sem alma, **troféus de um passado que nunca existiu.**” In: CAMPOFIORITO, Ítalo. *Muda o mundo do patrimônio – notas para um balanço crítico*. *Revista do Brasil*, ano 2, n. 4, Rio de Janeiro, Governo do Estado, 1985, p. 42. Grifos nossos.

Outros estudos já exploraram tombamentos de conjuntos urbanos que tiveram Ítalo Campofiorito como relator, sobretudo no tocante ao tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Cf. PERPÉTUO, T. P. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de ler, narrar e preservar Brasília*. 2015. Dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

Cf. PESSÔA, J. S. B. *Brasília e o tombamento de uma ideia*. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. *Arquitetura e urbanismo modernos: projeto e preservação*. São Carlos/SP: USP: DOCOMOMO Brasil, 2003.

Cf. ZETTEL, J. O Conjunto Urbanístico de Brasília como patrimônio cultural: da implantação do Plano Piloto à preservação da cidade através do tombamento. *Revista CPC*, São Paulo, v. n. 16, p. 191-208, maio/ out. 2013. Acesso em: 20 jun. 2016. [Entrevista concedida a Alba Bispo, Ana Clara Giannecchini e Ana Carmen Amorim Jara Casco].

Cf. IPHAN. *Patrimônio em Transformação - Atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Brasília, Iphan/DF, 2017.

Em decorrência de seu falecimento em 2020, algumas homenagens abordaram a participação ativa e profética de Ítalo Campofiorito no Iphan.

transformação nos argumentos dos conselheiros, muitas vezes, são difusos. Um mesmo agente pode defender a permanência discursiva institucional e, também, provocar discussões sobre seu alargamento e sua transformação, como veremos nos capítulos seguintes. Ainda assim, é possível dizer que tendencialmente defendem posições mais ligadas à tradição/permanência ou ao alargamento das narrativas de seleção do patrimônio urbano brasileiro.

É também importante pontuar que o eixo de interesse da tese centra-se nas ideias que suportam as narrativas de seleção do patrimônio urbano a partir dos agentes e não na trajetória dos agentes. Essa mirada nos faz ir ao contexto de produção de suas ideias fora do Conselho apenas na medida em que essa ida tem um potencial explicativo considerado importante para elucidar certos posicionamentos e reflexões.

Para melhor caracterizar os agentes trabalhados na tese e associá-los à permanência e à ampliação das narrativas de seleção do patrimônio urbano, pensamos na apropriação dos estudos de sociologia da religião de Marx Weber por Pierre Bourdieu na construção do conceito de campo, a partir das figuras prototípicas: *sacerdotes*, *profetas* e *leigos*. Entendendo o sacerdote como figura que opera na conservação da tradição, o profeta como figura de contestação e o leigo, aquele cuja opinião é disputada pelos sacerdotes e profetas.

Segundo Bourdieu: “O corpo de sacerdotes tem a ver diretamente com a racionalização da religião e deriva o princípio de sua legitimidade de uma teologia erigida em dogma cuja validade e **perpetuação** ele garante.”<sup>56</sup> A associação da ideia de perpetuação conferida pela adoção da palavra *sacerdote* apresentou-se como possibilidade para a caracterização dos conselheiros que “ecoaram” as estratégias de seleção do patrimônio urbano a partir da *homogeneidade*. A figura do profeta, neste trabalho, mais do que se vincular à contestação da tradição, associa-se à defesa de uma ampliação do espectro reconhecido enquanto patrimônio urbano brasileiro. Trata-se, portanto, de um uso alusivo aos conceitos de *sacerdote* e *profeta* tal como tratados por Bourdieu.

Embora não tenhamos realizado explicitamente uma análise de campo nos moldes bourdieusianos, adotamos os conceitos de *sacerdote* e *profeta* como agentes prototípicos de manutenção da doxa e da sua transformação regrada apenas como recursos descritivos das

---

Cf. PESSÔA, José. Ítalo Campofiorito (1933-2020) - Falece o arquiteto que tombou Brasília. *Vitruvius - Drops*. 152.08 homenagem ano 20, maio 2020.

Cf. MOTTA, Lia. Ítalo Campofiorito no patrimônio cultural. *Vitruvius - Drops*. 157.07 homenagem ano 21, out. 2020.

<sup>56</sup>BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: MICELI, Sergio (org.). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987 (segunda edição). p.39. Grifo nosso.

tomadas de posição mais recorrentes dos agentes na sua interpretação do patrimônio urbano. Deste modo, caracterizamos o conselheiro Augusto da Silva Telles como *sacerdote* e os conselheiros Nestor Goulart Reis Filho e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses enquanto *profetas* do patrimônio urbano no Brasil<sup>57</sup>. Ao longo do trabalho, outros agentes apresentam narrativas de seleção que ora apontam para uma espécie de sacerdócio, ora se constituem em profecias.

Em termos de estruturação de nossa narrativa, construímos uma tese com quatro capítulos. Identificamos, inicialmente, o contexto e a constituição do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, discussão aprofundada no Capítulo 01 da tese. Deste modo, o primeiro capítulo da tese dedica-se à análise do Conselho Consultivo, considerando sua composição, contextualizando seus agentes e discursos, ressaltando as permanências e mudanças nas formas de interpretar o patrimônio urbano no recorte analisado. Com isso, foi possível apresentar as categorias *homogeneidade*, *totalidade* e *sistema*, vinculadas às permanências e transformações discursivas, respectivamente, em meio a um panorama contextual mais amplo sobre a instituição. Essas noções ganham, na sequência, capítulos específicos. Destacamos a participação de três agentes que defenderam as permanências e as transformações nos modos de interpretar o patrimônio urbano, associadas às ideias *homogeneidade*, *totalidade* e *sistema*: os conselheiros Augusto da Silva Telles<sup>58</sup>, Nestor Goulart Reis Filho<sup>59</sup> e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses<sup>60</sup>.

Cada capítulo subsequente da tese (Capítulos 2, 3 e 4) trabalha uma ideia e um agente que se destacou na construção da referida ideia. A primeira dessas ideias é representativa do sentido de permanência e, as outras duas, do sentido de transformação.

O segundo capítulo aprofunda a discussão sobre a permanência da forma de interpretação do patrimônio urbano, vinculada à categoria *homogeneidade*. De modo a contextualizar as narrativas apresentadas, investigamos a participação de Augusto da Silva

---

<sup>57</sup> Silvana Rubino também adotou os termos *sacerdote* e *profeta* para caracterizar a participação de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, respectivamente. RUBINO, 1991. *op. cit.*

<sup>58</sup> O arquiteto, ex-diretor do Iphan e conselheiro Augusto da Silva Telles foi nomeado conselheiro em 1994, permaneceu até 2002, tendo sido reconduzido ao Conselho em 2004, saindo definitivamente em 2009.

<sup>59</sup> O arquiteto e pesquisador Nestor Goulart Reis Filho foi conselheiro entre os anos 1999 e 2016.

<sup>60</sup> O arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses foi nomeado conselheiro em 2005 e permaneceu até 2021.

Telles<sup>61</sup> como conselheiro, abordando sua trajetória profissional e explorando o caso do tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Penedo, em Alagoas.

O terceiro capítulo da tese voltou-se ao estudo das transformações na maneira de interpretar o patrimônio urbano defendidas pelo conselheiro Nestor Goulart Reis Filho<sup>62</sup>. Por isso, aprofundamos a análise do contexto de suas narrativas e estudamos o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo, no qual adotou pela primeira vez a categoria *totalidade*.

Os casos analisados evidenciam os consensos e dissensos em torno das concepções de patrimônio urbano entre os anos 1990 e 2010. As relatorias dos conselheiros ora apontam ampliações nas interpretações adotadas pelos técnicos responsáveis pela instrução do processo, como é o caso do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo, ora encampam defesas da permanência narrativa adotada pelo Iphan, como é o caso do tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Penedo, em Alagoas. Tal oscilação fornece um termômetro do quanto os conselheiros estavam se aproximando ou se distanciando da visão dos técnicos, revelando que permanência e transformação, sacerdócio e profecia não se vinculam unicamente ao corpo técnico ou ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

O quarto e último capítulo da tese diz respeito às transformações institucionais ocorridas sobretudo nos anos 2000, com a incorporação de novas categorias de bens culturais como atribuição do Iphan. Os impactos de tais alterações na compreensão do patrimônio urbano foram explorados considerando as discussões sobre as delimitações conceituais adotadas pelo órgão, que contemplaram questões relativas ao patrimônio material, imaterial e à paisagem cultural. O conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses<sup>63</sup> foi o agente que estabeleceu algumas pontes entre as categorias adotadas pelo Iphan no período, razão pela qual aprofundamos, nesse capítulo, a análise de sua trajetória profissional, para identificação do contexto de suas narrativas de seleção, explorando a categoria *sistema*. Como Ulpiano

---

<sup>61</sup> Além da análise da produção técnica do arquiteto Augusto da Silva Telles no período, foram analisadas as entrevistas contidas na publicação do Iphan THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Augusto da Silva Telles. Série Memórias do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. P. 202.

<sup>62</sup> Para o aprofundamento da trajetória biográfica do arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, além da análise de sua produção acadêmica, técnica e no âmbito do Conselho do Iphan, foi realizada entrevista em abril de 2017 em seu laboratório em São Paulo.

<sup>63</sup> Infelizmente, não conseguimos viabilizar a entrevista com o arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses. No entanto, analisamos outras entrevistas concedidas por ele, bem como sua produção vinculada ao campo do patrimônio cultural.

Toledo Bezerra de Menezes não assumiu relatorias de processos de tombamento de conjuntos urbanos, a estrutura deste capítulo segue uma lógica diversa, com o intuito de estabelecer pontes entre as profecias apresentadas pelo conselheiro e as categorias adotadas pelo Iphan.

## 2 O CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural foi criado em 10 de maio de 1938. É um órgão colegiado do IPHAN e, em sua estrutura, é formado por representantes de instituições públicas e privadas (09 membros) e por representantes da sociedade civil (13 membros)<sup>64</sup>. É presidido pelo cargo máximo do Iphan, seu presidente, e seus membros são indicados por este. A indicação, por fim, é homologada pelo Ministro da Cultura. O Conselho é a instância máxima no reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro<sup>65</sup>. Os processos de tombamento e registro são distribuídos entre os conselheiros<sup>66</sup>. O conselheiro assume a relatoria e coloca seu parecer em discussão e votação nas reuniões, cabendo ao presidente do Iphan o voto de “minerva” em casos de empate.

Apesar da adjetivação de “consultivo”, que pode denotar um caráter menos decisivo nas escolhas tomadas pela instituição, após a análise de suas atas de reunião e dos processos de tombamento que foram objeto de pauta, é possível afirmar que o Conselho - por ser a instância final e máxima no reconhecimento de um bem cultural enquanto patrimônio -, foi determinante nas operações de seleção e identificação do patrimônio urbano brasileiro no recorte temporal analisado.

De acordo com Marcia Chuva, o Iphan pode ser entendido a partir de dois *loci* de ação, a (i) “área técnico-administrativa”, com participação majoritária de arquitetos, na sede ou nas superintendências e (ii) o Conselho Consultivo, que “complementava e intervinha nas decisões do primeiro, quando se instauravam conflitos de interesses entre as determinações

---

<sup>64</sup> Segundo dados extraídos do portal eletrônico do IPHAN. Disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/220>.

<sup>65</sup> Nos anteprojetos de José Wanderley de Araújo Pinho e Mário de Andrade, inspirações do Decreto-Lei nº 25, de 1937, a composição do Conselho pautava-se em representantes de instituições científicas e especialistas em diferentes áreas. De acordo com Jamile Neto, “os critérios de renovação, conforme expresso no anteprojeto de Mário de Andrade, e o critério fixo da nomeação de membros, como figura em ambas as ideias de Conselho – projeto de lei (1930) e anteprojeto (1936) –, não foram contemplados na criação do Conselho Consultivo do SPHAN. Nota-se, pelas atribuições delimitadas pelo Decreto-Lei no 25/37, maior preocupação com as funções do Conselho Consultivo que com os critérios de escolha dos membros que o integraria.” In: NETO, 2018. *op. cit.*, p. 32.

<sup>66</sup> Sobre a organização da distribuição dos processos para relatoria dos conselheiros, as pesquisadoras Leila Aguiar e Jamile Neto destacam que, em reunião inaugural do Conselho, o presidente “sugeriu que fosse adotado o mesmo método dos tribunais de 2ª instância e o modelo de outros conselhos consultivos, qual seria: o presidente distribuiria a um relator o processo de tombamento que deveria emitir voto por escrito na reunião subsequente e os votos dos demais membros do Conselho seriam colhidos logo após a explanação do voto do relator” AGUIAR; NETO, 2020. *op. cit.*, p. 211.

de tombamento e os proprietários dos imóveis.”<sup>67</sup> Este papel do Conselho Consultivo, apontado por Chuva, continua atual. Os casos explorados neste capítulo e nos capítulos seguintes evidenciam os embates entre as narrativas de seleção da “área técnico-administrativa” e dos conselheiros, que alternam entre posições de permanência e de transformação das estratégias de interpretação do patrimônio urbano.

Como forma de aprofundar a discussão, esta pesquisa contemplou a análise de 63<sup>68</sup> atas de reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio do IPHAN – da reunião nº 01, ocorrida em 14 de maio de 1992, à reunião nº 66, ocorrida em 09 de dezembro de 2010<sup>69</sup>. A investigação teve como objeto central os pareceres dos relatores dos processos de tombamento de conjuntos urbanos e delimitações de áreas de entorno, incluindo as discussões dos conselheiros, presidentes e da diretoria da instituição quanto ao conceito de patrimônio urbano.

A análise das atas favoreceu a compreensão da lógica estrutural do Conselho e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, bem como a identificação de ideias norteadoras e de seus respectivos agentes, que estão intimamente atrelados às estratégias de patrimonialização no Brasil. A investigação considerou a própria composição do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, dando ênfase aos sujeitos com maior protagonismo nessas discussões. Ao se posicionarem no reconhecimento do patrimônio urbano brasileiro, esses agentes desempenham um papel indispensável à compreensão das permanências e das transformações das narrativas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sobretudo quando seus pareceres podem ser colocados lado a lado da visão construída pelo corpo técnico.

---

<sup>67</sup> CHUVA, 2017. *op. cit.*, p. 200.

<sup>68</sup> As atas disponibilizadas no portal do IPHAN apresentam a numeração até a 66ª reunião. Foi constatada uma lacuna de três reuniões no ano de 2004, que, provavelmente, referem-se às discussões sobre o tombamento do Conjunto Paisagístico do Corredor da Vitória em Salvador/BA. A numeração da Ata da 40ª Reunião do Conselho Consultivo, em 25 de setembro de 2003, que discutiu o caso do tombamento do Conjunto Paisagístico do Corredor da Vitória, em Salvador/BA, é continuada pela Ata da 44ª Reunião do Conselho Consultivo, em 30 de setembro de 2004. A realização de reuniões fechadas do Conselho sobre o caso foi citada nas atas de reunião do ano de 2010.

<sup>69</sup> Foram analisadas, também, as atas das três (03) reuniões ocorridas entre os anos de 1990 e 1992: Ata da 138ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 09 de março de 1990, Ata da 139ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 20 de agosto de 1990 e Ata da 140ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 07 de janeiro de 1991.

Para Mariza Santos, os conselheiros “atuaram também como *autores*, ao elaborarem diversas narrativas, organizadas em torno dos valores sinalizados pela ideia de patrimônio. Deste modo, aos poucos foi se estabelecendo um texto sobre o Brasil, cuja tessitura discursiva foi tramada com os fios do tempo – o passado e o futuro.”<sup>70</sup> A pesquisadora defende que “as atas do Conselho constituem um conjunto discursivo extremamente importante como estratégia de institucionalização do *corpus* discursivo elaborado pelos membros da Academia SPHAN.”<sup>71</sup>

Ainda segundo Mariza Santos, o discurso presente nas atas “possui como produtividade simbólica a capacidade de criar o *real*, de instituí-lo como tal pela força que possui esse discurso de apresentar-se enquanto duplicidade de exemplar do real, e de exibir uma capacidade de verossimilhança com o real.”<sup>72</sup> O objeto, o edifício ou o conjunto reconhecido enquanto patrimônio altera, na concepção de Mariza Santos, sua “classificação social de simples objeto aurático, tornado *monumento*.”<sup>73</sup> Este caráter representativo derivado pelo discurso presente nas atas do Conselho pode, então, ser problematizado a partir da análise das narrativas de seleção, dos contextos de produção dessas narrativas, dos embates gerados e dos agentes que as enunciam.

Cabe ressaltar que, no período aqui estudado, observa-se a participação mais ativa de membros específicos na elaboração de pareceres e relatoria de processos, além de uma participação mais política de outros conselheiros, voltada apenas a tecer comentários nas discussões. Leila Aguiar e Jamile Neto, ao analisarem a participação dos conselheiros até a década de 1970, destacaram a existência de “regras tácitas definidoras de hierarquias dentro do Conselho, as quais diferenciaram os membros com papel determinante e os que apenas possuíam assento nesse órgão colegiado”<sup>74</sup> embora não estivessem previstas hierarquias de participação entre os conselheiros no Decreto-lei 25 de 1937, nem no seu Regimento

<sup>70</sup> SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia Sphan. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Cidadania, Iphan, n. 24, p. 77-98, 1996. p. 94.

<sup>71</sup> Ibid., p. 82. Mariza Santos caracterizou a instituição em sua fase inicial como *Academia SPHAN*, que apresenta, em seus mecanismos de expressão e na discussão de conceitos e ideias, elementos que fazem interpretar o SPHAN como academia. “O SPHAN como instituição torna-se verdadeiramente uma “academia”, ou seja, é a institucionalização de um lugar de fala, que permite a emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a ideia de patrimônio”. SANTOS, 1996, *op. cit.*, p.77.

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> AGUIAR; NETO, 2020. *op. cit.*, p. 224.

Interno.

A própria natureza de constituição do Conselho, de certa maneira, encontra-se definida por participações de cunho mais político e outras de cunho mais técnico. Segundo Marcelo Paiva<sup>75</sup>, o perfil do Conselho ainda é bastante semelhante ao da sua criação em 1938, como caracterizou a historiadora Marcia Chuva, de “notórios integrantes dos campos intelectual e político brasileiros.”<sup>76</sup> Paiva pondera, contudo, que “é notável, nesse período, um crescimento da força doutrinária de conselheiros vindo das universidades, cujas comunidades já vinham se interessando por temas relacionados ao patrimônio e se envolvendo diretamente nas políticas de preservação, nas últimas décadas.”<sup>77</sup> Este engajamento de agentes provenientes da academia, de certo modo, promoveu alguns embates em torno do reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro, trazendo elementos à discussão que fogem do caráter pragmático das políticas de tutela e suas implicações práticas, como no caso das participações dos conselheiros Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses e Nestor Goulart Reis Filho, que formularam conceitos e categorias na tentativa de caracterizar melhor os bens patrimoniais analisados pelo Conselho.

Segundo Maria Alice Carvalho, a relação entre a intelectualidade brasileira e o Estado alterou-se a partir de meados dos anos 1980. Carvalho caracterizou o momento de mudança em três aspectos que consideram: i) a “massificação do acesso de jovens à universidade”, ii) a “consolidação do sistema universitário, com rápida expansão e institucionalização de um sistema nacional de ensino pós-graduado e pesquisa” e iii) a “emergência de uma cultura de ‘sociedade civil’, amplamente escorada em setores do liberalismo histórico de São Paulo e do novo sindicalismo do ABC”<sup>78</sup>. Esses fatores, ainda segundo Maria Alice de Carvalho, culminaram em uma redefinição da relação entre a sociedade e a Universidade, que se vinculará em pautas específicas, de modo que

na nova relação entre Universidade e sociedade, a inscrição pública dos intelectuais não desaparecerá, mas tenderá a se constituir, cada vez mais, a partir de suas agendas especializadas de pesquisa, de suas identificações com áreas temáticas afinadas a interesses de grupos sociais a que muitas vezes pertencem, agregando-se a isso o estabelecimento de nexos com as instâncias de publicização dos artefatos materiais e simbólicos produzidos

---

<sup>75</sup> PAIVA, 2019, *op. cit.*

<sup>76</sup> CHUVA, 2017, p. 229. apud PAIVA, 2019, *op. cit.*, p.197.

<sup>77</sup> PAIVA, 2019, *op. cit.*, p.197.

<sup>78</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 22. Nº 65. Outubro, 2007. p. 26.

na academia, tais como a mídia, agências do Estado ou partidos políticos.<sup>79</sup>

A inclusão de conselheiros vinculados à academia insere-se neste contexto de participação pautada em temas afins e de legitimação recíproca, uma vez que para a autarquia o saber especializado confere valor “incontestável” às decisões e, para os intelectuais, a visibilidade e a homologação de suas decisões reforçaria o papel social da academia nas discussões sobre o patrimônio cultural nacional. O impacto e a consequência das decisões do Conselho repercutem, também, nas redes de relações estabelecidas pelos conselheiros, no processo de dupla legitimação dos lugares ocupados por esses agentes. Deste modo, como argumentam Leila Aguiar e Jamile Neto, sobre a atuação dos conselheiros entre 1938 e 1966, é possível identificar que “Ser conselheiro do Sphan ratificava suas ‘ilustres trajetórias’ e construía novas significações e redes de sociabilidades para suas trajetórias profissionais.”<sup>80</sup>

Sobre a elaboração dos pareceres e a erudição dos conselheiros, Nestor Goulart, em reunião ocorrida em 2005, destacou a qualidade dos textos produzidos no âmbito do Conselho, elogiando o parecer do conselheiro Ítalo Campofiorito

suas palavras tem um defeito: elas ocultam a qualidade literária dos seus textos. Esse parecer, para mim pelo menos, traz um problema novo: o de pensar em tombar o parecer, além do Cristo. E me faz pensar na conveniência de sugerir à Academia Brasileira de Letras a busca de candidatos neste Conselho.<sup>81</sup>

As narrativas dos conselheiros apresentam-se, em muitos casos, como um processo de homologação recíproca, que pode ser entendido enquanto um mecanismo de afirmação da legitimidade e coesão do grupo de intelectuais que compõem o Conselho. Esta recorrente concordância e deferência ao parecer dos pares mostra-se como uma tentativa de fortalecer a autoimagem do Conselho enquanto organismo coeso, íntegro e “desinteressado”. Com o intuito de fortalecer um discurso coletivo unificado, nesse processo de homologação recíproca das narrativas, as dissonâncias e os interesses políticos parecem, à primeira vista, distantes do Conselho Consultivo. As narrativas, contudo, são produzidas por sujeitos, que provêm de grupos sociais da elite brasileira, possuem formação intelectual e articulação política diversas. O espaço do Conselho, é nesse sentido, também lugar de tensões e dissensos. Como aponta Laurajane Smith, entender a origem desses agentes auxilia a

---

<sup>79</sup> Ibidem.

<sup>80</sup> AGUIAR; NETO, 2020. *op. cit.*, p. 226.

<sup>81</sup> IPHAN, 2005b. Ata da 47ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. pp. 15-16.

compreensão do que se define enquanto identidade nacional.

O discurso do patrimônio, ao fornecer um senso de comunidade nacional, deve, por definição, ignorar a diversidade de experiências culturais e sociais subnacionais. Em última análise, o discurso baseia-se em um senso de experiência muito restrito do que é patrimônio e o que pode significar incorporar prontamente identidades subnacionais. Na narrativa da nação, o discurso do patrimônio também **promove explicitamente a experiência e os valores das classes sociais de elite.**<sup>82</sup>

Na primeira reunião<sup>83</sup> após a interrupção dos trabalhos do Conselho, entre 1991 e 1992, no Governo Collor, 54 anos após a criação da instituição, Sérgio Paulo Rouanet<sup>84</sup>, então Secretário de Cultura, defendeu que “Era tal a importância, prática e simbólica, do Conselho Consultivo, para o Serviço do patrimônio, e tão entranhado o *esprit de corps* de seus membros na sua solidariedade com a direção que é possível conhecer a história da instituição através das atas das sessões.”<sup>85</sup> A “solidariedade com a direção” caracterizada por Sérgio Paulo Rouanet como traço do Conselho reforça a ideia de um grupo coeso em suas decisões, sem abertura a controvérsias. A análise das atas, contudo, evidenciou as divergências nas formas de interpretar o patrimônio cultural brasileiro.

A documentação analisada apresentou, sobretudo, disputas entre interpretações do patrimônio cultural vinculadas à permanência da tradição institucional, na qual os bens culturais selecionados representam a identidade nacional quando da criação do Iphan, e ideias inovadoras que propuseram mudanças e ampliações dos critérios de seleção, vinculando-se ao alargamento do conceito de patrimônio cultural estabelecido na Constituição Federal de 1988 e fruto das discussões internacionais após a década de 1960. Essas tensões acentuam-se à medida em que novas pautas passam a integrar as reuniões do Conselho e em que novas categorias de patrimônio se incorporam à atribuição do Iphan.

De acordo com Marcia Chuva, a construção da identidade nacional brasileira pautou-se no recorte de bens culturais representativos do barroco mineiro e da arquitetura tradicional do período colonial. Desta forma, as narrativas de seleção produziram um discurso

---

<sup>82</sup> SMITH, 2006. *op. cit.*, p. 30. Tradução e grifos nossos.

<sup>83</sup> A numeração das atas e das reuniões foi reiniciada após a extinção do Conselho Consultivo.

<sup>84</sup> O advogado e diplomata carioca, Sérgio Paulo Rouanet, foi Secretário de Cultura da Presidência da República entre os anos de 1991 e 1992.

<sup>85</sup> IPHAN, 1992a. Ata da Sessão de Instalação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – Primeira reunião ordinária, em 14 de março de 1992. p. 02-03.

institucional que se vincula à ideia de perda<sup>86</sup> e de nação.

No Brasil, designou-se como patrimônio histórico e artístico nacional, basicamente, aquilo que foi classificado como arquitetura tradicional do período colonial, representante “genuína” das origens da nação. (...) A escolha do que se pretendia identificar como constituinte da nação resultou na seleção de bens que representassem a história remota e originária, inscrita num “tempo homogêneo e vazio”, revelando a construção de uma história da nação fundada na possibilidade de construir heróis nacionais que deviam informar as ações no futuro e conter as diferenças no presente, distanciando-se dele.<sup>87</sup>

A referida história vinculada a “heróis nacionais” e “inscrita num ‘tempo homogêneo e vazio’” pode ser associada, também, à autoimagem do próprio Iphan, que pela força do discurso produzido, cristalizou a trajetória institucional em personagens “irretocáveis”, a exemplo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa e Mário de Andrade, e na consolidação dos exemplares em “pedra e cal” representativos do barroco e do período colonial como patrimônio cultural. A força discursiva é tamanha que ecoa nas narrativas de seleção nos anos 1990, como veremos nos capítulos seguintes. Alguns conselheiros atuaram como verdadeiros “sacerdotes do velho Iphan”.

A despeito do alargamento do conceito de patrimônio cultural em âmbito nacional e internacional, o apego aos fundadores do Iphan parece carecer de constante rememoração para a perpetuação do discurso institucional fundador. É o caso, por exemplo, do depoimento do conselheiro e jurista Modesto Carvalhosa, em reunião ocorrida em 1992, na qual criticou e defendeu que era equivocada a interpretação de que o conselho tinha se voltado apenas para o patrimônio “pedra e cal” e argumentou que “o conceito patrimônio cultural inserido na Constituição de 1988 - dentro da linha do pensamento de Rodrigo Mello Franco de Andrade e Mário de Andrade - é fruto do trabalho do Conselho através de comissão designada para atuar junto aos constituintes.”<sup>88</sup> Carvalhosa presidiu a Comissão do

---

<sup>86</sup> José Reginaldo Gonçalves explora a ideia de perda nas narrativas institucionais do Iphan, ver em: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda. Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

<sup>87</sup> CHUVA, 2017, *op. cit.*, p. 42.

<sup>88</sup> IPHAN, 1992a. p. 10. No mesmo ano, o conselheiro e jurista Modesto Carvalhosa defendeu a classificação da trajetória do atual IPHAN em três fases: a *fase heroica* (1930-1940); a *fase capitalista* (1950-1980) e a *fase da pobreza* (1980 – 1992), fase na qual a crise econômica impactou significativamente as políticas de preservação; defendeu, contudo, o fortalecimento dos movimentos sociais brasileiros: “frutos mesmo das enormes dificuldades econômicas sofridas pela sua população, e que se traduzem por conscientização de outros valores ligados à qualidade de vida e à consequente necessidade de preservação da memória e do meio ambiente. Misturam-se demandas de lazer, de identidade social e histórica, frutos da momentânea impossibilidade de

Iphan para a formulação da CF de 1988. Tal defesa parece apontar para a construção de uma autoimagem do Conselho, tendo como referência sacralizada as figuras de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade.

É interessante notar que algumas posturas de um mesmo conselheiro oscilam entre uma visão mais plural e abrangente do patrimônio cultural e dos valores atribuídos, tendo como referência a CF de 1988, e uma defesa pela permanência da estratégia de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro enquanto “homogêneo”, vinculado ao discurso seletivo adotado pelo órgão na década de 1930. É novamente o caso, por exemplo, do conselheiro Modesto Carvalhosa, que defendeu o alargamento do conceito de patrimônio após a Constituição Federal de 1988. Segundo ele, “aos prédios de valor arquitetônico acrescenta-se tudo aquilo que possua valor estimativo para as populações e contribua para a preservação da memória e das tradições das comunidades.”<sup>89</sup> No entanto, quando da comemoração dos 60 anos do atual IPHAN, em 1997, o mesmo conselheiro retomou a argumentação da divisão da trajetória institucional em três fases<sup>90</sup>, e caracterizou a última e atual como “a da miséria urbana, que dramaticamente se acrescenta a especulação imobiliária. As cidades brasileiras, grandes e médias, e até os pequenos núcleos urbanos estão invadidos pelas favelas que se alastram no entorno dos marcos mais significativos de nosso patrimônio cultural.”<sup>91</sup> Citou a transformação e expansão urbana da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, e defendeu que “O adensamento urbano agora não mais se faz somente pela especulação, mas pela invasão, em meio a uma pobreza criada por um país que, cada vez mais, perde a sua homogeneidade social e cultural.”<sup>92</sup>

---

encontrar-se no progresso econômico individual e coletivo a significação única dos projetos e dos sonhos das pessoas.” Ata da 3ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 1992c. p. 08-09.

<sup>89</sup> IPHAN, 1994a. Ata da 6ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 07.

<sup>90</sup> “A primeira foi a do **abandono**. Rodrigo e seus dedicados colaboradores resgatam, notadamente, os **patrimônios barrocos do século dezoito**, em meio à rarefação populacional e a decadência dos sítios que os acolhem. **Não fosse essa escolha do partido artístico e arquitetônico que se fez na época, poder-se-ia dizer que o mais importante da arte brasileira teria sido perdida**. Não há porque criticar, naqueles anos heroicos (sic), um viés de elitismo. A seletividade dos monumentos históricos tombados na primeira fase da obra de Rodrigo seguiram (sic), ao mesmo tempo, uma coerência e uma urgência a que o Brasil deve hoje os frutos desse resgate exemplar dos nossos bens culturais mais preciosos. Seguiu-se a fase do galopante adensamento urbano dos anos 50 e seguintes, que levaram a uma devastadora **especulação imobiliária**, que não apenas ameaçou, como efetivamente destruiu marcos fundamentais em pedra e cal e, conseqüentemente, frustrou o seu uso social, com irreparáveis danos à cultura brasileira.” Ata da 11ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 1997. p.07-08. Grifos nossos.

<sup>91</sup> IPHAN, 1997. Ata da 11ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p.07-08.

<sup>92</sup> *Ibidem*.

Segundo Modesto Carvalhosa, o patrimônio em risco associa-se à ideia de identidade nacional e ao patrimônio em pedra e cal. A perda da “homogeneidade social e cultural”, apontada pelo conselheiro, parece relacionar-se à ideia de nação e sua representação na fase inicial do Iphan, na qual a identidade brasileira vinculava-se ao barroco mineiro e ao período colonial e suas expressões artísticas. Essa visão calcava-se na projetada homogeneidade das linguagens formais e estilísticas selecionadas para a construção de uma identidade nacional. Apesar dos reconhecimentos posteriores e do alargamento da noção de patrimônio cultural apresentada na CF de 1988, em 1997, a referência ao “homogêneo” permanece. A defesa da tradição - no contexto de ampliação conceitual promovida pela CF de 1988 - não é mais consensual; no entanto, as narrativas associadas à tradição institucional são resilientes.

O embate entre as narrativas dos participantes das reuniões do Conselho evidencia o processo rico de construção discursiva da instituição pós Constituição Federal de 1988. Na mesma reunião ocorrida em 1997, o pronunciamento que antecede a argumentação do conselheiro Modesto Carvalhosa, sobre a comemoração dos 60 anos do Iphan, foi do então Ministro da Cultura Francisco Weffort, que caracterizou o Conselho Consultivo como “espaço em que Estado e sociedade se reúnem para delinear os contornos do nosso patrimônio cultural”<sup>93</sup> e o patrimônio tombado como “a parte mais visível da ação do Estado na área da cultura.”<sup>94</sup> Ele defendeu a necessidade de considerar a diversidade cultural brasileira nas representações para a construção de “uma imagem do Brasil”. Segundo o Ministro Weffort:

Cabe ao IPHAN identificar os marcos mais significativos de nossa trajetória como nação, e seu trabalho será tanto mais representativo de nossa pluralidade cultural **quanto mais diversificado for esse patrimônio, contemplando não só nossas raízes luso-brasileiras, como as nossas origens indígenas, a presença africana e as inúmeras contribuições de outras etnias e culturas, presentes desde o início de nossa história (...)**É preciso que todos os que compõem a nação brasileira possam se identificar com suas representações. Passando os olhos pelos Livros de Tombo, verifico que **as inscrições estão longe de espelhar o universo cultural diversificado a que me referi.** A julgar o Brasil por esse retrato, **somos uma nação quase que exclusivamente branca, luso-brasileira, católica, em que mesmo nossas raízes indígenas e africanas praticamente não deixaram rastro.** Sei que o IPHAN tem consciência dessas lacunas, e que há alguns anos vem se manifestando sobre a necessidade de reconhecer como patrimônio

---

<sup>93</sup> Ibid. p.02.

<sup>94</sup> Ibidem.

também os testemunhos histórica e culturalmente significativos de outras de nossas heranças culturais.<sup>95</sup>

A contestação do estoque patrimonial e sua representatividade vincula-se à defesa do plural, contudo, ainda sob o jugo do nacional. A defesa pela diversificação do estoque patrimonial associa-se a uma perspectiva crítica da trajetória institucional, apresentando lacunas nos bens selecionados e evidenciando a concepção de patrimônio cultural derivada da noção de identidade nacional. O Ministro concluiu ressaltando a junção entre tradição e vanguarda na criação do IPHAN e na formulação de suas políticas e enalteceu o papel do Conselho, enquanto espaço de junção entre Estado e sociedade para decisão do que é patrimônio brasileiro, como algo inovador nos anos 1930.

Concluindo, lembro que a origem do IPHAN está ligada a um grupo que, liderado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, soube aliar **tradição e vanguarda**, traço que Aloísio Magalhães procurou recuperar décadas mais tarde, ao retomar o anteprojeto de Mário de Andrade. Essa característica estava presente **não apenas na concepção de patrimônio, mas também na de uma política pública** voltada para a proteção do que hoje a linguagem jurídica denomina de interesses difusos, que são valores que pertencem à coletividade, inapropriáveis individualmente. **O instituto do tombamento foi um dos instrumentos pioneiros no reconhecimento da função social da propriedade**, e a criação deste Conselho significou **a abertura, dentro de uma instituição estatal, de um espaço onde Estado e sociedade se reúnem para a tomada de decisões**. Hoje, esses procedimentos já estão disseminados, mas eram pouquíssimo usuais nos anos trinta, quando foram instaurados no SPHAN.<sup>96</sup>

A referida junção entre tradição e vanguarda, que permeia várias análises da trajetória institucional, em muitos casos carece de um aprofundamento crítico das heranças dessa conexão. O culto aos agentes do patrimônio e a força discursiva do “velho Iphan” parecem sempre mais sedutores e as possibilidades de transformação das narrativas de seleção, em certa medida, ficam à deriva.

Como já mencionava Sérgio Miceli, ao analisar as relações entre intelectuais e a classe dirigente no Brasil entre os anos 1920 e 1945, a dificuldade de adoção de uma postura crítica frente ao legado de uma tradição persiste como um dilema: “são alguns dos processos que fazem do estudo desse período [1920-1945] um passo importante para esclarecer os dilemas que hoje enfrentamos como **herdeiros de uma tradição** que pesa tanto mais enquanto não nos dispusermos a encará-la de frente e a **refrear a dosagem de clichês na apreciação de**

---

<sup>95</sup> Ibid., p.02-03.

<sup>96</sup> Ibid., p.04.

**seu legado.**<sup>97</sup> Os “clichês” na apreciação do legado institucional, no caso do Iphan, no recorte temporal analisado, foram evocados nas narrativas de seleção patrimonial e nas discussões do Conselho.

No entanto, no tocante ao patrimônio urbano, é possível observar que alguns agentes assumiram papel importante na introdução de novas referências e reflexões para a interpretação do patrimônio cultural brasileiro no período analisado. No sentido de amparar possíveis transformações nos modos tradicionais de valoração do patrimônio urbano, podemos apontar as contribuições dos conselheiros Nestor Goulart Reis Filho e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, como veremos nos capítulos 03 e 04 da tese, respectivamente. É possível, ao mesmo tempo, perceber a tendência de permanência de certas posturas consideradas tradicionais pelo Iphan. Estes posicionamentos parecem atrelados, em certa medida, a agentes que participaram ativamente da trajetória institucional, como é o caso do conselheiro e arquiteto Augusto da Silva Telles. Com o intuito de entender a rede de relações entre esses agentes, e analisar o contexto das narrativas de seleção considerando o lugar de fala desses conselheiros, além da própria composição do Conselho Consultivo, adotamos os conselheiros como fios condutores da narrativa desta tese.

## 2.1 A composição do Conselho, entre sacerdotes e profetas

O período analisado é marcado por constantes transformações políticas que impactaram em arranjos e rearranjos institucionais. As alterações da presidência do Iphan são evidências desta oscilação política.

Entre os anos 1990 e 2010, o Iphan foi dirigido por 07 (sete) presidentes: Jayme Zettel<sup>98</sup> (1992-1993), Francisco Manoel de Mello Franco<sup>99</sup> (1993-1994), Glauco Campello<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.79. Grifo nosso.

<sup>98</sup> Arquiteto carioca graduado pela Faculdade Nacional de Arquitetura em 1956, no Rio de Janeiro, trabalhou com Lucio Costa, foi professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB e ocupou a presidência do Iphan, então IBPC, entre os anos 1992 e 1993.

<sup>99</sup> Engenheiro mineiro e parente de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi o primeiro presidente do Iphan. Em: GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *Trajétórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008)*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

<sup>100</sup> Arquiteto paraibano, iniciou a graduação em Arquitetura na Escola de Belas Artes da UFPE, mas se graduou pela Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1959, no Rio de Janeiro. Foi estagiário de Oscar Niemeyer e integrou a equipe de Brasília. Em 1982, assumiu a 6ª Diretoria Regional da SPHAN (Rio de Janeiro e Espírito Santo) por indicação de Aloísio Magalhães. Em 1994, assumiu a presidência do Iphan, então IBPC,

(1994-1999), Carlos Henrique Heck<sup>101</sup> (1999-2003), Maria Elisa Costa<sup>102</sup> (2003-2004), Antônio Augusto Arantes<sup>103</sup> (2004-2006) e Luiz Fernando Almeida<sup>104</sup> (2006-2012). De forma antagônica ao período inicial da instituição, caracterizado pela continuidade de seu presidente - Rodrigo Melo Franco de Andrade, que ocupou o cargo por trinta anos -, este recorte temporal é marcado por reconfigurações políticas e administrativas que impactaram a estrutura organizacional do Iphan, bem como, o seu papel na tutela dos bens culturais brasileiros.

Cada presidente tentou imprimir suas visões relativas à identificação e gestão do patrimônio cultural, relacionadas à conjuntura política de cada momento. Destaca-se a conexão de vários dos presidentes do órgão, no período, com os arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, além da formação pela Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro.

---

permanecendo até 1999. THOMPSON, Analucia (org.). Verbetes. *Entrevista com Augusto da Silva Telles*. Série Memórias do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. P. 202.

<sup>101</sup> Arquiteto e urbanista paulistano, graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1964), onde também fez especialização em Museologia (1965) e em Evolução Urbana (1967). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1998), onde leciona desde 1986. Foi presidente do CONDEPHAAT (1996 – 1998), segundo dados consultados na plataforma lattes do CNPq.

<sup>102</sup> Filha do urbanista Lucio Costa, Maria Elisa graduou-se em arquitetura pela Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1958, no Rio de Janeiro. Realizou projetos em parceria com o arquiteto Marcelo Suzuki e com os arquitetos Augusto Guimarães Filho e Sérgio Porto, com os quais desenvolveu análise sobre a área tombada de Brasília. Em entrevista concedida a Antônio Agenor Barbosa, publicada no portal *vitruvius*. Acesso em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/05.018/3329>.

<sup>103</sup> Primeiro presidente a ser nomeado pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil, o cientista social paulista graduou-se pela Universidade de São Paulo – USP (1965), onde também realizou seu mestrado em Antropologia (1969). Fez doutorado em Antropologia Social pelo King's College, da Universidade de Cambridge (1978). Participou da criação do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, ao qual está vinculado desde 1968. Presidiu a Associação Brasileira de Antropologia - ABA e foi Secretário Geral da Associação Latino Americana de Antropologia. Foi, também, presidente do CONDEPHAAT (1983 - 1984), e do CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, onde exerceu o cargo de Secretário de Cultura (1984 – 1988). Em entrevista concedida a Celso Castro, Antônio Augusto Arantes defendeu que o convite para a presidência do Iphan partiu da sua experiência no campo do patrimônio imaterial. Arantes, assim, justificou: “Então, o primeiro contato que foi feito comigo foi para que eu fosse diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial. Isso foi em dezembro, mais ou menos. E eu cheguei a assumir esse departamento por um mês, uma coisa assim, mas logo em seguida veio o convite para que eu me tornasse presidente do Iphan. Por conta da importância dessa política, eles tinham feito sondagens em relação ao meu nome... Foi, de fato, uma iniciativa deles e sem nenhum envolvimento político nem partidário, nada disso;” NETO, Antônio Augusto Arantes. Antônio Augusto Arantes Neto (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 55min), p.42.

<sup>104</sup> Arquiteto mineiro, Luiz Fernando de Almeida acumulou a presidência do órgão com a coordenação nacional do Programa Monumenta. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas – SP, fez mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU/USP, trabalhou como professor nas Universidade Católica de Santos (SP), Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e Universidade Paulista e como consultor de diversos projetos e intervenções urbanas. Antes de assumir a presidência do Iphan, já coordenava nacionalmente o Programa Monumenta, segundo dados extraídos do portal do Iphan, disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2546/presidente-do-iphan>.

De modo geral, a partir da análise das atas do Conselho, que é dirigido pelo presidente do Iphan, observa-se um culto à trajetória institucional e aos agentes que participaram da fundação do órgão. A filiação dos presidentes no período analisado aos agentes que participaram da criação do Iphan pode justificar, em certa medida, as narrativas lisonjeiras em relação à trajetória institucional. É o caso de Jayme Zettel, Glauco Campello, Francisco Manoel de Mello Franco e Maria Elisa Costa. Os dois primeiros trabalharam com Lúcio Costa e os dois últimos são parentes de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Lúcio Costa, respectivamente.

Alguns mandatos foram curtos, com duração de um ano ou menos, como é o caso de Jayme Zettel, Francisco Manoel de Mello Franco e Maria Elisa Costa, e refletem as frequentes alterações no cenário político da época.

As permanências dos arquitetos Glauco Campello e Luiz Fernando Almeida na presidência do órgão foram as mais duradouras, cinco (1994-1999) e seis anos (2006-2012), respectivamente. A instabilidade política e a variação da posição ocupada pela cultura nas estratégias de governo no início dos anos 1990 é perceptível na análise das pautas e pleitos do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan. As gestões de Antônio Augusto Arantes e de Luiz Fernando de Almeida, neste sentido, constituíram-se em um momento de maior estruturação do órgão e definição de frentes de trabalho<sup>105</sup>.

As reestruturações organizacionais, com a inserção de novos campos disciplinares e novo corpo técnico advindo dos concursos públicos, promoveu, ao longo dos anos, a renovação de agentes e o arejamento das concepções de patrimônio cultural. Tal velocidade de transformação do corpo técnico da instituição, entretanto, não pode ser identificada em seu Conselho Consultivo. A dinâmica de renovação dos conselheiros possui um outro ritmo, mais lento, que se traduz, também, na resiliência das narrativas de seleção, consolidando o sacerdócio.

A relação de culto à trajetória institucional também marca o depoimento de alguns presidentes, o que se destaca na menção de Carlos Heck quanto à dificuldade em sentar na

---

<sup>105</sup> Foram realizados dois concursos públicos, nos anos de 2004 e de 2009, que incorporaram 242 e 187 funcionários, respectivamente, à instituição. Estes concursos promoveram a incorporação de “uma gama variada de profissionais para cargos técnicos nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Antropologia, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Integrados, Educação, Engenharia Civil, História, História da Arte e Museologia, potencializando e revigorando a ação do Instituto.” PAIVA, 2019. *op. cit.*, p. 47. A incorporação de novos campos disciplinares à instituição, bem como a transformação em autarquia, que conferiu maior autonomia ao órgão, ocupando posição mais estratégica dentro do MinC, repercutiu nas formas de seleção dos bens culturais no período.

cadeira ocupada por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em reunião ocorrida em 1999, o conselheiro Ângelo Oswaldo destacou algumas curiosidades relativas ao Iphan, como a ausência da fotografia do Presidente da República na sala da presidência do órgão:

Estou reconhecendo, nesta sala, um conjunto de móveis e objetos reunido por Aloísio Magalhães quando foi Secretário da SPHAN. Um Brennand, um Artur Pereira, um Glauco Rodrigues. Ele escolheu exatamente essas peças, essa mesa, de Lúcio Costa, também as cadeiras vistas na entrada. Considero válida a reconstituição desse conjunto significativo e evocativo da cultura brasileira tal como Aloísio o conceituou, incluindo aqueles bancos indígenas zoomórficos. No Patrimônio, há uma série de curiosidades. O gabinete do Rio de Janeiro tem uma escultura de uma índia nua, obra de Celso Antônio. Foi a maneira encontrada por Rodrigo Melo Franco de Andrade para não colocar o retrato do Getúlio Vargas na parede. Então, aquela indiazinha está ali e é simbólica. **O IPHAN é a única repartição que nunca teve retrato de Presidente da República, porque havia uma índia nua.** Eles achavam que o retrato do Presidente ia quebrar a estética do gabinete e valeram-se do stratagemata.<sup>106</sup>

A associação dos objetos selecionados para compor a ambientação da instituição aos seus antigos dirigentes fornece algumas pistas sobre a forma de contar a história institucional. A escolha de uma “índia nua” no lugar do retrato do Presidente da República, da forma como narrado, parece reforçar a ideia de que o Iphan, desde sua criação, possuía autonomia administrativa e considerava a diversidade dos grupos formadores da identidade nacional, o que não se confirma quando do estudo do estoque patrimonial selecionado, ou, ainda, considerando os contextos de produção de tais narrativas de seleção. Após o comentário do conselheiro Ângelo Oswaldo, o presidente Carlos Heck revelou “sentir algum **constrangimento ao sentar-se à mesa de Rodrigo**, preferindo em alguns momentos a mesa de reuniões.”<sup>107</sup>

Como o Conselho é composto por membros indicados pelo presidente do órgão, sofreu supressões e acréscimos neste intervalo temporal. Outro fator determinante das alterações na sua composição foi a estruturação político-administrativa que o órgão sofreu no Governo Lula, particularmente na gestão do ministro Gilberto Gil. O acréscimo de participações institucionais coadunou com a articulação política conferida ao órgão neste período. De forma a mapear esta transformação na composição do Conselho, apresentaremos sua constituição em 1992, primeira reunião após a paralisação das atividades no período do Governo Collor, e em 2010, final do recorte temporal da tese.

---

<sup>106</sup> IPHAN, 1999d. Ata da 20ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 27.

<sup>107</sup> Ibidem.

Na primeira reunião, em 1992, o Conselho contava com a seguinte composição: o arquiteto Eduardo Kneese de Mello; o fotógrafo, crítico de arte, e colecionador Gilberto João Carlos Ferrez; o empresário e advogado José Ephim Mindlin; a arqueóloga Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão; a política Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco; o almirante da Marinha Max Justo Guedes; o advogado Modesto Souza Barros Carvalhosa; o advogado e economista, Roberto Cavalcanti de Albuquerque; o advogado, historiador brasileiro e, então, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Américo Lourenço Jacobina Lacombe; o historiador Francisco Iglésias; o cientista social e professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Gilberto Cardoso Alves Velho e do, então, Diretor do Museu Nacional, Arnaldo Campos dos Santos Coelho. A partir desta reunião, ocorrida em 1992, o Conselho passou a contar com a representação do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA no seu quadro de conselheiros, “considerados enquanto grupos organizados da sociedade civil interessados na questão do patrimônio.”<sup>108</sup> O IAB foi representado por Carlos Alberto Cerqueira Lemos; o ICOMOS, por Dalmo Vieira Filho e o IBAMA, por Bráulio Ferreira de Souza Dias.

Com o intuito de entender melhor as “vozes” que compõem o Conselho, buscando mapear as origens sociais, o capital social adquirido, as formações intelectuais e os mandatos desses conselheiros, lançamos mão da ferramenta de análise – quadro de caracteres pertinentes - proposta por Pierre Bourdieu e explorada por Sérgio Miceli para caracterização social dos romancistas, entre 1920-1945<sup>109</sup>. Deste modo, procuramos identificar o ano de nascimento, a formação e a instituição vinculada a esta formação, dados relevantes da trajetória profissional, tipo de representação - institucional ou da sociedade civil – e permanência no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, como apresentado no **Quadro 1** a seguir.

---

<sup>108</sup> IPHAN, 1992. Ata da Sessão de Instalação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – Primeira reunião ordinária, em 14 de março de 1992. p. 5.

<sup>109</sup> MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.164.

**QUADRO 01 | QUADRO DE CARACTERES PERTINENTES – Conselheiros na composição em 1992**

Conselheiros   Composição em 1992	Data e lugar de nascimento	Formação	Instituição de Formação	Ano de formação	Carreira	Tipo de representação	Permanência no CCPC
Eduardo Kneese de Mello	1906 São Paulo	Arquitetura e Engenharia	Escola de Engenharia da Mackenzie	1931	Foi professor da Escola de Engenharia da Mackenzie e da FAU/USP. Atuou como membro do CONDEPHAAT (1980 – 1982). Trabalhou com Luís Saia - Diretor da Regional do Iphan em São Paulo, que substituiu Mário de Andrade na função, em 1946, e atuou no cargo por quase 40 anos – no pavilhão da Bienal Internacional de Arte de São Paulo, no Parque Trianon e com Oscar Niemeyer no projeto do Parque Ibirapuera (1951-1954), em São Paulo, e no projeto e construção de Brasília (1956-1960), dentre vários projetos que realizou.	Sociedade Civil	11 anos (1983 - 1994)
Gilberto João Carlos Ferrez	1908 Rio de Janeiro	Fotógrafo, crítico de arte	-	-	Bisneto do escultor Zepherin Ferrez, neto do fotógrafo Marc Ferrez e filho do cineasta e comerciante Júlio Ferrez, Gilberto Ferrez deu continuidade aos negócios do pai e colecionou livros raros e iconografias de cidades brasileiras entre os séculos XVI e XIX. Dedicou-se ao estudo das transformações urbanas de cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife e à análise da produção artística de viajantes brasileiros. Foi um grande propagador do uso da fotografia enquanto documento importante para a compreensão da cidade e dos bens culturais, defendendo seu valor histórico e museológico e promovendo a sua incorporação nas rotinas institucionais, acadêmicas e editoriais brasileiras. Em 1946, publicou na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional artigo intitulado <i>A Fotografia no Brasil e um de Seus Mais Dedicados Servidores: Marc Ferrez</i> .	Sociedade Civil	42 anos (1958 - 2000)
José Ephim Mindlin	1914 São Paulo	Direito	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	1936	De família descendente de judeus russos que emigraram para o Brasil, o empresário, bibliófilo, editor e advogado paulista, José Ephim Mindlin atuou, na década de 1930, como repórter e redator do jornal <i>O Estado de São Paulo</i> . Exerceu a profissão de advogado até 1950, quando fundou a empresa Metal Leve S/A. Na presidência da empresa, a partir dos anos 1970, patrocinou a reedição de livros de arte e literatura e de diversas revistas, tais como a <i>Revista da Antropofagia</i> , <i>Revista do Salão de Maio</i> e a <i>Verde</i> . Foi Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, em 1975. Enquanto Secretário, envolveu-se na publicação e reedição de títulos da literatura nacional, em intervenções na Pinacoteca do Estado, no Arquivo Público e na Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. Assumiu a vice-presidência da Congregação Israelita de São Paulo - CIP, ainda na década de 1940, atuando no suporte de judeus perseguidos por regimes fascistas, e foi membro do Conselho da Sociedade Amigos da Biblioteca Nacional e da Casa de Cultura de Israel.	Sociedade Civil	20 anos (1980 -2000)
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	1934 Macaé, Rio de Janeiro	Licenciatura em Geografia e História	Universidade Federal Fluminense	1956	Doutor em Antropologia e em Geologia pela UFRJ. Coordenou a missão franco-brasileira de pesquisa em Lagoa Santa, em Minas Gerais, entre os anos de 1970 e 1977. Foi casada com o ex-Ministro de planejamento durante o governo militar, o economista Hélio Beltrão. Desde 1966, é membro vitalício do Conselho Permanente da <i>Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protobistoriques</i> - UNESCO, desde 1985, do Conselho Permanente da <i>Association Internationale pour l'Étude de la Paléontologie Humaine</i> - UNESCO e, desde 1980, é membro da <i>Society for American Archaeology</i> .	Sociedade Civil	17 anos (1983 -2000)
Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco	1907 Belo Horizonte	-	Universidade de Genebra, Suíça	-	Mineira e irmã de Afonso Arinos, também conhecida como Miminha, Maria do Carmo Cesário Alvim de Mello Franco, filha do Ministro das Relações Exteriores do Governo Vargas, Afrânio de Mello Franco de Andrade e, por sua vez, prima de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro presidente do Iphan. Em 1931, casou-se com José Thomaz Nabuco de Araújo, filho de Joaquim Nabuco e advogado formado na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Atuou em obras de restauração em Tiradentes, na década de 1970, e na obtenção de recursos do Governo do Estado de Minas Gerais e da Embratur, na década de 1980, para projetos paisagísticos das praças de Tiradentes, de autoria de Roberto Burle Marx. Foi presidente da Sociedade dos Amigos do Sítio Burle Marx.	Sociedade Civil	8 anos (1992 -2000)
Max Justo Guedes	1927 Rio de Janeiro	Almirante da Marinha	Escola Naval do Brasil	1971	Especialista em História Naval Brasileira e em História da Cartografia, dirigiu o Serviço de Documentação Geral da Marinha e criou o Museu Naval e Oceanográfico, no final da década de 1960. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB, das <i>Academias Argentinas e Chilena de la Historia</i> , Academia de Marinha, em Portugal, Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai e da <i>Society for History of Discoveries</i> .	Sociedade Civil	23 anos (1977 -2000)
Modesto Souza Barros Carvalhosa	1932 São Paulo	Direito	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	1957	Doutor em Direito (1966), também foi bolsista do Governo Italiano de pós-doutoramento, em 1967, junto ao Instituto de Direito Econômico da Universidade de Camerino. Professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, desde 1977, participou de várias causas em defesa do patrimônio cultural. Em 1982, participou da elaboração do <i>Anteprojeto de lei que dispõe sobre a Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental Urbano do Município de São Paulo</i> , transformado em <i>Lei Municipal nº 9.725</i> , de 02 de julho de 1994, em conjunto com o Prof. Benedito Lima de Toledo. Foi presidente do CONDEPHAAT, órgão de preservação do patrimônio histórico do Estado de São Paulo (1984 – 1987), durante a sua gestão foram tombadas áreas urbanas e áreas naturais no estado de São Paulo, como Jardins América, Europa, Paulista e Paulistano, e a Serra do Mar. No ano de 1987, presidiu a Comissão do IPHAN “destinada a propor os artigos da futura Constituição Federal de 1988, referentes à preservação do patrimônio histórico nacional, que foram adotados em sua integralidade”.	Sociedade Civil	14 anos (1986 -2000)
Roberto Cavalcanti de Albuquerque	1939 Recife	Direito	Faculdade de Direito do Recife	1961	Possui pós-graduação na Universidade de Columbia, em Nova Iorque (1964). Foi professor titular em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (1962 – 1990), professor visitante da Universidade de Harvard, nos anos de 1964, 1966 e 1968, do Instituto Internacional de Administração Pública, em Paris, em 1983, e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro (1985 – 1990). Atuou como superintendente do Ipea, secretário de Planejamento da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1974 – 1979), como secretário-geral adjunto e secretário-geral do Ministério do Interior (1979-1985). É autor do livro “Coronel, Coronéis” (1965) em conjunto com o advogado pernambucano Marcos Vilaça.	Sociedade Civil	18 anos (1982 – 2000).
Francisco Iglésias	1923 Pirapora, MG	Licenciatura em Geografia e História	UFMG	1943	Em 1945, fundou junto aos amigos Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino, Autran Dourado, Wilson Figueiredo a revista literária <i>Edifício</i> . Atuou como professor na Faculdade de Ciências Econômicas – Face/UFRJ, onde ensinou História Econômica Geral e do Brasil e História Social e Política do Brasil.	Sociedade Civil	13 anos (1985 – 1998)
Américo Lourenço Jacobina Lacombe	1909 Rio de Janeiro	Direito	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	1931	Cresceu no Curso Jacobina, no Rio de Janeiro, sob a orientação de sua mãe Isabel Jacobina Lacombe. Estudou em Belo Horizonte, na infância, com o escritor Guimarães Rosa. Durante a graduação, teve sua vida acadêmica povoada por figuras como: San Tiago Dantas, Antônio Gallotti, Elmano Cruz, Aroldo Azevedo, Almir de Andrade, Hélio Viana, Otávio de Faria, Vicente Chermont de Miranda, Antônio Balbino, Gilson Amado, Thiers Martins Moreira, Plínio Doyle e Vinicius de Moraes. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito, em 1931, no Rio de Janeiro, onde também fez seu doutorado, em 1933. Sua atuação profissional vinculou-se ao serviço público; no mesmo ano de sua formatura, foi nomeado Secretário do Conselho Nacional de Educação (1931 – 1939). Ensinou História Geral e do Brasil em várias escolas do Rio de Janeiro e participou do grupo fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob a coordenação de Alceu Amoroso Lima. A partir de 1941, passou, então, a lecionar História do Brasil na PUC/RJ. Foi diretor da Casa de Rui Barbosa (1939 – 1967). Continuou na direção após a transformação em Fundação Casa de Rui Barbosa, permanecendo até 1993. Afastou-se entre 1962 e 1963, quando assumiu a Casa do Brasil da Cidade Universitária de Paris, e ministrou cursos na <i>École des Hautes Études de l'Amérique Latine</i> . E entre 1959 e 1960, quando ocupou o cargo de Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal. Foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e foi professor de História do Ensino de História no Instituto Rio Branco – Itamaraty.	Institucional Fundação Casa de Rui Barbosa /Sociedade Civil	46 anos (1947– 1993)
Gilberto Cardoso Alves Velho	1945 Rio de Janeiro	Ciências Sociais	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ	1968	Fez especialização em Antropologia Urbana e das Sociedades Complexas na Universidade do Texas, nos Estados Unidos da América, em 1971, e doutorado, em 1975, em Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. Atuou como chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, foi membro do Conselho Federal de Cultura e do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia – ABA (1982 – 1984), da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (1994 – 1996), e foi Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (1991 – 1993). Em seu mandato como conselheiro do Iphan, foi o relator do processo de tombamento do terreiro de Casa Branca do Engenho Velho ( <i>Ilê Axé Iyá Nassô Oká</i> , em iorubá), em Salvador, primeiro terreiro de candomblé a ser tombado pelo Iphan em 1984.	Sociedade Civil	10 anos (1983 - 1993)

**QUADRO 01 | QUADRO DE CARACTERES PERTINENTES – Conselheiros na composição em 1992**

<b>Conselheiros   Composição em 1992</b>	<i>Data e lugar de nascimento</i>	<i>Formação</i>	<i>Instituição de Formação</i>	<i>Ano de formação</i>	<i>Carreira</i>	<i>Tipo de representação</i>	<i>Permanência no CCPC</i>
Arnaldo Campos dos Santos Coelho	1932 Rio de Janeiro	História Natural	Universidade do Distrito Federal	1956	Naturalista, pesquisador, zoólogo, paleontólogo e malacólogo carioca. Foi pesquisador do Museu Nacional, onde assumiu a sua direção entre os anos 1990-1994.	Institucional Museu Nacional	04 anos (1992 – 1996)
Carlos Alberto Cerqueira Lemos	1925 São Paulo	Arquitetura	Faculdade de Arquitetura Mackenzie	1950	Nos anos 1950, atuou na direção do escritório paulistano de Oscar Niemeyer. Atua, desde 1983, como professor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo -USP. Foi membro do CONDEPHAAT (1983 – 1989); e presidiu o referido Conselho (1968 – 1981). Foi, também, conselheiro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP (2001 – 2003).	Institucional IAB	08 anos (1992 – 2000)
Dalmo Vieira Filho	Santa Catarina	Arquitetura	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	-	Arquiteto e urbanista catarinense, é professor de História da Arquitetura Brasileira da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, foi Superintendente do Iphan em Santa Catarina em 2011. Atuou como Diretor do Departamento de Patrimônio Material do Iphan – DEPAM, cargo que ocupou entre os anos de 2006 e 2011.	Institucional ICOMOS	01 ano (1992 – 1993)
Bráulio Ferreira de Souza Dias	1953	Ciências Biológicas	Universidade de Brasília	1975	Doutor em Zoologia pela University of Edinburgh (1981). Foi pesquisador do IBGE e professor do curso de professor de proteção florestal, trabalhando no Departamento de Engenharia Florestal da UnB.	Institucional IBAMA	01 ano (1992 – 1993)

Do ponto de vista da formação profissional, até a reunião de 1992, observa-se um maior número de advogados e historiadores. Dos doze conselheiros, quatro são advogados, quatro historiadores, um arquiteto, uma arqueóloga, um antropólogo e um paleontólogo, representando o Museu Nacional. Com a inclusão das representações do IAB, ICOMOS e IBAMA, dois arquitetos e um biólogo passaram a compor o Conselho. A participação mais numerosa de advogados, historiadores e arquitetos reflete, também, a natureza das questões trabalhadas pelo Conselho. A permanência de um empresário, na composição mais recente, sinaliza, em certa medida, as vozes escolhidas para a construção do discurso coletivo coeso acerca do patrimônio cultural e da ideia de identidade nacional brasileira. Os embates relativos à propriedade privada e aos conflitos decorrentes da aplicação do instrumento do tombamento podem, em certa medida, justificar a participação numerosa de advogados como conselheiros.

Entendendo estes agentes como produtores de representações do patrimônio cultural brasileiro, mas, também, como representantes de grupos e de suas origens, do ponto de vista regional e geográfico, observa-se, na composição do Conselho, uma concentração de componentes oriundos do Sudeste do país, especificamente, dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Três conselheiros fogem, em certa medida, a esse crivo. É o caso dos conselheiros Roberto Cavalcanti de Albuquerque, pernambucano; Dalmo Vieira Filho, catarinense e do brasiliense Braulio Ferreira de Souza Dias, os dois últimos representando entidades, ICOMOS e IBAMA, respectivamente.

Cinquenta e cinco anos separam o início do recorte temporal da tese e a fundação do Iphan, no entanto, ainda é possível identificar na composição do Conselho a vinculação e filiação dos conselheiros com o grupo fundador do órgão. Destaca-se o caso de Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, irmã de Afonso Arinos e prima de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro presidente da instituição<sup>110</sup>. Assim como identificado nos perfis dos presidentes da instituição no período, a articulação com o Movimento Moderno é um traço comum entre alguns dos conselheiros.

---

<sup>110</sup> O aprofundamento da investigação sobre as origens sociais e as redes familiares, em pesquisas futuras, pode evidenciar novos dados que auxiliem a compreensão das motivações das narrativas de seleção dos bens patrimoniais.

Neste sentido, a incorporação de representações institucionais, como veremos na composição do Conselho no final do recorte temporal da pesquisa, 2010, pode ter contribuído para a atenuação do peso da indicação e influência do presidente do órgão.

Sobre a composição do Conselho, na primeira reunião, em maio de 1992, o então Ministro da Cultura e embaixador, Sergio Paulo Rouanet, citou o Ministro Capanema, em reunião inaugural do Conselho Consultivo, em 1937: “os membros são escolhidos pelo presidente do Órgão por seus méritos pessoais, enquanto ‘especialistas de notável competência e de comprovado espírito público’”<sup>111</sup>. O Ministro Rouanet destacou que os conselheiros “trabalham gratuitamente, sem qualquer compensação senão a de contribuir para a ‘causa’ do patrimônio e, embora se trate de um Conselho dito Consultivo, foi no curso de suas sessões que se definiram progressivamente os rumos da política de preservação e que se firmou a ‘jurisprudência’ da instituição.”<sup>112</sup> Como já sinalizado, nos casos analisados sobre a tutela do patrimônio urbano brasileiro, o Conselho assumiu posições determinantes que vão além do adjetivo Consultivo e que, por se tratar de instância final de um processo de tombamento, muitas vezes, define os rumos da tutela de um bem cultural, sem maiores oportunidades de discussão sobre as decisões tomadas.

Quanto à permanência e à transformação presentes no Conselho, Rouanet destacou: “Na ata da 86ª reunião, em 1979, a primeira presidida por Aloísio Magalhães, fica bem evidente a tensão que se instaura entre o tradicional e o novo. Diz Aloísio: ‘quanto ao pensamento original do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nada há a inovar ou inventar: tudo se encontra refletido no poder dos textos e reflexões de Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade’.”<sup>113</sup> Contudo, o próprio Aloísio Magalhães afirma ter vindo para “revitalizar a instituição”, como destacou o Ministro Rouanet: “Novos temas vieram se propor à consideração do Conselho, que, na década de 80, já abrigava em

---

<sup>111</sup> IPHAN, 1992. Ata da Sessão de Instalação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – Primeira reunião ordinária, em 14 de março de 1992. p. 2. A denominação Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural passou a ser adotada a partir desta reunião. Até então, denominava-se Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>112</sup> IPHAN, 1992. *op. cit.*, p. 2. O vínculo entre a atuação dos conselheiros e o “espírito público” reforça a imagem do Conselho como uma “esfera externa” diferenciando a instituição e seu órgão colegiado. Como apontam Leila Aguiar e Jamile Neto, ao estudarem o Conselho Consultivo até 1966: “A exaltação do ‘espírito público’ e das capacidades técnicas podem ser compreendidas como esforços constantes para a construção de uma imagem de um Conselho autônomo e que não sofria influências em suas decisões dos anseios da direção do Sphan, de demais quadros da instituição ou da sociedade civil organizada.” In: AGUIAR; NETO, 2020. *op. cit.*, p. 226.

<sup>113</sup> IPHAN, 1992. *op. cit.*, p.03-04.

seus quadros um antropólogo (Gilberto Velho) e um empresário (José Mindlin).<sup>114</sup> A junção de agentes de campos disciplinares diversos em prol da “causa do patrimônio” foi apresentada por Rouanet para caracterizar o Conselho como “firme, desinteressado, retilíneo, altivo e superior, nas suas intenções desligadas dos interesses materiais.”<sup>115</sup>

O mencionado “desinteresse”, no entanto, precisa ser contextualizado à luz das posições adotadas e das narrativas construídas ao longo da trajetória institucional por esses conselheiros, o que será apresentado neste capítulo e nos capítulos seguintes da tese. Essa ideia de “conselho asséptico” não se confirmou na análise da documentação, nem das entrevistas realizadas. A composição do conselho parece atender a um interesse maior de coesão e invulnerabilidade nas decisões relativas ao patrimônio cultural, mas esse é objeto de fortes tensões e interesses de outras naturezas. As batalhas e os conflitos estão postos e parecem minimizados ou atenuados nas transcrições das atas de reunião. Essa intenção de associar ao Conselho à ideia de impermeabilidade de outros interesses parece manifestar-se também em sua composição. Por isso, é importante a inclusão de um empresário vinculado aos campos intelectual e cultural, e de um antropólogo, especialista na cultura em sua acepção ampliada, por exemplo. A exteriorização de grupo “diverso”, em sua composição e filiação ideológica, parece intencional a defesa de uma “harmonia consensual” em prol da defesa do patrimônio.

A composição do Conselho Consultivo na última ata analisada, da 66ª reunião, em novembro de 2010, fim do recorte temporal da tese, contempla a inserção de novas representações institucionais, resultando em 13 membros da sociedade civil e nove membros representantes de instituições: do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e dos Ministérios do Turismo, da Educação e das Cidades. A incorporação das representações ministeriais sinaliza a articulação das políticas de preservação com as pautas do turismo, da educação e do planejamento urbano, em um momento em que o Iphan e o

---

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> Ibid., p. 05.

Ministério da Cultura assumiram papel contundente na formulação de novos instrumentos e políticas públicas.<sup>116</sup>

Representando a sociedade civil havia: o advogado, especialista em propriedade intelectual, Breno Bello de Almeida Neves; o arquiteto, ex-presidente do Iphan, Ítalo Campofiorito; a arquiteta e então representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO no Brasil, Jurema de Souza Machado; o engenheiro, especialista em gestão do patrimônio cultural, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès; a socióloga e especialista em gestão do patrimônio cultural, Maria Cecília Londres Fonseca; a arqueóloga e historiadora da arte, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira; o arquiteto e professor da FAU - USP, Nestor Goulart Reis Filho<sup>117</sup>; o General de Intendência reformado, Synésio Scofano Fernandes; o arqueólogo e professor do Departamento de História da USP, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes<sup>118</sup>; a empresária e especialista em gestão de museus e coleções, Ângela Gutierrez; o historiador, professor Titular da UFRJ e então Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Arno Wehling; o Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja e o Advogado e Professor de Direito Internacional Público, na Faculdade de Direito da UFPE, Marcos Vinícios Vilaça.

Quanto à representação institucional no Conselho em 2010, apresenta-se a seguinte composição: o arquiteto e urbanista Jorge Lucien München Martins, representando o Ministério das Cidades; o arqueólogo Eduardo Góes Neves, representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira, o arquiteto, urbanista e professor da UFBA, Eugênio de Ávila Lins, representando o ICOMOS; o arquiteto e professor da UFCE, José Liberal de Castro, representando o IAB; o engenheiro civil Roberto Luiz Bortolotto, representante do Ministério do Turismo; o antropólogo Roque de Barros Laraia, representando a Associação

---

<sup>116</sup> Em reunião do Conselho ocorrida em junho de 1999, foram nomeados cinco (05) novos conselheiros, atendendo às prerrogativas do Decreto nº 2807, de 21 de outubro de 1998. IPHAN, 1999. Ata da 17ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 1999.

<sup>117</sup> O arquiteto paulista é um dos protagonistas do debate sobre o reconhecimento do patrimônio urbano no recorte temporal analisado, por isso, o capítulo 03 desta tese dedica-se, também, à apresentação mais aprofundada de sua trajetória profissional e de sua atuação no campo do patrimônio cultural. Nesse capítulo, também se encontra a discussão sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo, e sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano, explorado pelo conselheiro enquanto categoria interpretativa do patrimônio urbano tombado pelo Iphan no período analisado.

<sup>118</sup> O arqueólogo paulista teve participação ativa e contundente no período analisado, sobretudo no tocante à definição de categorias interpretativas do patrimônio cultural, com o intuito de aprimorar a definição dos atributos e dos valores conferidos aos bens culturais reconhecidos pelo tombamento. Por esta razão, o capítulo 04 desta tese dedica-se, também, ao aprofundamento do contexto de produção de suas narrativas de interpretação do patrimônio cultural.

Brasileira de Antropologia – ABA; a arquiteta e designer Cláudia Maria Pinheiro Storino, representante do IBRAM; o historiador Eliezer Moreira Pacheco, representante do Ministério da Educação e Heloisa Helena Costa Ferreira, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ( ver **Quadro 2** – Quadro de Caracteres Pertinentes – Conselheiros na Composição em 2010) .

**QUADRO 02 | QUADRO DE CARACTERES PERTINENTES – Conselheiros na composição em 2010**

<b>Conselheiros   Composição em 2010</b>	<i>Data e lugar de nascimento</i>	<i>Formação</i>	<i>Instituição de Formação</i>	<i>Ano de formação</i>	<i>Carreira</i>	<i>Tipo de representação</i>	<i>Permanência no CCPC</i>
Breno Bello de Almeida Neves	Rio de Janeiro	Direito	-	-	Doutor em Direito, especialista em propriedade intelectual e membro do Conselho Deliberativo da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade.	Sociedade Civil	15 anos (2002 - 2017)
Ítalo Campofiorito	1933 Paris	Arquitetura	Faculdade Nacional de Arquitetura do Brasil (RJ)	1956	Integrou a equipe de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer no projeto e construção de Brasília. Foi professor associado da UnB. Exerceu a função de secretário geral do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de presidente da Fundação Nacional Pró-Memória (1989 e 1990).	Sociedade Civil	23 anos (1994 - 2017)
Jurema de Souza Machado	1957 Divinópolis/MG	Arquitetura e Urbanismo	Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG	1979	Atuou como urbanista do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Plambel (1980 - 1988); como Coordenadora de projetos urbanísticos e planejamento em áreas tombadas em Belo Horizonte (1989 – 1992) e em Ouro Preto (1993 - 1994). Presidiu o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG (1995 - 1998) e coordenou o Setor de Cultura da UNESCO no Brasil (2002 – 2012). Entre os anos de 2012 e 2016, assumiu a presidência Iphan.	Sociedade Civil	04 anos (2008 – 2012)
Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès	1949 Juiz de Fora/MG	Engenharia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1972	Filho do médico Alberto Andrès e da escritora Cordélia de Carvalho Castro Andrès, Luiz Phelipe Andrès possui mestrado em desenvolvimento urbano pelo MDU/UFPE, em 2006. Em 1977, mudou-se para o Maranhão e vinculou-se ao campo do patrimônio cultural. Foi um dos fundadores do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, assumindo sua coordenação por 27 anos. Foi Secretário de Cultura do Estado do Maranhão entre os anos de 1993 e 1995. Foi estagiário do <i>Centre d'Etudes Supérieures d'Histoire et Conservation des Monuments Anciens</i> , em Paris e coordenador geral do Projeto São Luís – Patrimônio Mundial para a preparação de dossiê para a UNESCO.	Sociedade Civil	21 anos (2000 – 2021)
Maria Cecília Londres Fonseca	1946 Brasília/DF	Letras	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC RJ	1968	Mestre em Teoria da Literatura pela UFRJ e doutorado em Sociologia pela UnB. Atuou como professora de Teoria da Literatura na PUC-RJ (1970 – 1975); como pesquisadora do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC (1976 – 1979) e como coordenadora de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória (1979 - 1990). Foi assessora do Ministro da Cultura (1995 – 1998) e coordenadora de políticas da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do MinC (1999 – 2001). Participou do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (1998 – 2000), e representou o Brasil nas reuniões de peritos internacionais da Unesco, para a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2002 – 2003). É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autora do livro <i>O Patrimônio em processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil</i> , publicado em 2005 pela UFRJ e IPHAN.	Sociedade Civil	17 anos (2004 – 2021)
Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira	1943 Entre Rios/MG	História da Arte	Universidade Católica de Louvain, Bélgica	1969	Doutora pela Universidade Católica de Louvain (1990) e pós-doutorado na Universidade de Londres, na Inglaterra (1993 – 1994). É professora titular aposentada da Escola de Belas Artes da UFRJ. Realizou estudos e publicações de referência sobre o barroco mineiro e sobre a obra de Aleijadinho e trabalhou por 25 anos no Iphan. Professora Titular da UFRJ.	Sociedade Civil	15 anos (2002 – 2017)
Nestor Goulart Reis Filho	1931 São Paulo/SP	Arquitetura e Ciências Sociais	Universidade de São Paulo - USP	1955 / 1962	Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP desde 1956, tendo sido assistente do professor Eduardo Kneese de Melo na disciplina História do Brasil. Pesquisador sobre o processo de transformação urbana das cidades brasileiras, publicou muitos livros e artigos sobre o tema.	Sociedade Civil	17 anos (1999 – 2016)
Synésio Scofano Fernandes	-	Militar	Exército Brasileiro	-	General de Intendência Reformado. Vice-Presidente da Fundação Cultural do Exército Brasileiro.	Sociedade Civil	17 anos (2000 - 2017)
Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses	1936 Cunha/SP	Letras	Universidade de São Paulo - USP	1959	Doutor em Arqueologia Clássica, pela Universidade de Sorbonne, em Paris. Durante a estadia na França, foi selecionado para integrar a missão francesa de Arqueologia na Grécia. Foi diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – USP e do Museu Paulista (1989-1994). Foi professor titular de História Antiga e do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. Foi durante 15 anos - entre os anos 1972 e 1987 - conselheiro do CONDEPHAAT.	Sociedade Civil	16 anos (2005 – 2021)
Ângela Gutierrez	1950 Belo Horizonte/MG	Administração de Empresas	Fundação Getúlio Vargas - FGV	-	Empresária mineira, pesquisadora e colecionadora de obras de arte, sobretudo do barroco mineiro. Por meio do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, instituição que preside, desenvolveu projetos museológicos, publicações e programas culturais vinculados à preservação do patrimônio cultural brasileiro, tais como o Museu do Oratório, em Ouro Preto (MG), o Museu de Sant'Anna, em Tiradentes (MG), e do Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte (MG). Foi secretária de Cultura de Minas Gerais em 1988.	Sociedade Civil	22 anos (1999 - 2021)
Arno Wehling	1947 Rio de Janeiro	História e Direito	Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil / Universidade Santa Úrsula	-	Filho de Eugen Horst Theodor Wehling, alemão de Düsseldorf, e da catarinense Helena Wehling. Realizou seu doutorado em História e Livre Docência em História Ibérica, na Universidade de São Paulo (USP), e pós-doutorado pela Universidade do Porto. Casou-se com a historiadora paraense Maria José Cavalleiro, com quem publicou e pesquisou. Foi professor de Teoria e Metodologia da História da UFRJ e de História do Direito e das Instituições da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foi nomeado conselheiro do Iphan em 1999, quando exercia a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.	Sociedade Civil	19 anos (1999 – 2018)
Marcos Castrioto de Azambuja	1935 Rio de Janeiro	Diplomata	Instituto Rio Branco	1958	Ingressou no Instituto Rio Branco em 1956, trabalhou na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, no México, em Londres, na Inglaterra, e em Buenos Aires, na Argentina. Assumiu, em 1997, a embaixada do Brasil na França.	Sociedade Civil	19 anos (2002 – 2021)
Marcos Vinícios Vilaça	1939 Nazaré da Mata/PE	Direito	Faculdade de Direito do Recife - UFPE	1962	Filho do político Antônio de Souza Vilaça. Tornou-se professor da disciplina de Direito Internacional Público (1964 – 1994), e de Direito Administrativo (1967 - 1968) na UFPE. Foi membro da Aliança Renovadora Nacional (Arena), do Partido Democrático Social (PDS) e membro fundador do Partido da Frente Liberal (PFL). Foi, também, membro do Conselho do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1970. Foi Secretário de Assuntos Culturais, membro do Conselho Federal de Cultura e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória (1982–1985). Substituiu Aloísio Magalhães, acumulando as funções de Secretário de Cultura do MEC, no Governo do Presidente João Figueiredo, e a presidência da Fundação Nacional Pró-Memória.	Sociedade Civil	26 anos (1983 – 2009)

Fonte: Plataforma de dados do IHGB, do CNPq, da ABL, da Fapesp, do Itaú Cultural, do CPDOC/FGV, Série Personalidades – Arquivo Noronha Santos.

**QUADRO 02 | QUADRO DE CARACTERES PERTINENTES – Conselheiros na composição em 2010**

<b>Conselheiros   Composição em 2010</b>	<i>Data e lugar de nascimento</i>	<i>Formação</i>	<i>Instituição de Formação</i>	<i>Ano de formação</i>	<i>Carreira</i>	<i>Tipo de representação</i>	<i>Permanência no CCPC</i>
Jorge Lucien München Martins	Brasília/DF	Arquitetura e Urbanismo	Universidade Nacional de Brasília - UnB	1995	Mestre em engenharia urbana pela Universidade Federal de São Carlos (2000) e doutorado em planejamento urbano na UnB (2017). É servidor concursado do Ministério das Cidades e atuou na Secretaria de Programas Urbanos, nas áreas de regularização fundiária e conflitos fundiários urbanos.	Institucional - Ministério das Cidades	03 anos (2009 – 2012)
Eduardo Góes Neves	1966 São Paulo/SP	História	Universidade de São Paulo - USP	-	Mestre e doutor em Arqueologia pela Universidade de Indiana e livre-docência pela Universidade de São Paulo. É Professor Titular de Arqueologia Brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios (CESTA) da USP e coordenador do Laboratório de Arqueologia dos Trópicos do Museu de Arqueologia e Etnologia. Atuou como professor visitante em diversas universidades estrangeiras e do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio Janeiro, Museu Nacional de História Natural de Paris e da Pontifícia Universidade Católica do Peru, em Lima. Foi presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB).	Institucional - Sociedade de Arqueologia Brasileira	02 anos (2009 – 2011)
Eugênio de Ávila Lins	Salvador/BA	Arquitetura e Urbanismo	Universidade Federal da Bahia - UFBA	1977	Concluiu o doutorado em História da Arte pela Universidade do Porto (2002). Atuou como arquiteto do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia - IPAC/SEC, em 1983, e é professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.	Institucional - ICOMOS	04 anos (2010 – 2014)
José Liberal de Castro	1926 Fortaleza/CE	Arquitetura	Faculdade Nacional de Arquitetura (RJ)	1955	Durante a graduação frequentou a SPHAN, mantendo interlocução com Lucio Costa e participando de ações de preservação da época. Fundou a Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, em 1964, e projetou muitos dos edifícios do campus da UFC. Além de sua contribuição como professor, participou do processo de documentação, sistematização e pesquisa da produção arquitetônica e urbanística cearense.	Institucional - IAB	11 anos (2002 – 2013)
Roberto Luiz Bortolotto	-	Engenharia Civil	Universidade Federal de Santa Maria	2005	Foi Diretor de Infraestrutura do Ministério do Turismo entre os anos de 2007 e 2010.	Institucional - Ministério do Turismo	01 anos (2009 – 2010)
Roque de Barros Laraia	1932 Pouso Alegre/MG	História	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	1959	Especializou-se em Teoria e Pesquisa em Antropologia Social, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 1960. Doutor em sociologia pela USP (1972). Foi Membro do Conselho Indigenista da Fundação Nacional do Índio e do Conselho Consultivo da <i>International Organization for Elimination of all Forms of Racial Discrimination</i> , em Londres. Foi Diretor e Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS e Presidente da Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Publicou numerosos trabalhos sobre os índios do Brasil e sobre teoria antropológica.	Institucional - Associação Brasileira de Antropologia – ABA	14 anos (2004 – 2018)
Cláudia Maria Pinheiro Storino	Rio de Janeiro	Arquitetura e Design	-	-	Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e especialista em Preservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos pela Universidade Federal da Bahia (CECRE-UFBA). Atuou como técnica do Iphan, entre 1986 e 2009, e como Assessora de Programas Estratégicos da Presidência e como Coordenadora de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), entre 2009 e 2012. É diretora da Unidade Especial do Iphan, o Centro Cultural Roberto Burle Marx, desde julho de 2012.	Institucional - IBRAM	03 anos (2009 – 2012)
Eliezer Moreira Pacheco	Rio Grande do Sul	História	Universidade Federal de Santa Maria/RS	-	Atuou como Secretário de Educação na Prefeitura de Porto Alegre/RS, Presidente do IPE/RS e INEP Instituto de Previdência e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e como titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inclusão Social (MCTI).	Institucional - Ministério da Educação	02 anos (2009 – 2011)
Heloisa Helena Costa Ferreira	-	-	-	-	-	Institucional - IBAMA	02 anos (2009 – 2011)

A inserção da representação de novas instituições aponta para a complexidade das novas atribuições e da natureza dos bens que passaram a ser acautelados pelo Iphan. Do ponto de vista da formação, dos vinte e dois conselheiros, sete são arquitetos, quatro historiadores, três advogados, dois engenheiros, dois arqueólogos, um general do exército, uma empresária, um antropólogo, uma socióloga e uma bióloga. O número de arquitetos na composição mais recente passou a ser maior, a despeito da inserção de bens de natureza imaterial na atribuição do Iphan e da ampliação do espectro considerado patrimônio cultural pela Constituição Federal de 1988.

Do ponto de vista regional, é possível identificar uma ampliação das regiões e estados representados pelos conselheiros, embora ainda salte aos olhos a predominância de mineiros, a participação de conselheiros oriundos de estados do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste do país indica certo aumento, ainda pouco expressivo se considerado o estoque patrimonial brasileiro em sua diversidade.

No intervalo de vinte anos, no entanto, para além das composições do Conselho apresentadas – em 1992 e em 2010 - outros agentes integraram o Conselho Consultivo. Alguns com participação bastante associada às pautas das suas localidades de origem, como é o caso dos conselheiros e políticos Raul Jean Louis Henry Júnior<sup>119</sup>, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos<sup>120</sup> e Lúcio Alcântara<sup>121</sup>. O economista e, à época, Vice-Prefeito do Recife, Raul

---

<sup>119</sup> Economista pernambucano, graduou-se em Economia na Universidade Católica de Pernambuco (1992), e fez mestrado em Gestão Pública pela UFPE (2011). Em 1988, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi Secretário de Governo e Presidente da Fundação de Cultura da Cidade do Recife (1993 – 1996), e Vice-Prefeito do Recife, do prefeito Roberto Magalhães (1997-2001), quando assumiu como membro do Conselho do Iphan. De acordo com dados coletados em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henry-raul>.

<sup>120</sup> Advogado e jornalista mineiro, neto do ex-prefeito de Belo Horizonte, José Oswaldo de Araújo, formou-se em Direito pela UFMG (1971), e estudou no Instituto Francês de Imprensa, em Paris (1973 - 1975), como bolsista do Governo da França. Foi Secretário de Turismo e Cultura da Cidade de Ouro Preto (1977 - 1983) e Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais (1999 – 2002). Ocupou a direção da SPHAN (1985 – 1987) e atuou como chefe de gabinete do Ministro da Cultura, Celso Furtado, respondendo interinamente pelo Ministério (1986 - 1987). Foi três vezes prefeito da cidade de Ouro Preto (MG) nos seguintes períodos: 1993-1996/2005-2008/2009-2012. Em 1994, assumiu como membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, permanecendo como conselheiro até 2002. Em: ACI/RJ. Série Conselho Consultivo/LIVRO DE ATAS; ACI/RJ. Série Personalidades/ Ângelo Oswaldo de Araújo Santos apud THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p. 147.

<sup>121</sup> Político cearense e filho do ex-governador do Ceará, José Waldemar Alcântara, graduou-se em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (1966) e atuou como médico do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e foi secretário de Saúde do estado do Ceará, entre os anos 1971 e 1973, e 1975 e 1978. Foi prefeito de Fortaleza (1979 – 1982), e Deputado Federal (1983 - 1986, e 1986 – 1990). Foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL) no Ceará, Vice-Governador do estado do Ceará, junto com Ciro Gomes do Partido Democrático Trabalhista (PDT), assumindo, também, a secretaria de Saúde (1991 – 1992). Foi Senador pelo Ceará, na legenda do PDT, deixando o partido em 1995 e filiando-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido pelo qual foi eleito governador do Ceará, em 2002. Foi membro do Conselho Consultivo do Iphan entre os anos 2000 e 20

Henry participou das discussões relativas ao Projeto de Revitalização do Centro Histórico do Recife e à saída do país do altar-mor do Mosteiro de São Bento, em Olinda, para exibição em exposição em Nova York. Já o médico e, à época, Senador pelo estado do Ceará Lúcio Alcântara participou das discussões sobre a adoção da categoria Lugar no Livro dos Registros de bens de natureza imaterial. O conselheiro, jornalista e advogado Ângelo Oswaldo era, à época, Prefeito da cidade de Ouro Preto, entretanto, participou mais ativamente das discussões e assumiu a relatoria do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Icó, CE- Processo nº 968-T-78. A experiência prévia de Ângelo Oswaldo como presidente do Iphan e chefe de gabinete do Ministério da Cultura, na gestão de Celso Furtado, entre os anos de 1986 e 1988, pode se apresentar como justificativa para a participação mais ativa do conselheiro.

Algumas posturas do conselheiro e jurista Joaquim Falcão<sup>122</sup> também apresentaram maior articulação com o campo político. Como, por exemplo, a discussão sobre o tombamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, ocasião na qual o conselheiro pediu vistas ao processo para consultar o Prefeito do Rio de Janeiro a respeito. Sobre o posicionamento político partidário no âmbito do Conselho, destaca-se o pronunciamento do conselheiro Marcos Vilaça, em reunião ocorrida em 2002, sobre a possibilidade de transformação do Iphan em agência, que assim pontuou: “Não estou contra, absolutamente, também não estou a favor; estou tucaniamente em cima do muro. A lei me proíbe a participação político-partidária, mas aqui dentro posso usar esse tipo de semântica.”<sup>123</sup>

Todos esses esquemas quantitativos acima representados desenham um Conselho por representatividade: seja por recorte de formação, seja por recorte geográfico. A escala de observação oferece alguns dados que auxiliam a compreensão dos contextos em que surgem as ideias apresentadas para interpretar o patrimônio urbano, nosso foco de interesse maior. Nesse sentido, são os conselheiros com seus nomes próprios, com seus textos publicados,

---

<sup>122</sup> Advogado carioca, Joaquim de Arruda Falcão Neto, graduou-se em Direito pela PUC /RJ (1966), mestre em Direito na Harvard Law School (1968), e doutor em Educação na Universidade de Genebra, na Suíça (1981). Atuou como professor do curso de Direito da PUC/RJ, da UFRJ e do Mestrado Integrado de Economia e Sociologia da UFPE, como consultor e coordenador da área de Direito do CNPq e da Capes, e como Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça em 1985. Foi membro da Comissão Constitucional Afonso Arinos, do Conselho Nacional de Justiça, da Associação de Magistrados e Vice-Presidente da Fundação Itaú Cultural, além de participar de diversos projetos da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e da Fundação Roberto Marinho. Foi presidente da Fundação Nacional Pró-Memória (1986 – 1987) e conselheiro do Iphan entre os anos de 1997 e 2004. THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p. 195.

<sup>123</sup> Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2002c. p. 08.

com suas experiências de formação e profissionais, com suas redes de contato que vão ajudar a chegar mais perto das ideias e de seus contextos.

O Conselho Consultivo do Iphan pode ser entendido enquanto parte do Iphan e de suas políticas, mas é composto por sujeitos que representam outras instituições, outros saberes e interesses. Deste modo, é importante destacar que estes agentes e suas narrativas precisam ser compreendidos à luz de seus lugares de fala e das experiências que acumularam ao longo do tempo. Por isso, apresentamos de forma sucinta a trajetória dos conselheiros e aprofundaremos, nos capítulos seguintes<sup>124</sup>, os percursos e os contextos das narrativas dos conselheiros que protagonizaram o debate sobre o reconhecimento do patrimônio urbano no recorte temporal pesquisado.

Nas decisões relativas à seleção do patrimônio urbano, verificou-se que a maioria dos casos analisados, após votação do Conselho, foram tombados por unanimidade. Esta aparente coesão e cordialidade, entretanto, mostrou-se superficial quando do aprofundamento das pesquisas e da realização das entrevistas. O interesse pela preservação parece ser comum, contudo, os interesses e papéis desses agentes são diversos. Como a escolha dos conselheiros é atribuição da presidência do Iphan, o desligamento<sup>125</sup> também o é. Deste modo, posições dissonantes da maioria no âmbito do Conselho, mais do que um atributo para um rico debate, podem ser interpretadas enquanto ruptura da coesão e fragilidade, o que o arquiteto Paulo Ormino caracterizou da seguinte maneira: “o conselho tinha figuras meritórias, mas que não são da área do patrimônio. São todos cordeiros.”<sup>126</sup> Os contextos que permeiam as relatorias foram evocados nos depoimentos de Nestor Goulart

---

<sup>124</sup> Muitos dos conselheiros integraram o corpo técnico e a direção do Iphan, como é o caso de Augusto da Silva Telles, Ítalo Campofiorito e Dalmo Vieira; outros integraram conselhos estaduais de preservação, como Eduardo Augusto Kneese de Mello, Carlos Lemos, Modesto S. B. Carvalhosa, Nestor Goulart Reis Filho e Ulpiano T. Bezerra de Meneses, membros do Condephaat, e trazem as reflexões acadêmicas e técnicas de outras esferas de atuação no campo do patrimônio. Essa rede de relações e atribuições precisa, portanto, ser contextualizada e interpretada. As articulações em torno das políticas de preservação do patrimônio urbano paulista tiveram impacto, como veremos no capítulo 04, nas estratégias de interpretação do patrimônio urbano reconhecido em âmbito nacional. É o caso do conceito de *patrimônio ambiental urbano*, tema de discussões capitaneadas por Carlos Lemos, Ulpiano Bezerra de Meneses e Nestor Goulart Reis Filho, que foi adotado por este último como categoria interpretativa dos conjuntos urbanos reconhecidos como patrimônio urbano brasileiro. Por isso, entender os embates travados no âmbito do Conselho, ou mesmo em discussões que antecedem as reuniões do Conselho, auxiliou na compreensão dos contextos de produção das narrativas e dos agentes que as articulam.

<sup>125</sup> Conforme explicitado em Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, realizada em 22 de agosto de 2002, os membros do Conselho tinham mandato vitalício até 1990, o “que foi retirado pelo ex-presidente Collor.” IPHAN, 2002c. p. 03. Atualmente, o mandato dos conselheiros tem a duração de quatro (04) anos, sendo permitida uma recondução e a participação não é remunerada.

<sup>126</sup> ORMINDO, Paulo. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Salvador, novembro de 2017.

Reis Filho, que defendeu que “os conselheiros cumprem obrigação”<sup>127</sup>, articulando a elaboração do parecer e sua discussão ao contexto político que envolve as decisões: “No parecer, a gente faz o que tem que fazer, o que tem que fazer, até porque o conselheiro vai sozinho; aí quando a coisa começa a ser discutida, começa a tomar caráter político, alguns presidentes começam a pressionar, num sentido ou noutro.”<sup>128</sup>

A manutenção de determinados agentes vinculados à trajetória do Iphan, seja no quadro de funcionários, assumindo cargos de direção e presidência, seja como membro do conselho, parece ser um indício da permanência das estratégias fundadoras da instituição e de sua política. Como é o caso de Augusto da Silva Telles, Ítalo Campofiorito, Dalmo Vieira, Marcos Vilaça, Joaquim Falcão e Ângelo Oswaldo. A permanência desses agentes pode ter contribuído para perpetuar interpretações e valores associados ao patrimônio cultural brasileiro. É importante destacar, contudo, que a inserção de novos agentes, atrelados a outras concepções e experiências no campo do patrimônio, provocou uma discussão mais crítica das categorias interpretativas adotadas pelo Iphan nas operações de seleção do patrimônio cultural brasileiro. Como é o caso dos conselheiros Ulpiano Bezerra de Meneses e Nestor Goulart Reis Filho, que, constantemente, questionaram as categorias tradicionais adotadas pelo órgão.

Laurajane Smith caracteriza o conceito *discurso autorizado do patrimônio* (AHD) por meio das relações de poder que definem os agentes que têm a habilidade e a autoridade de “falar pelo patrimônio”<sup>129</sup>. Na definição de Smith (2006), trata-se de “um discurso ocidental dominante sobre patrimônio” e

que trabalha para naturalizar uma série de suposições sobre a natureza e o significado do patrimônio. Embora esse discurso esteja inevitavelmente mudando e se desenvolvendo, e varie em diferentes contextos culturais e ao longo do tempo, há, no entanto, um foco e ênfase específicos - principalmente a atenção que ele dá às ‘coisas’. Esse discurso muitas vezes **auto-referencial** se baseia e naturaliza simultaneamente certas narrativas e experiências culturais e sociais - geralmente ligadas a ideias de nação e nacionalidade. Inserida nesse discurso, há uma série de pressupostos sobre **os valores culturais inatos e imutáveis do patrimônio que estão ligados e definidos pelos conceitos de monumentalidade e estética**<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. São Paulo, abril de 2017.

<sup>128</sup> Ibidem.

<sup>129</sup> SMITH, 2006. *op. cit.*, p. 12, apud PAIVA, 2019. *op. cit.*, p. 199. (tradução de PAIVA).

<sup>130</sup> SMITH, 2006. *op. cit.*, p. 4, apud TEIXEIRA, 2020. *op. cit.*, p. 5 (tradução de TEIXEIRA). Grifos nossos.

Considerando tal perspectiva, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan pode ser interpretado como o *discurso autorizado do patrimônio* por excelência. Smith aponta que este discurso autorizado “privilegia os valores e saberes dos especialistas sobre o passado e suas manifestações materiais”<sup>131</sup>. No contexto da trajetória de preservação do patrimônio cultural brasileiro, os conselheiros são o conjunto de especialistas que, a partir de suas narrativas de seleção e de suas reflexões sobre a temática, assumem a autoridade de “falar pelo patrimônio.” Como veremos nos casos analisados nos capítulos subsequentes a monumentalidade e a estética norteiam o processo de seleção do patrimônio ambiental urbano.

As narrativas de seleção do patrimônio urbano, neste período, elucidam a disputa entre transformação e permanência discursiva a partir dos casos de tombamento de conjuntos urbanos. Como a tese privilegiou três conselheiros e três ideias, um panorama das questões que comparecem no recorte temporal estudado no material primário pesquisado mereceu uma descrição nesse capítulo, para que o leitor tenha uma noção mais abrangente do universo documental trabalhado, das relatorias e dos agentes. Na sequência, nos demais, capítulos, haverá, então, o afunilamento proposto.

## 2.2 Permeabilidade à participação social

O Diretor do DEPAM, em 2009, destacou que a maioria dos pedidos provieram de lideranças locais e de prefeitos; **“praticamente todos os processos dos últimos dez anos foram solicitados pelas lideranças locais, em especial pelos prefeitos** e, fato importante, não receberam contraposição de agentes locais.”<sup>132</sup> Em relação aos conjuntos urbanos tombados, a tendência da década de 1970 de maior participação dos movimentos sociais e das associações de moradores nas solicitações de tombamento permaneceu; bem como o interesse por ser contemplado com recursos de programas de requalificação do patrimônio urbano, o que também motivou prefeituras a solicitarem o tombamento de alguns conjuntos. No entanto, as motivações desta natureza não estão explícitas nas relatorias de tombamento, ausência esta que pode sugerir uma intenção de neutralização dos interesses atrelados ao tombamento desses conjuntos, na tentativa de vincular o tombamento do patrimônio urbano a uma atribuição de valor erudita e distante das reais motivações e

---

<sup>131</sup> SMITH, 2006. *op. cit.*, p. 4 (tradução nossa).

<sup>132</sup> IPHAN, 2009b. Ata da 61ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. p. 13.

interesses envolvidos no reconhecimento dessas áreas enquanto patrimônio. Como defende Laurajane Smith, o *discurso autorizado do patrimônio* “naturaliza um senso de legitimidade das definições tradicionais de patrimônio, que são institucionalizadas na legislação de patrimônio e em documentos governamentais nacionais e internacionais”<sup>133</sup>. Segundo a arqueóloga australiana tal naturalização confere certa passividade à participação de outros agentes nos processos de seleção e gestão do patrimônio cultural.

No intervalo temporal analisado, os papéis e lugares desenhados para o Iphan foram bastante diversificados. Variaram da extinção da instituição, no Governo Collor, à transformação em agência executiva, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e, por fim, em autarquia, no período do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É possível verificar a mudança de tônica quanto ao tratamento conferido à cultura já no Plano de Governo do Presidente Lula, que defendeu: “Somos mestiços. Não apenas etnicamente mestiços. Somos culturalmente mestiços. (...) Somos irremediavelmente mestiços. A lógica da homogeneização nos oprime.”<sup>134</sup> Segundo Marcelo Paiva, que analisou de forma pormenorizada a gestão do Ministro Gilberto Gil e sua repercussão nas políticas adotadas pelo Iphan, “A diversidade proporcionada pela convivência entre diferentes grupos étnicos no processo histórico de formação da sociedade brasileira foi estabelecida assim como premissa da noção de cultura do governo Lula, traduzida na própria escolha de Gilberto Gil para ministro da Cultura.”<sup>135</sup>

Contemplar a diversidade cultural brasileira foi uma estratégia adotada na gestão do Ministro Gilberto Gil e, no tocante às políticas de preservação, tal estratégia reflete-se, em certa medida, no estoque patrimonial selecionado. De modo geral, no intervalo analisado, pode-se afirmar que a instituição assumiu novas atribuições e incorporou outras abordagens

---

<sup>133</sup> SMITH, 2006. *op. cit.*, p. 38. (tradução nossa).

<sup>134</sup> COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. *A imaginação a serviço do Brasil: programa de políticas públicas de cultura*. Programa de Governo 2002, p. 08, apud PAIVA, 2019. *op. cit.*, p.36.

<sup>135</sup> PAIVA, 2019. *op. cit.*, p.36. De acordo com Marcelo Paiva, a participação de Gilberto Gil enquanto Ministro da Cultura foi decisiva nas políticas de identificação e seleção patrimonial adotadas na época. Para Paiva: “o ministro parece ter exercido considerável influência sobre a pauta de tombamentos e registros realizados do patrimônio cultural brasileiro. Durante sua gestão, entre 2003 e 2008, dos vinte e nove tombamentos aprovados pelo Conselho Consultivo do Iphan, dezesseis partiram de pedidos feitos diretamente pela sociedade civil, seis de órgãos públicos e autoridades estaduais ou municipais e sete de membros do próprio Instituto. Essa tendência mais participativa não se sustenta após a saída de Gil do MinC. Deste momento até o fim do segundo mandato do presidente Lula em 2010, dos vinte e três tombamentos aprovados pelo Conselho Consultivo apenas seis partiram de pedidos diretos da sociedade civil, cinco de órgãos públicos e autoridades estaduais ou municipais e dez do próprio Iphan. Nas ações de salvaguarda do patrimônio imaterial a influência de Gil é ainda mais evidente: vinte e seis processos de registro de bens culturais foram iniciados durante sua gestão, sendo que três indicações foram feitas por seu intermédio.” PAIVA, 2019. *op. cit.*, p.40.

para a compreensão do patrimônio cultural, contudo, as tensões entre permanência e transformação continuaram latentes. Como defendeu Paulo Marins: “O peso da tradição, e sobretudo de uma herança conceitual simultaneamente agregadora e segregadora, sintética e hierarquizadora, é parte constitutiva dessa mesma trajetória de patrimonialização, o que certamente não pode ser olvidado para um devir que seja pautado pelo equilíbrio dos agentes que compõe o país.”<sup>136</sup>

Como já é bem sabido, o SPHAN surge em um contexto de vanguarda, por grupos vinculados à Semana de 1922. Porém, na estrutura do Estado Novo, esta combinação, por si só, articula narrativas de permanência e mudança.

Em alguns momentos da trajetória institucional, tal relação apareceu de forma acentuada. Na década de 1980, o processo de redemocratização brasileiro e a influência das discussões internacionais sobre o alargamento do conceito de patrimônio desde a década de 1960 repercutiram nas estratégias de seleção adotadas pelo Iphan do estoque patrimonial brasileiro<sup>137</sup>. Como defendeu Aloísio Magalhães, presidente da instituição à época:

Assim, meus caros amigos, o que se percebe é que o conceito de bem cultural extrapola a dimensão elitista, de “o belo e o velho”, e entra numa faixa mais importante da compreensão como manifestação geral de uma cultura. **O gesto, o hábito, a maneira de ser da nossa comunidade se constituem no nosso patrimônio cultural.**<sup>138</sup>

No entanto, nas décadas seguintes, o desafio de valorar “o gesto, o hábito e a maneira de ser” como patrimônio cultural brasileiro mostrou-se complexo e pulverizado por outros instrumentos de reconhecimento e tutela do patrimônio como o Registro dos bens imateriais e a Chancela da Paisagem Cultural. Embora seja possível reconhecer a ampliação das representações nas seleções dos bens culturais como patrimônio brasileiro nas últimas décadas, o compartilhamento e a democratização dos processos de identificação e tutela do patrimônio cultural ainda se encontram distantes da realidade brasileira. A autoridade de quem define o que deve ser preservado parece ser, também, objeto de preservação. Mariza Santos destacou, neste sentido, a questão da legitimidade, ainda em uma fase inicial da

---

<sup>136</sup> MARINS, Paulo César Garcez Marins. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. In: Revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016. p. 26.

<sup>137</sup> NASCIMENTO, 2016, *op. cit.*; MOTTA, 2000, *op. cit.*; SANT’ANNA, 1995, *op. cit.*

<sup>138</sup> MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? *A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Pró-Memória, 1985. p. 63.

instituição: “Na verdade, percebe-se que os seus membros procuravam fazer coincidir a auto-representação [sic] da instituição SPHAN. Assim é preciso reafirmar continuamente a necessidade de reconhecimento público da legitimidade da instituição SPHAN.”<sup>139</sup> Sobre a possibilidade de realização de audiências públicas, em 2001, o conselheiro Augusto da Silva Teles ponderou que:

(...) audiências públicas representam um grande perigo, às vezes, porque a democracia nem sempre é entendida e pode cair no democratismo. Só devem participar de uma audiência pública as entidades civis, militares ou religiosas devidamente instituídas, porque elas têm responsabilidade. As associações de bairros, as associações religiosas, podem ser representadas. Infelizmente toda a população não. Porque a democracia é representativa. Não é uma democracia direta, não estamos em uma ágora onde vamos passeando e colhendo opiniões. Todos temos mandato. Aqui nós temos mandato. Somos representantes da população interessada em patrimônio. Poderíamos decidir.<sup>140</sup>

Na mesma linha, sobre a ampla participação nas reuniões do Conselho e quanto ao debate técnico, o conselheiro Paulo Ormino questionou, em reunião ocorrida em 2008, o fato de as reuniões serem públicas, defendendo a existência de Câmaras Técnicas para discussões dessa natureza. Ormino argumentou:

Acho lamentável que tenha ocorrido em algumas reuniões, inclusive por força de um mandado judicial, que essas reuniões tenham que ser públicas. É que questões técnicas, não só como no caso presente, mas em outros, até mais contundentes, de edificações na vizinhança de monumentos tombados, sejam discutidas em plenárias, com a presença de pessoas que, na verdade, criam uma situação de constrangimento.<sup>141</sup>

Nota-se a defesa da autonomia de decidir sem a ingerência externa, de manutenção da autoridade do saber especializado. O conselheiro e diplomata Marcos de Azambuja, na mesma reunião, defendeu:

O debate de boa-fé entre pessoas construtivas não constrange nunca, pelo contrário, mostra um colegiado à procura de fazer o melhor sem nenhuma outra motivação que não seja de cumprir a sua tarefa, e tendo presente o bem público. **Este Conselho é exemplar, e é tão exemplar que a sua ostensividade deveria ser a sua marca registrada.** Aqui não se discute nada que não possa ser ouvido por outros, pelo contrário, deve ser ouvido por todos, porque assim é que se delibera em uma democracia

---

<sup>139</sup> SANTOS, 1996, *op. cit.*, p. 82.

<sup>140</sup> IPHAN, 2001c. Ata da 30ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 18.

<sup>141</sup> IPHAN, 2008d. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p.15-16.

amadurecida.<sup>142</sup>

A ideia de democracia amadurecida parece não se refletir, ainda, nos mecanismos de participação dos processos de identificação e tutela dos bens culturais no Brasil. O estoque patrimonial selecionado espelha, em grande medida, a visão dos grupos sociais que participam das decisões no âmbito do Conselho Consultivo do Iphan. São esses intelectuais que definem os rumos da política de preservação brasileira; o compartilhamento, seja nos processos de identificação, seja nos processos de tutela e gestão, ainda é um fim a ser atingido. Laurajane Smith assinala que:

a questão da participação da comunidade no enquadramento e implementação de práticas patrimoniais oscila entre um desejo de incluir e uma hesitação em render ou reduzir a autoridade tanto do discurso autorizado de patrimônio - AHD - quanto dos praticantes do patrimônio para exercê-lo, e para reconhecer a natureza inerentemente política e de dissenso do patrimônio.<sup>143</sup>

É frequente também neste período a defesa do Decreto-Lei 25<sup>144</sup> e os debates sobre a descentralização das políticas de preservação do patrimônio cultural<sup>145</sup>. A esse respeito, o representante do IAB, Carlos Lemos, defendeu a inter-relação entre os instrumentos na esfera nacional, estadual e municipal: “Aliás, a nosso ver, o antigo SPHAN já tombou o que tinha que tombar em seus mais de cinquenta anos de existência. Sem dúvida, em qualquer tombamento que ainda venha a fazer certamente estará lidando com bem cultural de

---

<sup>142</sup> Ibidem.

<sup>143</sup> SMITH, 2006. *op. cit.*, p.38. (tradução nossa).

<sup>144</sup> Quanto ao Decreto-Lei nº 25 de 1937, as possibilidades de enfraquecimento do instrumento de proteção foram vistas com preocupação por alguns conselheiros. Dalmo Vieira Filho, em reunião ocorrida em 1992: “Acentuou que esse instrumento de proteção deve ser complementado, como prevê a Constituição brasileira; jamais substituído, por se tratar de um patrimônio da cultura nacional. (...). Destacou, ainda, a existência de instrumentos de planejamento regional em todos os países desenvolvidos. Referindo-se a uma proposta de alteração do Decreto-Lei levada à apreciação do Congresso Nacional, pediu ao Ministro o maior cuidado com esse ‘canto de sercia’. IPHAN, 1992c, p. 15-16.

<sup>145</sup> Os embates entre os órgãos de preservação municipal, estadual e federal também aparecem nas discussões sobre o tombamento de conjuntos urbanos no período analisado. Sobre o que chamou de “batalha urbana”, a conselheira Suzanna Sampaio, exemplificando tais embates no contexto paulista, especificamente a construção de uma torre ao lado do MASP, pontuou: “Eu acho extremamente importante pensar nessa **batalha urbana** porque a competência federal se choca com a competência estadual e com a competência municipal nos diversos Conselhos e nos diversos níveis da administração. (...). Às vezes a norma do IPHAN está posta, e muito claramente, mas há uma desobediência do poder local muito difícil de enfrentar. (...). Não podemos resolver a situação do Conselho de São Paulo, mas, enquanto IPHAN, podemos muitas vezes nos pronunciar veementemente causando uma tal impressão, um tal movimento, que as pessoas vão ser obrigadas a discutir e a repensar as suas posições. Às vezes fico pensando que os Conselhos Estaduais ficam muito fechados em sua própria opinião, esquecem que há um Conselho, na Administração Federal, que vê o Brasil e aplica a legislação como um todo.” IPHAN, 2006a, p. 09. Grifo nosso.

'interesse' regional, contrariando suas normas dos velhos tempos em que ainda não havia órgãos estaduais ligados à preservação.”<sup>146</sup> O culto à trajetória do Iphan e de seus fundadores é recorrente nas narrativas dos conselheiros e pode ser uma das causas para a resistência às transformações nos modos de identificar e interpretar o patrimônio cultural brasileiro. A ideia de que o Iphan já teria tombado tudo pode ter derivado de um processo de chancela da trajetória institucional e de seus processos decisórios. Assim, as representações que foram privilegiadas, e que podem ser entendidas como “violência simbólica”<sup>147</sup>, são reafirmadas enquanto suficientes. O Brasil de origem lusitana e católica parece estar em constante processo de rememoração e o “valor nacional” atribuído às representações deste Brasil parecem inquestionáveis<sup>148</sup>.

As solicitações de impugnação também não se encontram explícitas nas atas<sup>149</sup>, mas, sim, nos processos de tombamento, o que reforça a ideia da construção de um aparente consenso nas decisões do Conselho. Observa-se a intenção de fortalecer uma imagem idealizada do Conselho, como um organismo independente e impermeável aos interesses externos. A análise dos processos de tombamento, das entrevistas e dos episódios de tensão nas reuniões, contudo, evidenciam as disputas de valores e representações nos processos de seleção do patrimônio cultural.

A defesa pelo tombamento em série adquiriu outros contornos no argumento por tombamentos em áreas do país pouco contempladas pela política de preservação do patrimônio cultural. Foi o caso do patrimônio cultural do Piauí. Com o intuito de ampliar o estoque patrimonial em áreas não priorizadas pela Instituição em tombamentos anteriores, na tentativa de “redimensionar a presença do IPHAN em todo o país”<sup>150</sup>, o presidente Luiz Fernando de Almeida apresentou a proposta de proteção integrada de três bens culturais: a

---

<sup>146</sup> IPHAN, 1992c. Ata da 3ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 21.

<sup>147</sup> CHUVA, 2017, *op. cit.*

<sup>148</sup> A vinculação do tombamento ao chamado ‘valor nacional’ suscitou alguns debates no âmbito do Conselho, tendo o conselheiro Carlos Lemos manifestado posição pelo reconhecimento e fortalecimento das instâncias estaduais e municipais de preservação do patrimônio. No debate sobre os tombamentos do CineTeatro Central de Juiz de Fora e do Cine Nove de Abril, em Volta Redonda, os conselheiros Carlos Lemos e Francisco Iglésias defenderam que o tombamento federal deveria ser aplicado aos bens de interesse nacional. Lemos citou o Compromisso de Brasília como referência para tal postura e Iglésias “manifestou o seu apoio à posição do Conselheiro Carlos Lemos, reconhecendo que um número excessivo de tombamentos acabará por desmerecer este Instituto.” IPHAN, 1994a. p. 07.

<sup>149</sup> Salvo em casos extremos em que os interessados chegaram a participar da reunião, como o caso do tombamento do Conjunto do Corredor da Vitória, em Salvador/BA.

<sup>150</sup> IPHAN, 2008c. Ata da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 07.

Ponte João Luís Ferreira, sobre o Rio Parnaíba, ligando Teresina, no estado do Piauí, a Timon, no Maranhão; a Floresta Fóssil, em Teresina, e o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, no Piauí<sup>151</sup>. A intenção de trabalhar com outras escalas de atuação para o reconhecimento e tutela do patrimônio cultural foi efetivada nos anos de 2009 e 2010 com o tombamento do patrimônio cultural do Piauí, reconhecido em “rede” e do tombamento das cidades de Paranaguá, no Paraná, e de Iguape, em São Paulo.

Segundo Vieira Filho, os casos das cidades de Paranaguá e Iguape são “processos de tombamento para análises de territórios culturais, que podem ter base geográfica ou base temática”<sup>152</sup> e vinculam-se à “estratégia do IPHAN de aumentar o estoque patrimonial, a significância do patrimônio do país e a significação do conjunto de bens tombados.”<sup>153</sup> Esta diretriz de atuação, ainda segundo o diretor do DEPAM, “É importante, porque essa visão de suprir lacunas na abrangência dos tombamentos efetuados pelo IPHAN nos últimos 70 anos, tentando sempre implantar essas propostas de tombamentos numa visão de rede, onde os bens se conectam e contribuem para explicitar os seus valores para a sociedade.”<sup>154</sup> Foram ressaltados nos dois casos a articulação entre o IPHAN e os municípios e órgãos de preservação envolvidos, tanto em processos de identificação do patrimônio cultural e dos valores atribuídos, quanto na elaboração das normativas<sup>155</sup>. Essas experiências apontam para

---

<sup>151</sup> O conselheiro Luiz Phelipe André destacou a estratégia defendida pelo diretor do DEPAM, Dalmo Vieira Filho, sobre a criação de uma rede do patrimônio no Piauí. Segundo Viera Filho: “Para o IPHAN, além da significância cultural, o tombamento inicialmente de Parnaíba representa o arranque na implantação da rede de patrimônio cultural no Piauí, visando sua ampla compreensão. Quando se estabelece um sentido de conjunto ao patrimônio a ser preservado, **amplia-se o potencial de entendimento dos bens, pois incorpora-se a eles novos significados**. A valorização sistêmica do território pode ser tornada como a chance de se reviver o desenvolvimento da história do Brasil a partir de novo enfoque, baseado na articulação ideal de conjuntos urbanos e viabilizada por meio de temáticas específicas.” IPHAN, 2008c, p. 27. Grifo nosso. A estratégia adotada para o reconhecimento do patrimônio cultural do Piauí articula-se, segundo o relator do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, com a lógica de ocupação territorial e de interiorização do país. Segundo André, “as cidades cujo tombamento se pretende pela primeira vez, realizar de forma articulada e integrada, também nasceram integradas e em “rede”, unidas pela determinação da Carta Régia de adoção de um modelo comum de traçado urbano.” IPHAN, 2008c. Ata da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 35. Grifo nosso.

<sup>152</sup> IPHAN, 2009c. Ata da 62ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 02-05.

<sup>153</sup> Ibidem.

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> Quanto ao tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape, no Estado de São Paulo - Processo nº 1.584-T-2009 (nº 01450.007679/2009-79), os estudos foram coordenados pelas técnicas da Superintendência do Iphan em São Paulo, a arquiteta Flávia Brito do Nascimento e a geógrafa Simone Scifoni. O conselheiro relator, Luiz Phelipe André, destacou a consideração dos aspectos geomorfológicos, a vinculação entre as dimensões imateriais e materiais e a clara delimitação dos setores de proteção, além da participação social nas tratativas sobre o tombamento e nos processos de identificação dos atributos.

tentativas de compartilhamento social nas fases de identificação e tutela do patrimônio cultural. A adoção de metodologias participativas no reconhecimento do patrimônio urbano, se analisadas as estratégias utilizadas nos casos mencionados, parece reforçar a necessidade de compreensão do espaço urbano por meio de outras escalas, contemplando o mapeamento de atributos e significados associados a um território.

Sobre a participação social nos processos de identificação e normatização dos conjuntos urbanos tombados, a pesquisadora, ex-diretora do DEPAM e atual conselheira do Conselho Consultivo do Iphan, Márcia Sant'anna, defendeu que foram empreendidos poucos avanços nesse sentido. Os desgastes e os conflitos frutos da ausência de participação social efetiva nos processos de identificação e de gestão são inúmeros. Márcia Sant'anna reconhece o esforço empreendido pelo DEPAM para dar conta do passivo de áreas tombadas sem normatização, mas argumentou que o Iphan permanece fazendo “tombamentos à moda antiga, que na realidade não se atualizam. Não estão respondendo nem à reflexão que já foi feita sobre isso até hoje, e nem às necessidades atuais. Então, eu acho que é uma coisa muito, muito mal resolvida, ainda, dentro da instituição.”<sup>156</sup>

Além da participação social nos processos de tombamento de conjuntos urbanos, a articulação das áreas tombadas com as demais áreas da cidade também é uma questão presente no recorte estudado. Sobre o tema, nas discussões dos tombamentos de Iguape e Paranaguá, a conselheira Jurema Machado pontuou a necessidade da abordagem “do geral para o particular”, defendendo a importância de “compreender a relação da área a ser protegida com a dinâmica da cidade.”<sup>157</sup>

O compartilhamento das decisões relativas ao patrimônio urbano, seja no âmbito das discussões com estados e municípios, seja no campo da participação social efetiva nos processos de identificação e tutela, ainda é um desafio para o Iphan no período estudado. Essa lacuna é perceptível por meio da análise do estoque patrimonial e dos grupos sociais representados por este.

É inegável a ampliação do estoque patrimonial urbano reconhecido nas duas décadas analisadas, bem como o esforço do Iphan de abarcar novas atribuições e outras representações culturais no conjunto selecionado. O processo de transformação institucional, contudo, não é linear. Narrativas atreladas às formas tradicionais de reconhecimento do patrimônio urbano coexistem com novas leituras e aproximações do

---

<sup>156</sup> SANT'ANNA, Márcia. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Salvador, novembro de 2017.

<sup>157</sup> IPHAN, 2009c. Ata da 62ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 24-25.

espaço urbano enquanto fenômeno patrimonializado. Analisando as estratégias de seleção, é possível identificar a escolha do patrimônio urbano brasileiro associado à permanência ou à revisão da ideia de identidade nacional, a um contexto político favorável e a um embasamento técnico, como demonstram as discussões sobre a proposta de tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico do Corredor da Vitória, na cidade de Salvador, Bahia.

### 2.3 Outros interesses

Um caso emblemático da interferência de outros interesses nas decisões do Conselho é o caso do tombamento do Corredor da Vitória<sup>158</sup>, em Salvador (BA). O Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico do Corredor da Vitória<sup>159</sup> foi objeto de tombamento, entretanto, durante a análise, passou a ser considerada a possibilidade de proteção apenas como área de entorno, e, finalmente, teve o processo arquivado.

A solicitação do tombamento partiu do Sindicato dos Arquitetos da Bahia (SINARQ-BA), em 1999, em virtude das constantes intervenções em imóveis do Corredor da Vitória. Quanto à descaracterização, o pleito caracterizava o conjunto de edificações enquanto “remanescentes mais representativos do final do século XIX e início do século XX” que permitiam “a leitura desse processo de urbanização singular”<sup>160</sup>, e enxergava no tombamento a possibilidade de “preservação dos gabaritos das construções dos lotes onde estão inseridos.”<sup>161</sup>

A discussão no âmbito do Conselho Consultivo iniciou-se em 2003. A relatoria do processo foi conduzida inicialmente pelo conselheiro Sabino Machado Barroso. Em seguida, foi pauta de outras reuniões do Conselho, permanecendo o debate em cena até o ano de 2010. É importante destacar a ocorrência de reuniões fechadas<sup>162</sup> do Conselho Consultivo

---

<sup>158</sup> Sobre o processo de tombamento do Corredor da Vitória, Salvador – BA, ver: PAIVA, Marcelo Cardoso de. *Passando dos limites – o Corredor da Vitória em Salvador -BA e o IPHAN*, apresentado no 5º Encontro Internacional Arquivemória, em 2017, realizado em Salvador/BA.

<sup>159</sup> As construções de edifícios em altura nas proximidades do Corredor da Vitória ganharam visibilidade nacional quando a construção de um dos empreendimentos previstos para o local, do Edifício *La Vue*, foi objeto de pressão política e resultou no pedido de exoneração do Ministro da Cultura, Marcelo Calero, em 2016.

<sup>160</sup> IPHAN, processo nº 1.451-T-99, fls. 02-03. apud PAIVA, 2017. *op. cit.* Grifo nosso.

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> Conforme mencionado em 2010 em Ata de Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, quando da discussão sobre o regimento interno do Conselho.

em 2004 para tratar do tema, cujas atas não são disponibilizadas. Barroso, em parecer inicial, ressaltou os interesses para a preservação do conjunto:

é inquestionável a oportunidade de se manter preservado esse **testemunho urbanístico e arquitetônico - visível, físico, concreto** - de um modo de proceder com relação ao **desenho da cidade**. Observa-se, ainda, que a área a oeste do Largo da Vitória e da Igreja, entre a cumeada e o mar, é o último trecho onde se tem a **vista livre** para a Baía de todos os Santos. (...) Foi a louvável preocupação, por parte dos setores organizados da sociedade local, com esse conjunto que representa uma **referência histórica, artística e simbólica** na configuração de sua cidade - a primeira capital do Brasil - que deu origem, em 1999, ao processo em pauta, por iniciativa do Sindicato dos Arquitetos do Estado da Bahia, considerando que seria plenamente justificado seu reconhecimento e qualificação como objeto a ser protegido pelo governo federal através do tombamento.<sup>163</sup>

Na relatoria do processo, foi indicada a existência de três propostas distintas de delimitação da área tombada: duas propostas da Superintendência do Iphan na Bahia e uma proposição da Diretoria de Proteção do IPHAN – DEPROT. Foi explicitada, ainda, a existência de projeto de construção de um edifício de 35 pavimentos para uso residencial, já aprovado pela Prefeitura Municipal de Salvador. Tal fato, de acordo com a relatoria, conferiu celeridade ao processo, culminando na elaboração de uma quarta proposta: a proteção de um conjunto composto por 12 edifícios isolados, “desvinculando-os da preservação da configuração urbana, mantendo, contudo, a extensa área de entorno conforme a proposta anterior”, assinada por José Leme Galvão Júnior, do DEPROT<sup>164</sup>.

Paulo Ormino, em entrevista concedida em 2017, comentou que se tratava de “chover no molhado”<sup>165</sup>: todas as doze edificações eram públicas e o impacto do tombamento na preservação desses imóveis não causaria conflitos com os demais interesses<sup>166</sup>. A publicação da notificação da última proposta em Diário Oficial resultou em três solicitações de impugnação do tombamento.

Os pedidos de impugnação exacerbaram os interesses divergentes da preservação do local. O pleito apresentado pela construtora Odebrecht exaltou os valores do

---

<sup>163</sup> IPHAN, 2003a. Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 3 - 7. Grifo nosso.

<sup>164</sup> A quarta proposta foi publicada em Diário Oficial da União, em 16 de junho de 2003.

<sup>165</sup> ORMINDO, Paulo. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Salvador, novembro, 2017.

<sup>166</sup> Expediente semelhante foi adotado em junho de 2017 no tombamento do Arquipélago de Fernando de Noronha, no qual a proposta inicial de reconhecimento do Conjunto Paisagístico do Arquipélago transformou-se no tombamento de edificações isoladas, todas de propriedade e uso público.

empreendimento, premiado como “Lançamento Imobiliário do Ano”.<sup>167</sup> Outra solicitação de impugnação de tombamento apresentada pelas empresas Liwil, Frank e MRM questionou a legitimidade do tombamento da área e a atuação do Iphan no estado, o que significaria “engessar a cidade, proibi-la de crescer e expandir-se”.<sup>168</sup>

O conselheiro relator, Sabino Machado Barroso, apresentou, então, nova proposta de tombamento, que consistia no reconhecimento da “implantação e configuração urbana e paisagística dos logradouros que integram o Corredor da Vitória.”<sup>169</sup> Na mesma reunião, o conselheiro Paulo Ormino apresentou algumas considerações sobre o caso em questão, destacando os “valores culturais e naturais fragmentados” como características comuns na “cidade contemporânea”. Evidenciou na caracterização do conjunto as “viletas ecléticas e alguns edifícios modernistas” e os valores paisagísticos, destacando as perspectivas sobre a baía. Argumentou pela interpretação da área como “sítio urbano” e “típico do final do século XX em sua heterogeneidade não apenas estilística, como ocupacional” testemunhando seus “valores difusos, fragmentários, heterogêneos, mas que formam um quadro novo, não de todo sem interesse e charme.”<sup>170</sup> Na perspectiva apresentada por Ormino, o conjunto deveria ser valorado como “um conjunto urbanístico indisfarçavelmente, ou mesmo assumidamente, heterogêneo, representativo mais do final do século XX, inclusive em sua convivência com estilos e tipologias do passado, que um conjunto eclético do final do Oitocentos.”<sup>171</sup>

Observa-se, na discussão deste processo de tombamento, o difícil exercício de caracterização do conjunto urbano por meio da leitura da coesão, unidade ou homogeneidade, aspectos muito atrelados à abordagem arquitetônica ou estilística nos primeiros tombamentos realizados pelo Iphan. Por isso, o conselheiro Paulo Ormino defendeu o reconhecimento do conjunto “assumidamente” heterogêneo, no qual coincidem diferentes tipologias e estilos arquitetônicos e distintas formas de ocupação do território. Ormino comentou, em entrevista<sup>172</sup>, que “tinha aí o preconceito que o Iphan sempre teve,

---

<sup>167</sup> IPHAN, 1999. Processo nº 1.451-T-99, fls. 391-392 apud PAIVA, 2017, *op. cit.*, p. 11.

<sup>168</sup> Ibid. fl. 484-493 apud PAIVA, 2017, *op. cit.*, p. 11.

<sup>169</sup> IPHAN, 2003a. Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 7.

<sup>170</sup> Ibidem.

<sup>171</sup> Ibid., p. 08-10. Grifo nosso.

<sup>172</sup> ORMINDO, Paulo. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Salvador, novembro de 2017.

que o Lúcio Costa sempre teve, que é contra o ecletismo, que o ecletismo não tem valor e que, por isso, não precisa ser tombado.”<sup>173</sup>

Para além do preconceito contra o ecletismo, os interesses de especulação imobiliária da área parecem ter influenciado sobremaneira as estratégias de proteção do Conjunto. Quanto à quarta proposta de tombamento do Conjunto do Corredor da Vitória, que considerava os logradouros e o agenciamento enquanto patrimônio, a presidente do Iphan na ocasião, a arquiteta Maria Elisa Costa, ponderou e “confessou ter ficado seduzida pela proposta do Conselheiro Relator por sua **opção pelo negativo do filme**. Todas as propostas anteriores propunham o tombamento de residências, de imóveis; a rua, os logradouros eram vistos como entorno. A proposta dele faz o inverso.”<sup>174</sup>

Diante da complexidade do tema, na mesma reunião, o conselheiro Luiz Fernando Dias Duarte<sup>175</sup> fez um apelo à Presidente do Iphan no tocante às estratégias de salvaguarda de conjuntos urbanos no Brasil. Mais especificamente à definição de uma política voltada para tratar casos dessa natureza, considerando “situações que não se ativessem apenas aos tombamentos de monumentos isolados, mas **pudessem efetivamente proteger contextos de memórias da tradição histórica e artística brasileira em sua dimensão urbana**.”<sup>176</sup> O conselheiro solicitou, então, que houvesse uma “discussão mais sistemática” sobre o tema.

Foram discutidos encaminhamentos possíveis para a tramitação do processo, que voltou à pauta do Conselho na reunião seguinte, em 25 de setembro de 2003, em atendimento ao pedido de vistas da conselheira Suzanna Sampaio. A conselheira apresentou a dificuldade de “considerar conjunto arquitetônico um coletivo de edificações, que as intervenções não só separaram como modificaram substancialmente”<sup>177</sup> e ponderou sobre o conceito de excepcionalidade, suas implicações no Decreto-Lei 25, e de conjunto, este último presente no Parecer da Procuradoria Jurídica do Iphan – Parecer 008/03, e sobre o teor

---

<sup>173</sup> Ibidem.

<sup>174</sup> IPHAN, 2003a. Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 10. Grifo nosso.

<sup>175</sup> Formado em Direito pela UERJ (1972), Luiz Fernando Dias Duarte é carioca e possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978), e doutorado em Ciências Humanas também pela UFRJ (1985). Foi Diretor do Museu Nacional, Rio de Janeiro (1998 – 2001) e atuou como membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan entre os anos 1998 e 2003. Antes de assumir o Conselho Consultivo atuou como professor visitante em várias universidades nacionais e internacionais, tais como: Universidade de Buenos Aires – UBA, na Argentina; Universidade de Paris X Nanterre 1, na França e Université de Liège, ULG, Bélgica. Segundo dados extraídos da Plataforma Lattes.

<sup>176</sup> IPHAN, 2003a. Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 12.

<sup>177</sup> IPHAN, 2003b. Ata da 40ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. p. 2-4.

manifestou concordância:

No presente caso pergunta-se: Existe excepcionalidade para a História do Brasil? Existe sem dúvida a excepcionalidade da PAISAGEM NATURAL NOTÁVEL da falésia soteropolitana, que [sic] porém não motivou o presente processo. (...) No caso concreto, embora o bem a ser acautelado tenha adotado a denominação de conjunto, verifica-se que a proposta final indica o tombamento individual dos bens, ou seja, tombamento dos 12 imóveis isoladamente.<sup>178</sup>

A conselheira defendeu o tombamento e argumentou que a medida, para além de impedir a destruição, constituir-se-ia em “um ato definitivo de inserção na vida dos cidadãos e da PERMANÊNCIA na História Nacional.”<sup>179</sup> O reconhecimento do conjunto enquanto testemunho histórico ou documento nacional apresentou-se como artifício para a efetivação do tombamento, extrapolando os aspectos estilísticos ou a ideia de homogeneidade.

Ainda na mesma reunião de setembro de 2003, o conselheiro Nestor Goulart fez interessante ponderação quanto à participação dos advogados das construtoras que apresentaram as impugnações na reunião do Conselho e quanto à discussão sobre estas. Fica claro na arguição do conselheiro o incômodo com as interferências externas na tomada de decisão do Conselho e o impacto de uma participação prematura dos advogados dos empreendimentos no processo de valoração da área.

Então, estamos ouvindo uma contestação antes de tomarmos uma decisão. É a primeira vez na vida que vejo alguém contestar uma decisão que ainda não foi tomada. Concordo com a contestação do Conselheiro Synésio Scofano Fernandes de que o nosso papel aqui não é ouvir contestações; **o nosso papel é decidir se determinado patrimônio tem valor ou não.** Agora, se não há contestação *a posteriori* das nossas decisões, creio que do ponto de vista jurídico deve estar havendo uma confusão. Porque, a esta altura, **estão contestando uma informação que servirá de base para uma decisão ainda não adotada e já se contesta antes dela ser formatada.** Confesso que a minha primeira reação foi não tomar conhecimento de coisa alguma, cheguei quase a protestar, ia me retirar. Venho de uma tradição universitária em que um Conselho decide sem nenhuma interferência. O Conselho ouve tudo, mas tudo é informado em processo, previamente. As pessoas podem ser convidadas, excepcionalmente, para assistir as reuniões. Em princípio, não. Quando pertencem ao quadro técnico, na maior parte das vezes, sim. Agora, **o Conselho receber uma contestação verbal antes de tomar uma decisão para mim é profundamente estranho.**<sup>180</sup>

O desconforto apresentado por Nestor Goulart Reis Filho denota as interferências

---

<sup>178</sup> Ibidem.

<sup>179</sup> Ibidem.

<sup>180</sup> Ibid., p. 13.

de interesses políticos e econômicos nas decisões do Conselho. Reis Filho evocou a tradição universitária para evidenciar seu incômodo com tais intromissões. O processo voltou a ser discutido em 2008, e o então Diretor do DEPAM, Dalmo Vieira, voltou a mencionar o processo de tombamento do conjunto do Corredor da Vitória e as interfaces entre os parâmetros urbanísticos municipais e os mecanismos de preservação, apontando que “Após exaustivos debates, o Conselho recusou o tombamento do conjunto e recomendou o tombamento individual de alguns dos seus componentes.”<sup>181</sup> O processo foi arquivado, mas o tema voltou a ser discutido em função da delimitação da área de entorno da Igreja da Vitória.

(...) Para tanto, o parecer baseou-se no **caráter extremamente heterogêneo não só da vizinhança imediata, mas também de toda a região onde se insere o monumento**, que independentemente de limitações na área do entorno - isso é que é importante - **a heterogeneidade está irreversivelmente marcada pelas edificações existentes situadas fora dessa área de entorno, tornando na prática inócuas restrições e altura de implantação que desconsiderem esse fato**. Não se trata apenas de analisar o crescimento maior ou menor dos volumes existentes nas imediações, trata-se da possibilidade de diminuir ou não o caráter descompromissado e mesmo antagônico do entorno em relação ao monumento. **O tombamento da Igreja da Vitória é um caso diferenciado, ao que nos consta, em toda a história do IPHAN**. É raríssimo, senão inusitado, que se tenha tombado isoladamente um bem imerso em entorno totalmente transformado. Procuramos indagar sobre o sentido apontado pelo tombamento, que inegavelmente é de grande importância no contexto de Salvador. **Será que esse sentido aponta para restrições drásticas em entornos heterogêneos?** Não foi o que nos pareceu, priorizamos o sentido de validar o bem, ainda que se tenha permitido ao longo do tempo o descompromisso a nosso ver irremediável do seu entorno. Sobre a escala a ser definida pelo entorno considerou-se, inclusive por coerência a proposta formulada pela ex-presidente Maria Elisa Costa, que a concentração do projeto em um único volume, liberando o restante da área para uso público e viabilizando a reabertura da visão para o mar implicava tacitamente em aceitar os limites impostos pela legislação municipal em vigor, sem novas limitações por parte do IPHAN. **A flagrante quebra de escalas existentes na área evidencia o fato de que as eventuais limitações não teriam a capacidade de atenuar e nem mesmo de contribuir para homogeneizar paliativamente a paisagem que envolve o bem.**<sup>182</sup>

Embora o espaço urbano, no caso analisado, tenha deixado de ser o objeto autônomo de tutela - o bem tombado - e a narrativa de seleção o tenha considerado enquanto área de entorno, tema que não consiste no cerne da nossa tese, as discussões relativas à definição da

---

<sup>181</sup> IPHAN, 2008c. Ata da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 70-72.

<sup>182</sup> Ibid., p. 70-72. Grifo nosso.

área de entorno da Igreja da Vitória também evidenciam os sacerdócios e as profecias no tocante à interpretação do patrimônio urbano e sua vinculação a outros interesses que norteiam suas narrativas de seleção. O conselheiro Ítalo Campofiorito destacou na ocasião a sobreposição entre os interesses dos agentes envolvidos no caso. Por meio da análise de suas palavras, a questão patrimonial parece apartada das questões urbanísticas relativas à transformação do lugar. Ressaltou, ainda, o tombamento da Igreja como “um sinal daquela proposta de tombamento do eixo perdido”, defendendo a preservação das visadas para o mar.

Mas quero lembrar o seguinte: havia qualquer coisa de perverso na colocação das questões, naquele dia da sessão fechada. A comunidade simpática à preservação da Igreja, na verdade **parecia querer mais evitar as torres, do que preservar a sua Igreja; e as pessoas interessadas na nova torre, aparentemente, em vez de defender a torre, mais queriam atacar a velha Igreja. O mais natural e virtuoso seria cada um defender a sua posição e, não, a preferir atacar a do outro.** Na verdade, o Conselho tombou a Igreja, isso foi uma vitória, deu-nos grande satisfação. Entendemos todos, acho, que estávamos tombando a Igreja pelo seu relativo valor, sobretudo valor afetivo, embora o próprio pároco tenha vindo aqui para dizer que a Igreja dele não tinha valor. Acredito que todos pensamos que esse tombamento implicava em obter-se área pública aberta diante e atrás da igreja, bem como, o belvedere para o mar. Entende-se que se isso não ficar garantido, tudo mais perderá o sentido. (...) Pessoalmente abomino essas torres, então uma é melhor do que duas, mas não é conosco evitar torres no horizonte de Salvador. E não é essa que irá mudar o *skyline* atual da cidade. O que é preciso para nós, é que a igreja da comunidade permaneça, que **pelo menos um sinal daquela proposta de tombamento do eixo perdido sobreviva e que o povo destituído possa ver o mar.** Por tudo isto, creio que, com o entorno, fica o problema restante, satisfatoriamente resolvido.<sup>183</sup>

Ainda no tocante à definição da área de entorno da Igreja, o conselheiro Paulo Ormino apresentou questões relativas ao conceito de visibilidade e ao seu entendimento pela jurisprudência brasileira, argumentando que “O que está em jogo aqui é a legitimidade ou não da aplicabilidade dos conceitos de ‘vizinhança’ e ‘visibilidade’ ao caso e o precedente que isto pode significar”<sup>184</sup>. Considerando que, naquela ocasião, o DEPAM já havia assinado o Termo de Ajuste de Conduta com o grupo imobiliário interessado, com a Arquidiocese da Bahia e com a Prefeitura de Salvador, viabilizando a construção de uma torre de 35 andares nas proximidades da Igreja, Ormino criticou a impossibilidade de o “Conselho definir,

---

<sup>183</sup> Ibid., p. 72-73. Grifo nosso.

<sup>184</sup> Ibid., p. 76.

autônoma e livremente, o entorno do monumento”<sup>185</sup>.

O conselheiro articulou a questão aos conceitos de *Gestalt*, às discussões da corrente fenomenológica da psicologia, pontuando a “relação entre o objeto e o seu fundo”<sup>186</sup> e às prerrogativas da Carta de Veneza de 1964. Articulou, assim, a interpretação do “ambiente” mencionado na Carta às novas associações ao termo “visibilidade” adotadas pela jurisprudência brasileira, que extrapola a “percepção ótica da paisagem ou da obra protegida”<sup>187</sup>.

Entretanto, Dalmo Vieira Filho, então diretor do DEPAM, contra argumentou interpretando a Carta de Atenas de 1931 e o conceito de “ambiente tradicional”, defendendo o mar como “entorno” da Igreja da Vitória, e estabelecendo que esta relação era a que deveria ser considerada quanto às estratégias de salvaguarda do entorno ou contexto da Igreja:

Ao analisar a questão de um edifício preservado em um contexto completamente alterado parti do mesmo pressuposto que o Professor quando se referiu a **Carta de Atenas** que diz: 'enquanto existirem **ambientes tradicionais**'. O ambiente tradicional deixou de existir há muito. Partimos da premissa de que não há ambiente tradicional, há um bem que convive, aí sim, tradicionalmente com os índices permitidos pela cidade. Nesse sentido, entendemos que reafirmamos a posição do Conselho quando tombou o bem, a sua integralidade, relacionando novamente com a sua **paisagem tradicional, que é o mar**. Essa possibilidade de entendimento por meio de um TAC, que está submetido à apreciação do Ministério Público, parte do pressuposto de que o bem fica preservado na sua integridade, de que o logradouro e a vizinhança em volta ficam qualificados e que ele ganhe na sua ambiência e conseqüentemente no seu entorno à medida em que lhe é devolvida a correspondência da paisagem do mar.<sup>188</sup>

O conselheiro Paulo Ormindo manteve sua posição defendendo a ampliação do conceito de visibilidade e a necessidade de considerar as relações estabelecidas entre monumento e entorno: “Acho que aqui está em jogo, como disse, a questão de dois conceitos que são fundamentais. Há uma jurisdição estabelecida pelo Tribunal Federal de Recursos fixando o que é visibilidade. Visibilidade não é apenas impedir um anteparo na frente, é

---

<sup>185</sup> Ibidem.

<sup>186</sup> Ibid., p. 74-76. Grifo nosso.

<sup>187</sup> Ibidem.

<sup>188</sup> Ibidem.

mudança de todas as relações”<sup>189</sup>.

O processo de tombamento do Conjunto do Corredor da Vitória, em Salvador, é emblemático por evidenciar as interferências políticas nas tomadas de decisão do Iphan, as nuances no reconhecimento dos atributos e de seus contextos e as complexas relações que estas estabelecem com os elementos do entorno. Embora o entendimento e as interpretações do conceito de visibilidade tenham sido alargados, observa-se que o alargamento é adotado pela instituição quando se mostra conveniente à manutenção de uma “harmonia” não entre os elementos do conjunto urbano, mas, sim, entre os interesses conflituosos que marcam e caracterizam o espaço urbano.

A busca pela *homogeneidade* permaneceu, mesmo em 2008, na mesma reunião que discutiu o tombamento de Parnaíba, no Piauí, por meio da categoria interpretativa de *rede*. Embora alguns conselheiros tenham defendido a dinamicidade e a heterogeneidade do espaço urbano, a busca pela *homogeneidade* parece ser tradição institucional e é por ela que começamos a explorar as ideias ligadas à seleção do patrimônio urbano brasileiro no âmbito do Iphan.

---

<sup>189</sup> Ibid., p. 80.

### 3 O PATRIMÔNIO URBANO ENQUANTO HOMOGÊNEO

A despeito do alargamento do conceito de patrimônio cultural promovido pela Constituição Federal de 1988 e pelas discussões internacionais, sobretudo no reconhecimento do espaço urbano enquanto objeto patrimonial, as estratégias de seleção adotadas pelo Iphan na década de 1990, em alguns casos, reiteram a prática adotada pelo órgão no momento de sua criação.

A permanência de determinados agentes do patrimônio no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan pode ser uma das explicações para a manutenção de tais estratégias de seleção. Neste contexto, o arquiteto Augusto da Silva Telles, que assumiu funções técnicas, a direção do órgão, e a relatoria de alguns processos de tombamento quando do seu ingresso como conselheiro podem ser apontado como um dos “ecos” de permanência do *modus operandi* do “Iphan de Dr. Rodrigo”.

A narrativa de defesa de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo apresentou, em 1994, a categoria *homogeneidade* como estratégia de seleção. Neste capítulo, analisaremos o supracitado processo, cuja abertura ocorreu em 1986, tendo sido paralisado em diversos momentos porque se entendia que não era possível caracterizar o seu “valor nacional”. Aprofundaremos o estudo sobre a contribuição do relator, Augusto da Silva Telles, que, inicialmente, participou do caso como diretor do Iphan e, posteriormente, como conselheiro.

A partir do ano de 1994, Silva Telles passou a integrar o Conselho Consultivo do IPHAN e elaborou quatro pareceres sobre conjuntos urbanos, participando ativamente das discussões sobre a tutela dessas áreas, como é o caso do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo, em Alagoas. A contribuição de Silva Telles no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, como conselheiro e relator de processos de tombamento de conjuntos urbanos, iniciou-se em 1994 e perdurou até 2002. Em 2004, foi reconduzido ao Conselho permanecendo até 2009.

#### 3.1 O sacerdote Augusto da Silva Telles nas relatorias

Augusto da Silva Telles (1923-2012)<sup>190</sup> formou-se em arquitetura em 1948, na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, posteriormente chamada Faculdade Nacional de

---

<sup>190</sup> Neto do vereador de São Paulo, homônimo, engenheiro e professor da Escola Politécnica de São Paulo, e filho de Jayme da Silva Telles, arquiteto modernista, formado pela Escola Nacional de Belas-Artes, que participou da Revolução constitucionalista de 1932 e da Semana de Arte Moderna de 1922.

Arquitetura na Universidade do Brasil. Em 1953, começou a dar aulas como assistente do professor Paulo Santos na UFRJ, que introduziu o estudo da arquitetura brasileira, para além da abordagem das correntes internacionais<sup>191</sup>. Com a aposentadoria de Paulo Santos, em 1969, Silva Telles assumiu as disciplinas ministradas por ele<sup>192</sup> e permaneceu lecionando até 1982, quando se aposentou<sup>193</sup>.

Em 1957, em virtude de um encontro fortuito com o arquiteto Alcides da Rocha Miranda, estabeleceu o primeiro contato com Rodrigo Melo Franco de Andrade e iniciou seus trabalhos no IPHAN. Augusto da Silva Telles gostava de fotografar e na ocasião do encontro estava revelando, nas proximidades do Edf. Gustavo Capanema, fotografias que tinha tirado da cidade de Vassouras, no Rio de Janeiro. Quando apresentado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, surgiu o interesse para que fosse elaborada uma proposta de tombamento de Vassouras. A princípio, atuou como consultor entre os anos de 1957 a 1988<sup>194</sup>. Em 1978, esteve à frente da Diretoria de Tombamento e Conservação do IPHAN, com participação em diversos estudos de tombamento e projetos de restauro<sup>195</sup>. Entre os

---

Cf. FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005.

Cf. SIMÕES JUNIOR, Jose Geraldo. *Anhagabaú: história e urbanismo*. São Paulo: Senac/Imprensa Oficial, 2005.

Cf. SOUZA, Ricardo Forjaz Chistiano de. *Trajetórias da arquitetura modernista*. Cadernos10. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Documentação Artística, Centro de Documentação e Informação sobre Arte Brasileira Contemporânea, 1982. p.57.

Cf. THOMPSON, Analucia (Org.). *Memórias do Patrimônio: Entrevista com Augusto da Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

<sup>191</sup> THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p.34.

<sup>192</sup> Disciplinas Arquitetura no Brasil I e II. Em: THOMPSON, 2010. *op. cit.*

<sup>193</sup> Em 1962, obteve o título de livre docência na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em: THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p.34.

<sup>194</sup> Em entrevista concedida a técnicos do Iphan, a esposa de Augusto da Silva Telles, Irene Telles relatou a precariedade dos vínculos de trabalho no Iphan neste período. Silva Telles possuía um vínculo instável com o órgão: “A gente com seis filhos. A minha sogra ficou horrorizada; disse que eu estava maluca; o Augusto largar uma empresa para ir trabalhar por verba. Teve um concurso, em 1958, pro MEC (Ministério da Educação e Cultura). Augusto passou em segundo lugar, e eram três vagas. O Juscelino Kubitschek colocou três amiguinhos – os priminhos dele. (...) Levaram os três, os priminhos do Juscelino. E o Augusto continuou lá recebendo por verba. Maluquice, né? (...) ele só foi efetivado bem mais tarde.” THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p. 83.

<sup>195</sup> Diretoria que, hoje, corresponde ao DEPAM. Foram objeto de estudo e projetos de conservação e restauração coordenados por Augusto da Silva Telles as cidades de Vassouras/RJ e de Olinda/PE, as Igrejas do Bom Jesus, na Ilha do Fundão/RJ e de Nossa Senhora do Carmo, no Carmo/RJ; bem como, a ambientação de monumentos e sítios, acompanhamento de obras de restauro e conservação da Casa da Hera e Igreja Matriz, em Vassouras, e autoria do projeto de restauro da Casa de Grandjean de Montigny, atual *campus* da PUC do Rio de Janeiro. Em: THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p.34.

anos 1988 e 1989, assumiu a presidência da Fundação Nacional Pró-Memória e o cargo de Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>196</sup>.

Sobre o primeiro contato com Rodrigo Melo Franco de Andrade, assim resumiu Augusto da Silva Telles:

(...) E eu fui pegar as fotografias e encontrei o Alcides Rocha Miranda, que viu aquilo e disse: ‘Você mostrou ao Rodrigo essas fotografias?’. Eu falei: ‘Não sei se o Rodrigo se interessaria por isso’. Ele me levou ao oitavo andar, entrou na sala e falou com Rodrigo. Ficamos vendo as fotografias até as onze horas da noite. O expediente terminava às seis. Doutor Rodrigo falou: ‘pega esse material todo, faz um resumo disso e faz uma proposta de tombamento de Vassouras, do núcleo histórico de Vassouras. Foi o primeiro tombamento de um conjunto do século XIX.’<sup>197</sup>

A interpretação do patrimônio urbano atrelada a um tempo e um recorte com limites definidos e justificados, como veremos no caso dos conjuntos urbanos valorados por Augusto da Silva Telles, parece vincular-se também ao gosto pela fotografia.

A contribuição de Silva Telles encontra-se associada, também, à representação internacional da instituição<sup>198</sup>. Foi membro do *International Council of Monuments and Sites* - ICOMOS, assumindo a vice-presidência da organização entre os anos de 1984 e 1987. Fundou o comitê brasileiro do ICOMOS em 1978, sendo o seu primeiro presidente. Foi membro do Conselho do *Centre International d'Études pour la Conservation et la Restauration des Bien Culturels* (Iccrom), no período compreendido entre os anos 1983 e 1989, tendo assumido a presidência da Assembleia Geral do Centro entre os anos 1987 e 1988. Entre 1982 e 1989, foi, ainda, delegado brasileiro do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações

<sup>196</sup> Em agosto de 1989, Augusto da Silva Telles encaminhou Carta de demissão do cargo de Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. Como motivação apresentou a “impossibilidade de conciliar os interesses que sempre entendi essenciais na condução da preservação dos bens culturais do país, com outros, pessoais, de instituições e personalidades que se julgam, ou que realmente são **os donos do poder**.” THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p.134. Grifo nosso.

<sup>197</sup> THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p. 82. A cidade de Vassouras foi tombada em 1958 e quem assumiu a relatoria do processo foi o conselheiro Paulo Santos.

<sup>198</sup> Representou o IPHAN no Congresso Internacional A Arte em Portugal no Século XVIII, em 1973, em Braga, Portugal; assumiu a relatoria oficial dos Seminários Interamericanos de Experiência em Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental, que ocorreram em São Domingos (1974) e em Cuzco e Ayacucho, Peru (1978), e da Reunião de Turismo Cultural das Missões Jesuíticas, em Assunção, Paraguai (1979). Foi membro do Comitê Científico do Simpósio Internacional do Barroco Latino Americano, em Roma, a convite do Instituto italo Latino Americano (Iila), em 1980. Participou, por meio da Unesco e do ICCROM, da Reunião Internacional de Coordenadores para a Formação em Conservação Arquitetural, em 1982, que ocorreu em Roma. Coordenou a delegação brasileira do 1º Congresso do Patrimônio Luso no Mundo, em Lisboa, em 1987. E participou da elaboração do projeto da Unesco *Les Espaces Baroque*, em 1991, em Versalhes. Em: THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p.34.

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e correspondente da Academia Nacional de Belas Artes de Portugal, a partir de 1975.<sup>199</sup> Participou, portanto, de várias das discussões internacionais sobre patrimônio urbano e cultural. Beatriz Kühl (2010) defende que, no Brasil, houve grande dificuldade na leitura da Carta de Veneza de 1964, de forma fundamentada e aprofundada, porém, destaca como exceção as apresentações e aulas ministradas por Augusto da Silva Telles sobre a Carta<sup>200</sup>. Quando consultado sobre a Carta, em 2010, comentou que já tinha contato com as discussões que precederam a Carta de Veneza por meio de uma revista francesa que assinava e que foi a uma reunião em São Paulo para discutir o tema:

(...) eu fui incumbido de falar sobre a Carta de Veneza. Eu estava falando sobre a Carta, e o Saia ficou irritadíssimo, porque a Carta de Veneza tinha uma série de coisas que não havia na Carta de Atenas. Há uma diferença de conceitos, não só no sentido de contenção, como também no sentido de liberdade. Por exemplo, essa coisa da restauração não provocar obrigatoriamente uma **unidade. A Carta de Veneza dá uma leitura muito mais rica e, portanto, mais perigosa:** mais liberdade, mas ao mesmo tempo, mais exigências.<sup>201</sup>

A alusão ao “perigo” de uma leitura mais rica do patrimônio parece estar relacionada à ampliação do repertório formal do que se entendia até então enquanto objeto patrimonial, e, sobretudo, à sobreposição de temporalidades diversas em um mesmo bem, em oposição à ideia de “unidade”. A defesa da “unidade”, como fim não obrigatoriamente atingido pela restauração, pode ser associada à categoria *homogeneidade* adotada para leitura do patrimônio cultural, como veremos nos casos de relatórios assumidos por Silva Telles no âmbito do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

Também quando consultado sobre a Carta, defendeu que o documento não causou surpresas e que, no Brasil, “nós estávamos na frente, até, muito na frente.”<sup>202</sup> Esse estar à frente, pode se referir ao reconhecimento do patrimônio urbano. É provável que Silva Telles tenha se feito relação aos tombamentos, ainda nas décadas de 1930 e 1940, de conjuntos urbanos como algo de vanguarda em relação à política de preservação adotada na Europa.

---

<sup>199</sup> THOMPSON, 2010. *op. cit.*

<sup>200</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010.

<sup>201</sup> THOMPSON, 2010. *op. cit.*

<sup>202</sup> Segundo Silva Telles, “o Brasil estava na frente, disparado do resto do mundo. Da última vez que eu estive com o Michel Parent, aqui no Brasil, ele disse: ‘Vocês têm que trabalhar essa história (preservação de sítios urbanos), colocar esse problema no âmbito internacional, para entenderem essa liberdade que vocês têm para restaurar?’” THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p.89.

A interlocução de Augusto da Silva Telles não esteve, entretanto, restrita ao Iphan e suas regionais. Em âmbito nacional, foi membro do Conselho Estadual de Tombamento no Rio de Janeiro entre 1982 e 1988, tendo presidido o Conselho entre 1994 e 2006; e do Conselho Consultivo do Instituto Moreira Sales<sup>203</sup> a partir de 2002. Foi um dos fundadores do Comitê Brasileiro do Comitê Internacional de História da Arte (CIHA), em 1972, e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1971; e publicou vários livros sobre o patrimônio cultural no Brasil<sup>204</sup>.

Em 2012, Augusto da Silva Telles participou da reedição do livro *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*, de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, publicado em 1952 no México. Na reedição organizada por Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva, escreveu o item III – *Um depoimento sobre a trajetória institucional do IPHAN*, no qual categorizou a trajetória institucional por décadas, situando a década de 1990 como “um período difícil”. Assinalou seu relato sobre a trajetória institucional do Iphan a partir do seu vínculo permanente com o órgão, dizendo-se “disposto a contribuir com as memórias da minha vivência como técnico do IPHAN desde 1957, quando fiz o meu primeiro trabalho na instituição da qual, mesmo aposentado, nunca me desliguei”<sup>205</sup>. Adotou a caracterização dos primeiros 42 anos do IPHAN como fase heroica<sup>206</sup>, dividindo em década de 1960 – *o IPHAN de Rodrigo e Soeiro: documentos internacionais de referência pós 1952*, com destaque para as missões internacionais, e a década de 1970 – *Soeiro e a implantação de novas políticas: a construção de parcerias com estados e municípios*, com ênfase nas políticas relativas aos sítios históricos e ao planejamento urbano e o programa das Cidades Históricas – PCH. Caracterizou a década de 1980 como “os tempos

---

<sup>203</sup> As fotografias feitas por Augusto da Silva Telles resultam em aproximadamente 4.500 registros e integram o acervo do Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro. De acordo com Analucia Thompson, os registros são, majoritariamente, da década de 1970, e “retratam locais, edifícios e monumentos do Brasil e de Portugal, principalmente a arquitetura colonial.” Em THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p.36.

<sup>204</sup> Dentre estes: a tese *Vassouras – estudo da construção residencial urbana*, de 1961, publicada em 1968; *Nossa Senhora da Glória do Outeiro* (1969), *Atlas dos Monumentos históricos e artísticos do Brasil* (1975), *Guia dos bens tombados da Cidade do Rio de Janeiro* (2001) e *o Vale do Paraíba e a arquitetura do café* (2006). Também foi autor de capítulos em publicações nacionais e internacionais do campo do patrimônio cultural, tais como: *Le Brésil baroque entre ciel et terre*, *Patrimônio construído* (2002); *Brazil body and soul* (2002) e *Arquitetura na formação do Brasil* (2007). Publicou, também, os artigos intitulados: *Le baroque à Rio de Janeiro*; *Arquitetura no século XVIII*; *Brazilian baroque architecture e Ocupação no litoral, entradas para o interior do continente e definição das fronteiras*, respectivamente. THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p.36.

<sup>205</sup> TELLES, Augusto C. da Silva. Um depoimento sobre a trajetória institucional do IPHAN. Em: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012. p.287.

<sup>206</sup> Caracterização atribuída por Silva Telles ao arquiteto e seu amigo pessoal Luís Saia. TELLES, 2012. *op. cit.*, p. 288.

de Aloísio Magalhães.” Sobre a tutela do patrimônio urbano, destacou a importância do PCH e a ampliação do conceito de patrimônio promovida pelo programa.

As trocas de experiência e de questionamentos acerca do patrimônio cultural proporcionadas pelo **PCH** e a produção neste campo de atuação, decorrente desse processo, representaram uma das ações mais importantes na promoção do patrimônio cultural, abrindo novas frentes de trabalho e dando condições para a valorização de um **patrimônio mais amplo** do que aquele que o IPHAN havia sido capaz de preservar até então.<sup>207</sup>

Na narrativa apresentada por Augusto da Silva Telles sobre a trajetória institucional até os anos 1990, agentes que assumiram a direção do órgão aparecem associados à ideia de paixão pelo propósito e missão institucional. Embora as fragilidades e lacunas para a implementação de uma política nacional de preservação tenham sido apontadas, o discurso assume contornos românticos, vinculando os méritos individuais dos agentes que ocuparam a presidência do IPHAN aos feitos no campo do patrimônio cultural. Esse romantismo encontra-se mais presente nos relatos das ações capitaneadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Sobre a atuação do primeiro, assim, comentou: “a paixão por esse tema possibilitou, então, a ação enérgica, eficiente e que ainda permanece nos dias de hoje, quando comemoramos 70 anos da criação do IPHAN, demonstra que o termo criado por Gilberto Freyre, ‘rodrigismo’, expressava ‘uma verdade’.”<sup>208</sup> Esse culto à figura de um dos fundadores da instituição parece fornecer algumas pistas sobre as posturas adotadas por Silva Telles enquanto conselheiro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, como veremos adiante.

No âmbito do Conselho assumiu, também, o papel de realizar homenagens a figuras vinculadas à trajetória institucional como é o caso das homenagens feitas a: Hélio Polito;<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> TELLES, 2012. *op. cit.*, p. 308.

<sup>208</sup> TELLES, 2012. *op. cit.*, p. 289.

<sup>209</sup> Cf. Ata da 8ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1995. IPHAN, 1995a.

Graciema Melo Franco de Andrade;<sup>210</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade;<sup>211</sup> Ayrton Carvalho;<sup>212</sup> Gilberto Ferrez<sup>213</sup> e Lucio Costa.<sup>214</sup>

Irene da Silva Telles, sua esposa, contudo, em entrevista concedida em 2009, apresentou visão mais crítica em relação aos “fundadores do Iphan”, associando suas posturas ao período autoritário vivenciado no país. Não encontramos, em falas de seu marido, compreensão igualmente crítica. Ela relembrou uma discussão com Rodrigo Melo Franco de Andrade em Ouro Preto nos seguintes termos:

A gente tá esquecendo do contexto político, que era autoritário. Eu acho que o IPHAN tinha um lado extremamente autoritário. Creio que eu contei pra vocês a discussão que tive com Dr. Rodrigo, em Ouro Preto: nós estávamos lá na Igreja de São Francisco, que tinha os Santos Bem-casados; estavam casados há não sei quanto tempo, e o Doutor Rodrigo disse que ia separar os dois porque eles não eram nem do mesmo século. Eu disse: ‘Doutor Rodrigo, isso aqui, essa igreja não foi feita para o Patrimônio, foi feita para a população, se o povo casou, o senhor vai descasar, vai criar um problemão em Ouro Preto.’ Ele disse: ‘Os santos não são nem do mesmo século’. E eu: ‘Doutor Rodrigo, a cultura é viva, não foi criada para o Patrimônio, não é?’. Parecia que o Patrimônio era dono de tudo. Era essa a atitude frequentemente da turma lá. A geração mais nova já estava mais aberta. Esse negócio que o Lucio Costa tombou, acabou, era a mentalidade.<sup>215</sup>

É importante destacar no relato acima a leitura crítica da “voz do especialista” como autoridade para as definições relativas ao patrimônio cultural no Brasil. A argumentação de Irene Telles por uma “cultura viva” e “feita para a população” parece ser uma contestação, mesmo no contexto atual, ainda em processo de assimilação nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.<sup>216</sup>

---

<sup>210</sup> Esposa de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Cf. Ata da 11ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1997. IPHAN, 1997.

<sup>211</sup> Cf. Ata da 12ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1997. IPHAN, 1997b.

<sup>212</sup> Cf. Ata da 14ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1998. IPHAN, 1998b.

<sup>213</sup> Cf. Ata da 22ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2000. IPHAN, 2000b.

<sup>214</sup> Cf. Ata da 33ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2002. IPHAN, 2002a.

<sup>215</sup> THOMPSON, 2010, *op. cit.*, p. 93.

<sup>216</sup> Como bem assinalou Flavia Brito do Nascimento: “As consideráveis transformações que estão em curso, mudando efetivamente o perfil do patrimônio nacional, como as políticas do patrimônio material, imaterial e da paisagem cultural, são fruto de longo, lento e não linear processo de oposição, aceitação e mutação dos modelos estabelecidos nos anos 40 e 50.” NASCIMENTO, Flávia Brito do. Preservando a arquitetura do século XX: o Iphan entre práticas e conceitos. Cadernos do PROARQ (UFRJ), v. 19, p. 172-193, 2013. p. 189.

Como assinalado anteriormente, a contribuição de Silva Telles no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, como conselheiro e relator de processos de tombamento de conjuntos urbanos, iniciou-se em 1994<sup>217</sup> e perdurou até 2002. Em 2004, foi reconduzido ao Conselho permanecendo até 2009.

As caracterizações de Augusto da Silva Telles enquanto conselheiro pelos seus pares auxilia a sua compreensão como um “sacerdote do patrimônio”. Paulo Chaves, em 2000, caracterizou Augusto da Silva Telles como “um mito”<sup>218</sup>. Suzanna Sampaio, em 2002, sobre a saída de Silva Telles do Conselho, assim argumentou: “porque o Silva Telles é o **âncoradouro**, é a **continuidade**. A sua capacidade, o seu conhecimento e brilhantismo são imensuráveis”<sup>219</sup>. Ângelo Oswaldo, na mesma reunião, classificou-o como “nosso grande mestre”<sup>220</sup>. Marcos Vilaça, ainda em 2002, também evidenciou esta classificação, afirmando: “(...) desde meu ingresso nesses afazeres tão nobres e tão encantadores do patrimônio histórico, não tenho feito outra coisa senão acompanhar Silva Telles, o que me evita erro e que me dá um prazer muito grande”<sup>221</sup>. Concordando com Marcos Vilaça, Nestor Goulart Reis Filho também pontuou: “é sempre bom acompanhar o Silva Telles para evitar enganos e erros”<sup>222</sup>. O conselheiro Liberal de Castro mencionou recorrer a Silva Telles “como alguém que folheia uma enciclopédia quando quer se informar sobre qualquer assunto. É uma coisa impressionante, ele tem tudo que se deseja.”<sup>223</sup>

Em 2002, na despedida de Augusto da Silva Telles como conselheiro, Suzanna Sampaio assim o caracterizou:

Ele **não é um simples Conselheiro**, ele é um **oráculo do patrimônio**. Ninguém chegava ao Templo da Pítionisa de Delfos e voltava sem informações. Com Augusto Silva Telles é assim, todas as pessoas que procuraram por este professor emérito sempre voltaram de mãos cheias, certos de que eram pessoas possuidoras de um presente ou de um futuro. Percorreu o Brasil dando aulas. Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro assistiram a sua lição experiente, séria, competente e

---

<sup>217</sup> Augusto da Silva Telles assumiu uma das vagas destinadas a representantes da sociedade civil, anteriormente ocupada por Eduardo Kneese de Mello. Cf.: Ata da 6ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, em 1994. IPHAN, 1994a.

<sup>218</sup> Ver Ata da 22ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2000. IPHAN, 2000b.

<sup>219</sup> Ver Ata da 33ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2002. IPHAN, 2002a.

<sup>220</sup> Ibidem.

<sup>221</sup> Ver Ata 34ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2002. IPHAN, 2002b.

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> Ver Ata 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2002. IPHAN, 2002c.

absolutamente erudita, sem nenhuma empáfia. Este professor emérito, este **templo de sabedoria**, este **oráculo**, como já disse, tem uma passagem internacional da mais alta significação. (...) ele não deixará de ser procurado. Irão todos a Delfos ouvir a sua mensagem, porque é muito necessário conservar aqueles que fizeram da sua vida um apostolado. (...). Nada mais justo do que reconduzi-lo ou proclamar agora, neste momento, sua vitaliciedade. Penso que todos aqui estão de acordo comigo, porque é uma questão de segurança máxima. É uma proposta que apresento ao Presidente sem consultar ninguém, com certeza da sua unanimidade.<sup>224</sup>

A associação do conselheiro Augusto da Silva Telles à figura de um “oráculo” ou a uma autoridade do saber especializado reforça a credibilidade conferida pelos conselheiros às suas narrativas de seleção e às suas concepções de patrimônio. As relatorias de processos de tombamento de conjuntos urbanos que ficaram sob o encargo de Silva Telles têm em comum a busca por uma unidade formal ou homogeneidade para a caracterização do espaço urbano enquanto patrimônio nacional.

Durante os treze anos em que ocupou a vaga de conselheiro como representante da sociedade civil, assumiu quatro relatorias de processos de tombamento de conjuntos urbanos: do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Penedo, Alagoas<sup>225</sup>; do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Laranjeiras, Sergipe<sup>226</sup>; do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade da Lapa, Paraná<sup>227</sup>; do Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro, no Rio Grande do Sul<sup>228</sup>, e pediu vistas ao processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis, SC.

Assumiu, também, as relatorias dos processos de tombamento da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo<sup>229</sup>; do Hangar de Zepelins e Estação de Passageiros do Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, no

---

<sup>224</sup> Ibidem.

<sup>225</sup> Processo nº 1.201-T-86. Ver Ata da 7ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1994b. IPHAN, 1994b.

<sup>226</sup> Processo nº 288-T-89. Ver Ata da 8ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1995. IPHAN, 1995a.

<sup>227</sup> Processo nº 1.309-T-90. Ver Ata da 11ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1997. IPHAN, 1997.

<sup>228</sup> Processo nº 1.376-T-96. Ver: Ata da 14ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1998. IPHAN, 1998b.

<sup>229</sup> Processo nº 1176-T-85, com inscrições nos Livros do Tombo de Belas Artes e Histórico nº 616 e nº 554, respectivamente, realizadas em 17 de maio de 1999. Ver: Ata da 10ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1996. IPHAN, 1996.

Rio de Janeiro, RJ,<sup>230</sup> do Prédio do Colégio Militar do Rio de Janeiro<sup>231</sup>; do Prédio da Antiga Faculdade de Medicina da Bahia, situado em Salvador<sup>232</sup>; da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, situada em Corumbá de Goiás<sup>233</sup>; da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e seu acervo móvel integrado, observada a condição de destaque conferida aos painéis pintados no teto da Capela-mor, assim como a de exclusão das imagens de gesso, em Viçosa do Ceará<sup>234</sup>; e da proposta de Rerratificação do Tombamento do Parque Nacional da Tijuca<sup>235</sup>.

No caso da relatoria do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade da Lapa, no Paraná, o processo já havia sido avaliado, em 1992, pelo conselheiro Dalmo Vieira Filho e aprovado por unanimidade pelo Conselho. Devido a “problemas de tramitação jurídica” o processo voltou ao Conselho em 1997 e Augusto da Silva Telles assumiu a relatoria, destacando o valor histórico do conjunto e sua vinculação ao tropeirismo dos séculos XVIII e XIX e a fatos históricos, ratificando o parecer apresentado em 1992 por Vieira Filho. Em 1992, a valoração do Conjunto esteve atrelada ao “valor individual dos bens e pelo fato de constituírem um cenário que dignifica o povo brasileiro, lembrando o cerco da Lapa, em 1894”<sup>236</sup>. O emprego da palavra “cenário” confere certa estaticidade ao conjunto urbano e a ênfase no “valor individual dos bens” norteia o processo de identificação patrimonial em 1992, embora haja, também, a menção ao “rico acervo urbano-arquitetônico” e à defesa do conjunto urbano da Lapa enquanto “símbolo vivo da esperança e da crença no futuro do Brasil”. Estas caracterizações reforçam a vinculação da cidade a acontecimentos do passado e associam-se, também, ao processo de requalificação urbana coordenado pela prefeitura da cidade, destacado na reunião em 1992.

---

<sup>230</sup>Processo nº 994-T-78. Ver: Ata da 13ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1998. IPHAN, 1998a.

<sup>231</sup> Ver: Ata da 16ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1999. IPHAN, 1999a.

<sup>232</sup> Processo nº 896-T-74. Ver Ata 20ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1999. IPHAN, 1999d.

<sup>233</sup> Processo nº 1269-T-88. Ver Ata 22ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2000. IPHAN, 2000b.

<sup>234</sup> Processo nº 1.453-T-99. Ver Ata 34ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2002. IPHAN, 2002b.

<sup>235</sup> Processo nº 762-T-65. Processo nº 1.376-T-96. Ver: Ata da 15ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1998. IPHAN, 1998c.

<sup>236</sup> Ata da 3ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 1992. IPHAN, 1992c. p. 25-26.

Na relatoria do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Laranjeiras, em Sergipe, no ano de 1995, a trama urbana foi identificada por Silva Telles como “trama irregular - não ortogonal - como a da quase totalidade das cidades brasileiras”<sup>237</sup>. E o conjunto de edificações interpretado a partir dos “ritmos contínuos,” o que sugere a busca por uma continuidade ou unidade na leitura e interpretação do conjunto, como se evidencia no trecho do parecer descrito a seguir:

Nesses logradouros, as edificações, com um ou dois pisos, se sucedem, definindo os alinhamentos e colando-se umas às outras. Essas casas, que definem ruas e praças, não se apresentam enfaticamente, mas, ao contrário, formam **ritmos contínuos**, com seus vãos de portas e janelas - alguns com balcões sacados, ou entalados - seus cunhais, suas cimalthas com os telhados formando beirais.<sup>238</sup>

A escala urbana apresenta-se, no parecer de Silva Telles, para além da escolha de edificações monumentais e excepcionais. O que pode ser destacado quando menciona que as casas “não se apresentam enfaticamente”, mas conformando “ritmos contínuos” a partir dos elementos arquitetônicos listados como componentes da “musicalidade” que se pretendia identificar, atrelada à ideia de “continuidade” e de “unidade”. O parecer destacou, também, os largos e praças de Laranjeiras e a qualidade da arquitetura civil que, segundo o relator: “sobressai do conjunto das edificações religiosas, diferentemente do que acontece a quase totalidade das cidades brasileiras”<sup>239</sup>. Em reunião ocorrida em 1998, Silva Telles associou os tombamentos de Icó, no Ceará, e de Laranjeiras ao reconhecimento de “uma arquitetura que tem sido chamada de vernacular; arquitetura não erudita; segundo Mário de Andrade, não sabida; e segundo Lúcio Costa, de uma enorme saúde plástica”<sup>240</sup>.

O relator propôs a inscrição do Conjunto nos três Livros do Tombo - Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro das Belas Artes e Livro Histórico -, o que foi acatado por unanimidade pelo Conselho.

O reconhecimento da arquitetura civil ou “arquitetura menor” destacado nas interpretações realizadas por Silva Telles para a caracterização dos conjuntos urbanos associa-se à sua concepção de patrimônio urbano. Sobre a conhecida Declaração de

---

<sup>237</sup> IPHAN, 1995a. Ata da 8ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 03-04.

<sup>238</sup> Ibid., p. 03-04.

<sup>239</sup> Ibidem.

<sup>240</sup> IPHAN, 1998c. Ata da 15ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p.14.

Amsterdã, de 1975, Augusto da Silva Telles apresentou uma curiosa interpretação da ideia de proteção de conjuntos urbanos, defendida pelo documento:

a preservação deveria também atentar para o acervo construído como um todo, **ou seja, todas as unidades**, tanto os bens de maior valor artístico, arquitetônico ou histórico, quanto os de menor expressão, de caráter vernacular ou, ainda, os mais recentes, a serem tratados como **arquitetura de acompanhamento**, para manter a composição, a ambiência do núcleo.<sup>241</sup>

A caracterização da “arquitetura de menor relevância” como “arquitetura de acompanhamento” foi traduzida, também, em alguns dos seus pareceres de tombamento de bens isolados como “apêndices” ou áreas de entorno. No caso do tombamento da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em São Paulo, propôs que a igreja - na parte identificada como descolada da ideia de unidade - fosse seu próprio entorno.

O parecer de tombamento da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em São Paulo<sup>242</sup> reforça a articulação da postura assumida por Augusto da Silva Telles com a estratégia adotada pelo Iphan para a seleção do estoque patrimonial brasileiro - vinculada à categoria *homogeneidade* - embora Silva Telles tenha representado o Iphan internacionalmente e tenha tido interlocuções com outras abordagens sobre o patrimônio cultural.

Considerando a realização de intervenções “concebidas segundo feição arquitetônica incharacterística”<sup>243</sup> na Igreja, o arquiteto Paulo Thedim Barreto foi contrário ao tombamento do bem em 1959. Com o intuito de apresentar uma solução conciliatória, o arquiteto Silva Telles, defendeu, em reunião do Conselho Consultivo, a seguinte posição:

No entanto, os relatórios inicialmente citados neste Parecer expõem a **dificuldade de se admitir um tombamento parcial da capela**, qual seja a de se inscrever somente a frontaria, a nave, capela-mor, sacristia e mais os compartimentos antigos, tais como o antigo jazigo (hoje biblioteca) e a sala de reuniões - todos em estrutura de taipa - excluindo-se assim os cômodos anexos, recentes - em alvenaria de tijolos. (...) O valor da obra de arte só pode ser analisado a partir do **contexto em que foi produzida**: característica da época histórica, sócio-econômico-cultural [sic] e, no caso em pauta, formação, personalidade e histórico do artista que a produziu. (...) Analisando o segundo item, estamos de acordo com os que **consideram impossível a preservação fragmentada** da Igreja da Ordem Terceira do Carmo; por outro lado, a feição atual das frontarias laterais e posterior não apresenta qualquer interesse, seja como obra histórica, seja como solução arquitetônica contemporânea: trata-se de uma obra comum dos anos trinta e quarenta, de uma arquitetura comercial, projeto de firma construtora. Entendemos, assim, como solução para o

---

<sup>241</sup> THOMPSON, 2010, *op. cit.*, p. 300.

<sup>243</sup> IPHAN, 1996. Ata da 10ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p.12.

**caso, uma proposta ainda não utilizada em situações congêneres: a de usarmos o expediente da definição de 'entorno', considerando como tal as três frontarias e mais os acréscimos existentes à direita da igreja.**<sup>244</sup>

A defesa da unidade parece associar-se, também, à compreensão que o arquiteto tinha da própria instituição e da ideia de patrimônio nacional. Em entrevista concedida a técnicos do Iphan no projeto Memórias do Patrimônio, quando questionado sobre a dificuldade que o Iphan teve ao lidar com a cidade, assim respondeu:

Não sabia. Aprendeu. Está aprendendo. E o município está assumindo posição importante. O Brasil é muito grande, muito extenso, muito complicado, muito difícil. Quer dizer, complicado não, porque felizmente é menos complicado do que outros países. Mas é muito extenso. Qualquer coisa que você queira fazer, você tem que parar para pensar um pouco naquilo. As distâncias são imensas. E a diversidade também. (...) O Brasil é muito lindo e, aliás, **é muito parecido**. Nós não temos as diferenças que tem a Alemanha, ou que tem a Itália; a Europa de uma maneira geral. (...) <sup>245</sup>

E sobre as diferenças entre os representantes do Iphan de diferentes localidades do Brasil, defendeu que há “muita unidade. A diversidade é superficial”<sup>246</sup>. Nota-se a necessidade de defesa de uma coesão, que parece ser possível apenas se a mirada se volta para um mesmo tipo de produção. Para Márcia Chuva, “O Sphan esteve, sem dúvida, aderindo ao projeto de nacionalização implementado pelo Estado Novo, ao unificar uma escala hierárquica de valores patrimoniais a partir de um padrão de arte e arquitetura determinado pela produção mineira colonial”<sup>247</sup>. A identidade nacional a partir de “uma noção de civilização” vinculou-se, assim, à “chamada ‘arquitetura tradicional’, herdada da vertente europeia da formação social brasileira”<sup>248</sup>.

Em 1998, na relatoria do Processo de Tombamento do Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro, no Rio Grande do Sul, Augusto da Silva Telles apresentou uma proposta que ampliava a compreensão do conjunto, adotando a escala urbana como ferramenta interpretativa. A proposta inicial referia-se ao tombamento de 14 edifícios de uso residencial e da igreja matriz, com a delimitação de uma área de entorno “para a preservação da trama

---

<sup>244</sup> Ibid., p. 12 - 13. Grifo nosso.

<sup>245</sup> THOMPSON, 2010. *op. cit.*, p.132. Grifo nosso.

<sup>246</sup> Ibidem.

<sup>247</sup> CHUVA, 2017, *op. cit.*, p. 59

<sup>248</sup> THOMPSON, 2010, *op. cit.*, p. 63. Grifo nosso.

urbana e da paisagem entre a Vila e o Rio Jacuí<sup>249</sup>. Silva Telles definiu a Vila de Santo Amaro como “característica dos assentamentos da segunda metade dos setecentos feitos por casais açorianos em solo gaúcho: núcleo com trama reticulada, à beira do rio, com polo focal definido pela malha, tendo uma área livre em seu entorno”<sup>250</sup>. Apresentou, no entanto, uma nova proposta para o objeto de tombamento, que consistia em acrescentar a área envoltória da igreja matriz e a praça à sua frente. Justificou da seguinte maneira o acréscimo: “Estamos propondo isto, apesar de estes logradouros já fazerem parte da área a ser definida como entorno, pelo significado desta área com o centro e núcleo da vila, e que constitui o espaço envoltório e valorizador da matriz e da maior parte das edificações a serem tombadas”<sup>251</sup>.

O reconhecimento do Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro enquanto patrimônio nacional brasileiro amplia a ideia de identidade nacional encampada pelo Iphan, incorporando outros grupos formadores da sociedade brasileira e tendo-se em conta a diversidade cultural do país e sua distribuição geográfica. A opção pela seleção de um conjunto urbano, incluindo traçado viário e espaços públicos, considerando a escala urbana denota a exploração de outros atributos no processo de valoração do patrimônio urbano. Contudo, a vinculação a um “passado específico” e à ideia de unidade encontra-se muito presente na forma de interpretar o espaço urbano. Um exemplo disso é a argumentação do conselheiro e relator do processo em reunião posterior à decisão do tombamento do conjunto quanto aos usos dos espaços públicos valorados. Na última reunião do Conselho no ano 1998, Augusto da Silva Telles apresentou uma adenda ao parecer já aprovado por unanimidade na reunião anterior. A alteração baseava-se na informação recebida por meio de ofício pelo presidente do Iphan sobre a ocupação da praça central da Vila de Santo Amaro com uma “canha de futebol de salão e *play-ground*”. Silva Telles sugeriu que o tombamento fosse mantido, mas destacou que os atuais usos e as formas de apropriação da praça não eram atributos considerados no processo de identificação e valoração do bem cultural.

(...) isto é, incluindo a praça central da vila e fronteira à igreja, mas que se acrescente a seguinte indicação: Os elementos assentes na praça - canha e *play-ground* - não estão incluídos no tombamento, podendo ser retirados ou, melhor, transferidos para local na periferia da vila, de forma a atender à população, e permitindo que o espaço urbano central da vila e frontal da matriz seja tratado paisagisticamente.

---

<sup>249</sup> IPHAN, 1998c. Ata da 15ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p.14.

<sup>250</sup> Ibidem.

<sup>251</sup> Ibidem.

A sugestão de transferência destes usos para a “periferia da vila” indica a interpretação do espaço urbano patrimonializado como apartado das atividades e dos usos estabelecidos no presente e em constante processo de ressignificação e mutação. Tal concepção do patrimônio urbano parece cristalizar a sua interpretação em uma imagem do passado do bem cultural, não evidenciando seu entendimento enquanto fenômeno. O conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em suas reflexões desde finais da década de 1970 e em sua participação no Conselho nos anos 2000, iluminou esta dimensão do patrimônio urbano, interpretado como processo, identificado no presente e articulado às formas de significação e apropriação do cotidiano, como veremos no capítulo 4 da tese.

A proposta de extensão do tombamento de bens isolados para a incorporação de um contexto urbano como objeto patrimonial também se encontra presente na argumentação apresentada na relatoria do processo de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, em Corumbá, Goiás. A solicitação de tombamento data de 1988 e o parecer técnico da 14ª Coordenação Regional do Iphan, em 1997, “Refere-se à indicação de que a comunidade local está interessada em restaurá-la, uma vez tombada, utilizando o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. Conclui a museóloga desaconselhando o tombamento da Igreja, por julgá-la sem valor em nível nacional”<sup>252</sup>. A chefe do DEPROT concordou com o parecer local, sugerindo a articulação com as esferas municipal e estadual para viabilizar a proteção da igreja. O conselheiro Silva Telles assumiu a relatoria do processo e propôs a alteração do objeto de tombamento, incorporando a área de entorno proposta para a igreja como objeto de tombamento. A narrativa de seleção esteve calcada na atribuição de valor histórico, caracterizando a igreja por seu “destaque na paisagem urbana” e o conjunto como “núcleo mais antigo e íntegro da cidade, e apresenta interesse arquitetônico importante.” Desse conjunto, que foi caracterizado, também, como “acervo de arquitetura vernacular,” foi sugerida a supressão de “edifício recentemente construído para a casa paroquial, localizado aos fundos e à esquerda da matriz. Deve ficar igualmente definida a conveniência da substituição do piso da igreja, a retirada da barrada que envolve a igreja, assim como da restauração da pintura dos retábulos”<sup>253</sup>. Embora a proposta apresentada por Silva Telles alargue as possibilidades de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro e a escala de análise tenha considerado o espaço urbano, ainda é possível verificar a busca pela unidade formal na construção da narrativa de seleção, o que pode ser evidenciado pela

---

<sup>252</sup> IPHAN, 2000b. Ata da 22ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan. p. 34.

<sup>253</sup> Ibidem.

sugestão de exclusão da casa paroquial da área tombada. Expediente semelhante foi adotado no caso do tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo, no tocante à proposta de supressão do Hotel São Francisco da área tombada, como analisaremos mais adiante.

A proposta de reconhecimento do conjunto em Corumbá, Goiás, foi elogiada pelo conselheiro Paulo Bertran e Augusto da Silva Telles assim justificou sua escolha:

Vou confessar que fiquei extremamente indeciso; cheguei a fazer três conclusões. A proposta inicial era de tombamento da Igreja Matriz, com um perímetro de entorno. Mas quando estive lá, achei muito interessante esse conjunto urbano situado exatamente na encosta do rio, na fralda do rio, com a Igreja Matriz no topo. Assim, há uma inversão no processo, em vez de tomar-se a Igreja Matriz com uma área de entorno, seria tombado o conjunto urbano, nele incluída a Igreja Matriz e excluída a Casa Paroquial.<sup>254</sup>

Tal solução foi analisada da seguinte maneira pelo conselheiro Paulo Chaves:

O que qualifica a Igreja é o seu entorno, é esta arquitetura vernácula destacada pela Professora Suzanna Sampaio que dá condição para a Igreja ser tombada. Há uma inversão extraordinária de valor. Aquilo que para muitos e durante tanto tempo foi considerado algo secundário, aquilo que tem característica popular e [sic] portanto [sic] genuína, passa a dar importância àquilo que normalmente seria considerado, hierarquicamente, como o monumento mais importante, por ser uma igreja.<sup>255</sup>

O presidente do Iphan, Carlos Henrique Heck, pontuou que “não foi só em reverter o processo, mas na maneira como enfocou o problema”<sup>256</sup>, alertando os técnicos do Iphan para “analisarem os bens de outra forma”<sup>257</sup>, considerando “o seu entorno, o meio ambiente, a cidade”<sup>258</sup>. A proposta de Silva Telles foi aprovada por maioria, mas destacada pelos conselheiros e pelo presidente do Iphan como uma outra forma de interpretar o patrimônio cultural. Embora seja possível identificar a ampliação do espectro considerado patrimônio nacional e a evidência do espaço urbano enquanto objeto patrimonial, a forma de interpretar esse patrimônio vincula-se à ideia de homogeneidade, não admitindo a conjugação de vários “ritmos”, para adotar o vocabulário escolhido por Silva Telles no caso do tombamento do

---

<sup>254</sup> Ibid. p. 38.

<sup>255</sup> Ibid. p. 39-40.

<sup>256</sup> Ibid., p. 40.

<sup>257</sup> Ibidem.

<sup>258</sup> Ibidem.

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Laranjeiras, em 1995. A defesa da sobreposição de “ritmos múltiplos” adotada para caracterização do conjunto de Laguna, na década de 1980 e analisada mais adiante, não encontra lugar na forma de concepção e interpretação do patrimônio urbano adotada por Silva Telles.

A caracterização do patrimônio cultural brasileiro por meio da defesa da unidade entre seus elementos apresenta-se, na argumentação de Augusto da Silva Telles, no Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Na introdução da reedição do Atlas, em 2008, Silva Telles afirma que, da leitura do livro,

[...]certamente restará comprovado que em nosso país a arquitetura, tanto quanto outras manifestações humanas e culturais – entre elas a língua, a religião etc. – **mantêm uma excepcional unidade**. Mas esperamos também que desperte interesse crescente e multiplicador pelo conhecimento e salvaguarda desse tão precioso acervo que nos transforma em donos de nossa história.<sup>259</sup>

A relatoria do processo de tombamento de Penedo, em Alagoas, assumida por Augusto da Silva Telles, evidencia a permanência das formas tradicionais de reconhecimento do patrimônio urbano, a partir, sobretudo, da chave de leitura da homogeneidade como característica qualificadora essencial.

### **3.2 A homogeneidade a partir do processo de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Penedo, em Alagoas**

A cidade de Penedo, no estado de Alagoas, possuía três bens tombados isoladamente pelo IPHAN, até a década de 1990, que ilustram, de certa forma, as transformações das estratégias de seleção do patrimônio cultural no Brasil.

---

<sup>259</sup> TELLES, Augusto da Silva. *Atlas dos monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. IPHAN, 2008. Grifo nosso.

Figura 01 - Vista panorâmica da cidade de Penedo, em Alagoas.



Fonte: Portal eletrônico do IPHAN, Acesso em dezembro de 2020:  
<http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/177>.

Como visto, inicialmente, os bens selecionados para representarem o patrimônio cultural brasileiro referiam-se ao barroco e ao período colonial, caracterizando este repertório formal enquanto valor artístico nacional, justificando, assim, sua inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes. Em meados da década de 1960 e 1970, outros bens passam a figurar o estoque patrimonial selecionado, valorados, contudo, sob o viés histórico. Outro aspecto recorrente nas estratégias de seleção adotadas pelo IPHAN neste período é o reconhecimento de bens representativos da arquitetura religiosa e católica. O reconhecimento da arquitetura civil enquanto patrimônio só integrou a pauta de patrimonialização brasileira a partir de meados da década de 1980.

No caso específico de Penedo<sup>260</sup>, em 1941 foi tombada a Igreja e o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, a Capela dos Terceiros Franciscanos e a área da antiga cerca conventual, com inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico<sup>261</sup>. Vinte e três anos depois, em 1964, foram tombadas as igrejas de Nossa Senhora da Corrente e de São Gonçalo Garcia, reconhecidas como patrimônio nacional em um

---

<sup>260</sup> A cidade foi analisada na década de 1970 pelo consultor da UNESCO Viana de Lima, que defendeu a sua salvaguarda. Cf. MOTTA, Lia. Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. Dissertação de mestrado. Mestrado em memória social e documento. Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2000.

<sup>261</sup> Processo nº 310-T, inscrição nº 255 no Livro das Belas Artes, fl. 55, e inscrição nº 185 no Livro Histórico, fl. 31, em 29 de dezembro de 1941.

mesmo processo de tombamento e inscritas no Livro do Tombo Histórico<sup>262</sup>. A primeira solicitação de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade data de 1986.

Nessa ocasião, a gestão do patrimônio cultural em Alagoas era realizada por meio do Escritório Técnico de Maceió, vinculado à 4ª DR/SPHAN, localizada no Recife e dirigida por Ayrton de Almeida Carvalho<sup>263</sup>. A solicitação partiu da Assembleia Legislativa Estadual e do Rotary Club de Penedo. Ao se reportar ao então presidente do SPHAN, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos<sup>264</sup>, em Ofício nº 29/86/P, Ayrton Carvalho pontuou e defendeu a preservação de monumentos isolados:

Infelizmente, há a lamentar a construção do Hotel São Francisco, localizado num dos mais altos pontos da cidade, que, pela sua grande volumetria e traços arquitetônicos **ferre profundamente a ambiência, descaracterizando grosseiramente a paisagem**, isto, além de inúmeras outras construções de época mais recente, **perturbadoras das linhas específicas do conjunto urbano**.

A antiga paisagem da cidade está profundamente sacrificada em que pese a existência de inúmeros valiosos monumentos, quer civis, quer religiosos. Esses monumentos, já estão, em sua maioria, devidamente tombados pela SPHAN. Dever-se-ia, talvez, **traçar uma poligonal que inscresse cada um dos monumentos, garantindo a sua ambiência**.<sup>265</sup>

O Hotel São Francisco, mencionado por Ayrton de Carvalho, foi inaugurado em 1962 e projetado pelo arquiteto Américo Campello<sup>266</sup>. Betânia Brendle caracterizou o edifício e seu reconhecimento pelo Iphan como “arquitetura moderna *bastarda*”, o que pode justificar a dificuldade na interpretação e reconhecimento do edifício enquanto parte do conjunto em questão. Segundo Brendle, “Carvalho não considera as características tipológicas do edifício nem suas qualidades construtivas e compositivas como merecedoras de integrar o conjunto

<sup>262</sup> Processo nº 740-T, Inscrições nº 373 e nº 374, respectivamente, fl. 60 do Livro do Tombo Histórico em 28 de julho de 1964.

<sup>263</sup> Ayrton Carvalho foi o responsável pelo Plano de Gabaritos na década de 1960, no Recife, gestado a partir dessa preocupação com a ambiência dos conjuntos urbanos. Para detalhes, ver PONTUAL, Virgínia; PEREIRA, Juliana Melo. As práticas do urbanismo modernista e da conservação urbana na cidade do Recife: dilemas, confrontos e o Plano de Gabaritos de 1965. *Oculum Ensaios*. Revista de arquitetura e urbanismo. Periódicos científicos da PUC – Campinas. Em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/144>.

<sup>264</sup> Apresentado no capítulo 01, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos foi, posteriormente, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan no recorte temporal analisado nesta tese.

<sup>265</sup> SPHAN, 1986. *Processo nº 1201 – T – 86 SPHAN/DTC/DRD/ARQUIVO. Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Penedo – Alagoas*. Volume I. p.03.

<sup>266</sup> Sobre a inserção do Hotel São Francisco e seu impacto nas narrativas de seleção patrimonial, ver: BRENDLE, Betânia. *Quando o Moderno era um estorvo ao tombamento do IPHAN: o Hotel São Francisco em Penedo, Alagoas*. TEIXEIRA, Rubenilson Brazão; DANTAS, George Alexandre Ferreira (Org.). *Arquitetura em Cidades “Sempre Novas”: Modernismo, Projeto e Patrimônio*. EDUFRN, Natal, 2016. pp. 315-340.

urbano de Penedo e convizinhar com as estruturas barrocas tombadas”<sup>267</sup>. Ainda segundo Brendle, “O Diretor da 4ª DR/SPHAN não apreendeu a cidade como um todo unitário, mas como um somatório de partes isoladas e independentes”<sup>268</sup> interpretando o Hotel São Francisco como “vilão do indeferimento do pedido de tombamento”<sup>269</sup>. Segundo Lia Motta, “não houve percepção, naquele momento, para considerá-lo parte da história local, comprometendo assim a possibilidade de preservação do extenso conjunto urbano”<sup>270</sup>. A contrariedade no entendimento do conjunto enquanto referência de várias formas de representação do patrimônio cultural parece findar na proposição de delimitação de uma área de entorno que garantisse a preservação da “ambiência” dos monumentos já reconhecidos.

A solução de considerar a delimitação de entorno para garantir a preservação de Penedo consta também no Comunicado Interno nº 06/86 de Mário Aloísio Barreto Melo, responsável pelo Escritório Técnico de Maceió, para Ayrton de Carvalho. Mário Aloísio Barreto reforça a existência de proteção do conjunto urbano em âmbito estadual e sugere a realização de visita técnica de “comissão de alto nível” para avaliar o pedido de tombamento federal, mas afirma que:

(...) alguns trechos do centro urbano realmente conservam interesse Histórico e Cultural [sic] mas a cidade como um todo já foi bastante descaracterizada. O polígono de preservação proposto e aprovado no processo de tombamento pelo estado, daquela cidade é bastante amplo, tem razões lógicas de preservar o entorno [sic] mas contém vários trechos de edificações que **não detém nenhum significado de tombamento**. Entendo que uma legislação que defina padrões, limites e formas de ocupação nestas áreas feita pela Secretaria de Cultura deste Estado já resolveria o problema do entorno da cidade.<sup>271</sup>

Em outubro de 1983, o conjunto arquitetônico, artístico, histórico e paisagístico da cidade de Penedo foi tombado pelo Governo do estado de Alagoas, juntamente ao conjunto da cidade de Porto Calvo. Assim como em outros processos de tombamento de conjuntos em âmbito federal na década de 1980, a proteção estadual foi entendida pelos agentes do Iphan enquanto suficiente, não cabendo ao órgão federal aplicar outros mecanismos de preservação.

---

<sup>267</sup> Ibid. p. 335.

<sup>268</sup> Ibid. p. 336.

<sup>269</sup> Ibidem.

<sup>270</sup> MOTTA, 2000. *op. cit.*, p. 51.

<sup>271</sup> SPHAN, 1986, *op. cit.*, Volume I, p. 04. fl. 03. Grifos nossos.

A solicitação de tombamento gerou o Processo de Tombamento nº 1201-T-86 e seguiu para o setor de tombamento para análise e parecer. A coordenadora de Proteção do SPHAN, Dora Alcântara, reiterou a defesa pela definição de áreas de vizinhança dos bens tombados e a retomada do processo de tombamento do Teatro “considerando o conjunto arquitetônico em que se encontra inserido como seu entorno”<sup>272</sup>. Segundo o entendimento de Alcântara: “o estudo das vizinhanças dos demais bens tombados, delimitando suas respectivas poligonais, bem como fixando diretrizes de intervenção nessas áreas, feito em conjunto com a Municipalidade, serviria de base aos trabalhos de preservação, apoiando a ação estadual, sem a ela superpor-se”<sup>273</sup>. A posição da coordenadora de proteção do SPHAN reitera o parecer da arquiteta Jurema Arnaut, que defendeu que “um novo tombamento fragilizaria o tombamento estadual. Nossa discordância quanto à superposição baseia-se no reconhecimento da ação do Estado e na sua eficácia”<sup>274</sup>. No entanto, como proposta conciliatória à solicitação, a arquiteta da Coordenação de Proteção da SPHAN, defendeu, em junho de 1987, a participação ativa do órgão na delimitação e normatização das áreas de entorno dos bens já tombados em âmbito federal, o que poderia, segundo a arquiteta, subsidiar novos tombamentos de bens culturais em nível estadual.

O arquivamento do processo, entretanto, não aconteceu. Segundo Jurema Arnaut, em Comunicação Interna em março de 1990, o arquivamento do processo não foi levado a termo devido à insegurança quanto à medida. Arnaut caracterizou a “insegurança” relacionando-a à recomendação contida em norma interna da Coordenadoria de Proteção relativa à não sobreposição de tombamentos federais e estaduais, mas pontuou que tal recomendação era “insegura quando confrontada com bens tão significativos no quadro nacional como Penedo. Insegurança ainda hoje apesar dos princípios estabelecidos na Carta Constitucional e do possível sobrestamento destes processos”<sup>275</sup>.

No mesmo documento endereçado ao Setor de Patrimônio Urbano e Natural da Coordenação de Proteção, a arquiteta registra que visitou Alagoas em 1988 e que solicitou ao responsável pelo Escritório Técnico do então SPHAN no estado, Mário Aloísio Barreto Melo - que discordava do arquivamento do processo - material gráfico e cartográfico e

---

<sup>272</sup> SPHAN, 1986, *op. cit.*, Volume I, p.91.

<sup>273</sup> *Ibid.*, Volume I, p. 92.

<sup>274</sup> *Ibidem.* Segundo Jurema Arnaut, este entendimento baseava-se nos preceitos do *Encontro Nacional Diretrizes Gerais para Tombamento – Delimitação de Entornos e Intervenção*, que ocorreu em abril de 1987.

<sup>275</sup> *Ibid.*, Volume I, p.95.

parecer técnico para subsidiar posicionamento da Coordenadoria de Proteção<sup>276</sup>. Um fato novo que impactou na tramitação dos documentos foi a existência do projeto do Governo do estado de Alagoas denominado “Viventes das Alagoas”<sup>277</sup> que contou com a participação do SPHAN por meio da Coordenadoria de Estudos e Pesquisas. Segundo Jurema Arnaut, em CI supracitada, “ambos, relatório e parecer do E. T., indicam a preservação da cidade embora já esteja tombada pelo Estado”<sup>278</sup>.

A documentação a que se refere Jurema Arnaut em 1990, que havia sido encaminhada em janeiro de 1989 à Coordenação de Proteção, trata-se do Ofício nº 132.88.F, de Ayrton de Almeida Carvalho, Diretor da 4ª Regional do SPHAN/FNpM, e da C.I. nº 034/88, de Mário Aloísio Barreto Melo. Segundo exposto neste último documento, o tombamento de Penedo “não se dará somente pelo **valor per si** dos edifícios, mas também pela necessidade urgente de mantermos a **ambiência urbana**”<sup>279</sup>. Barreto Melo expôs alguns critérios para a apresentação da sua “proposta de tombamento das áreas adjacentes aos monumentos tombados pelo SPHAN (Igreja de São Gonçalo Garcia, Igreja da Corrente e Convento Nossa Senhora dos Anjos)”<sup>280</sup>. Os critérios referem-se ao estabelecimento de restrições em áreas e ruas que “criam perspectivas aos monumentos dando-lhe a ambiência necessária”<sup>281</sup>. Para tanto, foram estabelecidos raios em torno dos monumentos (Figura 2), a definição de “uma linha imaginária que interliga os três monumentos tombados, criando então um triângulo”<sup>282</sup> (Figura 3). Outro aspecto evidenciado como critério foi a caracterização da paisagem a partir

---

<sup>276</sup> A documentação foi recebida em 29 de março de 1990, no entanto, havia sido encaminhada pelo Escritório Técnico do então SPHAN em Alagoas à Coordenadoria Geral em janeiro de 1989.

<sup>277</sup> Os relatórios técnicos de viagem relativos ao projeto “Viventes das Alagoas” encontram-se, também, no processo de tombamento. As viagens ocorreram em março de 1990 e o objeto do projeto vinculava a preservação do patrimônio cultural alagoano ao desenvolvimento turístico, econômico e social. Na proposta do projeto, constam a elaboração de planos urbanísticos, de roteiros turísticos e culturais, o levantamento e registro de práticas culturais e a restauração e revitalização do patrimônio arquitetônico. Especificamente para Penedo, foram idealizadas as seguintes ações: restauração e revitalização do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, implantação da casa de cultura e restauração do Teatro Sete de Setembro; o documento, contudo, registrou a necessidade de complementação das ações e prioridades para a cidade de Penedo, quando da realização de novas visitas à cidade.

<sup>278</sup> SPHAN, 1986, *op. cit.*, Volume I, p. 96.

<sup>279</sup> *Ibid.*, p. 100. Grifo nosso.

<sup>280</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>281</sup> *Ibidem.*

<sup>282</sup> *Ibidem.*

das visadas (Figuras 4 e 5), considerando a topografia e a relação com o rio como fundamentais.

A cidade, (sic) tem uma topografia própria, (sic) que nasce da cota a (sic) nível do Rio São Francisco, e estende-se (sic) sobre uma colina onde se situa a Catedral Metropolitana e um pouco mais abaixo, o Convento. **Achei que outro fato de análise importante, é a perspectiva que se tem da cidade, vista do rio.** A visão no sentido contrário fica prejudicada pela própria elevação da colina. Estabeleci (sic) então, algumas vizadas (sic) cuja (sic) perspectivas devem ser preservadas (anexo 03) para manutenção da volumetria da cidade, e da importância dos monumentos tombados na mesma paisagem.<sup>283</sup>

Embora, em seu parecer, o responsável pelo Escritório Técnico do SPHAN em Alagoas tenha defendido que os mapas e estudos encontravam-se em fase preliminar, reforçou a urgência do tombamento do conjunto urbano de Penedo, justificada pelo “descaso com o bem histórico que é aquela cidade”<sup>284</sup>; ratificou, portanto, como “extremamente necessário a adoção de medidas urgentes para a preservação do que ainda resta naquele Sítio Histórico, e opto pelo tombamento da cidade, como uma das únicas formas de deter a sua total destruição”<sup>285</sup>.

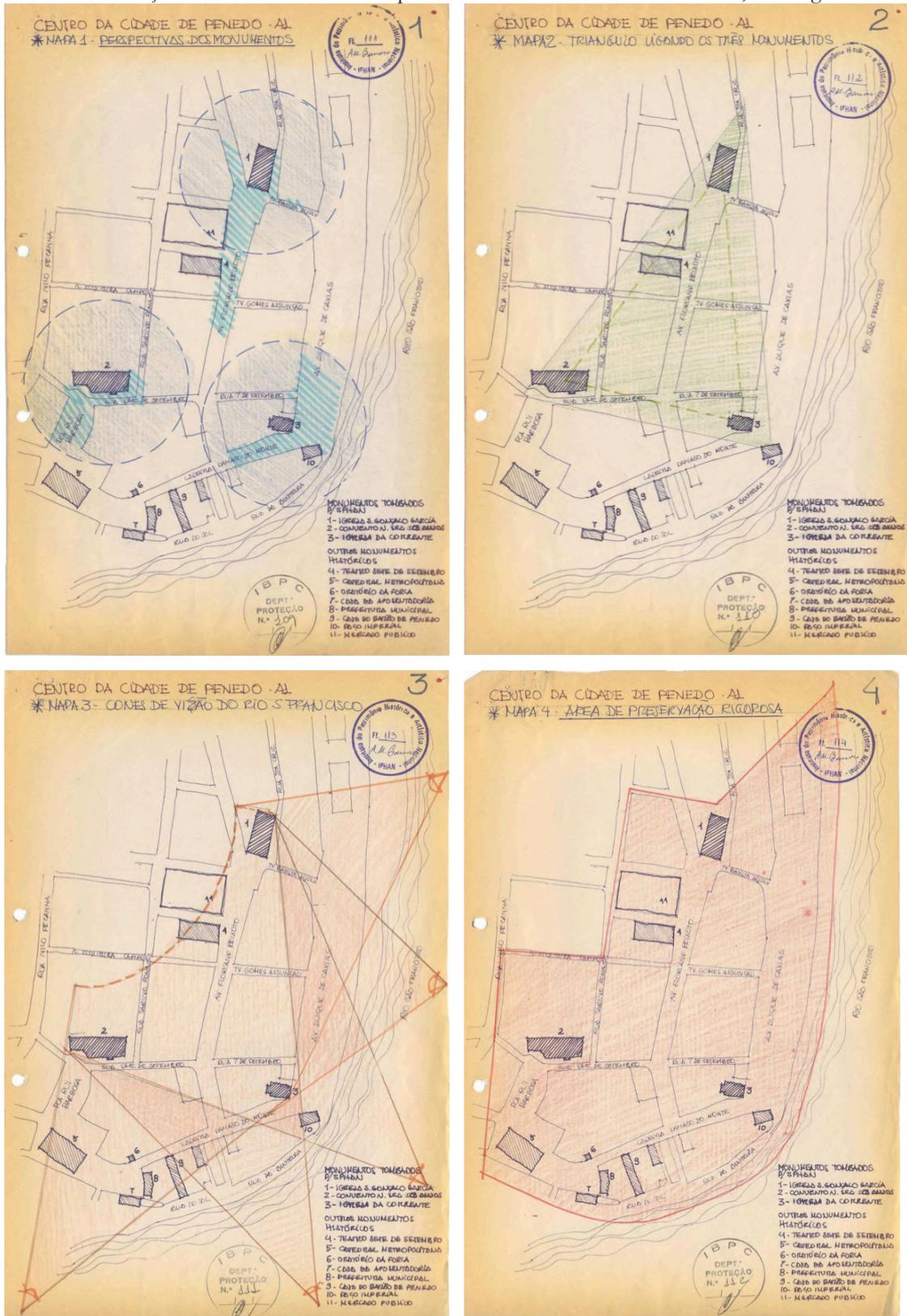
---

<sup>283</sup> Ibidem. Grifo nosso.

<sup>284</sup> Ibid., p. 102.

<sup>285</sup> Ibidem.

Figuras 02, 03, 04 e 05 - Mapas apresentados na Comunicação Interna nº 034/88 para justificar a proposta e a delimitação da área a ser considerada para o tombamento da cidade de Penedo, em Alagoas.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume I. p. 105.

A partir da análise dos mapas acima se pode destacar a ênfase na relação entre os monumentos religiosos e a opção pelas visadas desde o Rio São Francisco, caracterizando esta imagem como a paisagem a ser reconhecida em âmbito federal enquanto patrimônio cultural. Todas as visadas escolhidas abarcam simultaneamente os três monumentos.

O conjunto urbano propriamente dito aparece de forma secundária, como articulação entre os monumentos isolados, o que pode sugerir a sua caracterização enquanto uma área de entorno. No entanto, as pressões de alteração e descaracterização da cidade parecem ter impulsionado o reconhecimento do patrimônio de Penedo como conjunto urbano. A retórica da perda<sup>286</sup>, assim como no caso do Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo, parece ser uma constante nos processos de tombamento de áreas urbanas.

Em comunicação interna CI nº 034/88, sobre o “Tombamento de Penedo/AL”, Mário Aloísio Barreto Melo apresentou as imagens para evidenciar o estado de conservação dos imóveis, argumentando que “a seqüência de fotos, que se seguem, atestam em determinada situação o descaso com o bem histórico que é aquela cidade, deixando, [sic] claro a destruição do mesmo, e em outros trechos reforçam a posição de preservá-lo a todo custo”<sup>287</sup>. Defendeu, portanto, o tombamento do conjunto como “uma das únicas formas de tentar deter a sua total destruição”<sup>288</sup>. Os levantamentos fotográficos realizados em panorama ilustram a relação entre os monumentos tombados e o conjunto edificado que se pretendia reconhecer enquanto patrimônio. As atividades e os usos das edificações, embora caracterizem a vitalidade da área e representem o usufruto de seus moradores não foram destacados como atributos do conjunto.

Figura 06 - Montagem fotográfica panorâmica da Rua Floriano Peixoto, na margem à esquerda da Igreja de São Gonçalo Garcia.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume I. p. 106.

---

<sup>286</sup> GONÇALVES, 1996, *op. cit.*

<sup>287</sup> SPHAN, 1986. Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume I. p. 102.

<sup>288</sup> *Ibidem.*

Figura 07 - Montagem fotográfica panorâmica da Rua Floriano Peixoto, na margem à direita da Igreja de São Gonçalo Garcia.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume I. p. 105.

Figura 08 - Montagem fotográfica panorâmica com “Casarões” situados na Avenida Getúlio Vargas e dos postos de abastecimento de gasolina e dos bares localizados no leito da avenida, caracterizados pelo arquiteto Mário Aloísio Barreto como elementos de risco ao casario.



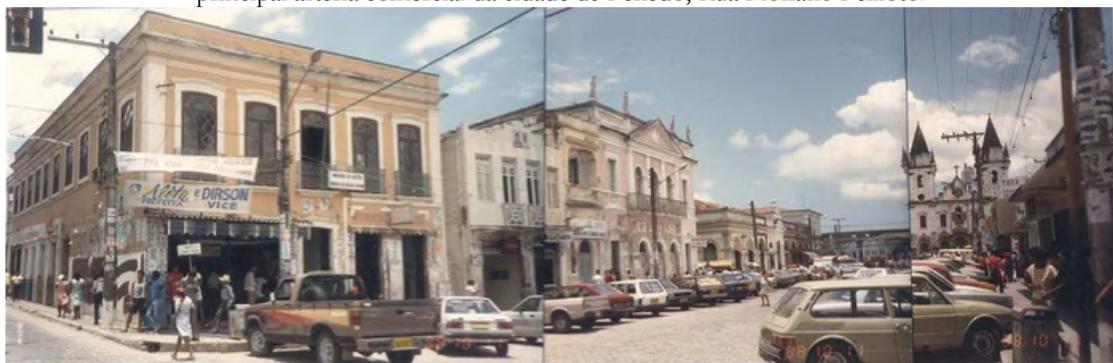
Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume I. p. 104.

Figura 09 - Montagem fotográfica panorâmica da cidade de Penedo a partir do Porto.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume I. p. 103.

Figura 10 - Montagem fotográfica panorâmica com a Igreja de São Gonçalo Garcia, a partir da então principal artéria comercial da cidade de Penedo, Rua Floriano Peixoto.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume I. p. 109.

A *homogeneidade* aparece na narrativa de Mário Aloísio Barreto Melo como um fim a ser atingido nas estratégias de intervenção no Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Penedo. Ao analisar a sequência de fotografias nº 5, Melo caracteriza a inserção da edificação

da agência do Banco do Estado de Alagoas (Figura 11) da seguinte maneira: “a moderna agência do Banco do Estado de Alagoas, que manteve o gabarito da Rua, e **se homogenizou** [sic] com as fachadas dos outros casarões. Entretanto, esse edifício é alvo de severas críticas por parte da população local”<sup>289</sup>. Ao observar outro trecho (Figura 12), Melo cita novamente a *homogeneidade* como meta: “nota-se junto ao casarão da esquina, uma recente construção, que tentando estabelecer uma ligação ou construção do passado, **rompe a homogeneidade do conjunto**”<sup>290</sup>.

Figura 11 - Fotografia da Av. Floriano Peixoto, trecho entre a Rua Siqueira Campos e a Associação Comercial de Penedo.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume I. p. 106.

Figura 12 - Fotografia da Av. Floriano Peixoto, trecho de cruzamento com a Travessa Gomes de Assunção.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume I. p. 107.

Em 1993, a gestão do patrimônio cultural de Alagoas, já contando com uma Coordenação Regional específica, a 8ª CR, recebeu o Ofício Gab./DEPROT/IBPC nº

<sup>289</sup> Ibid. p. 107. fl.106

<sup>290</sup> Ibid. p. 108. fl. 107.

132/93 do Diretor do DEPROT, o arquiteto Sabino Barroso, sobre a retomada dos processos de tombamento relativos à 8ª CR. No referido ofício, foram apresentados os 14 bens localizados no estado de Alagoas que possuíam processo de tombamento aberto em âmbito federal. Dos 14, três localizavam-se em Penedo: a Casa Aposentadoria, o Teatro Sete de Setembro e a C.A.U.P. da Cidade de Penedo. O DEPROT solicitou informações e pareceres sobre os bens e informou que, no tocante ao processo de tombamento do Teatro Sete de Setembro, realizaria um estudo mais amplo sobre teatros situados em outros estados e, na ocasião, a 8ª Coordenação Regional participaria das discussões.

Um ano após, em setembro de 1994, a 8ª CR encaminhou ao DEPROT a solicitação de tombamento de Penedo, por meio do Memorando nº 128/94. A solicitação partiu do então prefeito da cidade, que encaminhou abaixo-assinado dos moradores pedindo “a inclusão da cidade histórica de Penedo, na relação dos Sítios tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional, por ser de real valor como **acervo arquitetônico colonial** e ter uma participação importante na formação do povo brasileiro”<sup>291</sup>.

De posse desta solicitação, o coordenador do DEPROT, Sabino Barroso, encaminhou o processo de tombamento do “Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Penedo – AL” para redação de parecer conclusivo do arquiteto José Leme Galvão, ainda em setembro de 1994.

Em seu parecer, escrito em próprio punho, José Leme Galvão pontuou que “os dados históricos são resumidos e factuais. Ressinto-me de uma visão mais continuada, fenomenológica talvez, da evolução urbana de Penedo”, defendendo a inexistência, no processo de análise da evolução urbana, de levantamento cadastral confiável e de “convicção de que Penedo deve constituir Patrimônio Cultural do Brasil”<sup>292</sup>.

Quanto à caracterização do conjunto e de seus elementos constituintes, Galvão argumentou que “os resumos sobre alguns edifícios considerados mais importantes mostram a intenção de promover aquele patrimônio desde a ótica monumentalista, de algumas obras, arquitetônica”<sup>293</sup>. Tal análise critica a prevalência da leitura da escala urbana ainda muito atrelada aos mecanismos de reconhecimento do edifício e dos bens isolados. A relação entre os imóveis, as visadas e a paisagem, caracterizada pela compreensão da cidade desde o Rio São Francisco, não foi citada na análise e no parecer de José Leme Galvão. O documento

---

<sup>291</sup> Ibid., Volume I, p. 145. O documento contém 25 assinaturas. Grifo nosso.

<sup>292</sup> Ibid., Volume I p. 148.

<sup>293</sup> Ibidem.

mencionou, ainda, a realização de um encontro com a comunidade de Penedo, previsto para acontecer em outubro do mesmo ano, oportunidade na qual seria discutido o tombamento.

Não há registros do encontro com a comunidade no processo de tombamento de Penedo. Em novembro de 1994, foi elaborado parecer técnico de José Leme Galvão favorável ao tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Penedo com proposta de inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico. A justificativa da proposta, desta vez, foge da análise arquitetônica e da leitura dos monumentos isolados. A caracterização de Penedo vincula-se à ideia de “centro urbano que foi um ‘vigoroso polo irradiador de povoamento’ para o nordeste brasileiro”<sup>294</sup> e de “representatividade urbanística”<sup>295</sup>, sendo defendido o “reconhecimento de Cidade Histórica e Patrimônio Cultural dos brasileiros”<sup>296</sup>.

José Galvão articulou a defesa do tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo à argumentação do arquiteto Luiz Fernando Franco no tombamento da cidade de Laguna, em Santa Catarina, em 1984. Segundo José Leme Galvão, a Informação nº 107/84, que contém a defesa do tombamento de Laguna “merece constituir-se, com possíveis atualizações, no olhar institucional sobre as chamadas ‘cidades históricas’”<sup>297</sup>. Citou, portanto, a mencionada Informação e destacou que: “em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não aparenta características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento”<sup>298</sup>, trecho da informação sobre Laguna, que, segundo José Leme Galvão, aplica-se “perfeitamente” à análise de Penedo. As mencionadas “características de excepcionalidade normalmente adotadas” pelo então IBPC parecem remeter ao quadro referencial de patrimônio nacional ainda na criação do órgão. A despeito do alargamento conceitual promovido pela CF/88 e pelas discussões internacionais, exemplares do barroco e do período colonial encontram-se consagrados como excepcionais e dignos da titulação enquanto patrimônio brasileiro.

Segundo Flávia Brito do Nascimento, “(...) pode-se afirmar que, até a década de 1960, os bens culturais calcados na excepcionalidade e monumentalidade ditadas pelo Decreto-Lei

---

<sup>294</sup> SPHAN, 1986, *op. cit.* Volume III, p. 04.

<sup>295</sup> *Ibidem*.

<sup>296</sup> *Ibidem*.

<sup>297</sup> *Ibidem*.

<sup>298</sup> *Ibid.*, pp. 4-5.

25/37 foram, de certa forma, ‘suficientes’ como fontes da história que se escrevia”<sup>299</sup>. As discussões internacionais da década de 1960 e as repercussões das interpretações da Carta de Veneza, de 1964, produziram impactos nas formas de valoração tradicionais adotadas pelo IPHAN. De acordo com Nascimento:

(...) a Carta de Veneza e os ventos de transformação no pensamento patrimonial dos anos 1960 e 1970 levaram os historiadores da arquitetura no patrimônio nacional a um impasse. Ampliar o valor patrimonial e considerar como testemunhos do passado outras arquiteturas que não as coloniais e modernas (notadamente as excepcionais) talvez implicassem alterar a legislação nacional de preservação, o Decreto-lei 25/37.<sup>300</sup>

Lia Motta defende que, a partir dos anos 1970, ampliou-se o número de áreas urbanas tombadas pelo IPHAN e, no mesmo período, intensificaram-se ações capitaneadas pela sociedade civil organizada no combate ao crescimento urbano desordenado e à destruição do patrimônio<sup>301</sup>. A valorização da uniformidade estilística já não dava mais conta da interpretação de áreas urbanas enquanto patrimônio. A leitura da forma urbana como um documento e a interpretação da relação entre os elementos que configuram o conjunto assumiram, então, protagonismo.

Lia Motta e Flávia Nascimento relacionaram a compreensão das áreas urbanas tombadas enquanto documento às noções de história da *École des Annales* e da Nova História, tendo os historiadores Marc Bloch e Jacques Le Goff como figuras de influência na ampliação do que se entendia por documento<sup>302</sup>. Como argumentou Flávia Brito do Nascimento:

Os aportes teóricos da história social serão apropriados em tombamentos de centros históricos diversos. Centros urbanos foram selecionados como patrimônio a partir da argumentação do testemunho como seu primeiro valor. Mais importante: não é o testemunho no sentido da prova documental da história nacional que se narrava, mas, sim, como fonte documental da história passível de interpretação, questionamento, perguntas e problematização pelo historiador, valendo-se da tradição historiográfica francesa de pesquisadores reunidos em torno da *Revista dos*

---

<sup>299</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 121-147. set. - dez. 2016. p. 124.

<sup>300</sup> Ibid., p. 125-126.

<sup>301</sup> MOTTA, Lia. O Patrimônio Cultural Urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. In: Chuva, M. (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 24/2011. Brasília, 2011.

<sup>302</sup> MOTTA, 2011. *op. cit.*, p. 257; NASCIMENTO, 2016. *op. cit.*

*Annales*.<sup>303</sup>

Alguns estudos realizados pelo Iphan no início dos anos 1980 introduziram a leitura da cidade como um documento<sup>304</sup> e o parecer de tombamento da cidade de Laguna, em Santa Catarina, elaborado pelo arquiteto Luiz Fernando Franco, é considerado como “marco fundador da noção de *cidade-documento* no Iphan”<sup>305</sup>.

O conjunto de Penedo apresentava vários imóveis ecléticos, o que pode ter reforçado a adoção da narrativa de seleção do conjunto pelo viés do documento, enfatizando o reconhecimento dos seus atributos associados aos valores históricos e paisagísticos. Ainda citando o documento do tombamento de Laguna, o relator defendeu a caracterização do conjunto de Penedo como “um documento precioso da história urbana do país”. Foram, então, privilegiadas na análise as estratégias de ocupação e as transformações morfológicas de Penedo ao longo do tempo. De acordo com José Leme Galvão: “Penedo é parte destacada da alma nacional, não só pela história que se pode contar, mas pela história da qual dá testemunhos físicos. Além de remontar aos albores da nacionalidade, mantém um acervo urbanístico e arquitetônico que é testemunho inelutável de percurso histórico”<sup>306</sup>. A defesa da identidade nacional a partir da ideia de uma “alma nacional” parece ser um critério determinante para o reconhecimento patrimonial.

Quanto ao “conjunto de arquiteturas” de diversos tempos, o relator descreveu a área tombada da seguinte maneira: “o tombamento deve incidir sobre toda a área central, com ramificações pelos eixos da Av. Getúlio Vargas e da Rua Joaquim Nabuco.”<sup>307</sup> As duas ramificações, segundo o parecerista, são compostas por edificações ecléticas de uso residencial, apresentando uma “linha do tempo”<sup>308</sup> de conexão entre a entrada da cidade e a área central.

Embora o memorando DEPROT/IPHAN n° 292/94, do chefe da Divisão de Tombamento, Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, para o diretor do DEPROT, Sabino Barroso,

<sup>303</sup> NASCIMENTO, 2016, *op. cit.*, p. 126.

<sup>304</sup> Os processos de ampliação da área tombada de Petrópolis (1980) e a Revisão do Tombamento do Centro Histórico de Salvador (1984), embora não tenham adotado o termo *cidade-documento*, apresentavam as ideias que, posteriormente, caracterizaram o conceito. MOTTA, 2011, *op. cit.*, p. 257.

<sup>305</sup> MOTTA, 2011. *op. cit.*, p. 259. NASCIMENTO, 2016. *op. cit.*

<sup>306</sup> SPHAN, 1986, *op. cit.* Volume III, p. 08.

<sup>307</sup> *Ibidem*.

<sup>308</sup> *Ibidem*.

caracterize o conjunto como *Conjunto histórico e urbanístico da cidade de Penedo (AL)*, em seu assunto, e como *Conjunto histórico e paisagístico da cidade de Penedo*, no título do processo de tombamento do bem, o parecer de José Leme Galvão intitula-se *Processo nº 1201-T-86 Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Penedo – Alagoas*, no qual defende que “o caráter que se pretende para o tombamento é **histórico, arquitetônico e paisagístico**”<sup>309</sup>. A aparente sutileza na caracterização do bem evidencia as nuances relativas ao processo de valoração e de identificação dos atributos de um conjunto objeto de tombamento. Sabe-se que a partir do processo de seleção e identificação, serão definidas as normatizações e a gestão do bem cultural e que a ambiguidade ou a ausência de uma definição clara dos elementos e das relações que estão sendo valoradas repercutirá, sobremaneira, na futura gestão do conjunto tombado.

A análise morfológica apresentada no parecer vincula a implantação de Penedo ao Rio São Francisco, caracterizado como elemento chave para a compreensão da morfologia da cidade e também como limitante de sua expansão. O ecletismo foi, mais uma vez, retomado para classificar o conjunto e algumas edificações. Segundo José Leme Galvão: “o ecletismo, aqui, é quase sempre a soma pela mutação ao longo do tempo, aliás plausível diante do percurso temporal”<sup>310</sup>. Sobre a polêmica do Hotel São Francisco e a possibilidade de tombamento do conjunto no qual se insere, José Galvão argumentou:

Já não é o caso do **Hotel São Francisco**, considerado por muitos como uma inserção fatal à possibilidade de tombamento do conjunto, pois que o romperia indelevelmente. Embora lamentemos profundamente o fato de ter sido construído naquele local e daquele tamanho, não poderá, por si só, negar ou empanar o registro de Patrimônio Cultural dos Brasileiros presente em Penedo. Visto de outra forma, acrescentamos que trata-se [sic] de uma **peça arquitetônica de valor, pois insere em Penedo uma arquitetura modernista, projetado e construído dentro de requintes arquitetônicos nunca vistos por aquelas plagas**, e, além disso, é mantido tal como desde sua inauguração, inclusive o mobiliário. **Está lá, testemunho também de nossa história recente de insensatez urbanística, aqui e ali salva por arquiteturas e cidades dignas do gênio humano.**<sup>311</sup>

Reconhecer as mudanças sofridas pela cidade e os estratos dessas transformações materializados em sua contínua construção parece derivar das ampliações conceituais defendidas no contexto internacional para a tutela do patrimônio urbano desde a década de

---

<sup>309</sup> Ibid., p. 09. Grifo nosso.

<sup>310</sup> Ibid., p. 13.

<sup>311</sup> Ibidem. Grifo nosso.

1960. A ideia de “túnel do tempo” utilizada para caracterizar a sobreposição de temporalidades foi retomada no documento intitulado “histórico”, de autoria de Márcio Vianna, arquiteto do DEPROT, que integra o parecer de tombamento. Segundo o arquiteto, Penedo:

ostenta exemplares arquitetônicos de cada período histórico, e é essa leitura já chamada de **‘túnel do tempo’, que lhe confere seu maior valor histórico e cultural**. É uma leitura por assim dizer didática, que permite recuperar e compreender o pensamento e as relações sociais nas cidades de então, nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Tanto para o século XX e até à atualidade, com uma **expansão urbana da qual se pode dizer ‘harmônica’**, no que diz respeito à escala humana e arquitetônica, produzindo finalmente um **conjunto eclético** no qual bem convivem estilos diversos bem integrados entre si e com a paisagem, para uma qualidade de vida à altura do significado cultural da cidade.<sup>312</sup>

A proposta de tombamento do *Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Penedo (AL)*, contendo o parecer técnico - com justificativa, análise morfológica e histórico do bem - foi encaminhada para a procuradoria jurídica do IPHAN, resultando em publicação do tombamento provisório, conforme previsto em Portaria nº 11/1986. Em 05 de dezembro de 1994, foi, então, publicada em Diário Oficial da União a descrição da poligonal de tombamento como forma de notificação aos proprietários de imóveis situados na área delimitada. No mesmo dia, foi elaborado o parecer do conselheiro Augusto da Silva Telles relativo à proposta de tombamento do *Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Penedo (AL)*. O conselheiro defendeu o tombamento do conjunto “pelas razões expostas (extraoficialmente), da ausência de atenção por parte do Governo Estadual, e pelo real valor histórico, paisagístico e urbanístico da referida cidade.”<sup>313</sup> Quanto à caracterização do conjunto, Augusto da Silva Telles destacou o “excepcional valor paisagístico”<sup>314</sup> da vista frontal sobre o Rio São Francisco e a trama urbana, defendendo que “ainda é a original”<sup>315</sup>.

---

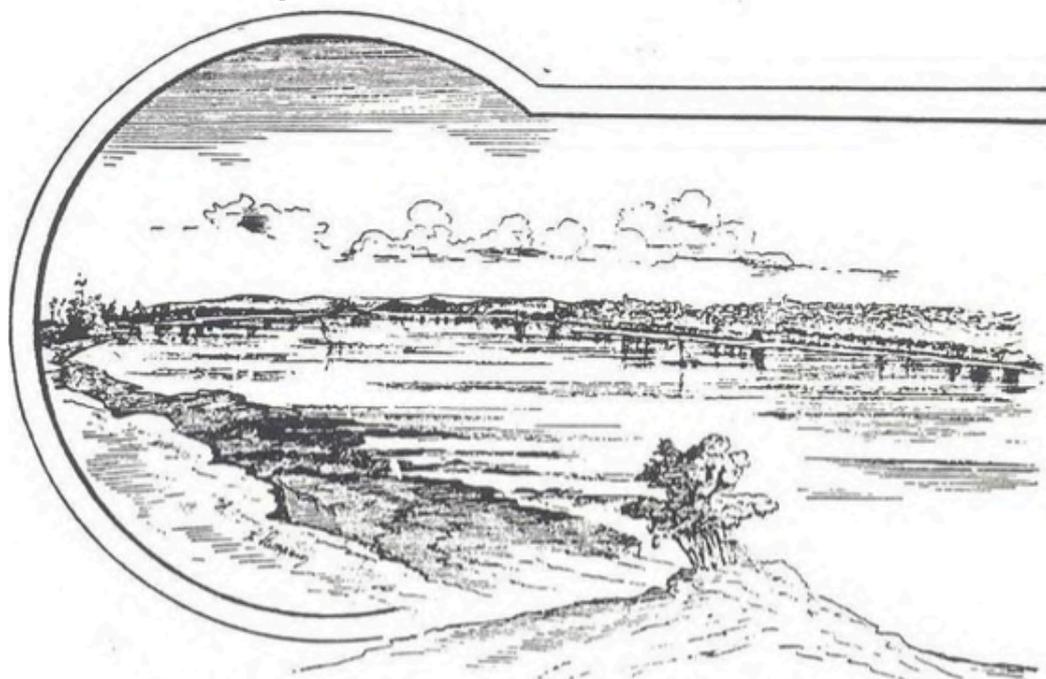
<sup>312</sup> Ibid., p.20. Grifo nosso.

<sup>313</sup> Ibid., p.53.

<sup>314</sup> Ibidem.

<sup>315</sup> Ibidem.

Figuras 13 - Iconografia representativa da relação entre o Rio São Francisco e a cidade de Penedo em Alagoas, usada com esse fim no Processo de Tombamento.



Panorama de Penedo, situada na margem do Rio S. Francisco

Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume III. p. 41.

Sobre o casario, argumentou que possui “bons exemplares dos Séculos XVIII e XIX, juntamente com outros, do ecletismo, e poucos, de uma arquitetura recente, de caráter comercial.”<sup>316</sup> Destacou, portanto, algumas edificações e identificou alguns conjuntos que compunham a poligonal de tombamento proposta. A busca pela caracterização da originalidade da trama urbana e pela homogeneidade dos conjuntos edificados é muito presente na argumentação do conselheiro, contrapondo-se, desta forma, à defesa proposta pelo DEPROT. O conselheiro Silva Telles culmina por propor a supressão de um trecho da área proposta para tombamento, argumentando tratar-se de um apêndice da área valorada.

Sugerimos, no entanto, a retirada do conjunto de casas localizadas na Rua Joaquim Nabuco, aos fundos da Igreja de São Gonçalo, da área a ser inscrita nos Livros do Tombo, **por se tratar de um acervo de casas térreas, geminadas, semelhantes às encontradas em um sem número de cidades brasileiras**, e por se tratar de um **apêndice ao conjunto histórico**. De qualquer forma, essas edificações continuarão na área de entorno.<sup>317</sup>

<sup>316</sup> Ibidem.

<sup>317</sup> IPHAN, 1994b. Ata da 7ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 06.

A defesa pela *homogeneidade* do conjunto apresentada pelo Conselheiro Augusto da Silva Telles resultou na alteração da poligonal proposta pelo DEPROT, suprimindo o casario da Rua Joaquim Nabuco, como pode ser observado no canto esquerdo superior das imagens a seguir apresentadas, que consistem nas sucessivas propostas de poligonal de tombamento e área de entorno do *Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Penedo (AL)*.

Figuras 14 e 15 - Propostas de poligonais de tombamento e de entorno do *Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Penedo*, em Alagoas.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1201-T-86, Volume III. p. 63

Além da supressão do que chamou de “apêndice do conjunto histórico”, o conselheiro propôs a retirada do Hotel São Francisco do acervo a ser tombado, descrevendo a edificação da seguinte maneira: “representa uma agressão violenta à paisagem urbana, pelo seu volume – largura e altura – e pelo seu colorido, rosa, seja considerado elemento não integrante do acervo tombado. Assim, poderá ele, a critério dos proprietários, da municipalidade, ou das autoridades governamentais, ser suprimido, ou alterado, de forma a melhor se enquadrar na paisagem da cidade de Penedo.”<sup>318</sup> A cor da edificação também foi mencionada como representativa de “agressão violenta à paisagem urbana”, mesmo em 1994, momento em que aspectos relativos à reversibilidade das intervenções já se encontravam em ampla discussão em contexto internacional e nacional.

A argumentação do conselheiro sugere que sua interpretação do tombamento de conjuntos urbanos equivale ao reconhecimento individual dos atributos e valores de cada edificação isoladamente. Desta forma, a excepcionalidade e a caracterização de áreas

---

<sup>318</sup> Ibid., p. 55.

homogêneas apresentam-se como estratégia de identificação de áreas que, ao contrário disso, apresentam uma forte dinâmica de transformação e uma sobreposição de temporalidades, usos e valores atribuídos.

A despeito da defesa apresentada pelo DEPROT - que contém uma concepção mais abrangente e contemporânea de patrimônio e que caracterizou o conjunto histórico e paisagístico de Penedo por meio da materialização de suas transformações ao longo do tempo - o parecer do conselheiro foi aprovado por unanimidade. Houve o questionamento<sup>319</sup> sobre a proposta de exclusão dos imóveis da poligonal de tombamento e sobre a possível edificação de construções “mais agressivas ao conjunto”<sup>320</sup>, tendo o conselheiro relator, Augusto da Silva Telles, argumentado que “as edificações em tela não integram o núcleo do conjunto, mas constituem um apêndice”<sup>321</sup> e que haveria a tutela do IPHAN para futuras alterações das edificações em questão, uma vez que, em sua proposta, integrariam a área de entorno do conjunto.

Na mesma reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan foram discutidos os tombamentos do Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Orla da Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais,<sup>322</sup> e do Centro Histórico de Cataguases, Minas Gerais.<sup>323</sup> Se relacionadas, as posturas adotadas no parecer do conselheiro Augusto da Silva Telles sobre o conjunto da cidade de Penedo e no parecer do Centro Histórico de Cataguases pelo conselheiro Ítalo Campofiorito parecem dissonantes no tocante à compreensão do conjunto urbano enquanto patrimônio cultural no contexto brasileiro em meados da década de 1990.

O processo do Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Orla da Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais - Processo nº 1.341-T-94 foi relatado pelo conselheiro Maurício Roberto que caracterizou o bem como representativo da “nova arquitetura brasileira”<sup>324</sup>. Foram tecidos comentários a respeito da visibilidade do conjunto e o conselheiro Ítalo

<sup>319</sup> Não há o registro do conselheiro que apresentou o questionamento na Ata da 7ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ocorrida em 07 de dezembro de 1994, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro.

<sup>320</sup> IPHAN, 1994b. *op. cit.*, p. 76.

<sup>321</sup> *Ibidem*.

<sup>322</sup> Processo nº 1341-T-94. O parecer técnico de tombamento foi apresentado pelo conselheiro Maurício Roberto; o conselho decidiu pelo tombamento do Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Orla da Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais, tendo ficado a discussão sobre a delimitação da área de entorno para reuniões posteriores.

<sup>323</sup> Processo nº 1342-T-94.

<sup>324</sup> IPHAN, 1994b. Ata da 7ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 08.

Campofiorito colocou a necessidade de garantir que “a visibilidade e a integridade dos quatro monumentos fiquem asseguradas em termos de entorno, procedimento que consta da tradição da Casa”<sup>325</sup>. O conselheiro Maurício Roberto “ponderou que a visibilidade é subjetiva, dependendo do ponto de vista do observador. Previu reações negativas por parte dos proprietários das edificações de alto valor situadas um pouco distantes da orla da lagoa, na hipótese de um tombamento mais extenso”<sup>326</sup>. Diante dos questionamentos relativos à extensão da área, o processo foi analisado em sessão posterior, em 1996, tendo como relator o conselheiro Ítalo Campofiorito que destacou: “tomba-se em sua **totalidade que eu defino aqui como geomorfológica**”<sup>327</sup> e a proposta foi aprovada por unanimidade.

No caso do tombamento do Centro Histórico de Cataguases, cuja relatoria foi do conselheiro Ítalo Campofiorito, a ideia de Centro Histórico foi articulada às categorias de “Área de Interesse Cultural” e “Lugar de Modernidade”, presentes nos relatórios técnicos do processo. Segundo Ítalo Campofiorito, o Centro Histórico de Cataguases pode ser caracterizado enquanto um “ecomuseu” e “não como núcleo de um desenvolvimento urbano em diferentes épocas históricas (à imagem de Olinda, São João del Rei, Florença ou Roma), mas como trecho de *escrita urbana*, segmento, ou *sítio* central do tecido urbano, aonde há sinais, traços, pegadas, possíveis releituras da modernidade que se quer preservar”<sup>328</sup>. Articulou, também, o Centro Histórico de Cataguases à ideia de *Gestalt*, defendendo a necessidade de reconhecer o conjunto como um todo e as relações entre os seus elementos componentes. Assim argumentou o conselheiro: “Atribuindo importância a esses prédios nem sempre da melhor qualidade arquitetônica, mas que, em conjunto, **formam uma Gestalt [sic] ou seja [sic] uma forma total que tem qualidades que as formas parciais não possuem (...)**”<sup>329</sup>.

Os dissensos entre as narrativas apresentadas pelos conselheiros Augusto da Silva Telles e Ítalo Campofiorito não aparecem de forma evidenciada no registro da reunião. O aparente consenso com o objetivo maior de reconhecer o patrimônio cultural brasileiro e a homologação das narrativas entre os conselheiros parece prevalecer, fortalecendo a ideia de

---

<sup>325</sup> Ibid., p. 10.

<sup>326</sup> Ibid., p. 10-11.

<sup>327</sup> IPHAN, 1996. Ata da 10ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p.03. Grifo nosso.

<sup>328</sup> SPHAN, 1986, *op. cit.* Volume III, p. 84.

<sup>329</sup> IPHAN, 1994b. Ata da 7ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 16. Grifo nosso.

coesão quanto às posturas e representações do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan. Sacerdócios e profecias parecem conviver em “harmonia”.

Após a decisão do Conselho sobre o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo, o arquiteto José Leme Galvão elaborou nova descrição e traçado da poligonal de tombamento. Não foi possível identificar na documentação, contudo, a exclusão do Hotel São Francisco como objeto da proposta de tombamento, nem a justificativa para o acréscimo da área de entorno na segunda proposta de poligonais de área tombada e de entorno. Quando questionado sobre o processo de tombamento que tenha despertado maior interesse para ele, Silva Telles respondeu ser Penedo, em Alagoas, e parecia referir-se ao tombamento da Igreja Matriz e do Convento Franciscano, na década de 1960. No entanto, voltou a mencionar o caso do Hotel São Francisco, e defendeu “que se podia tomar Penedo e fazer uma ressalva ao prédio, que estava ali. Ninguém ia tirar o prédio, não havia essa hipótese. O dono era uma espécie de senhor feudal em Penedo. Era inviável desapropriar o prédio, porque não tínhamos dinheiro”<sup>330</sup>.

Em 18 de dezembro de 1995, por meio da Portaria nº 169/95, o Ministro da Cultura, Francisco Welfort homologou o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Penedo, em Alagoas.

A adoção da *homogeneidade*, como apresentado no caso do tombamento de Penedo, enquanto categoria de interpretação do patrimônio urbano articula-se com algumas discussões internacionais que antecedem a Carta de Veneza de 1964, o que parece derivar dos conflitos de leituras do patrimônio edificado aplicadas ao espaço urbano. As dinâmicas de transformação e as sobreposições de tempos, usos, atividades e valores conferidos entram em conflito com uma leitura estanque e classificadora, enquadrando o patrimônio urbano a um período específico, destacando alguns atributos e negligenciando sua dinâmica complexa de transformação.

Neste sentido, a categoria *homogeneidade* vincula-se, no contexto brasileiro, a um espectro tradicional de patrimônio, associado aos padrões de seleção adotados quando da criação do Iphan e, por sua vez, representativos de uma ideia de identidade nacional que não contempla a diversidade cultural brasileira. Por outro lado, associa-se também ao complexo exercício de analisar o patrimônio urbano como objeto patrimonial autônomo, dinâmico e diverso do bem cultural isolado. Compreendendo sob esta perspectiva, a definição clara do

---

<sup>330</sup> O questionamento partiu da arquiteta Jurema Arnaut em entrevista realizada em 2009. THOMPSON, 2010.*op. cit.*, p.90.

que se entende por patrimônio urbano talvez seja uma das lacunas institucionais do Iphan.

Quanto à permanência da categoria *homogeneidade* na década de 1990 para caracterizar o conjunto de Penedo, questionamos se não é um reflexo das estratégias de identificação do patrimônio edificado aplicadas ao patrimônio urbano e da ausência de um aprofundamento crítico das políticas adotadas pelo Iphan e seus desdobramentos.

Os conselheiros Nestor Goulart Reis Filho e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes atuaram, no âmbito do Conselho, aprofundando a definição dessas categorias patrimoniais adotadas pelo Iphan, definindo mais claramente seus limites, atributos e valores considerados, ampliando, assim, a leitura do patrimônio urbano enquanto *homogeneidade*, como veremos nos capítulos seguintes.

## 4 O PATRIMÔNIO URBANO ENQUANTO TOTALIDADE

No período compreendido entre os anos de 1999 e 2010, o conselheiro Nestor Goulart Reis Filho foi relator de quatro processos de tombamento de conjuntos urbanos: do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Bairro da Luz*<sup>331</sup>, em São Paulo/SP, em 2000; da *Área Central de Porto Alegre*<sup>332</sup>, em Porto Alegre/RS, em 2000; do *Conjunto Urbano da Vila Ferroviária de Paranaíacaba*, em Santo André/SP<sup>333</sup>, em 2002; do *Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Marechal Deodoro*, em Marechal Deodoro/AL<sup>334</sup> em 2006 e do processo de tombamento em série dos bens representativos do *Conjunto da obra do Arquiteto Oscar Niemeyer* em 2007<sup>335</sup>.

Considerando a ênfase nas relações entre os elementos que compõem os conjuntos tombados, Reis Filho defendeu o reconhecimento de “conjuntos urbanísticos” para além da seleção de suas partes. O que significa admitir a sobreposição de diferentes formas de representação, de usos e de tempos no momento de enquadramento do espaço urbano como patrimônio. Caracterizamos tal defesa com a ideia de *totalidade*, terminologia que amplia conceitualmente a noção de patrimônio urbano vinculada à categoria *homogeneidade* já adotada pelo Iphan, como pudemos observar no capítulo anterior. A ideia de unidade, nesta nova categoria, pode, então, ser entendida como um todo, em que as partes isoladas só fazem sentido enquanto patrimônio se interpretadas na perspectiva de seu entrelaçamento. Será importante compreender a natureza desse entrelaçamento para identificar o quão profética foi sua proposição. Como veremos, a aplicação prática dessa ideia, contudo, ainda possui vínculos com a categoria *homogeneidade* explorada no capítulo anterior. A interpretação apresentada por Reis Filho contesta a seleção a partir da *homogeneidade*, no entanto, a *totalidade* é considerada por meio da monumentalidade e da seleção de bens culturais recortados em um tempo específico e hermético. Deste modo, a aplicação prática da ideia de *totalidade* traduz um esforço de compreensão do conjunto a partir de uma celebração do passado e da defesa de um projeto urbano.

---

<sup>331</sup> Parecer encontra-se na Ata da 23ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2000c. p. 02-07.

<sup>332</sup> Parecer encontra-se na Ata da 25ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2000e. p. 19-30.

<sup>333</sup> Parecer encontra-se na Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2002c. p. 12-20.

<sup>334</sup> Parecer encontra-se na Ata da 49ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2006a. p. 26-32.

<sup>335</sup> Parecer encontra-se na Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2007c. p. 27-30.

Para entender o reatamento e a tradução da leitura do patrimônio urbano por meio da *totalidade*, além da análise das relatorias de processos de tombamento de conjuntos urbanos assumidas por Nestor Goulart Reis Filho, foi aprofundada a investigação sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Bairro da Luz. O processo inaugura a defesa do conselheiro por uma atribuição de valor aos conjuntos urbanos enquanto *totalidade* e introduz outros agentes, técnicos e conselheiros, ajudando a dar um termômetro de como as ideias de Nestor Goulart Reis Filho eram apropriadas, interpretadas e o quanto eram exceção ou norma dentro da instituição.

#### 4.1 O profeta Nestor Goulart Reis Filho nas relatorias

Nestor Goulart Reis Filho, em entrevista concedida em 24 de abril de 2017, apresentou-se como pesquisador. Defendeu que, para os historiadores, não era identificado como historiador; para os arquitetos que trabalham com projeto e planejamento urbano, não era arquiteto ou urbanista; para os sociólogos, não era sociólogo, por isso, reconheceu: “(...) eu sou pesquisador, eu nasci pesquisador, este é o problema”<sup>336</sup>. Como grande influência na sua incursão na pesquisa, identificou o seu pai, que dirigiu um instituto de pesquisa na área médica e que contribuiu em sua formação profissional, ressaltando a importância da pesquisa e a noção de processo: “ciência sem noção de processo, não é nada”<sup>337</sup>.

Ligado à intelectualidade de Porto Alegre, seu pai migrou para São Paulo, dirigindo o serviço de tuberculose do estado. Segundo Reis Filho, a experiência de seu pai na área médica e a associação da prática profissional com a pesquisa foram importantes para a sua formação: “Ele era um pesquisador (...). A área médica é um negócio notável, sempre foi uma lição, mistura a prestação de serviços com a pesquisa, o ensino e a vida profissional comercializada, quer dizer, eles nunca separam”<sup>338</sup>. A formação na área médica a partir do tripé atuação profissional, pesquisa e ensino, lidando diretamente com a realidade, foi destacada por Nestor Goulart Reis Filho como referencial para ele, porém distante da realidade da formação do arquiteto e urbanista no Brasil<sup>339</sup>.

---

<sup>336</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. São Paulo, abril de 2017.

<sup>337</sup> Ibidem.

<sup>338</sup> Ibidem.

<sup>339</sup> Sobre o tema, comentou em entrevista a experiência de criação do Centro de Estudos Urbanísticos, que fracassou, segundo Nestor Goulart Reis Filho, porque “os arquitetos foram pro IAB e disseram que tinha que fechar, que estava concorrendo com os escritórios e fecharam, por ordem judicial.”

A ideia de construção de uma teoria a partir da prática encontra-se muito presente em sua produção acadêmica e nos pareceres elaborados quando de sua participação no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN entre os anos de 1999 e 2010. Em suas contribuições no âmbito do Conselho, procurou definir conceitualmente o patrimônio urbano a partir das questões trabalhadas na academia e das transformações das cidades brasileiras, seu grande interesse de pesquisa, divulgadas em livros importantes que são fontes de referência no campo da arquitetura e do urbanismo<sup>340</sup>.

Nestor Goulart Reis Filho graduou-se em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP em 1955, e, em 1956, começou a lecionar na mesma instituição. A prática em sala de aula e as inquietações relativas às bases teóricas adotadas até então para a compreensão da arquitetura impulsionaram-no, segundo ele, a estudar ciências sociais na Universidade de São Paulo – USP, em 1962. Foi, então, aluno de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Egon Schaden<sup>341</sup>. Quando questionado<sup>342</sup> se em seus trabalhos se valia mais da formação em arquitetura ou nas ciências sociais, respondeu da seguinte maneira:

Não sei separar as duas coisas. Beatriz Bueno, colega da FAU e parceira de pesquisa, dizia que nunca me viu frequentar arquivo histórico para ler documento, sempre me viu frequentar arquivos para pegar plantas de cidades, levantamentos feitos no passado para documentar a história e sair para a rua. (...). **Então eu vejo a cidade se mexendo da minha janela. E preciso explicar isso, o trabalho teórico, mais que o histórico – que é o suporte do teórico –, é para explicar o que está se passando e ajudar a pensar o presente.** As pessoas acham que estou voltado para o estudo do passado, mas **estou o tempo todo estudando o passado para construir a teoria e entender o futuro, não só o presente.** O que devemos fazer? Para onde vamos? (...).<sup>343</sup>

A relação com a cartografia, com a leitura de mapas e documentos gráficos representativos do processo de urbanização, foi adotada pelo pesquisador como fonte

---

<sup>340</sup> *Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil Colonial: 1500/1720*, de 1964; *Urbanização e teoria – tese apresentada ao concurso para a cátedra n 22*, de 1967; *Evolução Urbana no Brasil: 1500/1720*, de 1968; *São Paulo – catálogo de bens tombados*, de 1982; *Urbanização no Brasil – cap.08 e 09*, de 1987; *Aspectos da história da Engenharia Civil em São Paulo – 1860-1960*, de 1989; *História Urbana de Iberoamerica*, de 1922; *Campos Elísios, a casa e o bairro – Tecnologia da Construção Civil em 1900*, de 1992; *Algumas experiências urbanísticas no início da República: - 1890-1920*, de 1994; *Habitação popular no Brasil: 1880-1920*, de 1994; *Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil*, de 1994; *O trabalho universitário, os direitos autorais e a propriedade intelectual*, de 1995, dentre outras publicações.

<sup>341</sup> MOURA, Mariluce. Nestor Goulart Reis Filho: Do prédio à cidade para interpretar a evolução urbana. *Revista Pesquisa*. Fapesp. Ed. 226, dezembro 2014.

<sup>342</sup> Em entrevista concedida à *Revista Pesquisa* da Fapesp, em dezembro de 2014, Em: MOURA, 2014. *op. cit.*

<sup>343</sup> MOURA, 2014. *op. cit.*

primária de documentação para construção das suas narrativas de pesquisa e de seleção patrimonial. A compreensão da cidade como testemunho vivo do processo histórico está muito presente em sua produção técnica e acadêmica. No início de suas pesquisas, o interesse pelo entendimento do processo de urbanização das cidades brasileiras provocou o contato com autores americanos, que, de acordo com seu depoimento<sup>344</sup>, apresentavam uma abordagem demográfica do tema, destacando a contribuição do historiador Eric Lampard e do arqueólogo australiano Vere Gordon Childe<sup>345</sup>, bem como do argentino Jorge Hardoy<sup>346</sup>, pioneiro no estudo do processo de urbanização das cidades latino-americanas. Conforme sua concepção do processo urbano, a dificuldade relativa ao entendimento do fenômeno deve-se às limitações dos estudos realizados, que não o compreenderam enquanto processo, mas, sim, como produto histórico dado.

Há pouco tempo compreendi a razão prática pela qual os europeus tiveram dificuldade em entender a dispersão urbana, um fenômeno atual, ultramoderno, do qual só agora estão se dando conta. **É que para eles a cidade era um fato assentado, historicamente definido. Ao passo que nós – brasileiros, norte-americanos, hispano-americanos, australianos – abrimos a janela e vemos a urbanização em processo.**<sup>347</sup>

Em entrevista para esta pesquisa, articula a complexidade do fenômeno ao esforço do campo em captar essa complexidade:

Faz muito mais sentido, mas você tem que compreender que tudo está em transformação, mesmo no conjunto urbano, o mundo está em transformação, nós estamos em transformação permanente. Isto vem desde o século XIX, quando começam as ciências, todas estão preocupadas em usar o conceito de processo. Todos, em todos os campos: no social, no físico, etc. mas, o mundo tá em mudança. (...)  
Agora, se você está construindo um campo científico você tem que entender que você está lidando com uma realidade em transformação permanente, então você tem que construir os conceitos capazes de captar essa diversidade.<sup>348</sup>

No campo do ensino, anota a relação da parte com o todo e a ideia de processo e transformação:

---

<sup>344</sup> Em entrevista concedida à *Revista Pesquisa* da FAPESP em dezembro de 2014. Em: MOURA, 2014. *op. cit.*

<sup>345</sup> Autor do artigo *A Revolução Urbana* publicado pela *Town Planning Review – Liverpool university press*, em 1950.

<sup>346</sup> Autor dos livros *O contexto urbano*, 1990, *Environmental problems in Third World cities*, 2001 e *Squatter citizen*, de 1989.

<sup>347</sup> MOURA, 2014. *op. cit.*

<sup>348</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. São Paulo, abril de 2017.

Teoricamente, no ensino,  **você tem que relacionar a parte com o todo, por isso que sempre tem que relacionar a arquitetura com o urbanismo pra ver aquilo como parte de um sistema, e não como uma atividade isolada.** (...) Se você usar o conceito de cidade e eu não uso, desde que, o primeiro livro, da evolução urbana, eu relacionei os núcleos urbanos a um sistema, eu usei o conceito de urbanização, não de cidade. Você usa o conceito de cidade, ele vem da Europa, com cidades muito consolidadas através de quinhentos, de mil anos, você não percebe que elas estão em permanente mudança. Estão em mudança porque elas fazem parte de um sistema, e o sistema é dinâmico, então, **nada é estático, nem a cidade, nem a parte da cidade, nem a Nação, nem a relação internacional entre os países é estática.** Agora, você tem que aprender a relacionar o todo com a parte senão você esvazia de conteúdo a parte.<sup>349</sup>

Na FAU-USP, Reis Filho foi assistente do professor Eduardo Kneese de Melo<sup>350</sup> na disciplina História do Brasil.<sup>351</sup> Recém-ingresso na FAU, participou da articulação para a reforma da Faculdade, com a nomeação do professor da Faculdade de Filosofia, Lourival Gomes Machado, como diretor. A necessidade de caracterização da arquitetura e do urbanismo brasileiro, que deriva do exercício acadêmico inicial do pesquisador, vincula, na perspectiva do mesmo, sua produção à ideia de nacionalismo<sup>352</sup>, que se encontraria também presente na sua produção técnica enquanto conselheiro do Iphan.

Para melhor justificar a associação de sua produção à ideia de nacionalismo, Reis Filho procurou distanciar-se da ideia de folclore no contexto das pesquisas sobre arquitetura popular daqueles anos:

qual o motivo de meu interesse, e de muitos e de meus colegas, pelas formas mais simples de arquitetura, de todas as épocas, no Brasil? Para explicar, talvez possamos lembrar a diferença das pesquisas sobre cultura popular, de 1940 a 1960, entre os que se ligavam aos estudos folclóricos, e os das equipes da Faculdade de Filosofia da USP e, é bom lembrar também, Mário de Andrade. Pareciam as mesmas Ciências Sociais, mas não eram. Eis o ponto: nacionalismo e folclore no Brasil.<sup>353</sup>

---

<sup>349</sup> Ibidem.

<sup>350</sup> Ex-conselheiro do Iphan, apresentado no capítulo 01 desta tese. Ver Quadro 01 de caracteres pertinentes.

<sup>351</sup> Criada após o Congresso Pan-Americano de 1922, que trouxe como recomendação o estudo do período colonial nas escolas de arquitetura da América Latina e dos Estados Unidos. Segundo Nestor Goulart, era a disciplina que mais se aproximava do Iphan. Em: MOURA, 2014. *op. cit.*

<sup>352</sup> A articulação deriva de um comentário da professora Maria Irene Szmrecsanyi. Ver em: REIS FILHO, Nestor Goulart; SZMRECSANYI, Maria Irene; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Homenagem aos 80 anos do professor Nestor Goulart Reis Filho. *Revista Pós*. Depoimentos. Vol.18 n.30, São Paulo, dezembro, 2011. p. 010-032.

<sup>353</sup> REIS FILHO, Breve releitura dos projetos políticos brasileiros do período 1910-1945. Em: REIS FILHO, Nestor Goulart; SZMRECSANYI, Maria Irene; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Homenagem aos 80 anos

A associação da compreensão do patrimônio cultural às narrativas de Mário de Andrade quanto ao entendimento do nacional foi apontada por Nestor Goulart Reis Filho como posição diversa da adotada pelo Iphan em seu período inicial.

É em relação a essas correntes que nossas posições na FAU, ainda como estudante, a partir de 1948/1960, devem ser abordadas. Como é bem sabido, a posição dos arquitetos do SPHAN, em relação à arquitetura, era a de focalizar o passado colonial e a arquitetura moderna, ligando as duas experiências, ignorando as obras produzidas entre 1820/1850 e 1930, o período ‘maldito’.<sup>354</sup>

Segundo Reis Filho, no curso de arquitetura da FAU/USP, a ênfase na análise divergia da opção de seleção dos bens patrimoniais adotada pelo Iphan quando de sua fundação, em 1937, oportunidade na qual, segundo o pesquisador, “participantes de correntes opostas atuaram de forma integrada.”<sup>355</sup> O período “maldito” a que se refere Reis Filho trata-se das produções arquitetônicas vinculadas ao ecletismo<sup>356</sup>, entendido como não representativo da identidade nacional pelos agentes que fundaram o Iphan. Para ele,

Nossa posição, desde o início, foi outra. Seguindo os passos de Mário de Andrade, estudávamos a arquitetura de recorte não-erudito e, ao mesmo tempo, a arquitetura moderna, como forma de compreender as relações de projeto no passado e no presente, em sua objetividade. Aprendíamos a ler o espaço. Mas estudávamos também as obras do período então “maldito”, procurando aplicar a mesma objetividade. O que era, para alguns, uma opção estética, transformava-se em um método de estudo. Com esse método, estudávamos exemplos da arquitetura tradicional portuguesa, da espanhola, como a dos gregos na pós-Antiguidade, a do Brasil colonial, como a do início do século 20, a oficial, mas, sobretudo, **a anônima, a do conjunto da população**. O mesmo pode ser dito em relação às formas da urbanização. **O que estudávamos eram os processos**, em sua longa duração, como em momentos e locais

---

do professor Nestor Goulart Reis Filho. *Revista Pós*. Depoimentos. Vol.18 n.30, São Paulo, dezembro, 2011. p. 010-032. p. 11.

<sup>354</sup> Ibid. p. 13.

<sup>355</sup> Ibidem.

<sup>356</sup> Sobre o ecletismo, assim defendeu Nestor Goulart Reis Filho: “No caso de nosso campo específico, devemos lembrar que o interesse pela arquitetura colonial começou no início do século 20, como parte de um movimento de valorização das raízes e das tradições regionais. De um lado, como uma recusa ao cosmopolitismo de influência francesa dos primeiros anos do regime republicano, de sua arquitetura acadêmica ou eclética. Certamente, como uma afirmação nacionalista, na linha de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto. Seria uma corrente ao gosto dos tradicionalistas e dos regionalistas. Era o caso dos estudos em que se amparava o movimento neocolonial, basicamente de caráter morfológico. Era uma corrente iniciada por líderes oligárquicos, como José Mariano, senhor de engenho pernambucano residente no Rio de Janeiro, e por Ricardo Severo, líder direitista português, residente em São Paulo.” REIS FILHO, 2011. *op. cit.*, p. 12.

particulares, de interesse especial.<sup>357</sup>

A influência do marxismo, apontada pela socióloga Maria Irene Szmrecsanyi, pode explicar o entendimento processual da urbanização brasileira e do patrimônio cultural no Brasil. Segundo Szmrecsanyi, a adoção de uma visão dialética, ainda que de forma inconsciente, favoreceu uma compreensão da realidade a partir das condições de produção, considerando as continuidades e as mudanças.

Sob influência da chamada “Escola Paulista de Sociologia” e de um momento de grande prestígio internacional do marxismo, buscou entender e aplicar o método dialético, em contraposição a uma postura funcionalista, predominante na sociologia norte-americana, cujo vício seria o de tender a captar apenas as tendências de reprodução do *status quo*, levando a uma visão estática, incompatível com o tratamento de um sistema social, por período tão longo quanto o que escolhera. As dificuldades teórico-metodológicas não foram poucas, e ousou dizer que Nestor foi dialético sem o saber, não se deixando envolver por um entendimento mecânico da dialética, mantendo-se preocupado em caracterizar agentes com objetivos conflitantes, encaminhando a polarização de tensões coletivas e, por meio dessas, à mudança.<sup>358</sup>

Na perspectiva de Szmrecsanyi, as produções acadêmicas de Nestor Goulart Reis Filho podem ser entendidas como interpretações da dialética para a compreensão do processo de urbanização brasileiro, o que pode ser também considerado em relação às suas concepções de patrimônio urbano. Influências como as do historiador Caio Prado Jr., do economista Celso Furtado, Karl Marx, Marx Weber, Henri Lefèvre e Manuel Castells contribuíram, segundo Szmrecsanyi, para a compreensão da cidade colonial e das relações sociais que a configuraram. Ainda de acordo com Szmrecsanyi, “Nestor aborda a cidade colonial enquanto comunidade política – cerne do conceito weberiano de cidade, ao realçar, na Europa do Norte, sua coesão interna enquanto grupo, e oposição ao mundo feudal exterior”<sup>359</sup>. As relações sociais e suas representações parecem derivar de uma análise empírica do pesquisador em diversas escalas, segundo apontou Beatriz Piccolotto Bueno:

Essa linha teórico-metodológica, que leva em conta atores, processos, dinâmicas e fluxos, em perspectiva histórica de longa duração, impôs uma série de desafios ao pesquisador, tais como **atentar para os anacronismos, para o jogo das escalas geográficas e gráficas, para o jogo das temporalidades e, sobretudo, para os grupos sociais e**

---

<sup>357</sup> Ibid., p. 13. Grifos nossos.

<sup>358</sup> SZMRECSANYI, 2011. *op. cit.*, p. 15.

<sup>359</sup> SZMRECSANYI, 2011. *op. cit.*, p. 16.

**indivíduos**, cujos papéis, na história longa, nem sempre são óbvios e lineares. Da escala da paisagem, ao território e ao mais reduzido artefato do espaço intraurbano, o professor Nestor nos mostrou ser possível verificar lógicas de apropriação, uso e transformação social, fruto de sujeitos desde sempre relacionados em rede a contextos geográficos diversos.<sup>360</sup>

A incorporação das relações sociais na interpretação do patrimônio cultural teria sido também uma das contribuições do conselheiro Nestor Goulart, em suas relatorias?

No parecer de tombamento do Conjunto Urbano da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, em Santo André/SP, defendeu o reconhecimento das referências do trabalho e da moradia como patrimônio cultural. Arguiu sobre a incorporação de “fábricas, escritórios e exemplos das casas dos trabalhadores” no estoque patrimonial brasileiro, alegando não terem sido considerados até então pela instituição<sup>361</sup>.

A caracterização de uma vila ferroviária enquanto “bem cultural de valor histórico excepcional”<sup>362</sup> representou uma contribuição importante para o reconhecimento da dita “arquitetura menor” ou “funcional” como patrimônio cultural. A vila ferroviária foi classificada pelo relator como documento histórico fundamental à compreensão das condições de vida, trabalho e moradia dos funcionários das grandes indústrias na segunda metade do Séc. XIX e primeira República no Brasil<sup>363</sup>.

Na mesma linha do reconhecimento das materializações das formas do morar e trabalhar, foi construída a argumentação relativa ao tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Marechal Deodoro, em Alagoas. Nestor Goulart iniciou a relatoria do processo destacando que o conjunto é formado por “um casario simples e modesto” e defendendo que os imóveis isolados não seriam suficientes para justificar uma proposta de tombamento. No entanto, a articulação de tais imóveis entre si, com o tecido urbano e com os monumentos já reconhecidos pelo Iphan – de forma isolada – constituir-se-ia em um importante documento de “um modo de vida urbano”<sup>364</sup>. Destacou, portanto, as formas de implantação dos imóveis na topografia, as inclinações das vias, as soluções arquitetônicas

---

<sup>360</sup> BUENO, Beatriz Picolotto Siqueira. O mestre, o pesquisador e a obra: os anos recentes (1989-2011). 2011. Grifos nossos.

<sup>361</sup> E complementou: “como não foram tombados, no passado, a não ser raramente, exemplos de alojamentos de escravos.” Em Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2002c. p. 12-20.

<sup>362</sup> Ibidem.

<sup>363</sup> Em Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2002c. p. 20.

<sup>364</sup> Em Ata da 49ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2006a. p. 26.

adotadas para as residências e defendeu que “Em cada uma das casas a solução é diversa, mas no conjunto formam um sistema extremamente pragmático, característico dos tempos que antecederam as formas mais abalizadas de definição dos perfis das vias públicas”<sup>365</sup>.

O entrelaçamento entre a compreensão espacial e as relações sociais encontra-se presente no entendimento de Nestor Goulart do espaço urbano e de suas configurações, repercutindo, também, na sua concepção de patrimônio urbano. Quanto à urbanização, Nestor Goulart caracterizou-a como “forma de transformação permanente. (...). Porque isso só pode ser visto como conjunto. É preciso relacionar a parte com o todo e o todo com a parte”<sup>366</sup>. É interessante observar em que medida o entendimento sistêmico do processo de urbanização e o conhecimento das transformações das áreas urbanas ao longo do tempo alicerçam a sua compreensão do patrimônio cultural enquanto processo. Ao defender o reconhecimento do “todo”, Nestor Goulart Reis Filho parece atentar para o entendimento do conjunto em constante processo de configuração, no qual as “partes” assumem diferentes relações entre si ao longo do tempo.

É constante a menção aos termos *partes*, *relação* e *conjunto*, o que pode favorecer a interpretação de que as conexões entre os componentes do todo são extremamente significativas do ponto de vista da atribuição de valor. Como argumentou no caso do reconhecimento do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz*, cujo processo analisaremos na segunda parte deste capítulo, sobre São Paulo:

Com isso queremos dizer que o conceito de **patrimônio ambiental urbano** corresponderá provavelmente ao de **conjuntos urbanos organizados, em um quadro imobiliário e arquitetônico de caráter liberal**, mas fortemente diferenciado, que **consegue manter algumas características gerais, que permitem o seu reconhecimento como um conjunto**. Ou seja, a importância histórica dessa série de edifícios e espaços abertos pode e deve ser reconhecida como formando um conjunto, do ponto de vista urbanístico, **cuja característica principal não é a homogeneidade** [sic] mas a presença de todos eles em um espaço público que se pretendia monumental, com uma importância que terminou por estabelecer critérios para organização da arquitetura dos edifícios privados ao seu redor, como demonstram os remanescentes.<sup>367</sup>

O conceito de patrimônio ambiental urbano, adotado pelo conselheiro Nestor Goulart Reis Filho, vincula-se às discussões de finais da década de 1970 no âmbito do

---

<sup>365</sup> Ibid. p. 32.

<sup>366</sup> MOURA, 2014. *op. cit.*

<sup>367</sup> Em Ata da 23ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2000c. p. 02-07. Grifo nosso.

Condephaat e aos documentos do Programa Monumenta.<sup>368</sup> Sobre a escolha do termo para caracterizar sua interpretação do patrimônio urbano no âmbito do Conselho, assim explicou Nestor Goulart Reis Filho em entrevista:

a primeira vez que eu dei um parecer sobre isso foi sobre a região da Luz, foi na época do projeto Monumenta, os quadros do Iphan não conseguiam. Os conselheiros não se entusiasmaram, os quadros do Iphan não tinham coragem de assinar um parecer dizendo que aquilo era bom, **porque era muito heterogêneo do ponto de vista da arquitetura.** (...) E eu usei o conceito de conjuntos urbanísticos porque aquilo tinha uma **dimensão urbanística.** (...). **A intenção é articular as duas coisas e não mais o edifício no lote, sai da forma tradicional.**<sup>369</sup>

A partir do exame das palavras acima, podemos associar a “forma tradicional” à leitura da “edificação no lote” e à *homogeneidade* como estratégia de reconhecimento do patrimônio urbano adotada pelo Iphan. No caso do tombamento do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz em São Paulo*, o conselheiro Nestor Goulart interpretou o objeto no que ele classifica como sendo sua “dimensão urbanística”.

Ainda na discussão sobre este caso, o conselheiro Nestor Goulart problematizou os termos *conjunto* e *urbano* e seus empregos nas políticas de tutela, defendendo que a melhor conceituação destes vocábulos poderia auxiliar na fundamentação dos critérios de tombamento. A ampliação dos critérios visava a contemplar bens culturais que não se enquadravam nas formas tradicionais de seleção do patrimônio. Segundo ele,

Mas há um outro aspecto que consideramos importante abordar, em função dos problemas que estão surgindo nas cidades maiores, em todo o país. **É a questão dos conjuntos urbanos.** Paralelamente à discussão sobre o adjetivo 'histórico', gostaríamos de **aprofundar a discussão sobre o substantivo 'conjunto'**. Se pudermos esclarecer melhor o que entendemos por conjunto, poderemos encontrar critérios para estabelecer o seu valor e, com base nesses critérios, contribuir de algum modo para estabelecer os limites da área correspondente ao conjunto e fundamentar melhor os critérios de tombamento.<sup>370</sup>

Segundo Nestor Goulart, a expressão “conjuntos urbanos” poderia ser substituída por “conjuntos urbanísticos”, uma vez que, em sua concepção, a primeira é redundante, por considerar, pelo significado do termo urbano, “todos que se incluem nas cidades”<sup>371</sup>; já a segunda, com o vocábulo urbanístico, caracteriza “aqueles que apresentam alguma

<sup>368</sup> O aprofundamento da caracterização do conceito e suas aplicações encontra-se no capítulo 04 desta tese.

<sup>369</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. São Paulo, abril de 2017.

<sup>370</sup> IPHAN, 2000c. Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 02.

<sup>371</sup> Ibidem.

coerência”<sup>372</sup>, que, pelas suas palavras, nos faz pensar em uma coerência não apenas formal, mas também relacionada às relações sociais, a exemplo das formas urbanas de organização da sociedade burguesa no Brasil do século XIX:

grupos de edifícios com características semelhantes, construídos na Europa a partir do Renascimento. Em sua origem, quase sempre, esses edifícios dispunham-se ao redor de praças. Os exemplos mais antigos são provavelmente a Galleria degli Uffizi, em Florença, e a Place Dauphine, em Paris. A primeira característica desses conjuntos é a **semelhança** entre os edifícios. A segunda é a **integração** desses edifícios em conjunto que assume **caráter monumental**, ainda que os edifícios, tomados isoladamente, possam ser considerados como relativamente simples. Em um trabalho<sup>373</sup> sobre conjuntos urbanos no Brasil Colonial e no século XIX, procurávamos mostrar como essa forma de organização da paisagem urbana correspondia a uma **forma burguesa de organização social**, de integração das partes para formação de um conjunto mais complexo, em contraste com a base de monumentalidade das obras isoladas, características das afirmações de poder aristocrático.<sup>374</sup>

As reformas urbanas realizadas em Paris e em Londres, no final do século XVIII e início do século XIX, foram citadas por Nestor Goulart para caracterizar o conceito de conjunto urbanístico e estabelecer um paralelo com a realidade das cidades brasileiras<sup>375</sup>. Segundo o conselheiro,

Nesse quadro, conservam-se alguns conjuntos de edifícios e determinados bairros, que são partes de **cenários urbanos** com suficiente **representatividade histórica** em suas épocas e com suficiente consistência enquanto **quadros urbanísticos bem realizados**, para justificarem sua preservação e integração no quadro geral de soluções mais coerentes, que devem ser elaboradas para o futuro.<sup>376</sup>

No contexto brasileiro, segundo Reis Filho, para a definição dos “conjuntos urbanísticos” seria necessária a busca por “outros critérios”, que não o de unidade: “Seria como reconhecer que, afinal, **a liberalização dos padrões urbanísticos e a liberalização estilística não reduziram o tecido urbano a uma simples soma de suas partes**. E

---

<sup>372</sup> Ibidem.

<sup>373</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, nº 3. São Paulo. FAU-USP. 1994. apud. IPHAN, 2000c.p. 02. Grifos nossos.

<sup>374</sup> IPHAN, 2000c. Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 04. Grifos nossos.

<sup>375</sup> Ibid., p. 05.

<sup>377</sup> Ibidem.

reconhecer a existência, também nesses casos, de determinadas diretrizes, conscientes ou inconscientes, de **relação entre as partes e o conjunto**<sup>377</sup>.

Vê-se que, na defesa de sua argumentação, Reis Filho associou as cidades aos conjuntos urbanísticos e aos “cenários urbanos”. Por um lado, há a ideia de transformação presente na “liberalização” dos padrões. Por outro lado, há uma persistência não claramente definida nas palavras acima, de algo que permite identificar relações. O que está presente, em certa medida, na ideia de referência a uma forma pré-existente, que, de algum modo, vai de encontro à visão do conjunto urbano enquanto processo em contínua transformação, enquanto processo social. Questão presente, também, na argumentação relativa à proteção do conjunto de Marechal Deodoro, em Alagoas, quando defendeu a reconstituição do casario de acordo com suas preexistências, mediante utilização da iconografia. Em entrevista realizada em 24 de abril de 2017, o pesquisador esclareceu que se tratava da defesa quanto à preservação dos elementos remanescentes que possibilitavam a leitura da relação da arquitetura com a rua, não se tratando da reconstituição dos elementos arquitetônicos.

No parecer de tombamento do Conjunto Urbano de Porto Alegre/RS, a defesa pela incorporação das relações entre as partes no processo de atribuição de valor dos bens culturais também está presente na narrativa de seleção. Os condicionantes projetuais e as relações urbanísticas foram apontados enquanto atributos relevantes à leitura do bem tombado. Nestor Goulart apresentou, ainda, as lacunas resultantes da análise vinculada aos aspectos artísticos e históricos das áreas urbanas. Lacunas essas, que não favoreciam a atribuição de valor cultural aos aspectos urbanísticos, uma vez que a excepcionalidade não era considerada em termos urbanísticos. O relator destacou a necessidade do estabelecimento de critérios claros que levassem em conta a natureza específica dos conjuntos urbanos, dando conta, inclusive, do aspecto democrático e participativo nos processos de valoração e salvaguarda, apresentando, contudo, a complexidade da operacionalização da participação social nesses processos<sup>378</sup>.

---

<sup>377</sup> Ibidem.

<sup>378</sup> Nestor Goulart Reis Filho considerou a elaboração de critérios mais claros de seleção que incorporassem a participação social, ainda que tenha apontado os desafios da participação: “Mas, no caso, a dificuldade maior era (e continua a ser) estabelecer uma escala de valor, pois tende-se a extremar a subjetivação desses critérios, que, em alguns casos, poderiam estar sendo estabelecidos a partir da votação ‘democrática’ dos habitantes do local. Nesse caso, se os habitantes de Ouro Preto ou Olinda deixassem de considerar esses conjuntos urbanísticos como dotados de valor ambiental, os demais brasileiros estariam privados do contato com essa parcela do patrimônio cultural do país. Ou teremos que reconhecer, o valor ambiental tem que ser estabelecido a partir de critérios mais objetivos. O que estamos querendo destacar aqui é a possibilidade de realizarmos

A defesa pelo reconhecimento dos aspectos urbanísticos e a crítica à ênfase na escala da edificação associa-se sobretudo aos tombamentos realizados pelo Iphan até a década de 1970 e à primazia do valor artístico como condutor dos juízos:

As análises estavam de início extremamente vinculadas às discussões sobre o valor artístico, como base para as discussões sobre o valor cultural, o que promovia um estreito engajamento dos responsáveis, segundo as correntes críticas, às quais se vinculavam. **Os vazios deixados por este tipo de análise começaram a ser preenchidos a partir dos anos 70, com as análises do valor dos edifícios, como partes de um patrimônio ambiental urbano.** (...) <sup>379</sup>

A possibilidade de adoção do conceito *patrimônio ambiental urbano*<sup>380</sup> viabilizaria, segundo Reis Filho, a compreensão do “todo” enquanto patrimônio, como defendeu no caso do tombamento da área central de Porto Alegre: “(...). Mas também nesse caso, os edifícios foram projetados como partes de um conjunto urbanístico, **cujo valor supera o de suas partes.**” A excepcionalidade, neste caso, seria atribuída ao conjunto, à proposta urbanística, não mais a cada edificação componente. Ao defender o estabelecimento de uma “escala de valor”, Nestor Goulart Reis Filho argumentou sobre a possibilidade de pensar em instrumentos mais participativos e democráticos para seleções desta natureza e criticou as práticas de identificação adotadas anteriormente pelo Iphan para o tombamento de conjuntos urbanos.

(...). Com o uso do critério de **patrimônio ambiental urbano**, foi possível abrir caminho para o reconhecimento do valor de áreas edificadas, como partes de um patrimônio urbano. (...) . O não reconhecimento da importância desses conjuntos não se deve apenas a uma desinformação, mas também à **falta de uma perspectiva histórica adequada**, sobre a continuidade do desenvolvimento urbano, no Brasil. O reconhecimento do valor é o reconhecimento de uma responsabilidade, como é o reconhecimento de um direito. (...). Isto é, podemos estabelecer **escalas de valor**, para a identificação de suas qualidades culturais, como de suas qualidades técnicas. As análises de valor devem nos permitir o reconhecimento da diversidade dos projetos urbanísticos, dos espaços intra-urbanos, dos conjuntos urbanos. **Um critério importante há de ser o de separar o valor arquitetônico dos edifícios que se integram em um conjunto, do valor do projeto urbanístico.** De um lado podemos ter conjuntos de edifícios extremamente simples, como os sobrados que existiram no século XVIII na Bahia, formando muitas quadras com

---

análises baseadas no valor estético, partindo de projetos urbanísticos.” Em Ata da 25ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2000e.

<sup>379</sup> IPHAN, 2000e. Ata da 25ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. p. 30. Grifo nosso.

<sup>380</sup> Conceito associado às discussões do final da década de 1970, que suscitou debates sobre possibilidades de caracterização do patrimônio urbano no âmbito do Conselho do CONDEPHAAT, discussões que se encontram analisadas no capítulo 04 da tese.

soluções semelhantes, **nas quais cada um dos edifícios tinha pouca relevância arquitetônica, mas os conjuntos adquiriam caráter monumental.** De outro lado, são frequentes os exemplos como da Praça XV, antigo pátio do Carmo, no Rio de Janeiro, como os das Praças da Matriz e da Alfândega em Porto Alegre, cujas referências principais eram constituídas por edifícios de caráter monumental, **cujos arquitetos pretendiam que tivessem, em si mesmos, qualidades arquitetônicas, independentes do projeto urbanístico em que estavam inseridos.**<sup>381</sup>

A defesa do valor do “todo” na construção de uma narrativa de valoração dos conjuntos parece extrapolar a compreensão dos atributos específicos de cada imóvel ou elemento constituinte do conjunto e considera a ideia de “projeto urbanístico” e de conjuntos de caráter monumental. A identificação do “valor do projeto urbanístico” também pode sugerir uma concepção patrimonial a partir da escolha de elementos “estanques”, com sua narrativa de seleção ancorada no artefato detentor dessa qualidade urbanística.

Na relatoria do processo de tombamento da área central de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o parecer elaborado por Nestor Goulart defendeu que a caracterização das áreas urbanas enquanto *patrimônio ambiental urbano* possibilitava a adoção de outros critérios de seleção e a identificação de novos atributos.

As mudanças na linguagem revelavam as mudanças nos critérios. De início, os tombamentos se referiam às 'cidades históricas', revelando os limites dos critérios adotados: limite de um lado, porque todas as cidades são históricas, todas são produtos humanos, organizadas no tempo. Não existem cidades fora da História. De outro, porque essa expressão estaria enfatizando o que se poderia entender como '**cidades de valor histórico, o que significava o reconhecimento de seu valor, não no plano cultural, mas no plano histórico.** A excepcionalidade jamais era analisada em termos urbanísticos, pois **não se reconhecia o urbanismo como critério de valor cultural.** Ou, utilizando esse critério com suas características extremadas, teríamos cidades pouco históricas ou muito históricas, o que seria um absurdo. Com o uso do critério de patrimônio ambiental urbano, foi possível abrir caminho para o reconhecimento do valor de áreas edificadas, como partes de um patrimônio urbano.<sup>382</sup>

Para evitar o que Reis Filho chamou de tendência a “extremar a subjetivação desses critérios” argumentou sobre a necessidade de definição de escalas de valor, que poderiam ser estabelecidas de forma participativa e democrática, ou a partir de critérios objetivos que caracterizassem o “valor ambiental”. O conselheiro e cientista social Luiz Fernando Dias Duarte elogiou a “nova maneira de conceber e de compreender o tecido urbano, a memória

---

<sup>381</sup> IPHAN, 2000e. Ata da 25ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. p. 30. Grifo nosso.

<sup>382</sup> Ibid., p. 30.

urbana, o conjunto urbanístico”, já defendida no tombamento do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz*, em São Paulo, e caracterizou a contribuição de Nestor Goulart nesses tombamentos por meio da ideia de *totalidade*, defendendo que o parecer “transforma realmente a concepção do que seja a preservação da memória nacional urbana”<sup>383</sup>.

Mas penso que, como antropólogo, devo sublinhar a importância do aporte trazido à compreensão dessa memória urbana, em termos da ideia **de totalidade, de intencionalidade**. O seu conceito de conjunto urbanístico nos leva justamente à percepção de que **a totalidade deve prevalecer sobre a mera justaposição de partes**, algo fundamentalmente esquecido na cultura moderna, cada vez mais esquecido. **Noções de ambiente, de paisagem, de *gestalt***, devem prevalecer cada vez mais em nossa percepção de todos os níveis da vida social.<sup>384</sup>

Os conceitos de *ambiente, paisagem e gestalt*, sintetizados pela avaliação do antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, interpretam as narrativas de seleção de Nestor Goulart Reis Filho como uma estratégia de “modernizar” o tombamento<sup>385</sup>. Desenvolver uma leitura do fenômeno urbano que considere sua natureza específica – sistêmica (relação entre as partes) e dinâmica (em constante transformação e ressignificação). Dias Duarte parece ver uma dinamicidade não identificada claramente nas relatorias assumidas por Reis Filho. Tal comentário sinaliza a compreensão do projeto urbanístico como algo que não se encontra parado no tempo, embora tal aceção do projeto urbanístico não esteja claramente manifesta nas palavras de Nestor Goulart Reis Filho.

Em 2008, em virtude das discussões relativas à instauração de câmaras técnicas específicas no âmbito do Conselho Consultivo, Nestor Goulart defendeu a necessidade do debate urgente acerca dos conjuntos urbanos. Argumentou mais uma vez que os problemas identificados na escala urbana não são os mesmos da escala do edifício, apontando que a margem de erro na escala urbana é muito maior e que a prática de salvaguarda das áreas urbanas na cidade de São Paulo apresentava uma visão romântica e saudosista da preservação. Como entraves para a salvaguarda do patrimônio urbano no Brasil, destacou a ausência de diálogo entre as esferas municipal, estadual e federal, e as estratégias de preservação dissociadas das lógicas de planejamento urbano. Criticando a atuação do Iphan em conjuntos urbanos, defendeu que, na prática, a autarquia preservou um conjunto de

---

<sup>383</sup> Ibid., p. 31.

<sup>384</sup> Ibidem.

<sup>385</sup> Em Ata da 28ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2001a.

fachadas, que, por sua vez, já resultam de alterações do século XIX e XX, ponderando, portanto, que nada está sendo efetivamente tombado.

Então, nós não tombamos nada. Essa é a triste realidade. As fachadas das casas foram alteradas ao longo do século XIX e começo do século XX. Mesmo onde nós temos documentação - desenhos, fotografias - mostrando como eram, não são restauradas nestes termos. Ao mesmo tempo, constrói-se nos fundos dos lotes. Então **não estamos tombando uma estrutura urbana**. Alteram-se as vias públicas, e não estamos tombando as vias públicas. Afinal, **o que nós estamos tombando nas cidades? Uma recordação das cidades? Porque aquilo que está lá não corresponde ao que nós queríamos preservar; o que me preocupa profundamente**. Com o apoio da Secretária do Conselho recebi as cópias dos primeiros processos de tombamento. Como foi tombada Ouro Preto? Até onde a vista alcança! A cidade foi tombada. Era tão óbvio, pois era Ouro Preto, que era só tomar Ouro Preto. Senhores Conselheiros, na verdade não se sabia bem o que se estava tombando. **Urbanismo não é o mesmo que edificações. Urbanização é um processo social**. As cidades estão em permanente transformação. Por um lado devemos precisar o que estamos defendendo nas cidades tombadas, indicar as medidas necessárias para preservar esses espaços e **forçar sua volta à forma que seja efetivamente característica. A menos que seja a transformação também característica, mas esse é um jogo que tem que ser enfrentado**. Um exemplo é o tombamento de Brasília, que o Conselheiro Italo Campofiorito relatou: **tombou-se a escala. Mas nós não estamos tombando as escalas, nós estamos tombando a relação entre cheios e vazios**.<sup>386</sup>

Neste trecho, ficam mais evidentes alguns dos atributos materiais ligados à ideia de urbanismo: a forma de ocupação dos lotes e as vias, os cheios e os vazios. Há indícios, também de que, apesar de entender a urbanização como processo social, o conselheiro enxerga certas transformações como definidoras de perdas daquilo que idealmente se gostaria de preservar. A ideia de “forçar sua volta à forma que seja efetivamente característica” como meta a ser atingida parece caracterizar a possibilidade de transformação ou a “dinamicidade” como o retorno a uma condição pré-existente. A despeito da ressalva de transformações “características”, o conselheiro Nestor Goulart Reis Filho parece argumentar pela seleção de um tempo específico materializado no espaço urbano.

Em entrevista concedida à Revista Eletrônica do Iphan, defendeu que no caso da tutela do patrimônio urbano “Faltou uma visão maior sobre a história do urbanismo no Brasil, inclusive com o reconhecimento da existência de projetos urbanísticos no período

---

<sup>386</sup> IPHAN, 2008b. Ata da 57ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 13-15. Grifo nosso.

colonial, que só minha geração veio mostrar”<sup>387</sup>. Argumentou, ainda, sobre a ausência de uma categoria específica para interpretação dos conjuntos urbanísticos:

Existem também algumas omissões. **O urbano, no seu sentido mais amplo, foi esquecido.** As chamadas cidades históricas foram preservadas muito mais pelo seu conjunto de edificações do que pelo seu valor estético e urbanístico. Até porque uma grande parte destas realizações, dos séculos XVIII, XIX e início do XX, não eram reconhecidas como produtos culturais legítimos. Até recentemente, nem sequer havia uma categoria para classificação dos projetos urbanísticos enquanto obra de arte, só para a arquitetura. Esses conjuntos nunca eram inscritos no livro do patrimônio como obra de arte. Se fossem preservados, era pelo seu valor histórico.<sup>388</sup>

Os retalhos das falas de Reis Filho vão nos ajudando a costurar suas ideias. A atributos materiais como as vias, como a forma de ocupar o lote, presentes na citação anterior, soma-se a ideia de um valor que é adjetivado como urbanístico, que seria de natureza também artística. O pesquisador do urbanismo e o conselheiro aqui aparecem claramente em sua dupla e imbricada face.

O caso do tombamento do *Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador*, em 2009, foi apontado como emblemático por Nestor Goulart Reis Filho na reparação dessas “omissões”, como de uma categoria específica para interpretação dos conjuntos urbanísticos. Este tombamento ilustra bem a dificuldade na compreensão do espaço urbano a partir de uma escala ajustada e como objeto patrimonial autônomo.

O caso é particularmente peculiar<sup>389</sup> por se tratar de uma área de entorno da Cidade Alta de Salvador, área tombada em 1959. A delimitação do conjunto da Cidade Baixa como entorno foi efetivada em 1985. A área proposta para tombamento até então havia sido reconhecida como área tributária dos valores conferidos ao conjunto tombado da Cidade Alta desde 1959<sup>390</sup>. Além disso, a proposta de tombamento da Superintendência, elaborada

---

<sup>387</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a MARIUZZO, Patrícia; CHIOZZINI, Daniel. Patrimônio - *Revista Eletrônica do Iphan*. Entrevistas. Olhar ampliado. nº 2. Nov./Dez. 2005.

<sup>388</sup> Ibidem. Grifos nossos.

<sup>389</sup> O tombamento do Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador, conjunto composto por edificações ecléticas, foi caracterizado pela relatora do processo, Jurema Machado, como um caso “não rotineiro”.

<sup>390</sup> De acordo com a relatora Jurema Machado: “(...)À luz das políticas de preservação, a Cidade Baixa, apesar da sua importância histórica e paisagística, figurou, até hoje, não como um valor em si, mas tendo um papel instrumental, tributário da proteção da Cidade Alta, essa sim reconhecida como sendo o Centro Histórico de Salvador por meio do tombamento do IPHAN em 1959. Uma vez considerada como entorno e não como tendo valor intrínseco, para a Cidade Baixa, a legislação municipal e as diretrizes do IPHAN limitaram-se apenas ao controle da volumetria com vistas à preservação do outro elemento, esse sim considerado de efetivo interesse patrimonial, ou seja, a Cidade Alta. É razoável afirmar que essa abordagem é compatível com orientações da

pelo arquiteto Nivaldo Andrade, diferia da proposta do DEPAM nos valores reconhecidos e na área delimitada para tombamento. A divergência entre as propostas da Superintendência e do DEPAM, dizia respeito à própria ideia de conjunto. Para o DEPAM, o tombamento da área deveria contemplar tombamentos de edificações de forma descontínua e a delimitação de um entorno comum. Como explicou a relatora do processo de tombamento:

Para a proteção dos edifícios mais destacados, o DEPAM propõe uma medida pouco usual, mas defensável e compreensível, que é o seu tratamento enquanto conjunto, fazendo com que resulte **um conjunto de perímetro descontínuo, formado pelos perímetros de cada edificação selecionada**. Na prática, a justaposição dos entornos certamente chegará a conferir continuidade à área protegida. O sentido dessa medida é não tratar essa proteção como um tombamento individual, por entender que esse não se justificaria em nível federal, mas também para evitar todas as complexidades que acarreta ao oferecer limitações às intervenções, gerando dificuldades de adaptação para novos usos, tão necessários à requalificação da área.<sup>391</sup>

O conselheiro Nestor Goulart foi crítico da compreensão do conjunto nos termos propostos acima. Em suas palavras, quanto ao que chamou de “série”:

não podemos tratar esse conjunto complexo que aqui foi destacado, apenas como uma série, ainda que algumas sejam realmente de determinados períodos, porque em determinados momentos grupos daqueles edifícios foram projetados para serem um conjunto, ainda há vestígios disto. Portanto, este é o principal exemplo do urbanismo do período colonial brasileiro. O IPHAN não pode ignorar este fato.<sup>392</sup>

A defesa pelo reconhecimento do conjunto enquanto totalidade foi, assim, explicitada pelo conselheiro Nestor Goulart: “Quando acresci a visão sobre os conjuntos urbanísticos foi apenas para que **não tombássemos como uma somatória de prédios**”<sup>393</sup>. A defesa pelo reconhecimento do “todo” e, não, a junção aleatória de partes, neste caso,

---

política de proteção que vigoraram especialmente até a década de 1980 e que tinham como foco, sobretudo, o monumental e as belas artes, não atribuindo valor, entre outros, aos setores das cidades destinados às funções menos nobres, ainda que formassem parte de uma concepção urbanística ou de uma paisagem urbana singular.” IPHAN, 2009b. Ata da 61ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 10.

<sup>391</sup> IPHAN, 2009b. Ata da 61ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 13. Expediente semelhante foi adotado nos bairros de Santo Antônio e São José no Recife, em que edificações isoladas e tombadas em momentos diferentes possuem área de entorno comum. As discussões sobre a delimitação da área de entorno comum a esses monumentos, entretanto, suscitaram e continuam a suscitar críticas sobre os parâmetros e critérios adotados pelo Iphan. Tal procedimento não foi capaz de garantir a salvaguarda da área. Entre os anos de 2005 e 2009 foram construídas duas torres de 42 pavimentos e, atualmente, estão sendo construídas 13 torres de 12 a 38 pavimentos, no Cais José Estelita, nas imediações dos monumentos tombados.

<sup>392</sup> IPHAN, 2009b. Ata da 61ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 26-30.

<sup>393</sup> Ibid., p. 38.

parece ainda se atrelar à categoria *homogeneidade*, ao reconhecimento de uma coesão formal urbanística que se associa ao período colonial brasileiro, reforçando uma permanência discursiva.

Segundo o diretor do DEPAM à época e ex-conselheiro, Dalmo Vieira, o processo de tombamento do Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador apresentou uma mudança de postura do Iphan no reconhecimento do patrimônio urbano brasileiro. Na ocasião, o diretor defendeu que houve um esforço em ampliar o número de “áreas protegidas no conjunto das cidades brasileiras” iniciado no ano de 2007. Esta estratégia baseava-se, segundo ele, em “**umentar a significância das áreas protegidas no conjunto da problemática urbana do Brasil**”<sup>394</sup>. Para ele, ainda, “Nós percebemos que a própria configuração da cidade do século XXI não pode prescindir das áreas preservadas, que precisam se inserir nos processos de modernização das nossas áreas urbanas.”<sup>395</sup> Dalmo Vieira relacionou a “significância”<sup>396</sup> das áreas protegidas” à qualidade de vida urbana e ao vínculo com o território. Tal estratégia, entretanto, parece dissociada de uma discussão conceitual e metodológica mais aprofundada sobre o patrimônio urbano, caracterizando suas especificidades e explicitando seus contextos de seleção.

Em reuniões anteriores, o conselheiro Nestor Goulart Reis Filho questionava mais uma vez o que estava sendo reconhecido enquanto patrimônio urbano no Brasil. Em reunião ocorrida em 2008<sup>397</sup>, pontuou a ausência da compreensão da dinâmica de transformação dos conjuntos urbanos, defendendo que as questões relativas ao tombamento dessas áreas não poderiam ser tratadas como nos anos iniciais da instituição, precisando ser atualizadas.

**(...)O que o IPHAN considera tombamento urbanístico ou mais do que isso, conjuntos urbanísticos, cenários?** Eu tive o prazer de relatar processos que foram votados aqui. Mas o que é um conjunto urbanístico? A Cidade Baixa de Salvador reúne os remanescentes dos mais importantes cenários urbanos do Brasil Colonial e do século XIX. É absolutamente ignorado por todos os órgãos de preservação do país, dos municípios, dos estados, e mesmo pelo IPHAN, que autoriza a descaracterização dessas áreas. Não há como ignorar essas questões. Profissionalmente, não é o

---

<sup>394</sup> Ibid., p. 13.

<sup>395</sup> Ibidem.

<sup>396</sup> O termo significância parece ter sido empregado com o sentido de *importância / relevância* nas dinâmicas de transformação da cidade, não no sentido do conceito de *significância cultural* preconizado pela Carta de Burra, de 1999, que defende a articulação entre os valores e atributos relacionados a um bem.

<sup>397</sup> O conselheiro destacou o tombamento de Brasília como diferente dos demais conjuntos urbanos tombados pelo Iphan, defendendo a criação de uma câmara técnica específica para cidades tombadas ou em processo de tombamento, com o objetivo de caracterizar, também, o que o Iphan entendia por conjunto urbanístico.

mesmo que tombar edifícios. Uma Câmara tem que cuidar das cidades e dos conjuntos, dos cenários urbanos. (...). Concluindo, insisto em que **não é possível aplicar a idéia [sic] do varejo de tombamento ponto a ponto, de 1937**. Quando o Brasil tinha doze milhões de habitantes urbanos, não tínhamos quase cidades relevantes, não tínhamos dinâmica urbana que alterasse as nossas cidades. Hoje tombamos ponto a ponto nossas cidades, com dezenas de milhões de habitantes. Isso não tem o menor sentido.<sup>398</sup>

O conselheiro parece coerente com as posições anteriores, aqui relatadas, usando desta vez um tom mais irônico. A articulação do tombamento dos conjuntos urbanos à ideia de “cenário” pode ser interpretada como o reflexo da adoção da escala do edifício para a compreensão do patrimônio urbano; sendo assim, as relações e as dinâmicas de transformação da área continuariam à margem da análise e não se incorporariam ao enquadramento de seleção patrimonial. O “tombamento ponto a ponto” aplicado em varejo, na perspectiva do conselheiro Nestor Goulart, não daria conta da complexidade das cidades brasileiras. Ao mesmo tempo, as transformações dos conjuntos urbanísticos parecem “aceitáveis” se atreladas a um “passado” de referência perceptível no desenho urbanístico.

As relações entre as partes do conjunto e as reflexões sobre o que estava sendo considerado em cada argumentação favorável ao tombamento de conjuntos urbanos são inquietações constantes do conselheiro registradas nas atas de reunião<sup>399</sup>. A defesa pela compreensão dos bens na escala urbana e a crítica às estratégias adotadas pelo Iphan no tocante ao enquadramento da escala do edifício para reconhecimento dos conjuntos enquanto bens patrimoniais é outro ponto chave de sua argumentação. Os pareceres utilizaram também a abordagem das discussões internacionais sobre as áreas urbanas, advogando que:

(...). Uma parte de todas essas questões que vêm sendo tratadas pela UNESCO, comuns nas resoluções internacionais e nas recomendações internacionais nos últimos cinquenta anos, se refere [sic] ao **urbano, que é complexo e é diferente** - Não se pode tombar as cidades como tombamos os edifícios, **porque na cidade uma parte do tombamento é do que não se constrói**, do que não existe; e nesse aspecto fazer o tombamento antes da construção tem sentido do ponto de vista urbanístico.<sup>400</sup>

---

<sup>398</sup> Em Ata da 57ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2008b, p. 13-17.

<sup>399</sup> É frequente o depoimento de que o pesquisador está se debruçando tecnicamente sobre as valorações dos conjuntos urbanos e sobre os atributos que foram considerados na relatoria de cada processo e as consequências oriundas de tais seleções.

<sup>400</sup> Em Ata da 60ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2009a, p. 08-10. Grifos nossos.

Pode-se destacar a associação da utilização da Carta de Veneza, citada em outra reunião, como referência na instrução dos processos de registro de bens imateriais<sup>401</sup> à defesa por um reconhecimento das cidades por meio dos aspectos intangíveis. Nesse sentido, a abordagem de valoração histórica e artística, no ponto de vista de Nestor Goulart, parece não dar conta da complexidade e das transformações inerentes ao reconhecimento de áreas urbanas como bens patrimoniais. Por isso, defende o caráter urbanístico como o mais adequado, embora a referência à carta patrimonial não seja usual.

A participação de Reis Filho passa também pela criação de câmara técnica específica, que foi criada em 2008, para tratar dos conjuntos urbanos, dando conta da natureza particular do bem cultural e promovendo uma reflexão prática da atuação da instituição e das consequências das decisões tomadas na efetiva proteção das áreas urbanas no país<sup>402</sup>.

Durante a relatoria de processos de tombamento de conjuntos urbanos, Nestor Goulart Reis Filho enfrentou o desafio de transpor as ideias e ampliações conceituais para a prática institucional. Sente-se que o olhar dele, possibilitado pelo seu profundo conhecimento da história do urbanismo, encontra dificuldades na passagem para a discussão no campo da conservação. O reconhecimento do “período maldito” ou de “séries” no lugar de “conjuntos” resultaram em embates técnicos que iluminam as tensões entre permanência e transformação no processo de identificação do patrimônio urbano no Brasil.

A partir da análise dos processos de identificação do patrimônio urbano, é possível constatar que a mudança de escala de interpretação ainda é um desafio. O caso do processo de tombamento do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo/SP*, é um exemplo.

## **4.2 O processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo**

No ano 2000, o conselheiro Nestor Goulart Reis Filho assumiu a relatoria do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo. Foi a primeira vez que o conselheiro defendeu o reconhecimento do “conjunto ambiental urbano”, uma derivação do conceito *patrimônio ambiental urbano*. A partir deste caso

---

<sup>401</sup> Ver Ata da 37ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2002e. *op. cit.*, p. 01. A discussão encontra-se aprofundada no capítulo 04 desta tese.

<sup>402</sup> Com o intuito de aprofundar a discussão sobre o patrimônio urbano foi criada a Câmara Técnica denominada Cidades, em 2008, composta pelos seguintes conselheiros: Paulo Ormino, Nestor Goulart Reis, Jurema Machado e Luiz Phelipe Andrés. IPHAN, 2008d, p. 44.

é possível identificar com maior clareza o reconhecimento do valor atribuído por Reis Filho ao que chamou “conjunto urbanístico”, já enunciado anteriormente.

O conselheiro recomendou a inscrição do bem no Livro do Tombo Histórico, seguindo a recomendação dos técnicos do Iphan que elaboraram o dossiê de tombamento, mas defendeu que, para além de ser um conjunto histórico, tratava-se de um conjunto urbanístico, “cuja importância supera o valor de cada um de seus edifícios, se tomados isoladamente”<sup>403</sup>. Argumentou, ainda, pela defesa do reconhecimento do valor cultural no tombamento futuro de conjuntos urbanísticos. Em entrevista, Nestor Goulart Reis Filho comentou sobre a dificuldade, nesse caso, do reconhecimento via dimensão urbanística:

Todo mundo sabe que a arquitetura do fim do século XIX, começo do XX de São Paulo, era acadêmica de segunda classe, ninguém tinha coragem de assinar um parecer, dizer que aquilo era boa arquitetura, porque era um conjunto completamente **heterogêneo**, e aí eu comecei a mostrar que ao redor do Jardim da Luz, onde ele seria construído, que era um velho projeto de ser um horto botânico (...) Aí quando fazem o Jardim, começam a fazer edifícios públicos ao redor do jardim ajustando uma escala, então todos mais ou menos obedecem às mesmas coisas, **ainda que eles sejam heterogêneos eles formam um conjunto**, porque aquilo é a área do Jardim da Luz e que envolve outras coisas em volta até um pouco mais afastadas. Então isso é um conceito que eu expus e aí o pessoal gostou muito no Conselho porque era preciso tomar área histórica de São Paulo e como aquilo era arquitetura acadêmica de terceira classe, em geral, ninguém tinha coragem de assinar os pareceres e **os técnicos assinaram constrangidos, visivelmente constrangidos porque eles focalizaram muito a dimensão arquitetônica e não a urbanística**.<sup>404</sup>

O parecer sobre o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz em São Paulo inaugurou a contribuição de Nestor Goulart Reis Filho na abordagem do patrimônio urbano sob nova óptica em relação às interpretações do patrimônio urbano presentes nas relatorias do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan. Foi a primeira relatoria de processo de tombamento de conjunto urbano assumida por Reis Filho e, nesta relatoria, associou sua interpretação do objeto patrimonial ao reconhecimento do “patrimônio ambiental urbano” como *totalidade*.

A caracterização do conjunto urbanístico enquanto produto da relação entre as partes e o todo foi utilizada para definir o Conjunto da Luz em São Paulo como “um conjunto de espaços abertos e de edifícios públicos e privados, com uma relativa coerência entre si, que

---

<sup>403</sup> Ver Ata da 23ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2000c. p. 02-07.

<sup>404</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. São Paulo, abril de 2017.

constituem um marco nos espaços de vivência coletiva da população, em várias épocas”<sup>405</sup>. A ideia de coerência e a ênfase nas relações entre as partes parece superar a tradicional defesa da homogeneidade formal arquitetônica. Tal superação foi enfatizada pelo relator, alegando que “a importância histórica dessa série de edifícios e espaços abertos pode e deve ser reconhecida como formando um conjunto, do ponto de vista urbanístico, **cuja característica principal não é a homogeneidade** [sic] mas a presença de todos eles em um espaço público que se pretendia **monumental**”<sup>406</sup>. Embora o conselheiro defenda o tombamento do conjunto “do ponto de vista urbanístico”, há a permanência da ideia de monumentalidade, no entanto, vinculada à escala urbana, aspecto que vimos também no caso do parecer de tombamento da Área Central de Porto Alegre. A contestação da *homogeneidade* como filtro adotado para a seleção do patrimônio urbano, assim, pode ser interpretada como profecia. Entretanto, a defesa da monumentalidade associa a narrativa à perpetuação do reconhecimento do espaço urbano enquanto produto e não enquanto processo.

Após a apresentação das transformações do lugar ao longo do tempo, Nestor Goulart Reis Filho defendeu que os remanescentes do conjunto dizem respeito ao “**patrimônio ambiental urbano**: um conjunto de espaços abertos e de edifícios públicos e privados, com uma **relativa coerência entre si**, que constituem um marco nos espaços de vivência coletiva da população, em várias épocas”<sup>407</sup>. O emprego da palavra coerência é um indício, se a tomamos no sentido de “nexo”, de ampliação do entendimento do conjunto e de suas relações para além da noção de homogeneidade vista anteriormente, pois o nexo pode ser de natureza “urbanística” mais do que ligado à forma arquitetônica. A adoção da expressão *coerência entre si* para qualificar o *conjunto ambiental urbano* parece estar vinculada à ideia de relação entre as construções e os espaços vazios. A leitura morfológica encontra-se presente nas estratégias de seleção, identificação e valoração do patrimônio cultural. Faz lembrar a leitura dos espaços urbanos de Camillo Sitte e alguns de seus intérpretes. Não por acaso, em parecer de Sandra Corrêa, que veremos adiante neste capítulo, há referência a Aldo Rossi e à ideia de arquitetura da cidade e persistência do plano, que, de alguma forma, dialoga com certa forma de conceber o urbanismo como arte de construir a cidade.

Observa-se, também, que a leitura do bem cultural extrapola a compreensão dos atributos materiais e considera a imaterialidade presente nas relações sociais estabelecidas,

---

<sup>405</sup> IPHAN, 2000c. Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 07.

<sup>406</sup> Ibid. Grifos nossos.

<sup>407</sup> Em Ata da 23ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2000c. p. 02. Grifos nossos.

nas “vivências”, como referido pelo conselheiro, incorporando, deste modo, a complexidade do objeto de salvaguarda. A escolha do conceito *patrimônio ambiental urbano* para traduzir a concepção de Reis Filho sobre o patrimônio urbano foi aprofundada em entrevista concedida por ele em 2017. Segundo ele,

o conjunto urbanístico é um patrimônio ambiental urbano. Não é uma casa, é uma coisa que tem uma outra dimensão, você estabelece uma **relação entre os edifícios**. Em geral, isso depende de uma **vontade central, de um projeto**. Isso é um projeto. (...) As pessoas estão criando um ambiente e tem que ser preservado porque aquilo é um ambiente urbano digno de uma construção, **você não pode pegar e dizer que é um somatório de obras isoladas, não é**. Por outro lado, eles queriam exatamente investir nesses conjuntos, no Projeto Monumenta, eles estavam procurando esse tipo de coisa no centro da cidade pra fazer porque eram coisas mais ambiciosas, **então a nossa responsabilidade era fazer essa caracterização**.<sup>408</sup>

A seleção do conjunto urbanístico foi defendida por Nestor Goulart Reis Filho a partir da ideia de “todo” com uma “vontade central”, “um projeto”. Deste modo, o conselheiro refutou a opção pela atribuição de valor histórico a uma “série” ou “somatório” de edificações isoladas, defendida pelo parecerista e técnico do Iphan. O processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz foge, em certa medida, do rito processual e temporal convencionalmente adotado pelo Iphan. O processo foi aberto em caráter de urgência e o tombamento foi apreciado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan no mesmo ano de abertura do processo. Tal celeridade explica-se, em grande parte, pelas circunstâncias e perspectivas de transformação da área a ser valorada, vinculadas à obtenção de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a requalificação da área<sup>409</sup>. O depoimento de Nestor Goulart Reis Filho destacado acima também evidencia a articulação da narrativa de seleção construída e os critérios de seleção do Programa Monumenta.

A proposta encaminhada pela Superintendência do Iphan em São Paulo, em 18 de maio do ano 2000, referia-se ao *Conjunto Monumental da Luz* e contemplava a proteção de oito bens isolados: o Jardim da Luz; a Pinacoteca do Estado – antigo Liceu de Artes e Ofícios; o Edifício Paula de Souza da Escola Politécnica de São Paulo; o Edifício Ramos de Azevedo

---

<sup>408</sup>REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. São Paulo, abril de 2017.

<sup>409</sup> Para além da atribuição de valor do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, as intervenções na área foram analisadas por Paulo César Garcez Marins em: *Do Luz Cultural ao Monumenta: sobre a opção pela escala monumental na preservação de uma área de São Paulo*. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; GAGLIARDI, Clarissa M. R. *Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália em discussão*. São Paulo: EDUC, 2011.

– antigo Instituto de Eletrotécnica da Escola Politécnica; o Quartel da Luz – 1º Batalhão de Choque Tobias de Aguiar; o Antigo Armazém Central da Companhia Estrada de Ferro Sorocaba – antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS; o Hotel Federal Paulista e do Comércio e o Hotel Queluz. A justificativa apresentada pelo técnico Marcos Carrilho defendia que “tratando-se de área **heterogênea**, o critério adotado optou pela escolha de um conjunto de bens de alto valor histórico e artístico”<sup>410</sup> e que o entorno poderia ser regulamentado *a posteriori*, podendo “contemplar eventuais remanescentes de interesse secundário, mas importantes para a ambiência característica do bairro”<sup>411</sup>. A “heterogeneidade” apontada pelo arquiteto parece ser um entrave para o reconhecimento de uma área urbana enquanto patrimônio de forma autônoma, por isso, sugeriu o reconhecimento enquanto área de entorno.

As modificações na denominação do bem a ser acautelado denunciam as tentativas de caracterização do objeto patrimonial e as diversas formas de interpretação do bem cultural. O processo inicia-se adotando a nomenclatura “Conjunto Monumental da Luz”; os documentos seguintes referem-se ao tombamento do “Conjunto de Bens da Área da Luz, em São Paulo/SP”, ou ainda, tombamento da “Área da Luz” e, por fim, no ato de abertura do processo de tombamento, a Divisão de Estudos de Acautelamento – DEPROT/RJ indicou a titulação “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo”<sup>412</sup>. Quando da solicitação de inscrição do bem no Livro do Tombo, a denominação foi alterada para “Conjunto Histórico no bairro da Luz”, com a recomendação de que fosse a titulação definitiva adotada no processo, que não foi efetivada. Em alguns documentos do processo de tombamento o conjunto foi caracterizado, ainda, como “Conjunto Histórico na Estação da Luz, São Paulo, SP”<sup>413</sup>. Tais variações evidenciam a imprecisão na definição do objeto a ser acautelado, repercutindo nas estratégias de identificação do bem cultural<sup>414</sup>. Embora a caracterização “paisagístico” tenha sido adotada, a definição deste valor não foi explicitada nas narrativas de seleção para o tombamento do

---

<sup>410</sup> Processo de Tombamento nº 1463-T-00 – Conjunto Arquitetônico e paisagístico no Bairro da Luz, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. IPHAN, 2000. p.03. fl.02.

<sup>411</sup> *Ibidem*.

<sup>412</sup> IPHAN, 2000. *op. cit.*

<sup>413</sup> *Ibid.* fl. 225 e 226.

<sup>414</sup> Adotamos, ao longo da tese, a terminologia utilizada para abertura do processo de tombamento: “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz”.

bem. Os atributos identificados oscilaram entre a articulação a valores “históricos”, “artísticos” e “culturais”.

A proposta de tombamento foi encaminhada em caráter de urgência à presidência do Iphan, que, por sua vez, encaminhou para a Diretoria de Proteção de forma atrelada ao Projeto da Área da Luz em São Paulo, no âmbito do Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID<sup>415</sup>. A justificativa contida no Memorando nº 007/2000 PRESI, de 26 de maio de 2000, de autoria do então presidente do Iphan Carlos Heck, referia-se à preservação de “um território no município de São Paulo que se constitui num dos **sítios históricos urbanos mais significativos das transformações** vividas pelo município, a partir do século XIX”<sup>416</sup>. Desde sua abertura, já há, no processo, a manifesta intenção de que a proposta conste na pauta da reunião do Conselho Consultivo de agosto do mesmo ano. A prerrogativa de instrução do processo de tombamento foi assumida pelo técnico do Iphan e historiador Adler Homero de Castro. O historiador sugeriu que fosse realizada consulta à procuradoria jurídica do Iphan quanto à inclusão da Estação da Luz, monumento tombado isoladamente em 1996. Assim argumentou:

(...) a linha de raciocínio adotada no estudo dos bens do processo 1463-T-00, agrupa os imóveis em estudo em uma categoria, na qual a estação da Luz se destaca, seja por sua proximidade aos bens em estudo, seja por seu valor (que levou ao tombamento individual do bem). Sabemos que é possível o tombamento isolado de um bem já acautelado em conjunto, mas ficamos na dúvida se seria possível a situação inversa: o tombamento em conjunto de um bem já tombado individualmente. Apontamos que esta questão, que não implica em problemas para a preservação do bem, já com proteção legal, tem certa importância, **pois o conjunto analisado tem muito menor importância quando analisado separadamente da Estação da Luz**. Advertimos que os valores que levaram ao acautelamento da Estação não são os mesmos que estão sendo levados em consideração para o conjunto abarcado pelo processo 1463-T-00.<sup>417</sup>

Foram realizadas vistorias em cada imóvel isolado e elaborados laudos técnicos, contemplando a descrição do bem e a análise de seu estado de conservação. A opção pela execução de laudos específicos e a escolha dos enquadramentos das fotografias que

---

<sup>415</sup> Os dados relativos ao programa para a Área da Luz encontram-se no Anexo II do Processo de Tombamento nº 1463-T-00 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Bairro da Luz, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

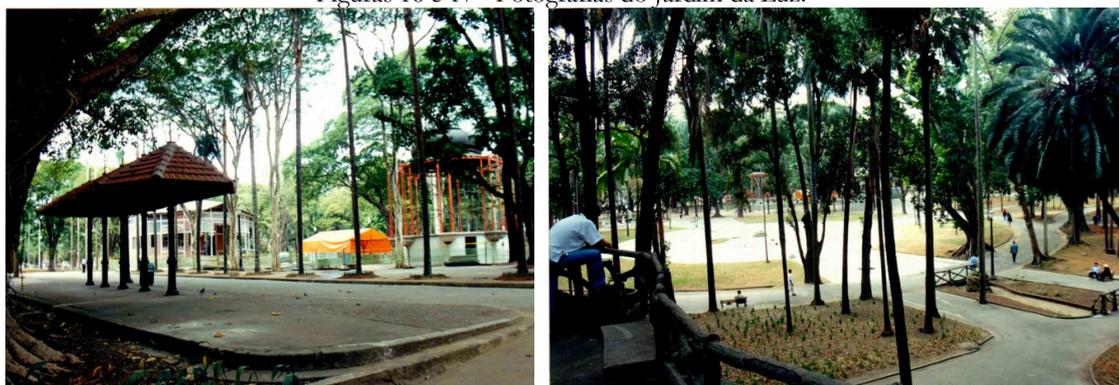
<sup>416</sup> Processo de Tombamento nº 1463-T-00 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. IPHAN, 2000. p. 07. fl.06. Grifos nossos.

<sup>417</sup> Ibidem.

registraram a identificação dos bens em julho do ano 2000 evidenciam a escolha da escala arquitetônica como norteadora da atribuição do valor e de seleção patrimonial.

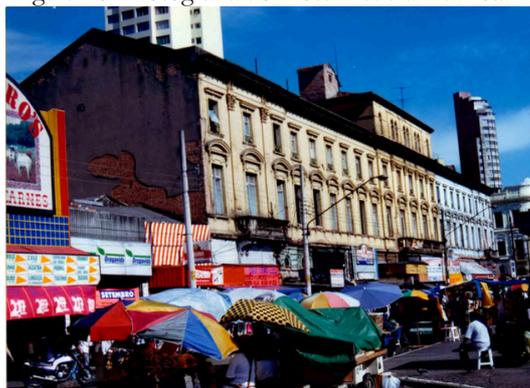
As fotografias apresentam, então, enquadramentos que definem as edificações isoladas e suas especificidades, tratadas em laudos específicos para cada edificação. Tal metodologia, convencionalmente adotada para a identificação de bens patrimoniais isolados, parece ter sido empregada para o reconhecimento do “conjunto”, contudo, as “partes” assumiram protagonismo nas estratégias de seleção. Assim, critérios como integridade e excepcionalidade arquitetônica foram adotados, seguindo a metodologia de identificação dos bens isolados. O espaço urbano parece ficar à margem da discussão e a cronologia das edificações define-se como fio condutor da narrativa, como é possível observar nos enquadramentos de seleção representados nas imagens abaixo. A única imagem que apresenta todos os bens selecionados articulados como um conjunto é o mapa esquemático da proposta do BID para requalificação da área (Figura 26 - Mapa de delimitação e setorização da área de intervenção do Projeto da Área da Luz em São Paulo, no âmbito do Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.). A Vila Inglesa é o conjunto dentro do “conjunto”. As estratégias de identificação e caracterização adotadas para os demais bens foram aplicadas no caso da Vila Inglesa, para sua incorporação como um dos elementos considerados para efeito do tombamento.

Figuras 16 e 17 - Fotografias do Jardim da Luz.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00. IPHAN, 2000. p. 59 e 60. fl.057 e 058.

Figura 18 - Fotografia do Hotel Federal Paulista.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00.  
IPHAN, 2000. p. 31. fl.029.

Figura 19 - Fotografia do Hotel Queluz.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00.  
IPHAN, 2000. p. 36. fl.034.

Figuras 20 e 21 - Fotografia do Quartel da Luz.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00. IPHAN, 2000. p. 45 e 47. fl.043 e 045

Figura 22 - Fotografia do Armazém Central da Sorocaba.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00.  
IPHAN, 2000. p. 135. fl.121

Figura 23 - Fotografia da Pinacoteca do Estado de São Paulo.



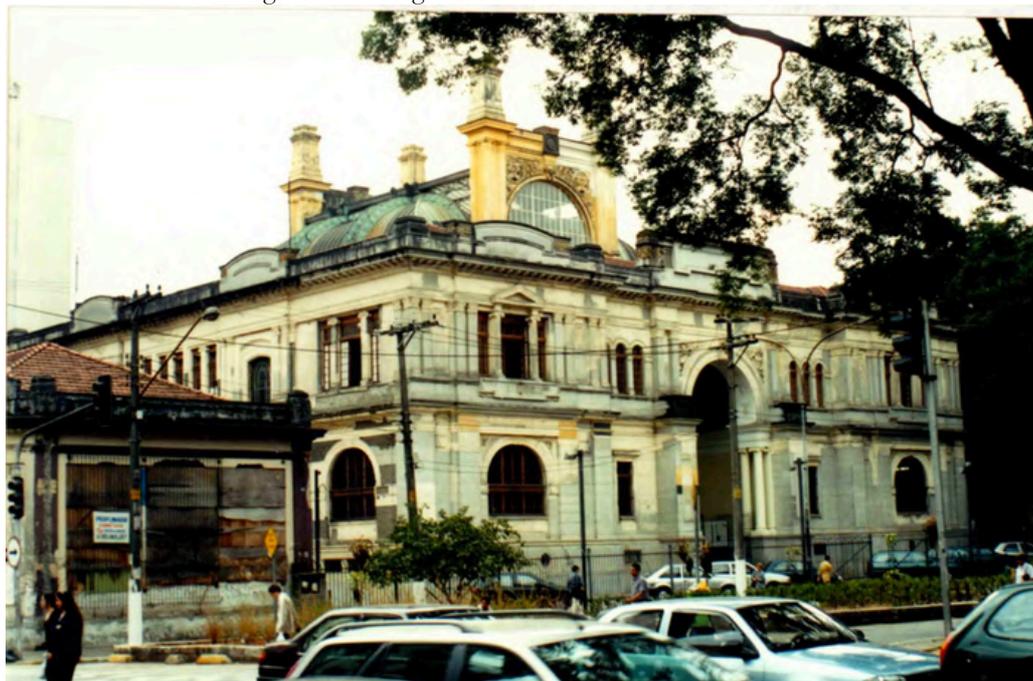
Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00.  
IPHAN, 2000. p. 127. fl.113

Figura 24 - Fotografia do Edifício Paula Souza



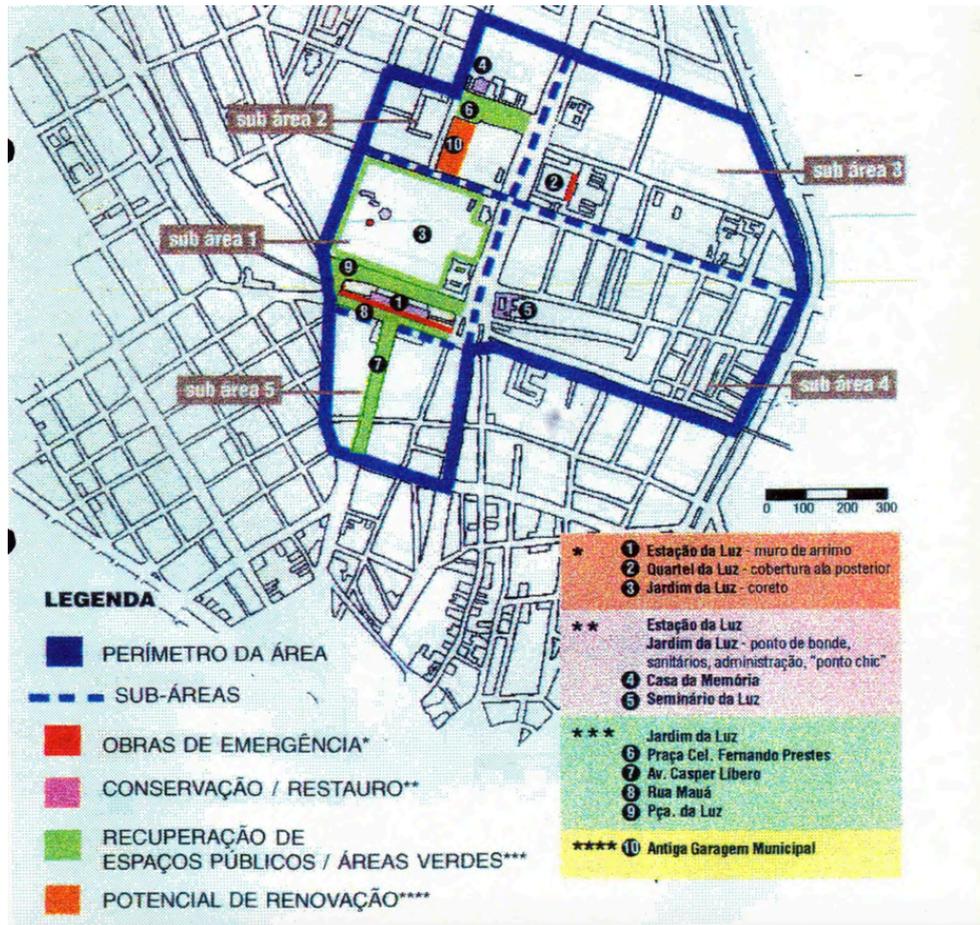
Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00. IPHAN, 2000. p. 88. fl.86.

Figura 25 - Fotografia do Edifício Ramos de Azevedo.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00. IPHAN, 2000. p. 67. fl.065.

Figura 26 - Mapa de delimitação e setorização da área de intervenção do Projeto da Área da Luz em São Paulo, no âmbito do Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00. IPHAN, 2000. p. 138. fl.124.

A articulação entre os bens identificados enquanto passíveis do tombamento foi explorada em narrativa textual (Parecer de Tombamento nº 67/2000), atinando para os valores históricos que vinculariam aquelas edificações. Este mosaico de peças arquitetônicas identificadas por meio de uma narrativa comum foi reconhecido enquanto “Conjunto Histórico do bairro da Luz”.

A argumentação contida no parecer de tombamento, de autoria do historiador Adler Homero de Castro, ponderou aspectos relativos à caracterização do bem e à trajetória institucional no reconhecimento do ecletismo enquanto patrimônio nacional<sup>418</sup>. Para tanto, recuperou a discussão sobre o tombamento da Estação da Luz e a Pinacoteca do Estado –

<sup>418</sup> Sobre o reconhecimento do ecletismo enquanto patrimônio cultural, ver: CABRAL, Renata. E o Iphan retirou o véu da noiva e disse sim. Ecletismo e modernismo no edifício Luciano Costa. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo, v. 18, v.2, p. 123- 146. jul-dez. 2010.

Processo nº 944-T-76 – e o parecer relatado pelo conselheiro Cyro Lyra<sup>419</sup>, contrário ao tombamento por defender que “trata-se de um conjunto de valores artísticos, históricos e paisagísticos de expressão regional, que o legem [sic] como peça indispensável do acervo cultural do Estado de São Paulo.”<sup>420</sup> Refutando, ainda, a possibilidade de atribuição de valor histórico ao bem, argumentando que: “a Estação não se vincula a fatos memoráveis da história brasileira e nem é dotada de excepcional valor artístico, não possuindo portanto aquelas qualidades que motivassem seu tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.”<sup>421</sup>

O processo de tombamento da Estação da Luz, em São Paulo, explicitou tal “preconceito”. O relator Carlos Lemos pontuou que “o Eclétismo nunca foi olhado com seriedade pelo SPHAN, que permitiu complacentemente a destruição de quase toda a produção arquitetônica do século passado e do início deste em todo o Brasil e o que sobrou somente agora está sendo estudado sabendo-se que da amostragem disponível poucos exemplares são realmente dignos de preservação.”<sup>422</sup> E defendeu que “os modernistas sempre viram com maus olhos porque, aparentemente, estavam desvinculados de uma suposta tradição nacional, de uma mal definida 'identidade cultural', pensamento que a moderna antropologia não endossa.”<sup>423</sup> O conselheiro Silva Telles, na ocasião, concordando com Lemos, lamentou a perda de vários exemplares do eclétismo e destacou que:

No Brasil, aconteceu um fato inédito: a iniciativa da preservação do seu patrimônio cultural partiu dos arquitetos, dos escritores, dos poetas que, ao mesmo tempo, estavam fazendo a modernização fundamentados nos princípios de Le Corbusier, para quem a arquitetura eclética era uma

---

<sup>419</sup> Em entrevista concedida em 2017, Nestor Goulart Reis Filho assim lembrou a discussão sobre o tombamento da Estação da Luz, em São Paulo: “Quando foi no tombamento da Estação da Luz, nós aqui no estadual, no CONDEPHAAT, eu acho que eu era presidente do CONDEPHAAT, nós mandamos o pedido, pra que o Iphan, porque era ditadura, que o governo federal tombasse, o Iphan tombasse porque havia um projeto de passar uma laje de concreto no meio, alterar aquilo, destruía a estação. Nós dissemos: isso não pode, não dá pra ser feito desse jeito(...). Aí foi pro Rio, isso foi mandado pro Cyro, grande amigo de muitos anos, o Cyro me telefona e diz: ó, vou te dizer uma coisa, eu vou dar o parecer contrário, aquilo é uma obra, não é brasileira, ela veio da Inglaterra, é, assim... **não cabe ser tombado**. Eu disse, então vou te dizer o seguinte: vocês passem um arame farpado aqui entre o Rio de Janeiro e São Paulo, vocês ficam sendo um país e nós ficamos sendo outro, porque aqui em São Paulo, imigrantes, café, migrantes internos, todos nós passamos por aquela estação.”

<sup>420</sup> Lyra, Cyro Ilídio Correia de Oliveira. Parecer de 4 de março de 1977. Processo nº 944-T-76 apud Processo de Tombamento nº 1463-T-00 – Conjunto Arquitetônico e paisagístico no Bairro da Luz, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. IPHAN, 2000. Ata da 21ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. fl.142.

<sup>421</sup> Ibidem.

<sup>422</sup> IPHAN, 1995. Ata da 8ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p.10-11.

<sup>423</sup> Ibid., p.12.

arquitetura de mentira. Considerou impossível, na época, Lúcio Costa, Alcides da Rocha Miranda, José de Souza Reis, José Saia, Sílvio Vasconcellos, Godofredo Filho, Carlos Leão, Mário de Andrade e o próprio Rodrigo compreenderem a importância do ecletismo. A esse propósito, tentou reconstituir uma frase de Lúcio Costa ouvida na ocasião em que entrou para o Patrimônio: **‘É uma arquitetura daquele momento, de um momento que acabou’**. Na visão da época, era um modismo superado, a ser substituído por uma nova concepção; um período destruindo o anterior.<sup>424</sup>

Adler Homero de Castro também associou tal posição ao preconceito institucional em relação ao ecletismo, considerado por Lucio Costa não como “um ‘período’ da história da Arte, mas de um hiato nessa história”<sup>425</sup> ponderando, contudo, que

(...) essa visão preconceituosa resultaria na não preservação de parte da memória histórica do País, e ia de encontro aos deveres legais do Instituto, de forma que a aposentadoria de seus defensores na década de 70 permitiu que a Instituição pudesse repensar a forma como vinha agindo neste campo, especificamente a partir da década de 1980, apesar dessa mudança ter se concretizado de forma lenta e gradual.<sup>426</sup>

O processo de tombamento do Conjunto Histórico no bairro da Luz evidencia, no entanto, que a mudança a que se refere o historiador e técnico do Iphan ainda não tinha se concretizado por completo. O Conjunto foi inscrito apenas no Livro do Tombo Histórico.

Sobre a dificuldade de tombamento de bens vinculados ao ecletismo, Nestor Goulart defendeu em entrevista concedida à Revista Eletrônica do Iphan, que houve

Uma dificuldade teórica dos quadros técnicos do Iphan - que ainda marca um pouco a atuação dos mais jovens - foi a dificuldade para lidar com a arquitetura e as artes plásticas em geral do século XIX e começo do século XX, dos períodos do neoclássico e eclético, porque os quadros técnicos do Iphan estavam comprometidos com o movimento de Arquitetura e de Arte Moderna.<sup>427</sup>

---

<sup>424</sup> Ibidem. Grifo nosso.

<sup>425</sup> COSTA, Lúcio. Apontamentos para a resposta ao Of. /50-P/72, do Clube de Engenharia, 4 de setembro de 1972. In: PESSOA, José (org.). Lúcio Costa: Documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. P. 275 apud Processo no 944-T-76 apud Processo de Tombamento nº 1463-T-00 – Conjunto Arquitetônico e paisagístico no Bairro da Luz, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. IPHAN, 2000. fl.143.

<sup>426</sup> Processo nº 944-T-76 apud Processo de Tombamento nº 1463-T-00 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Bairro da Luz, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. IPHAN, 2000. fl.144.

<sup>427</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a MARIUZZO, Patrícia; CHIOZZINI, Daniel. Patrimônio - *Revista Eletrônica do Iphan*. Entrevistas. Olhar ampliado. nº 2. Nov./Dez. 2005.

Segundo Reis Filho, nesse “processo de rejeição” haveria uma lacuna entre os bens selecionados e a narrativa de identificação patrimonial, que apresentaria um intervalo entre o século XIX e o Movimento Moderno. O arquiteto defendeu, no entanto, que:

As novas gerações estão superando isso, mas ainda com alguma inibição. A geração ao qual pertencemos teve muita dificuldade de lidar com isso, mas lidamos porque queríamos conhecer e entender melhor o XIX e o XX, muitos de nós escrevemos sobre esse período. Porém, na hora de propor o tombamento dos prédios e do reconhecimento do valor artístico, tínhamos muita dificuldade. **Era preciso reconhecer o valor artístico, mas não legitimar o que para nós parecia uma deformação no plano cultural.** A herança dessa velha guarda, liderada por Lúcio Costa, pesou no nosso trabalho. Mesmo hoje, os mais jovens do Iphan, quando dão seus pareceres, o fazem com **extrema prudência** para não endossar este salto histórico e, ao mesmo tempo, para não serem denunciados como admiradores de coisas ultrapassadas. É uma questão difícil para todos.<sup>428</sup>

Argumentou também, em entrevista concedida em 2017<sup>429</sup>, que recebeu processo de relatorias “difíceis” porque “ninguém conseguia, nenhum arquiteto do IPHAN conseguia dar parecer favorável, como a Praça da República no Rio, uma coisa de caráter acadêmico do século XIX, que o retrato do Lúcio Costa na parede não permitia. Aquela geração pulou o século XIX e a nossa não.”<sup>430</sup>

Como bem apontou Flávia Brito do Nascimento<sup>431</sup> - mostrando como a historiografia da arquitetura entrelaça-se com a história da proteção legal federal - “A escolha dos tempos de Rodrigo M. F. de Andrade pela construção ‘heroica’ do patrimônio legitimou a preservação cultural no Brasil fundando a prática para a atuação presente e estabeleceu a imagem e os modelos para tal, os quais persistem, malgrado as mudanças políticas, sociais e patrimoniais transcorridas desde então.”<sup>432</sup> A resiliente permanência narrativa pode, então,

---

<sup>428</sup>Ibidem.

<sup>429</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. São Paulo, abril de 2017.

<sup>430</sup> Especificamente sobre o reconhecimento do patrimônio cultural no estado de São Paulo, pontuou: “O IPHAN não estudava a arquitetura do café a não ser no estado do Rio, deixaram perecer tudo no estado de São Paulo.” REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira em 24 de abril de 2017.

<sup>431</sup> NASCIMENTO, Flávia Brito do. Preservando a arquitetura do século XX: o Iphan entre práticas e conceitos. *Cadernos do PROARQ (UFRJ)*, v. 19, p. 172-193, 2013.

<sup>432</sup> NASCIMENTO, 2013. *op. cit.*, p. 189.

justificar “as razões do silêncio e da invisibilidade de certos exemplares da arquitetura e do urbanismo brasileiros”.<sup>433</sup>

A “extrema prudência” pode ser observada no Parecer de Tombamento nº 67/2000, sobre o Conjunto Histórico no Bairro da Luz, em São Paulo. A ideia de reconhecimento de um conjunto eclético foi refutada pelo parecerista, defendendo que “nossa opinião é que o tombamento de um conjunto pelo simples fato das edificações componentes do mesmo serem ecléticas deve ser descartada. (...) O período em que um técnico da instituição podia sugerir que se tombasse todos os prédios de um período por seu ‘interesse excepcional’ já passou, sem deixar saudades.”<sup>434</sup> Ainda segundo Adler Homero de Castro, “a visão atual do IPHAN é bem mais crítica, se avaliando a real importância de cada bem móvel, imóvel ou conjunto para a formação da nacionalidade, independentemente de sua anciandade [sic] ou de outras características intrínsecas semelhantes.”<sup>435</sup> A tradução de tal argumentação na operação de seleção do Conjunto da Luz, contudo, pautou-se na excepcionalidade e monumentalidade de peças arquitetônicas de um “quebra-cabeças” de difícil interpretação.

Quanto à área em que se situam os bens acautelados, Adler Homero de Castro caracterizou “uma área heterogênea” na qual o “fio condutor” entre as edificações seria “a concentração de edifícios de certo porte, de arquitetura eclética, com exemplares edificados que vão de 1888 até o final da segunda década do século XX, e de autores diversos, mas com uma concentração em prédios de projeto do arquiteto Ramos de Azevedo (cinco prédios).”<sup>436</sup> Embora a intenção manifesta do então presidente do Iphan, Carlos Heck, tenha sido a preservação de “um território no município de São Paulo”, o parecerista apontou que, diante da ausência de estudos e de uma definição precisa da área a ser acautelada, a seleção de bens, conforme apresentado pela Superintendência do Iphan em São Paulo, parecia ser a mais acertada. Segundo Castro, “a preservação de toda a área do BID, dessa forma, implicaria na proteção como patrimônio cultural nacional de edificações de pouco, ou nenhum, valor e isso pode ser negativo para a preservação dos valores associados aos monumentos já tombados.”<sup>437</sup> O autor argumentou que tal medida impediria a supressão de edificações do conjunto e inviabilizaria a execução de projetos de revitalização na área. Tal interpretação

---

<sup>433</sup> Ibid. p. 190.

<sup>434</sup> IPHAN, 2000. *op. cit.*, fl. 150.

<sup>435</sup> Ibidem.

<sup>436</sup> Ibid., fl. 146.

<sup>437</sup> Ibid. fl. 147.

pode estar atrelada a uma compreensão do patrimônio urbano por meio da escala do edifício, como conjunto de partes que são reconhecidas como atributos isolados, enquadrados como excepcionais, uma concepção vinculada ao *modus operandi* adotado pelo Iphan desde sua criação que se apresenta como uma permanência narrativa.

Após analisar as transformações da área da Luz e sua vinculação com o processo de urbanização da cidade de São Paulo, a atribuição de valor encontra-se calcada, então, em “sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, nos termos do artigo 1º do Decreto-lei 25/37”<sup>438</sup>. Para o técnico do Iphan, “o conjunto de monumentos públicos existente na área pode servir como exemplo de um dado processo no desenvolvimento histórico da Nação, quando o novo pacto federativo permitiu o rápido surto econômico do Estado de São Paulo, até este se transformar no ‘motor’ da economia nacional”.<sup>439</sup> Embora o contexto dessas decisões técnicas seja o início dos anos 2000 e a cidade de São Paulo, naquele momento, já apresentasse experiências de reconhecimento do patrimônio urbano que consideraram outras escalas de análise,<sup>440</sup> a estratégia adotada, neste caso, ainda se vincula à monumentalidade, como apontou Paulo Cesar Garcez Marins: “Mais do que as questões estilísticas, cumpre aqui ressaltar a opção de tombamento vinculada quase que estritamente a bens de escala monumental, evitando-se qualquer perímetro de tombamento que tivesse o caráter de preservação de conjuntos de edificações distribuídas no tecido urbano.”<sup>441</sup>

Quanto à inclusão da Estação da Luz como bem do conjunto, a despeito do edifício já possuir proteção federal, Adler Homero de Castro argumentou que:

o maior valor encontrado para a área, o de servir de “cartão postal” para uma dada situação política que se firmava com o início da República, só tem sentido com a relação espacial que os bens a serem acautelados têm com o portão de entrada na capital do

---

<sup>438</sup> Ibid. fl. 165.

<sup>439</sup> Ibid. fl. 164.

<sup>440</sup> Cf. TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. *Zonas de conflito? Zoneamento e preservação do patrimônio cultural em São Paulo 1975-2016*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2019.

Cf. ANDRADE, Paula Rodrigues de. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

Cf. OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. *Do Tombamento às Reabilitações Urbanas: um estudo sobre a preservação no Centro Histórico de São Paulo (1970 - 2007)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

Cf. PRATA, Juliana Mendes. *Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

<sup>441</sup> MARINS, 2012. *op. cit.*, p. 158.

estado, a Estação da Luz – prédio que foi edificado justamente para servir de monumento.<sup>442</sup>

Mais uma vez fica evidente que a atribuição do valor histórico e a monumentalidade das edificações sustentam o parecer técnico, embora o técnico mencione a “relação espacial” entre os bens e a estação.

Além dos bens listados pela Superintendência do Iphan em São Paulo, o técnico propôs a inclusão da “Vila Inglesa”, conjunto eclético de 16 edificações (figuras 27, 28, 29 e 30) que, para o parecerista: “guarda unidade de estilo com os outros monumentos, não apresentando problemas de leitura devido ao seu excelente estado de conservação, e pode ser considerado como exemplo de como a iniciativa privada se esforçava para apresentar uma nova imagem para São Paulo, logo após a República.”<sup>443</sup> Percebe-se que a “unidade de estilo”, a despeito de todas as discussões no campo do patrimônio cultural e urbano, em 2000, ainda foi apontada enquanto critério de seleção.

Figuras 27, 28, 29 e 30 - Fotografias da Vila Inglesa.



Fonte: Processo de Tombamento nº 1463-T-00. IPHAN, 2000. p. 81, 82 e 83. fls. 079, 080 e 081.

<sup>442</sup> IPHAN, 2000. *op. cit.*, fl. 165.

<sup>443</sup> *Ibid.* fl. 166.

O Memorando nº 348/2000DEA/CORDEP/DEPROT, de autoria da arquiteta Cláudia Girão Barroso, contudo, retoma o emprego da palavra conjunto, associando a um “cenário” de elementos remanescentes que “Separados espacialmente, sem constituírem, atualmente, uma **unidade paisagística**, é pelo **viés histórico** que esses elementos – estação, vila ferroviária, prédios e parque – encontram sua **integração e compreensão em conjunto**.”<sup>444</sup> A Chefe da divisão dos Estudos de Acautelamento reforçou o valor histórico “como motivador de sua inclusão no elenco de bens culturais preservados” e defendeu que a delimitação da área de entorno poderia se constituir com a “integração” entre os bens. Por isso, sugeriu a elaboração de estudos para a delimitação e regulamentação da área de entorno e sugeriu a denominação “Conjunto Histórico no bairro da Luz” como a indicada para a inscrição no Livro do Tombo Histórico.

A Coordenadora de Proteção, Emilia Stenzel, por sua vez, destacou as motivações da ausência de uma inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes, argumentando que o parecerista “faz, de forma clara e desprovida de antigas amarras institucionais, uma revisão da compreensão institucional do ecletismo, com base na ação desenvolvida em casos precedentes.” Segundo Stenzel, tal posição, por ser “afinada com a da historiografia recente, sinaliza um entendimento mais diferenciado do valor artístico das obras produzidas no período, distanciando-se dos julgamentos sumários produzidos outrora”<sup>445</sup> e poderia justificar a inscrição do bem em outros Livros do Tombo e, não unicamente, no Livro de Tombo Histórico. No entanto, a opção pela inscrição apenas no Livro do Tombo Histórico, ainda segundo Stenzel, vinculava-se à “impossibilidade apontada pelo historiador, de realização de estudos mais profundos, dado o curto prazo disponível.”<sup>446</sup> O processo seguiu os trâmites relativos à notificação dos proprietários e foi distribuído para o conselheiro Nestor Goulart Reis Filho, que assumiu a relatoria e defendeu o tombamento em agosto do ano 2000 no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

Após a relatoria do processo, os conselheiros Carlos Lemos e Augusto da Silva Telles teceram comentários sobre o parecer de tombamento apresentado por Nestor Goulart, nos dando pistas de seu conteúdo e interpretação. Defenderam a atribuição do valor cultural de forma a alargar as possibilidades de tombamento. Silva Telles relacionou a questão ao tombamento da cidade de Icó, no Ceará, e defendeu a adoção do valor cultural que

---

<sup>444</sup> Ibid. fl. 172. Grifos nossos.

<sup>445</sup> Ibid. fl. 177.

<sup>446</sup> Ibidem.

possibilitaria englobar, simultaneamente, os exemplares da arquitetura vernacular, da eclética e do *art nouveau*. A categoria *totalidade* parece, portanto, dar conta da convivência de diferentes tempos e representações em um mesmo conjunto a partir da adoção do valor cultural. Sobre este, Carlos Lemos argumentou:

Mas quando pensamos em conjuntos urbanos, prevalece o conjunto, como acontece frequentemente em Paris, onde a arquitetura da parte é mais simples. Às vezes, até, não é uma boa arquitetura, mas **quando integrada a um conjunto prevalece o valor artístico do todo**. Seria um critério a ser utilizado futuramente, depois de discutido e redigido, para amparar o setor técnico em casos como este. **Pensar que, no patrimônio ambiental urbano, o conjunto é a referência fundamental e transcende a questão histórica**. É uma outra linha de inscrição que, neste caso, não quis defender. Mas considero indispensável, a partir de agora, o reconhecimento de certas obras. Caso contrário, não teria sido tombado o Maracanã. **É preciso definir os critérios de tombamento. Não acho justo flexibilizá-los de forma a enfraquecê-los. É preciso flexibilizá-los no sentido de serem mais amplos**, mantendo-se porém a coerência da conduta ética do Conselho. Os critérios devem ser aplicados de forma consistente. Essa é a questão.<sup>447</sup>

A articulação do valor do conjunto à ênfase para o “valor artístico do todo” defendida por Lemos parece sugerir a criação de um critério específico para os conjuntos urbanos, que considere uma arquitetura “mais simples” e que dê conta da ideia de conjunto para além da atribuição de valor histórico. A sugestão de definição de novos critérios aponta para a inserção desses tipos de bens culturais em outras categorias, não os vinculando ao valor artístico tradicionalmente atribuído pelos técnicos do Iphan. Dito de outra forma, as possibilidades de incorporação de outros espectros de seleção, ou “escalas de análise”, parece, na perspectiva apresentada pelo conselheiro Carlos Lemos, “enfraquecer” os critérios de seleção adotados pelo Iphan a partir do valor artístico.

Os conselheiros Carlos Lemos e Augusto Silva Telles comentaram o referido parecer e explicitaram que considerar o “valor cultural” poderia ser uma abordagem que ampliaria e daria conta de novos sentidos à atribuição de valor histórico ou artístico, apresentando-se como um caminho interessante para o reconhecimento de conjuntos urbanos como patrimônio cultural<sup>448</sup>. Considerar uma nova categoria de valor para a identificação patrimonial parece, neste caso, ser um artifício de garantir a convivência da manutenção das estratégias de seleção adotadas pelo Iphan e a ampliação das formas de interpretação

---

<sup>447</sup> IPHAN, 2000c. Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 08.

<sup>448</sup> Ibidem.

patrimonial, sem, contudo, evidenciar os conflitos que estão latentes nas narrativas de identificação.

No caso do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz foram sugeridos alguns acréscimos. O conselheiro Carlos Lemos sugeriu a inclusão do Seminário, da Igreja de São Cristóvão e do Museu de Arte Sacra, e a edificação situada à Avenida Tiradentes, cujo projeto é de autoria de Ramos de Azevedo, e o Hospital Militar, estes dois últimos bens incluir-se-iam na denominação Quartel da Luz. E a conselheira Suzanna Sampaio sugeriu a inclusão do portal do antigo Mercado de Escravos, posteriormente ocupado pela Prisão Tiradentes.

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, denominado na relatoria de Nestor Goulart Reis Filho como Conjunto Histórico no Bairro da Luz, foi tombado por unanimidade, contudo, as sugestões de inclusão deveriam ser avaliadas pelo corpo técnico da instituição. Por isso, o processo foi encaminhado ao historiador Adler Homero de Castro, responsável pela instrução, que, em 2002, mostrou-se contrário à inclusão dos imóveis, argumentando da seguinte maneira: “não cremos que seja possível apresentar uma única justificativa histórica significativa que una todos os prédios mencionados.”<sup>449</sup> Apresentou como solução, portanto, a abertura de um novo processo de tombamento, intitulado “Conjunto Arquitetônico da Luz”.

O debate sobre a inclusão de outros bens evidencia, de certo modo, a vinculação com concepção patrimonial baseada na homogeneidade e na monumentalidade. Coadunando com Paulo Cesar Garcez Marins, “É indispensável frisar que a mesma área possui ainda características que permitiriam elegê-la por outros critérios seletivos, mais abrangentes e menos vinculados à tradição de eleição de bens isolados nas capitais brasileiras realizada pela esfera federal desde os tempos do Sphan.”<sup>450</sup> Apesar da realização de inventários<sup>451</sup> na área e em zonas adjacentes, a documentação já produzida por órgãos de preservação, que

---

<sup>449</sup> IPHAN, 2000. *op. cit.*, fl. 292.

<sup>450</sup> MARINS, 2012. *op. cit.*, p.148.

<sup>451</sup> É o caso dos inventários: *Projeto Centro: Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico Z8-200*(1975); *Programa Toledo/Lemos para a preservação de bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo* (1977); *Zona especial Z8-007 - Área da Luz: renovação urbana em São Paulo* (1977) e *Luz Cultural* (1986). E, também, do Inventário de Referências Culturais – INRC do Bom Retiro (2000).

Cf. ANDRADE, 2012. *op. cit.*

Cf. TONASSO, 2019. *op. cit.*

Cf. MOSQUEIRA, Tatiana Meza. *Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo: Projetos urbanos e estratégias de intervenção*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

apresentava outros atributos e formas de interpretação patrimonial, não foi incorporada na narrativa de seleção do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo.

Seis anos depois, a Gerente de Proteção, a arquiteta Jurema Arnaut, em memorando ao Procurador-Chefe Substituto, apresentou outro entendimento sobre a questão:

Analisei o processo e concluí, todavia, que o parecer emitido pelo Conselheiro-relator Nestor Goulart Reis Filho (fls. 194 a 201, vol.2), reconheceu, **além do valor histórico** do conjunto como proposto pelo historiador Adler H. F. de Castro, a **importância social** do conjunto urbanístico da área da Luz, destacando seu caráter ambiental urbano.(...) o reconhecimento do **valor cultural** do conjunto histórico da Luz como **conjunto urbanístico**.<sup>452</sup>

A arquiteta concordou, portanto, com a inclusão dos bens. O impasse pela inclusão dos bens e efetivação do tombamento perdurou até 2016. No entanto, a definição foi classificada como “urgente,” pois uma das edificações - o Seminário Episcopal da Luz - necessitava do reconhecimento para obtenção dos recursos por meio do Programa Monumenta.<sup>453</sup>

Em 2011, a coordenadora de Fomento e Fiscalização do DEPAM, a arquiteta Sandra Corrêa, elaborou parecer técnico contendo a análise do caso e defendendo a rerratificação do tombamento para inclusão dos bens sugeridos pelo Conselho.<sup>454</sup> Corrêa articulou a narrativa de seleção do conselheiro Nestor Goulart Reis Filho e seus argumentos à análise da morfologia urbana desenvolvida por Aldo Rossi<sup>455</sup>, defendendo a cidade como “construção coletiva e representativa das civilizações” e como “artefato cultural.”<sup>456</sup> Surge, em suas ponderações, a ideia de “totalidade historicamente construída”, de “continuidade espacial” entre os elementos e de “persistência do plano”. A arquiteta argumentou que, na perspectiva de Aldo Rossi:

a cidade é uma **totalidade constituída de partes**, e que deve ser estudado o comportamento dessas partes e como elas relacionam-se entre si. **A unidade dessas partes é dada pela história**, ou seja, o entendimento de como o processo de construção da cidade se dá ao longo do tempo é que vai permitir compreendermos como é feita a costura entre esses fragmentos. Estes, por sua vez, vão ser identificados através de algumas

---

<sup>452</sup> IPHAN, 2000. *op. cit.*, fl. 301.

<sup>453</sup> Ibid. fl. 343.

<sup>454</sup> Parecer nº 05/2011 CGBI/DEPAM em IPHAN, 2000. *op. cit.*, fls. 341 - 367.

<sup>455</sup> Na publicação ROSSI, Aldo. *A arquitetura da Cidade*. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

<sup>456</sup> IPHAN, 2000. *op. cit.*, fls. 345.

características que determinarão sua **continuidade espacial (natureza homogênea de elementos em um mesmo território)**. Por outro lado defende que o valor do uso do solo urbano está ligado à formação de limites – ou seja, no conflito social estabelecem-se os territórios permitidos e proibidos a determinadas classes sociais. Além disso, afirma que a forma da cidade é a **persistência de um plano**, ou seja, a geratriz que **remonta à formação espacial da urbe**. Neste caso, devem-se identificar quais elementos são estruturadores para a **formação da cidade** (isto é, que direcionam seu crescimento).<sup>457</sup>

Segundo Sandra Corrêa, o parecer de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, elaborado pelo conselheiro Nestor Goulart Reis Filho identifica os elementos estruturadores para formação da estrutura urbana. Ao analisar o processo de tombamento do Conjunto Histórico do bairro da Luz, contudo, observamos as nuances na percepção do bem patrimonial. A mencionada “costura entre esses fragmentos” foi interpretada ora de uma forma mais estanque, associada a uma cronologia específica e hermética, como vimos no parecer do técnico que assumiu a instrução do processo, ora como possibilidade de ampliação das formas de compreensão das articulações entre estes elementos, como vimos a partir da narrativa de seleção de Nestor Goulart Reis Filho. Talvez, por isso, com o intuito de não evidenciar as fissuras entre permanência e transformação nas formas de identificação do patrimônio urbano, o conselheiro Nestor Goulart Reis Filho tenha defendido o reconhecimento do valor cultural do conjunto, garantindo a associação de suas ideias a novas categorias de valor, como o “valor cultural”, não confrontando diretamente, desta forma, as concepções de valor artístico consagradas pela instituição.

\* \* \*

As tensões, no entanto, estão postas no caso do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz. Os embates técnicos que podem ser identificados nas narrativas contidas nos dossiês de tombamento e nas relatorias nem sempre seguem os mesmos arranjos. Em alguns casos, o corpo técnico encampou argumentos que transformam as formas de seleção adotadas pelo Iphan, e, em outros, defenderam a permanência destas. Diferente do caso do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Penedo, em Alagoas, no qual a relatoria do conselheiro Augusto da Silva Telles apresentou uma interpretação reducionista do bem, em relação aos atributos e valores considerados no dossiê de tombamento, no caso da Luz, observa-se que a ampliação conceitual e a transformação da narrativa de seleção encontraram lugar na relatoria do

---

<sup>457</sup> IPHAN, 2000. *op. cit.*, fls. 345.

conselheiro Nestor Goulart Reis Filho. Por isso, entendemos que, para a compreensão das narrativas de seleção e das permanências e transformações nas interpretações do patrimônio urbano, é imprescindível a análise dos agentes que protagonizam o debate.

Embora a defesa da *totalidade* aponte para uma transformação da prática de identificação e gestão do patrimônio urbano, a aplicação da categoria no caso do tombamento do Conjunto Histórico do bairro da Luz, em São Paulo, ainda está ancorada na “permanência da escolha de edificações isoladas e de escala monumental como foco de prioridade de ações de intervenção patrimonial na capital do estado de São Paulo”<sup>458</sup>, como apontou Marins. A tradição do reconhecimento de áreas classificadas como “homogêneas” ou de seleção de bens isolados monumentais parece ecoar nas concepções e narrativas de identificação recentes do patrimônio urbano. O caso analisado neste capítulo teve sua discussão iniciada no ano 2000 e o processo efetivamente finalizado em 2017. Apesar de todo o alargamento conceitual do campo do patrimônio cultural e do aporte do conselheiro Nestor Goulart, no sentido de ampliar a concepção do patrimônio urbano, a tradução na prática ainda se vincula fortemente à lógica de reconhecimento adotada pela instituição quando de sua fundação. Tal constatação associa-se à argumentação adotada por Marins quando analisou o caso do reconhecimento patrimonial na área da Luz, em São Paulo, defendendo a “necessária superação de certas balizas de atribuição de valor patrimonial para que as dinâmicas sociais, as práticas quotidianas e outras concepções sociais de memória e patrimônio possam ser mais valorizadas e incorporadas de maneira mais efetiva visando maior eficácia e abrangência das ações já implantadas.”<sup>459</sup>

O reconhecimento do patrimônio urbano considerando as “dinâmicas sociais, as práticas quotidianas e outras concepções sociais de memória e patrimônio” foi explorado nas discussões sobre a adoção do conceito *patrimônio ambiental urbano*, que foi citado pelo conselheiro Nestor Goulart Reis Filho como referência para a compreensão da *totalidade* na análise dos conjuntos urbanos tombados pelo Iphan. No caso de Reis Filho, pelo exposto na primeira e segunda parte do presente capítulo, essa ideia aparece sobretudo vinculada à ideia de conjunto urbanístico com permanência nas relações entre construído e não construído, nos traçados, na dimensão de concepção urbanística como concepção artística.

O conceito de *patrimônio ambiental urbano*, contudo, envolveu o debate sobre os limites nas definições das dimensões materiais e imateriais do patrimônio cultural, abordado por

---

<sup>458</sup> MARINS, 2012. *op. cit.*, p. 148.

<sup>459</sup> *Ibidem*.

Reis Filho, mas sem o aprofundamento e ênfase que encontraremos em outro conselheiro. O conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses foi um dos agentes que protagonizou a discussão sobre o termo *patrimônio ambiental urbano* no âmbito do CONDEPHAAT, no final da década de 1970, e suas contribuições enquanto conselheiro do Iphan, a partir do ano 2005, articulam-se com a concepção de patrimônio urbano que deriva da interpretação do termo. Por isso, o capítulo seguinte dedica-se às perspectivas de transformação da concepção de patrimônio urbano associadas ao contexto de criação de novos instrumentos e categorias patrimoniais, tendo Ulpiano Bezerra de Meneses e suas narrativas de seleção como fio condutor.

## 5 O PATRIMÔNIO URBANO ENQUANTO SISTEMA

Nos últimos anos, o Iphan adotou categorias e ferramentas para dar conta da interpretação do patrimônio enquanto processo, considerando a relação entre sujeitos e bens culturais. Esta prática, contudo, esteve voltada para os bens de natureza imaterial, reconhecidos por meio do registro e nas discussões sobre paisagem cultural, categoria ainda preliminarmente aplicada à prática institucional. A separação dos quadros funcionais em diretorias organizadas pela natureza dos bens – Departamento de Patrimônio Imaterial e Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização - DPI e DEPAM, respectivamente - pode ter favorecido esta separação entre permanência e transformação. O patrimônio urbano, que poderia ter sido entendido enquanto grande elo entre as naturezas dos bens e, por sua vez, entre os departamentos, foi tratado, na grande maioria dos casos, exclusivamente em sua dimensão material, o que pode justificar, em certa medida, a sua vinculação à permanência do *modus operandi* tradicional.

A adoção do termo *sistema*<sup>460</sup> foi identificada, neste contexto, como possibilidade defendida pelo conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses de compreensão do patrimônio urbano enquanto bem cultural, para além das compartimentações entre as dimensões materiais e imateriais. É um termo usado para explicar a contribuição de Meneses para a instituição do patrimônio em São Paulo, por intérpretes como Rodrigues<sup>461</sup>, como veremos adiante.

Entender, portanto, as narrativas do conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses sugere a interpretação da tutela do espaço urbano sob novos contornos, considerando sua complexidade e o entrelaçamento dessas duas dimensões.

### 5.1 O profeta Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan

Diferentemente dos outros dois agentes analisados nos capítulos anteriores da tese, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses não é arquiteto. Filho de magistrado, iniciou seus estudos no curso de Direito da Universidade de São Paulo - USP, simultaneamente à

---

<sup>460</sup> No recorte temporal analisado, o termo *sistema* associa-se, também, ao contexto de debates sobre governança e sobre o Sistema Nacional de Cultura - SNC e o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – SNPC.

<sup>461</sup> RODRIGUES, Marly. *Alegorias do passado: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1994.

graduação em Letras Clássicas. Não chegou a concluir a graduação em Direito. Após o término da graduação em Letras, cursou o doutorado em Arqueologia Clássica, na Universidade de Sorbonne, em Paris, tendo concluído no ano de 1964. Durante a estadia na França, foi selecionado para integrar a missão francesa de Arqueologia na Grécia, oportunidade na qual realizou duas escavações arqueológicas<sup>462</sup>. Nos cursos dos quais participou para a preparação para a Escola Francesa de Atenas teve aulas com gestores do Departamento de Antiguidades Gregas e Romanas do Museu do Louvre<sup>463</sup>. Segundo Meneses, os cursos foram o seu “primeiro contato com a coisa física, as fontes materiais.”<sup>464</sup> Durante as suas pesquisas de doutorado, participou de escavações em sítios arqueológicos na ilha de Delos, na Grécia, e destacou seu interesse particular por essa experiência: “era em área de habitação. Era um interesse meu, ainda não definido, ligado ao urbanismo e à habitação, e dentro da habitação, o problema da qualificação do espaço com pintura mural. Foi uma descoberta.”<sup>465</sup> Ulpiano T. Bezerra de Meneses ressaltou, no relato dessa experiência, a possibilidade de aplicação da história da arte como mecanismo de compreensão para além dos aspectos estéticos,<sup>466</sup> destacando seu entendimento da cultura como uma “dimensão do social, e não o social uma dimensão da cultura.”<sup>467</sup> Esta compreensão permeou suas reflexões sobre o patrimônio cultural e sua interpretação do conceito de *patrimônio ambiental urbano*.

Quando voltou para o Brasil, no ano de 1964, participou da estruturação do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, do qual foi, posteriormente, diretor. Em 1989, passou a dirigir o Museu Paulista, cargo que ocupou até 1994<sup>468</sup>. Foi professor titular de História Antiga e do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e

---

<sup>462</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Entrevista concedida a HEYMANN, Luciana Quillet; LACERDA, Alice Lopes de. *Estudos Históricos*. Vol. 24. Rio de Janeiro, julho/dezembro 2011.

<sup>463</sup> Pierre Devambez e Jean Charbonneaux, especialistas em cerâmica e escultura gregas, respectivamente. *Ibidem*.

<sup>464</sup> MENESES, 2011. *op. cit.*, p. 03.

<sup>465</sup> *Ibid.* p. 03-04.

<sup>466</sup> Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses destacou a influência do historiador da arte italiano Ranuccio Bianchi-Bandinelli.

<sup>467</sup> MENESES, 2011. *op. cit.*, p. 05.

<sup>468</sup> Dados coletados em Plataforma lattes, disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/8273181583572822>. Acesso em maio de 2021.

Ciências Humanas da USP.<sup>469</sup> Autor de muitas publicações no campo do patrimônio, antropologia e história, participou, também, de discussões internacionais<sup>470</sup> e como conselheiro de diversos órgãos públicos vinculados à preservação do patrimônio cultural. Foi durante 15 anos - entre os anos 1972 e 1987 - conselheiro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat e, entre os anos de 2005 e 2021<sup>471</sup>, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, representando a sociedade civil. Sua atuação no Conselho foi ativa, provocando reflexões profundas em torno dos conceitos, das políticas e dos instrumentos de preservação. Sobre a experiência no Conselho e sua participação nele, caracterizou-a como gratificante, mas apontou “os inúmeros problemas, inclusive de organização setorial, além das disputas internas” do Iphan. Argumentou, em 2011, contudo, que o Conselho:

(...) melhorou muito. É claro que tem uma composição heterogênea. Alguns especialistas já têm uma abertura maior com relação à visão de patrimônio. **Existe uma área que ainda é refratária, a do chamado patrimônio material, que continua dominada pelos valores arquitetônicos e formais.** Agora, há uma área que eu acho que está nos trinques, e por sorte se criou uma câmara, da qual eu participo, que é a Câmara do Patrimônio Imaterial. Acho que essa, realmente, botou o dedo na pedra para sair água, mel e leite.<sup>472</sup>

Criticou, portanto, a separação cartesiana das dimensões materiais e imateriais, situando-a como inadequada, mas destacou “experiências notáveis” que possibilitaram o entendimento de tal “inadequação”, como as relatorias que assumiu no âmbito do

---

<sup>469</sup> Nos anos de 2002 e 2008, seu trabalho foi reconhecido com a comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico e com o título de professor emérito, respectivamente. MENESES, 2011. *op. cit.*

<sup>470</sup> É membro do *Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, e atuou nos comitês brasileiros do *International Council of Museums- ICOM* e do *International Council of Monuments and Sites – ICOMOS*. Ibidem.

<sup>471</sup> Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses apresentou ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan “carta de despedida” contendo a renúncia como membro do Conselho, em 18 de maio de 2021. Em nota intitulada: “Manifestação da SAB sobre renúncia do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses do cargo de membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan” a Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB destacou a “militância em prol do patrimônio cultural”, defendendo que “nesses 16 anos, o professor abrilhantou as reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN com pareceres e falas que eram extremamente profundos, detalhados, impecáveis academicamente e capazes de provocar ampla reflexão e discussão sobre a questão da preservação do Patrimônio Cultural do Brasil e o papel das instituições públicas e dos diferentes atores da sociedade neste tema.” SAB, 19 de maio de 2021. Disponível em: [www.sabnet.org](http://www.sabnet.org). Acesso em junho de 2021.

<sup>472</sup> MENESES, 2011. *op. cit.*, p. 13.

Conselho.<sup>473</sup> No período analisado, assumiu a relatoria de três processos de registro: do Tambor de Crioula, no Maranhão<sup>474</sup>; da Renda Irlandesa de Divina Pastora, em Sergipe<sup>475</sup>; e da Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, em Goiás<sup>476</sup>. Participou, também, do processo de tombamento da Casa de Chico Mendes e de seu acervo, no Acre.<sup>477</sup> Embora tenha assumido relatorias mais vinculadas ao reconhecimento do patrimônio imaterial, Ulpiano T. Bezerra de Meneses foi um conselheiro de participação contínua e ativa<sup>478</sup>, promovendo discussões sobre as categorias adotadas pelo Iphan e sobre os limites de aplicação de seus instrumentos de tutela. Suas ponderações e críticas, apesar de evidenciarem lacunas e fraturas institucionais importantes, foram, constantemente, enaltecidas ou contestadas pelos demais conselheiros, como veremos. Por meio da análise de sua participação, evidencia-se o convívio entre consenso e dissenso no âmbito do Conselho e o lugar de contestação no Iphan, o que pode justificar o fato de Ulpiano T. Bezerra de Meneses não ter assumido relatorias de um maior número de processos de tombamento e nenhum processo de tombamento de conjunto urbano. A caracterização do conceito de patrimônio ambiental urbano e a referência constante à CF de 1988 poderiam ter viabilizado outra interpretação do patrimônio urbano, a partir das narrativas de seleção do conselheiro.

Segundo Meneses, sua atuação em museus e no campo do patrimônio cultural o ajudou “a fertilizar minha própria atividade na academia, seja de pesquisa ou de docência. Foram as duas grandes viradas.”<sup>479</sup> Para caracterizar essas “viradas”, citou os contatos intelectuais que estabeleceu, destacando a antropologia, os estudos sobre visualidade, sobre percepção e cognição. Já no tocante ao contato com o campo do patrimônio cultural, ressaltou: “o problema da cidade assume uma dimensão extraordinária, porque a cidade é tudo que você possa imaginar. Eu comecei a me interessar por cidade a partir justamente do

---

<sup>473</sup> Ibidem.

<sup>474</sup> Processo apreciado na 53ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2007.

<sup>475</sup> Processo apreciado na 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2008.

<sup>476</sup> Processo apreciado na 63ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2010.

<sup>477</sup> Processo apreciado na 56ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2008.

<sup>478</sup> Participou também da Câmara de Patrimônio Imaterial e da Câmara de Arqueologia no âmbito do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

<sup>479</sup> MENESES, 2011. *op. cit.*, p. 12.

estudo de uma cidade antiga e depois incorporei a esse interesse o debate sobre o patrimônio.”<sup>480</sup>

Na década de 1970, quando passou a atuar como conselheiro no Condephaat, representando o Instituto de Pré-História, a problematização das categorias adotadas e a cobrança por uma definição mais explícita do objeto a ser acautelado já se encontravam presentes em sua atuação. Na discussão sobre o tombamento do acervo do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo – MAC/USP,<sup>481</sup> no final da década de 1970 e início da década de 1980, Ulpiano T. Bezerra de Meneses ponderou sobre a “flexibilidade” que deveria ser considerada no caso do reconhecimento de um acervo ou uma coleção. Argumentou, portanto, que “no caso do tombamento de coleções, a atribuição de valor **não está relacionada à soma dos valores individuais**, porém ao **valor do conjunto**, colocando-se em relevância a integração conceitual.”<sup>482</sup> A defesa do “conjunto” ou do “todo” no parecer de Ulpiano T. Bezerra de Meneses questiona como seria feita a aplicação do Decreto-Lei 25/1937 para o caso das coleções e acervos.<sup>483</sup>

Esta defesa, na década de 1980, articula-se à argumentação adotada pelo conselheiro Nestor Goulart Reis Filho para o tombamento de conjuntos urbanos, nos anos 2000, como foi explorado no capítulo anterior, a partir da categoria *totalidade*. O conselheiro Ulpiano T. Bezerra de Meneses, contudo, parece interpretar o caso das coleções e acervos, a partir do valor do conjunto e do entrelaçamento entre os bens. A defesa da “integração conceitual” considera a conexão, na concepção de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, como uma característica identitária do objeto a ser acautelado, no caso específico, coleções e acervos. A

<sup>480</sup> Ibidem.

<sup>481</sup> Processo nº 829-T-70.

<sup>482</sup> MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. Revisão dos critérios de tombamento de bens móveis. Parecer técnico, Processo CONDEPHAAT nº21239/80. São Paulo: CONDEPHAAT: jul/1980. apud PEREIRA, Julia da Rocha Pereira. *Sobrepondo valores: a construção do território de Igarassu – PE*. Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: 2012, p. 35.

<sup>483</sup> O parecer de tombamento do Iphan, de autoria de Lygia Martins Costa em 1979, assim argumentava: “De fato não há na legislação vigente respaldo explícito à medida, que partiu de uma proposta nossa de, com vistas à salvaguarda, correlacionar o conjunto de bens móveis que constituem o acervo de um museu com um conjunto arquitetônico-paisagístico de uma cidade ou parte dela, cuja proteção, com a referida flexibilidade, vem sendo consagrada pela praxe. Num e noutro existe um conjunto expressivo que faz jús (sic) a uma atenção especial do poder público, que inscrevendo-o como um bem de valor particular, busca garantir sua preservação, porém não como um conjunto intocável, mas pelo contrário, capaz de sofrer intervenções que visem a fortalecê-lo como qualidade – isso porque a despeito de seu valor, apresentam muitas vezes elementos de menor interesse que não contribuem para o alto nível do conjunto, ou até mesmo interferem em seu padrão. COSTA, Lygia Martins. Parecer técnico de 30 de outubro de 1979. Serviço Público Federal - MEC/SPHAN. Rio de Janeiro: SPHAN, 1979. In: *Processo nº 829 – T – 70: Coleção do MAC/USP*. p.01.

caracterização de um conjunto como bem patrimonial, na concepção de Meneses, a partir da “integração conceitual” parece considerar a conexão entre os elementos como a identidade do tipo de bem patrimonial selecionado. Para além do reconhecimento dos atributos e valores de cada peça, a ênfase no processo de seleção encontra-se na articulação entre os elementos componentes da coleção ou do acervo, exigindo, portanto, uma compreensão do bem patrimonial por meio de outra escala de análise, tendo-se em conta sua identidade. Mas esta argumentação tem, de certo modo, continuidade na defesa pelo reconhecimento do patrimônio urbano, como será visto posteriormente.

Em produções e reflexões mais recentes, a noção de conjunto e a “integração conceitual” parecem, à primeira vista, associar-se à relação de harmonia entre os atributos. Como explicita Ulpiano T. Bezerra de Meneses:

Conjunto deveria ser entendido como reunião de partes que formam um **todo complexo**, ou ainda, no sentido matemático de coleção de seres. Não se trata de uma somatória de elementos, mas do resultado de **elementos organizados**: é preciso que haja relação entre as partes assinaladas para que se possa falar em conjunto. **Harmonia deveria ser entendida como disposição ordenada entre as partes de um todo.** (...). Por certo, conjunto e harmonia constituem, embora não redutoramente, pressuposto importante de valores espaciais de áreas urbanas, embora, entre nós, constituam ocorrência de certa raridade - o que já os habilitaria, em princípio, de novo, a uma proteção substantiva e não à consideração como mero entorno.<sup>484</sup>

A relação da palavra harmonia com a ideia de ordem parece indicar o estabelecimento de alguns critérios norteadores para a interpretação de conjuntos urbanos enquanto patrimônio cultural. A defesa do conjunto enquanto um “todo complexo” reforça o argumento das relações entre suas partes componentes, superando a leitura e interpretação das partes enquanto obras isoladas dispostas em um mesmo espaço urbano, o que poderia ser caracterizado enquanto uma série.

Assim como a experiência no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, a atuação de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses no Condephaat foi provocadora no sentido de melhorar a definição dos conceitos e das categorias adotadas pela instituição em sua prática. Contudo, essas reflexões e provocações pouco ecoaram na formulação de novas

---

<sup>484</sup> MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: ANDRADE, Antônio L. D. et al. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9a SR/IPHAN, 2006, p. 33-53. p. 45. Grifo nosso.

formas de atuação, uma vez que, como argumentou Rodrigues, estas dependem não só do amadurecimento técnico, mas, sobretudo, das intenções políticas no sentido de efetivá-las.<sup>485</sup> Sobre a experiência no Condephaat, Meneses apontou os desafios que encontrou, sobretudo, relacionados ao reconhecimento do patrimônio cultural como fato social. Para ilustrar o caso, relembrou a relatoria do processo de tombamento da cidade de Iporanga, em São Paulo, na década de 1980. Em seu parecer apresentado ao Condephaat, considerou a cidade como “produto do trabalho humano” associado ao valor histórico, defendendo que “a história outra coisa não é senão o fruto do trabalho do homem.”<sup>486</sup> Por isso, argumentou, no caso do tombamento de Iporanga, que “O resultado desse trabalho ao longo do tempo, três séculos, foi dar a Iporanga fisionomia própria, uma cara que é sua, não uma cara feita em séria [sic], estereotipada, como uma salsicha, homogeneizada, massificada, mas uma ‘cara feita a mão’, uma ‘cara própria’.”<sup>487</sup> A defesa apresentada por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, na década de 1980, analisa a materialidade, o casario de Iporanga e sua “fisionomia” por meio de sua relação com a memória social, como produto do trabalho em sua singularidade. Deste modo, a *homogeneidade* foi refutada como critério de seleção. Os aspectos estéticos ganharam posição secundária na defesa apresentada pelo arqueólogo. A associação do patrimônio urbano à qualidade de vida e à fruição de seus habitantes e usuários foi exaltada em contraponto a uma visão muito usual naquele momento, que se referia à vinculação do patrimônio urbano ao turismo cultural, como forma de garantir a gestão e a tutela das áreas urbanas reconhecidas no período. Para consolidar esta leitura, Ulpiano T. Bezerra de Meneses defendeu estratégias de interpretação e de salvaguarda mais abrangentes e descoladas da análise e intervenção no patrimônio edificado. Ao comentar sobre o tombamento de Iporanga, em 2011, pontou:

---

<sup>485</sup> Ao analisar as dificuldades de aplicação prática dos conceitos e reflexões explorados por Meneses no âmbito do Condephaat, Marly Rodrigues considerou que: “No caso de Ulpiano Bezerra de Meneses, dada sua formação e tempo de permanência no órgão – cerca de 15 anos, entre 1971 e 1985, como representante do Instituto de Pré-História, da Comissão de Artes Plásticas e do Departamento de História da USP – houve a oportunidade de desenvolvimento de uma reflexão teórica, baseada em conceitos da História, da Sociologia, da Antropologia e da Arqueologia, que orientou procedimentos que se tornaram paradigmáticos no órgão, influenciou a formação de seus técnicos, mas não logrou fundamentar uma política de atuação, uma vez que ela é resultante não apenas de definições teóricas mas, sobretudo, da disposição política dos governantes e das reivindicações do direito de cidadania pela sociedade.” RODRIGUES, 1994. *op. cit.*, p. 69.

<sup>486</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O objeto material como documento*. Texto de reprodução de aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas” organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, em 1980. p. 14.

<sup>487</sup> *Ibidem*.

Iporanga é uma cidade de mineração do século XVIII muito interessante e que, pela pobreza conseguiu resistir do ponto de vista físico, da carcaça. Havia a possibilidade de fazer um projeto de restauração de monumentos, e eu disse: “A gente não tem que fazer um projeto de restauração de monumentos; a gente tem que fazer um projeto de viabilidade e qualificação cultural da cidade.” **A cidade é um bem cultural**, ou seja, ela é uma coisa boa. Boa para você contemplar, fruir esteticamente, visitar. Está certo. Mas tem que ser boa também para você usar, praticar como cidade – deve ser boa para o habitante morar. **Pensar a cidade como um bem a ser fruído por quem vem de fora é completamente ilógico.** A cidade é boa para habitar e culturalmente qualificada tem que ter infraestrutura, esgoto, **não é só restaurar o prédio bonito.** Tombar a cidade toda, no estado em que ela se encontrava, seria justamente você condenar os habitantes a deixarem a cidade ou a viverem em condições infra-humanas. A ideia de que a cidade é bem cultural se for boa para habitar qualificadamente não foi bem compreendida, e na hora das decisões, se deu para trás. Foi uma das minhas grandes frustrações. Acho que hoje já seria diferente.<sup>488</sup>

Quando questionado, em 2011, sobre o momento em que houve uma transformação na forma de interpretar o patrimônio urbano e se, em nível federal, a alteração estaria associada à gestão de Aloísio Magalhães no Iphan, defendeu que as discussões no âmbito do Condephaat, que antecederam as políticas desenvolvidas por Aloísio Magalhães, podem ser apontadas como um marco dessa mudança. O Curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Urbanos<sup>489</sup> organizado por Nestor Goulart Reis Filho<sup>490</sup> e Luís

---

<sup>488</sup> MENESES, 2012. *op. cit.*, p. 12. Grifos nossos.

<sup>489</sup> O curso foi oferecido por meio de parceria entre a USP, o Iphan e a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Sobre os cursos de especialização em conservação e restauração de patrimônio cultural na década de 1970, ver: NASCIMENTO, Flávia Brito do. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 205-236. jan.- abr. 2016. Sobre este curso em específico, ver: ANDRADE, Paula Rodrigues de. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

<sup>490</sup> Em entrevista concedida à autora em abril de 2017, Nestor Goulart assim relembrou a formulação do curso: “Olha, em 1974 eu era diretor, junto com o, no Iphan, o Luís Saia era o superintendente aqui, nós éramos três, o Ulpiano, pela Faculdade de Filosofia, nós éramos três representantes (...). Nós estávamos no Condephaat, propusemos o primeiro curso de patrimônio que era pra formar quadros e cedemos metade das vagas para o Iphan, para os do Iphan de outros estados, alguns dos superintendentes. E nós - e o Saia, tinha uns contatos no Iphan - trouxemos gente de primeira linha, o curso foi aberto pelo diretor da UNESCO, que era o Varine-Bohan. (...)” E sobre a relação de amizade com Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes: “Não, assim não. Eu tinha mais camaradagens, coisa de ordem pessoal, com os arquitetos, obviamente. O Ulpiano, ele entrou como um jovem e me foi apresentado pelo professor Eurípedes, diretor da Faculdade de Filosofia, e chefe do Departamento de História. Foi nosso Vice-diretor, até porque nós não tínhamos congregação, nos ajudou, nos ensinou e ele é cria do professor Eurípedes, que foi o primeiro que foi estudar arqueologia na Grécia. (...) O Dr. Eurípedes fazia isso, ele nos mandava pro Condephaat representando algumas categorias. A FAU não tinha representação, quem tinha era o Departamento de História da USP. Ele foi e me chamou e depois, como representante do Departamento de História da USP no Condephaat. Eu nunca representei a faculdade [FAU], eu representava a USP, o Departamento de História, e aí fiz amizade. Depois eu passei pra Presidência, sei lá o que é que houve, lá foi o Ulpiano e ficamos amigos, mas ele não lidava ainda com as questões do Patrimônio, começou lá; **ficamos amigos e era uma batalha difícil porque o grupo tradicionalista lá era muito**

Saia, que contou com a colaboração de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, foi destacado como importante para a compreensão da mudança de postura na interpretação do patrimônio urbano. O engajamento de trinta alunos, “arquitetos de todos os pontos do país”<sup>491</sup>, foi mencionado como importante, pois, segundo ele, “A maioria já trabalhava no patrimônio e, pela primeira vez, ouviu falar de certas coisas, porque eles estavam **engaiolados naquele universo de pedra e cal.**”<sup>492</sup> A participação do arqueólogo francês Hugues de Varine-Bohan, à época secretário do *International Council of Museums* - Icom, possibilitou, segundo Meneses, a abertura de “portas, janelas e claraboias” na concepção de cultura então vigente.<sup>493</sup> Já no tocante ao patrimônio urbano, explicitou a contribuição do arquiteto italiano Pier Luigi Cervellati<sup>494</sup>, em um momento posterior, no qual apresentou a experiência da cidade italiana Bolonha, que segundo Meneses, “é a cidade mais representativa de uma nova mentalidade na renovação urbana daquelas cidades destruídas ou bombardeadas durante a guerra”<sup>495</sup>. Meneses defendeu que os três marcos de transformação na concepção de patrimônio urbano no Brasil referem-se às duas edições do curso e ao Programa das Cidades Históricas – PCH, pois “permitiram entender que o patrimônio não é uma questão de coisas materiais, não se limita a isso.”<sup>496</sup>

A experiência da cidade italiana Bolonha foi citada por Ulpiano T. Bezerra de Meneses em ao menos dois textos sobre o patrimônio urbano.<sup>497</sup> No contexto italiano, no início dos anos 1960, o Congresso realizado na cidade de Gubbio sobre a preservação de

---

**pesado. E começou com eles mandando e, então, nós éramos oposição permanente...** e eu não tinha consciência...quase nada. Nós tínhamos, então, com essas pessoas, eu tinha muita proximidade, e, em geral, os arquitetos do Conselho jovens mais próximos, o Silva Telles, obviamente, o Leal...”. Grifo nosso.

<sup>491</sup> MENESES, 2011. *op. cit.*, p. 13.

<sup>492</sup> Ibidem.

<sup>493</sup> Marly Rodrigues e Paula Andrade articulam a concepção de patrimônio cultural de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses à contribuição de Hugues de Varine-Bohan no referido curso. RODRIGUES, 1994. *op. cit.* e ANDRADE, 2012. *op. cit.*

<sup>494</sup> A participação do arquiteto italiano ocorreu em uma segunda edição do curso, vinculada a um projeto do Condephaat. Segundo Ulpiano T. Bezerra de Meneses, o público da segunda edição foi “mais vasto” e contemplou outras áreas de formação. “Veio muita gente, não só arquitetos, mas de outras formações, que, pela primeira vez, ouviram falar de renovação social.” MENESES, 2011. *op. cit.*, p. 13.

<sup>495</sup> Ibidem.

<sup>496</sup> Ibidem.

<sup>497</sup> MENESES, 2011; MENESES, 2006.

centros históricos<sup>498</sup> (1960) e a criação da Comissão de Estudo para a Tutela e a Valorização das Coisas de Interesse Histórico, Arqueológico, Artístico e da Paisagem, também conhecida como Comissão Franceschini<sup>499</sup> (1964-1967), foram importantes para a ampliação das discussões sobre patrimônio na Itália<sup>500</sup>. As discussões de Gubbio<sup>501</sup> apresentam forte relação com a experiência de Bologna, referenciada por Meneses em seus textos, pois nesta se aplicou, na prática, muito dos princípios da Carta de Gubbio<sup>502</sup>.

Essa carta apresenta a articulação necessária entre as estratégias de planejamento urbano e a preservação dos centros antigos. Há a defesa de uma unidade metodológica que deve partir do estudo dos atributos e valores dos centros antigos para a definição das estratégias de crescimento e ocupação das cidades italianas. De acordo com o arquiteto e urbanista italiano Giuseppe Samoná:

Os resultados da Conferência nos levam a presumir que aos poucos a sensibilidade aos problemas urbanos originais da cidade antiga será cada vez mais refinada. Pensamos que o valor operativo da estrutura urbana tradicional se fará sentir cada vez mais quando for mantida na sua **integridade e totalidade**, pois só desta forma mostra e realça de forma realista **as várias estratificações que a história** marcou para além dos

---

<sup>498</sup> Primeiro convênio sobre a “Salvaguarda e restauração dos centros históricos e artísticos”, neste evento foi criada a *Associazione Nazionale per i Centri Storico-Artistici* (ANCSA) e o documento resultante do evento é a Carta de Gubbio – 1960. Os preceitos da Carta de Gubbio foram aplicados nas estratégias de preservação do centro histórico de Bologna, processo coordenado pelo arquiteto PierLuigi Cervellatti, que ganhou visibilidade internacional.

<sup>499</sup> Original em italiano: Commissione di indagine per la tutela e la valorizzazione delle cose di interesse storico, archeologico, artistico e del paesaggio.

<sup>500</sup> Os resultados da produção da Comissão Franceschini foram reunidos em três volumes, contendo 84 declarações, intitulado “Por uma proteção dos bens culturais na Itália” (Original em italiano: “*Per la salvezza dei beni culturali in Italia*”), e, dentre outras contribuições, apresentam a ampliação da concepção de patrimônio, incorporando aspectos históricos: “cada testemunha material que apresente valores de civilização”. Original em italiano: “*Ogni testimonianza materiale avente valore di civiltà*” em FERRETTI, Alessandro. *Diritto dei beni culturali e del paesaggio*. Edizione Giuridica Simone, 2010. Para o urbanista italiano Vezio de Lucia, os anos 1960 são fundamentais à compreensão do patrimônio urbano, segundo de Lucia, nesse período: “o centro histórico inteiro é um monumento”. LUCIA, Vezio de. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Roma, 30 de julho de 2018.

<sup>501</sup> O *Convegno Nazionale sulla Salvaguardia e il Risanamento dei Centri Storici* aconteceu entre 17 e 19 de setembro de 1960 na cidade italiana de Gubbio.

<sup>502</sup> A Carta de Gubbio documenta o esforço, na década de 1960, em defesa do tratamento do patrimônio urbano de forma associada às estratégias e instrumentos de planejamento urbano, em uma perspectiva bastante crítica às intervenções de “ambientamento” ou “inserimento”, no qual há a busca pelo mimetismo e pela homogeneidade nas intervenções. O aspecto social é outro ponto forte do documento; identifica-se a defesa da permanência de alguns usos e atividades nos centros históricos e a vinculação com outras áreas da cidade. Eventos comemorativos da Carta de Gubbio defenderam a atualidade de suas premissas, tendo o último ocorrido em janeiro de 2020, em comemoração aos 60 anos da Carta, na cidade de Bologna.

limites da estrutura original do edifício, das quais nem sempre é possível revelar o **rosto primitivo** sem falsas reconstruções utópicas.<sup>503</sup>

Tal estratificação dos centros antigos foi percebida como representação de uma pluralidade de significados que devem ser interpretados à luz de um “espírito crítico” da “tradição edilícia das cidades históricas”.<sup>504</sup> A defesa da totalidade no reconhecimento do patrimônio urbano a partir da sobreposição de referências temporais diversas contrapõe-se, portanto, à busca por certa unidade ou homogeneidade na leitura do patrimônio urbano, vinculada à adoção da escala do edifício enquanto escala de análise.

O *Piano per il centro storico di Bologna*, coordenado pelo arquiteto e urbanista italiano Pier Luigi Cervellati, obteve grande repercussão internacional. A ênfase no caráter social e a metodologia adotados no Plano de Bolonha a partir da análise morfo-tipológica do centro antigo produziram exemplares significativos de habitação social e garantiram a permanência da população residente e dos usos defendidos pela Carta de Gubbio<sup>505</sup> no tecido histórico, assegurando a vitalidade do centro histórico de Bolonha. Entretanto, críticas quanto ao resultado das restaurações empreendidas na execução do plano referem-se à relativa “homogeneização estética”<sup>506</sup>, que pode ter derivado das estratégias de recomposição

<sup>503</sup> Tradução e grifos nossos. Original em italiano: “*I risultati del Convegno ci fanno presumere che poco alla volta la sensibilità per i problemi urbani originali dalla città antica sarà sempre più affinata. Pensiamo che si sentirà sempre più il valore operante della struttura urbana tradizionale quando è mantenuta nella sua integrità e totalità, perché solo in questa forma essa mostra e sottolinea realisticamente le varie stratificazioni che la storia ha segnato oltre i limiti della originaria struttura edilizia, di cui non sempre è possibile rivelare il volto primitivo senza false e utopistiche ricostruzioni.*” SAMONA, Giuseppe. Convegno sulla salvaguardia e il risanamento dei Centri storico-artistici. Dichiarazione finale. *Urbanistica* – Rivista trimestrale dell’Istituto Nazionale di Urbanistica n. 32, Dicembre, 1960. p. 68.

<sup>504</sup> Quanto às críticas sobre a salvaguarda de centros históricos no contexto italiano, Antonio Cederna e Mario Manieri Elia apresentaram, no âmbito do convênio, as diversas abordagens sobre a inserção de novas construções. Ora mais restritivas, defendendo os centros históricos como intocáveis, ora pregando uma análise ‘caso a caso’, ora defendendo uma intervenção significativa nestas áreas. “**O velho e o novo na cidade** apresentam-se pois, enfim, não como dois termos antitéticos, como os interessados querem que acreditemos, mas **como dois organismos concretos e indispensáveis um ao outro**, de estrutura diferente, tão diferentes são as necessidades que devem satisfazer. E agora é claro que as razões que nos persuadem a salvar o patrimônio ambiental de nossas cidades não **são mais apenas razões histórico-artísticas, mas derivam de necessidades práticas fundamentais.**” In: CEDERNA, Antonio; ELIA, Mario Manieri. Orientamenti critici sulla salvaguardia dei centri storici. Convegno di Gubbio. *Rivista Urbanistica n° 32*. Rivista trimestrale dell’Istituto Nazionale di Urbanistica. Dicembre, 1960. pp. 69-70. Grifos nossos.

<sup>505</sup> As discussões sobre as contribuições da Carta de Gubbio, da década de 1960, têm sido retomadas no âmbito dos debates italianos sobre a reconstrução das cidades atingidas pelos terremotos ocorridos em 2009 e 2012. Os desafios identificados no contexto recente são de outra natureza, o que impulsiona uma análise mais crítica e profunda dos princípios defendidos na Carta. Ver: AGOSTINI, Ilaria. Dal restauro urbano al “dov’era, ma non com’era”. Dialogo con Pier Luigi Cervellati sulla cultura della città storica. *Ricerche e progetti per il territorio, la città e l’architettura*. No 6, giugno, 2013. Disponível em: [http://in\\_bo.unibo.it](http://in_bo.unibo.it).

<sup>506</sup> Bortolotto, Susanna; Palo, Maria Cristina. La nuova cultura delle città di Pierluigi Cervellati: il Piano per il centro storico di Bologna, 1969. In: Giambruno, Mariacristina (Org.) (2007). *Per una Storia Del Restauro Urbano: piani, strumenti e progetti per i Centri storici*. Novara: CittàStudi Edizioni, p. 171-184.

tipológica. Para Sampaio, tais críticas “devem ser relativizadas, ao se analisar os resultados sob o recorte do patrimônio urbanístico e da capacidade evolutiva da paisagem urbana histórica. Além disso, a magnitude do plano e a finalidade social da intervenção foram determinantes para suplantarem critérios historicizantes.”<sup>507</sup> Segundo Pier Luigi Cervellati:

A experiência de Bolonha foi a concretização, mais do que da Carta de Gubbio, da pesquisa muratoriana na tradução de Gianfranco Caniggia. A pesquisa sobre a cidade histórica, sobre os tecidos, foi muito próspera, pense no trabalho de Caniggia sobre Veneza. **A restauração urbana baseava-se na interpretação dos tipos de edificações, não era estritamente filológica**, não podia ser devido às mudanças nas condições de habitação. Por outro lado, a Carta de Gubbio carecia de um princípio operacional por onde partir, baseado, por exemplo, na tipologia: a partir das tipologias torna-se fácil identificar o método de intervenção. O tipo é a base do uso pretendido.<sup>508</sup>

Embora o impacto social do plano seja inegável e tenha ganhado visibilidade internacional, Cervellati pontuou que “O plano de Bologna não tinha uma missão social, mas, sim, urbanística. As pedras não se conservam sem os cidadãos. **Nunca me propus a resolver exclusivamente o problema social**, se o houvesse proposto, teria destruído o princípio da cidade.”<sup>509</sup>

A experiência de Bolonha, referenciada por Meneses, reforça a articulação da compreensão da cidade por meio das relações sociais e de sua vinculação com o planejamento urbano. Tal articulação pautou as reflexões de Ulpiano Bezerra de Meneses, retomando a sua defesa do cultural como uma dimensão do social.

As contradições e as fronteiras tênues entre preservação e, por exemplo, o zoneamento, deixam claro um descompasso essencial: a problemática do patrimônio ambiental urbano – por natureza, urbanística - nunca poderia ser resolvida a contento por uma legislação de patrimônio cultural autônoma e independente de uma legislação de uso e ocupação do solo. Enquanto se espera realizar-se a utopia de uma legislação e práticas unificadas, os respectivos instrumentos, sistemática e instâncias hoje

---

<sup>507</sup> SAMPAIO, Andréa da Rosa. Centros Históricos de Bolonha e do Porto: Lições de Reabilitação Urbana para o debate contemporâneo. In: *Revista CPC*, São Paulo, n. 23, p. 40-64, jan./jul. 2017. p. 51.

<sup>508</sup> Original em italiano em: AGOSTINI, Ilaria, 2013. *op. cit.* *L'esperienza di Bologna è stata la messa in pratica, più che della Carta di Gubbio, delle ricerche muratoriane nella traduzione di Gianfranco Caniggia. Le ricerche sulla città storica, sui tessuti, erano molto fiorenti, si pensi al lavoro dello stesso Caniggia su Venezia. Il restauro urbano si basava sulla lettura dei tipi edilizi, non era strettamente filologico, non poteva esserlo per le mutate condizioni dell'abitare. Nella Carta di Gubbio mancava invece un principio operativo da cui partire, fondato, ad esempio, sulla tipologia: sulla base delle tipologie diventa facile individuare il metodo di intervento. Il tipo sta alla base della destinazione d'uso.* (tradução nossa).

<sup>509</sup> Original em italiano. “*Il piano di Bologna non aveva una missione sociale, bensì urbanistica. Le pietre non si conservano se non ci sono i cittadini. Non mi sono mai posto il problema di sanare esclusivamente il sociale, se me lo fossi posto avrei distrutto il principio della città.*” Tradução e grafos nossos.

disponíveis, é óbvio, teriam que ter uma atuação diferenciada mas tão solidária quanto possível.<sup>510</sup>

A problemática do *patrimônio ambiental urbano* referida por Meneses relaciona-se com as discussões ocorridas no âmbito do Conselho do Condephaat que envolvem, também, o arquiteto Carlos Lemos. Mais especificamente, nas discussões sobre o *Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano*, programa estadual que incorporou as diretrizes do governo federal da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e da Política Nacional de Cultura.<sup>511</sup>

No contexto de fortes transformações urbanas e de maior articulação entre os campos do planejamento urbano e do patrimônio cultural da década de 1980<sup>512</sup>, o conceito de *patrimônio ambiental urbano* apresentou-se como possibilidade de novas abordagens do espaço urbano patrimonializado. Segundo Marly Rodrigues e Andrea Tourinho<sup>513</sup>, o conceito pode ter derivado dos debates na esfera da Secretaria de Planejamento do Paraná – Seplan/PR<sup>514</sup>. A vinculação da preservação do patrimônio urbano ao desenvolvimento regional e à qualidade de vida já se encontrava presente nas diretrizes do Programa Cidades Históricas, gestado no âmbito da Seplan/PR, na década de 1970<sup>515</sup>.

A terminologia *patrimônio ambiental urbano*<sup>516</sup> foi adotada pelo Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano, da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, em 1978. A conceituação apresentada nos

<sup>510</sup>MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: ANDRADE, Antônio L. D. et al. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9a SR/IPHAN, 2006, p. 41.

<sup>511</sup> RODRIGUES, 1995. *op. cit.*

<sup>512</sup> As discussões sobre as transformações das concepções de patrimônio urbano e as experiências nacionais da década de 1980 encontram-se aprofundadas em: NASCIMENTO, Flávia Brito do; CHUVA, Marcia Regina Romeiro (Org.). Estudos de Cultura Material/Dossiê: Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva. *Revista Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020.

<sup>513</sup> TOURINHO, Andrea de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano, cidade e memória: uma dimensão política da preservação cultural na década de 1980. In: Estudos de Cultura Material/Dossiê: Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva. *Revista Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020. p.11.

<sup>514</sup> Ibidem.

<sup>515</sup> Ibidem.

<sup>516</sup> Sobre a gênese do conceito, ver: RODRIGUES, Marly; TOURINHO, Andréa de Oliveira. Patrimônio, espaço urbano e qualidade de vida: uma antiga busca. *Revista Oculum*. Dossiê patrimônio cultural ibero-americano. Campinas: maio-agosto, 2017. pp. 349-366.

documentos do Programa já problematizava a adoção da escala do edifício para a compreensão do patrimônio urbano, explicitando a necessidade de definição de outros valores e instrumentos de tutela específicos para dar conta da complexidade do objeto patrimonial. O *patrimônio ambiental urbano* definir-se-ia, assim, por:

espaços (**que transcendem a obra isolada**) caracterizadores da cidade devido a seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo (...) Programa não se preocupa com a mera preservação de edificações, mas com a **trama de interações** que lhe confere vitalidade e importância, transformando-os num **Patrimônio vivo**.<sup>517</sup>

Há, de forma explícita, na caracterização da expressão, o propósito de superar o reconhecimento convencional de obras isoladas, por meio do reconhecimento de “espaços” a partir de valores que fogem às classificações usuais, relacionadas a aspectos históricos e artísticos. O entrelace com a imaterialidade e com as atividades que dão sentido aos espaços urbanos, no contexto do Programa, parecem assumir protagonismo. O termo “patrimônio vivo” sugere a incorporação de atributos imateriais no processo de valoração com inserção na vida cotidiana. Por isso, “instrumentos de distinta natureza: de pesquisa, pedagógicos e de divulgação, administrativos e políticos, financeiros e legais” eram entendidos como relevantes para a preservação, para além do tombamento.<sup>518</sup> A própria noção de natureza também foi percebida de forma integrada à cultura. Segundo Marly Rodrigues, a natureza foi interpretada “como espaço em que o homem projeta sua cultura.”<sup>519</sup>

A possibilidade de gestão da transformação já aparecia na formulação do Programa, por considerar que se tratava “de controlar não a mudança, mas as formas de mudar”, embora o documento defenda o “significado original”, o que parece remeter à ideia de que os bens possuem um valor intrínseco: “para que as transformações não levassem ao gradativo empobrecimento das funções e significados originais, apagando dessa forma a história e a memória das cidades.”<sup>520</sup>

---

<sup>517</sup> SEPLAN-SP – Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. 1978. *Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano*. São Paulo: Ipea. Trabalho elaborado em convênio com IPEA/CNPU. Documentos, 10. apud TOURINHO; RODRIGUES, 2020. *op. cit.*, p. 14.

<sup>518</sup> Ibid. p. 13-14.

<sup>519</sup> RODRIGUES, Marly. *Alegorias do passado: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1994. p. 80.

<sup>520</sup> São Paulo (Estado), 1978, p. 38 apud RODRIGUES, 1994. *op. cit.*, p. 81.

Para além do encadeamento entre a preservação e o planejamento, é importante frisar a vinculação do *patrimônio ambiental urbano* ao conceito de memória, explorado por Maurice Halbwachs, e à qualidade de vida da população, o que, segundo Rodrigues, sugere a suposição da “existência de competente assessoria aos planejadores nestas áreas.”<sup>521</sup> As aplicações práticas dessas ideias foram, no entanto, tímidas, como pontuou Rodrigues: “significaram a possibilidade efetiva de rompimento da ortodoxia preservacionista, embora não alcançassem, como se pretendia, estabelecer nova forma de atuação.”<sup>522</sup> De acordo com Ulpiano T. Bezerra de Meneses, o *patrimônio ambiental urbano* “tornou-se um ‘modismo legitimador de propósitos muito diversificados.’”<sup>523</sup>

Em 1978, com o intuito de refletir sobre uma nova legislação de preservação do patrimônio histórico e cultural da Grande São Paulo, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - Emplasa “promoveu um debate público sobre patrimônio ambiental urbano”<sup>524</sup>. Nos debates sobre a delimitação deste conceito, o arquiteto Carlos Lemos argumentava pelo alargamento para além da excepcionalidade e monumentalidade, defendendo o reconhecimento “de grande massa de bens culturais típicos, normais, comuns, cotidianos que, eles sim, representam alguma coisa no contexto urbano.”<sup>525</sup> Ponderava, ainda, que “Os bens históricos e artísticos quase todos são exceção. Percebemos que um dos interesses maiores quanto à conservação do patrimônio ambiental urbano é a conservação da inteligibilidade do espaço urbano, a compreensão da cidade, a **leitura da cidade**.”<sup>526</sup> A argumentação considera, portanto, a escala urbana, mais alargada. Embora o arquiteto defendesse o conceito de patrimônio ambiental urbano, questionava o alargamento de seu entendimento no que diz respeito às questões sociais. Nesse sentido, defendia que “Esse patrimônio deve ser encarado mais sob o enfoque material – deve ser ligado, o nome assim indica, **ao ambiente, ao meio físico, ao espaço urbano, ao espaço arquitetônico**”<sup>527</sup>. A

---

<sup>521</sup> RODRIGUES, 1994. *op. cit.*, p. 81.

<sup>522</sup> Ibid. p.82.

<sup>523</sup> MENESES, 1978, p. 45. apud RODRIGUES, 1994. *op. cit.*, p. 82.

<sup>524</sup> O debate contou com a participação do arquiteto Murilo Marx, representando o Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo; do arquiteto Carlos Lemos; do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, representando o Iphan e de Ulpiano Bezerra de Meneses, representando a Universidade de São Paulo. RODRIGUES, 1994. *op. cit.*, p. 83.

<sup>525</sup> São Paulo (Estado), Emplasa, 1979, p. 9. apud RODRIGUES, 1994. *op. cit.*, p. 84.

<sup>526</sup> Ibid. p.79.

<sup>527</sup> Ibid. p.81.

interpretação, a despeito da caracterização do conceito vinculada aos valores de diversas naturezas, à qualidade de vida e à memória, cristalizava o patrimônio urbano enquanto materialidade.

Segundo Rodrigues, “considerava o arquiteto, os objetivos da preservação eram as marcas dos homens e não de quem presentemente as usufruía ou produzia.”<sup>528</sup> Ulpiano Bezerra de Meneses foi crítico dessa postura, argumentando que esta entendia o patrimônio “como um dado preestabelecido, produto já pronto e acabado, cujas qualidades sintomáticas poderiam ser identificadas e nomeadas”<sup>529</sup>, como apontou Rodrigues:

o patrimônio como um fato da cultura, produto das respostas do homem aos desafios cotidianos, Bezerra de Meneses retirava-lhe o sentido de ‘coisa do passado’, ‘herança estática’, para torná-lo um dado do presente, **‘coisa viva’** submetida ao constante refazer-se da sociedade. Sob sua perspectiva, o conceito de patrimônio ambiental urbano definia-se como **‘um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações do ambiente urbano’**. Não se tratava, portanto, de considerar este ou aquele objeto isoladamente, mas em relação a um sistema, ‘suporte de significados’, cuja apropriação cultural precisava ser conhecida.<sup>530</sup>

A adoção da palavra sistema<sup>531</sup> sinaliza a vinculação entre elementos materiais e imateriais reunidos e parece ampliar o entendimento conferido pela ideia que identificamos como de “totalidade”. O termo “representações do ambiente urbano” indica a relação entre sujeitos e objetos nas operações de atribuição de valor, evidenciando os contextos e o caráter relacional dessas operações. Por isso, a ênfase no “sistema de suporte do significado”, que indica a associação ao campo da axiologia e à discussão contemporânea sobre significância cultural.

Em artigo<sup>532</sup> publicado no mesmo ano das discussões promovidas pela Emplasa, Ulpiano T. Bezerra de Meneses citou Pier Luigi Cervellatti, afirmando que “não há

---

<sup>528</sup> Ibidem.

<sup>529</sup> MENESES, 1978, p.45 apud RODRIGUES, 1994. *op. cit.*, p.84.

<sup>530</sup> São Paulo (Estado), Emplasa, 1979, p. 22. apud RODRIGUES, Marly. *Alegorias do passado: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1994. p.88. Grifo nosso.

<sup>531</sup> A definição da palavra *sistema* no dicionário Aurélio encontra-se da seguinte maneira: “Reunião dos elementos que, concretos ou abstratos, se interligam de modo a formar um todo organizado.” FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

<sup>532</sup> Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos. CJ Arquitetura: *Revista de arquitetura, planejamento e construção*, v.5, p. 18-20, 1978

preservação fora da preservação social”<sup>533</sup> e argumentou que a adoção da expressão *patrimônio ambiental urbano* pretendia “superar as restrições e deformações reducionistas implicadas por outros conceitos em voga (...) Além disso, se estaria fixando um quadro referencial indispensável para entender o mundo de hoje: a cidade, o espaço urbano.”<sup>534</sup> Defendeu, portanto, o caráter processual e relacional vinculado ao patrimônio ambiental urbano, considerando-o como “fato social”, vinculando sua compreensão ao exame do “modo como ele é produzido” e apropriado. Não seria uma ação fetichizante de bens numa lista cumulativa, mas a identificação de bens que, integrados em conjuntos articulados, comunicam sobre a sociedade.

O patrimônio ambiental urbano é visto, inicialmente, como constituído por um conjunto de bens, coisas físicas produzidas pelos homens – artefatos –, ou a natureza transformada em objeto da ação cultural, incorporada pela vida urbana. Trata-se de paisagens, espaços, construções, objetos móveis também, cujo sentimento se manifesta não por si, mas pela articulação que entre si estabelecem e que lhes dá suporte. A forma como esses ‘objetos’ são produzidos pela sociedade e, numa segunda instância, selecionados e integrados em conjuntos articulados, isto é, a apropriação social, desses sistemas de objetos é o problema cuja investigação não pode ser ignorada sob pena da impossibilidade de definir o patrimônio ambiental urbano da sociedade. Tal investigação, obviamente, implica em que toda definição de patrimônio ambiental urbano é sempre histórica e sociológica. Trata-se de um processo em ação contínua, não se trata apenas da inscrição definitiva de bens numa lista cumulativa.<sup>535</sup>

Em aula ministrada também na década de 1980<sup>536</sup>, na qual explorou a caracterização do patrimônio cultural como documento, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes analisou os contextos e as significações que norteiam a classificação de um objeto enquanto documento, vinculando tal classificação como “resíduo” das relações sociais. Argumentou, assim, que “os objetos são *produtos* da ação humana e *vetores* da ação humana. Nem que fosse por esta razão, todo e qualquer objeto é sempre repositório de uma informação sobre *relações* entre os homens. Eu diria até mesmo que, em última análise, pode-se considerar o artefato, o objeto, como uma espécie de resíduo físico das relações sociais.”<sup>537</sup> Ao analisar como exemplo de

---

<sup>533</sup> Ibidem.

<sup>534</sup> Ibidem.

<sup>535</sup> Ibid. p. 18.

<sup>536</sup> A aula foi reproduzida no texto anteriormente mencionado: MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O objeto material como documento*. Texto de reprodução de aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas” organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, em 1980. p. 14.

<sup>537</sup> Ibid., p.05.

suas considerações uma caneta esferográfica reforçou a vinculação entre a linguagem e a seleção de objetos enquanto documentos para a construção da memória a partir de experiências e percepções humanas. Nesse processo de hierarquização, faz-se necessária a validação da linguagem por meio do que o objeto comunica, segundo Meneses: “Junto com a linguagem e dando validade à linguagem, o objeto, que não pode ser errôneo, que não pode ser mentiroso nem arbitrário (embora meu discurso sobre ele possa desfigurá-lo), serve de caução para a linguagem, nessa função de articulação da memória, de ligação do visível ao invisível.”<sup>538</sup>

Sobre o processo de seleção e identificação do “objeto antigo”, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses apontou, na década de 1980, o apartamento entre as “funções utilitárias/eficientes” e o aspecto de “plenitude.” O objeto histórico vincular-se-ia à ideia de “plenitude”, de “obra acabada”, o que, na perspectiva apresentada por Meneses, poderia estar associado à busca de um “mito de origem.” Como aprofundou no trecho a seguir:

É por isso que eles se apresentam como uma espécie de revelação mítica de nascimento, de origem, de fundação, de princípio e é sabido que todas as legitimações, justificações, validações, não costumam dispensar referências às origens. É a origem que determina, não só o futuro das coisas e não só o começo delas, mas a realidade *exemplar* das coisas. A origem não é o ponto de partida, mas de chegada que, depois, vai-se degradar no tempo. Falar de objeto histórico, na nossa sociedade, é também buscar fora dela, fora daquilo que ela própria fornece, a origem e o fundamento das coisas como validação para uma certa configuração sócio-cultural.<sup>539</sup>

Ao explorar os meandros da seleção dos objetos antigos, Meneses evidencia a relação sujeito – objeto como fundamental à compreensão do processo de patrimonialização. Reflexão também presente em publicação já citada, de 1978, sobre o *patrimônio ambiental urbano*, na qual destacou a vinculação desses bens à memória social, a partir da “relação entre passado e presente”<sup>540</sup>, associando-a à “mudança”. Segundo ele: “Esse passado, que a memória incorpora à minha experiência, só me interessa porque eu estou vivo. Estou vivo num presente e enfrento um futuro: sou um ser histórico.”<sup>541</sup> Por meio da ênfase na relação entre presente, passado e futuro, Meneses alertou, ainda, para os perigos de uma paradoxal

---

<sup>538</sup> Ibid., p.08.

<sup>539</sup> Ibid., p. 09

<sup>540</sup> MENESES, 1978. *op. cit.*, p.19.

<sup>541</sup> Ibidem.

“amnésia social” quando do “culto ao passado,”<sup>542</sup> que culminaria em uma seleção de objetos, de forma reificada e sacralizada.

De acordo com Marly Rodrigues, “o conceito de patrimônio ambiental urbano assim explicitado possibilitava o entendimento da produção material enquanto produção cultural; desta forma, era o avesso da reificação do patrimônio e nucleava um possível entendimento interdisciplinar de patrimônio no centro do qual se colocava o homem e não os objetos.”<sup>543</sup> Entretanto, a aplicação prática do conceito foi “mais próxima do entendimento expresso por Carlos Lemos.”<sup>544</sup>

Em reflexões mais recentes,<sup>545</sup> Ulpiano Bezerra de Meneses associou a expressão *patrimônio ambiental urbano* à conservação integrada e propôs repovoar o patrimônio urbano, introduzindo o seu protagonista na discussão: o habitante. Defendendo a inadequação da separação de sujeitos e bens culturais, retomou as discussões de Laurajane Smith<sup>546</sup> quanto à interpretação do patrimônio enquanto “processo, ou verbo, e não substantivo.”<sup>547</sup> Acrescentando a interpretação de Smith, sugeriu a consideração do termo patrimônio: “como verbo transitivo, que necessita de objetos diretos para realizar. Cidade e cidadão estão unidos até mesmo pelos vínculos indissolúveis da etimologia.”<sup>548</sup> A ênfase nos processos de valorização como a grande questão que norteia todo o debate sobre o patrimônio urbano, presente na argumentação, ainda na década de 1970, no âmbito do Condephaat, foi reforçada por Meneses da seguinte forma: “Políticas de patrimônio cultural urbano terão sempre um débito em aberto, se desconhecerem o universo de valores, que tornam humanas aquelas imbricações de várias naturezas, produzidas e produtoras, na/da vida do habitante, como um todo.”<sup>549</sup>

---

<sup>542</sup> Ibidem.

<sup>543</sup> RODRIGUES, 1994. *op. cit.*, p.87.

<sup>544</sup> Ibidem.

<sup>545</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Patrimônio: desafios e perspectivas. n. 36. 2017. Pp. 39-51.

<sup>546</sup> SMITH, Laurajane, 2006. *op. cit.*

<sup>547</sup> MENESES, 2017. p. 49.

<sup>548</sup> Ibidem.

<sup>549</sup> Ibid. p. 51.

Como possibilidade de instauração de novas práticas de tutela gestadas a partir da relação cidade e cidadão, sugeriu como ponto de partida a adoção de inventários tais como o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC<sup>550</sup>. Deste modo, segundo Meneses, seria possível “transferir o excessivo e por vezes exclusivo foco de interesse nos bens (materiais ou imateriais), e no poder público, para os sujeitos – os agentes humanos, nas suas multiformes interações.”<sup>551</sup>

No âmbito do Conselho Consultivo, Ulpiano Bezerra de Meneses não ficou responsável por relatorias de processos de tombamento de conjuntos urbanos. Ele nos ajuda, de qualquer maneira, a sentir o termômetro das discussões sobre o tema, na medida em que participa opinando sobre a relatoria de outros conselheiros, não apenas a partir do patrimônio urbano, mas também do chamado patrimônio imaterial e da paisagem cultural.

É nesse “passeio” por esses outros tipos de bem que conseguimos nos aproximar de como havia não só sacerdócio, mas também profecias no tensionamento do tema.

### 5.1.1 Material e imaterial

A participação e as contribuições do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses no Conselho do Patrimônio Cultural do Iphan atrelam-se às discussões sobre o patrimônio imaterial no início dos anos 2000. O surgimento de um novo instrumento de preservação, o registro de bens culturais imateriais, suscitou um debate mais profundo sobre os limites da aplicação do tombamento e sobre a melhor caracterização dos objetos reconhecidos enquanto patrimônio. Por prever uma categoria específica para o reconhecimento dos lugares como patrimônio imaterial, as nuances entre as duas ferramentas de proteção – Tombamento e Registro - foram explicitadas. Quando da definição das categorias a serem adotadas no Livro do Registro, no ano 2000, o conselheiro e político Lucio Alcântara<sup>552</sup> questionou:

Parece-me que essas celebrações, essas formas de expressão ocorrem em determinados locais. Quanto ao conceito sociológico de lugar, houve discussões se era espaço, se era lugar, prevalecendo a última. Mas, vejam

---

<sup>550</sup> O Inventário Nacional de Referências Culturais consiste em uma metodologia de identificação patrimonial adotada pelo Iphan desde os anos 2000, que amplia a noção de patrimônio cultural por meio de sua associação à ideia de Referências Culturais.

<sup>551</sup> MENESES, 2017. *op. cit.*, p.49.

<sup>552</sup> O conselheiro Lucio Alcântara é médico de formação e ocupou diferentes posições políticas, a saber: foi prefeito de Fortaleza, deputado federal, vice-governador, senador e governador do Ceará. Em 2000, cumpria mandato como senador pelo estado do Ceará.

bem, se inscrevermos procissões, celebrações religiosas, peregrinações, elas se realizam em determinado espaço. O Livro de Registro dos Lugares destina-se a valorizar o ambiente onde se verificam, isto é, valorizar os santuários em si. Não seria imaterial, mas também material? Seria uma integração do imaterial com o material? Porque qualquer manifestação cultural - musical, literária, plástica, lúdica - sempre irá se realizar em um determinado local. **Da mesma forma existirão bens tombados materialmente, nos quais verificaremos a existência de manifestações imateriais. Então seria uma espécie de conjugação do material com o imaterial. Gostaria de saber porque houve necessidade de se criar o Livro de Registro dos Lugares. É quase uma negação do imaterial trazer o material para compor a moldura onde ocorrem aqueles procedimentos.** Por que, em determinado momento, registraremos como Lugar e não como Celebração? Qual é a distinção? É o ambiente? Então não é imaterial, é material. É mais uma cogitação, para mostrar o terreno fluido onde estamos pisando. Eu pararia em: 'Saberes', 'Celebrações' e 'Formas de Expressão'. Como não acompanhei o trabalho, fiquei um tanto perplexo com a ideia do registro de Lugares.<sup>553</sup>

O conselheiro Paulo Ormino, sobre o registro no Livro dos Lugares, destacou “a relação entre o patrimônio imaterial e a territorialidade de certas manifestações imateriais. O limite entre o material e o imaterial é muito sutil em algumas delas (...)São questões muito complexas.”<sup>554</sup> O limite sutil destacado por Ormino foi mencionado em outros processos, como no caso do tombamento da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, em Santo André, São Paulo, no qual o relator Nestor Goulart, em 2002, enfatizou a memória do trabalho e das práticas sociais articuladas ao bem. Ou no caso do tombamento do Terreiro do Gantois, Ilê Axé Iá Omin Iamassê, em Salvador, Bahia, cuja relatoria do conselheiro Luiz Phelipe André defendeu que “como na medicina tradicional, cuidaremos de não separar 'o corpo da alma', reconhecendo ser muito forte a ligação entre a tipologia arquitetônica, a morfologia urbana do conjunto e o sentido religioso da casa.”<sup>555</sup> Para acentuar a relação entre os terreiros e a transformação urbana da cidade de Salvador, o conselheiro relator citou o urbanista italiano Gustavo Giovannoni, na vinculação da conservação com o planejamento e a vida presente.

Assim é que se pode realizar uma outra leitura da configuração da cidade, seguindo-se a localização dos terreiros. E como bem antecipou o arquiteto italiano G. Giovannoni (fundador de uma verdadeira doutrina de conservação do patrimônio urbano), ainda no início do século XX, os fragmentos urbanos antigos, incluindo seus casarios mais singelos *'constituem-se em monumentos que não só devem ser conservados, como integrados a um*

---

<sup>553</sup> IPHAN, 2000f. Ata da 26ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 22.

<sup>554</sup> IPHAN, 2002e. Ata da 37ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 11.

<sup>555</sup> Ibid., p. 25.

*plano local, regional e territorial que simboliza sua relação com a vida presente e seu valor de uso é legitimado 'pela manutenção do caráter social da população.*<sup>556</sup>

Em 2001, o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte procurou caracterizar a distinção entre patrimônio material e imaterial à luz do conceito de autenticidade.

Na verdade, em relação ao Patrimônio Imaterial, lidaremos com **a contradição de preservar a vida em seu processo, em seu fluxo. Quando tratamos do patrimônio de pedra-e-cal, o trabalho se apresenta de maneira muito diferente.** (...) Nós estamos lidando com situações de uma sociedade complexa, uma sociedade dinâmica, exposta ao mercado por todos os lados, envolvendo condições de reprodução da vida social de pessoas vivas que acreditam e dependem economicamente desses processos, seja na construção de painéis, seja nas cavalladas, seja na observação de um ritual aqui ou ali. Então, a questão da autenticidade poderia nos levar a transformar o registro em algum tipo de certidão, de selo de autenticidade, acarretando implicações perniciosas. Porque passaríamos a fiscais, podendo surgir um cartório de autenticidade. (...) **Que relação haverá entre o registro do ofício e a proteção patrimonial dos suportes físicos da realização ou da continuidade dessa prática?** (...) Um dos pontos mais curiosos, certamente merecedor de grande discussão, é **o conceito de comunidade. É bastante complicado quando tratamos de comunidades de um modo geral e particularmente quando nos referimos a sociedades nacionais, que não são compostas por comunidades, são compostas por sociedades.** Então, esse é um ponto certamente bastante complexo. O último, que já mencionei anteriormente, é o fato de que a vida cultural, os processos relevantes de cultura e as referências culturais abrangem tudo o que fazemos na sociedade.<sup>557</sup>

Por meio da interpretação das narrativas dos conselheiros, o patrimônio material parece apresentar-se como menos suscetível às transformações e às ressignificações sociais. Embora o conselheiro Luiz Fernando Dias Duarte tenha sido entusiasta de uma visão dos conjuntos urbanísticos enquanto *Gestalt*, reconhecidos por meio das relações estabelecidas, caracterizando-os enquanto *totalidade*, a distinção entre patrimônio material e imaterial parece estabelecer-se entre a arquitetura e as manifestações culturais<sup>558</sup>.

O conselheiro e historiador Arno Wheling caracterizou a complexidade da proteção do patrimônio imaterial por se tratar do acautelamento de processos em constante

---

<sup>556</sup> Ibid., p. 29.

<sup>557</sup> IPHAN, 2001d. Ata da 31ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. p.05-06.

<sup>558</sup> Ao comentar a relatoria de Nestor Goulart Reis Filho do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, em São Paulo, discussão que se encontra no Capítulo 03 desta tese.

transformação. Quando se referiu ao paralelo com o patrimônio material, defendeu que, no caso do patrimônio imaterial:

o patrimônio a ser protegido são processos - não são objetos, não são resultados de processos - **são os processos em si**. Por outro lado, esses processos não só se materializam [sic] mas atuam no tempo e, portanto, se modificam [sic] no tempo. Não podemos ter a ilusão, vinda do patrimônio material, de surpreender fotograficamente, fazer uma **suspensão temporal** daqueles processos. Eles serão descritos, percebidos em andamento, portanto, em **transformação permanente**. **Isso gera uma série de complicadores, desde complicadores conceituais, epistemológicos, até problemas operacionais muito concretos na realização dos inventários**. Então eu voltaria a preocupação em definir critérios prioritários.<sup>559</sup>

A “ilusão” de “suspensão temporal” do patrimônio material, mencionada pelo conselheiro Arno Wheling, sugere a compreensão do patrimônio material como produto de processos, menos suscetível a transformações. Tal concepção parece ser a grande armadilha das estratégias de tutela do patrimônio urbano brasileiro. As áreas urbanas, embora se encontrem em processo de transformação permanente, de usos, atividades, significados, funções e apropriações, são caracterizadas, muitas vezes, enquanto produto, objeto. O conselheiro e general Synésio Scofano Fernandes, sobre o reconhecimento do patrimônio imaterial, defendeu “que as questões da historicidade, da temporalidade do bem serão sempre amparadas pelas metodologias. (...). Como nossos valores, nossas atitudes têm evoluído ao longo do tempo. (...). De que maneira os valores fundamentais, se temos esses valores como sociedade, têm evoluído ao longo do tempo.”<sup>560</sup>

A transformação dos valores e dos atributos parece sempre se vincular ao patrimônio de natureza imaterial. Sobre a dificuldade de entender o patrimônio material sob novas formas de interpretação, Ulpiano Bezerra de Meneses assim explicou:

(...) consolidou-se entre nós uma prática esquizofrênica, em que as novas diretrizes constitucionais **parecem valer só para o patrimônio imaterial e as antigas, que foram constitucionalmente invertidas, continuam em vigor nas ações relativas ao patrimônio material**. Aí, continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços **intrinsecamente presentes nos bens**. É deslocamento de significados, reificação, fetichização.<sup>561</sup>

---

<sup>559</sup> IPHAN, 2001d. Ata da 31ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p.13.

<sup>560</sup> Ibid., p.14.

<sup>561</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: IPHAN, 2012. p.34. Grifos nossos.

Como destacou, em outra reflexão sobre tempo e modernidade: “fetichização, reificação, é bom lembrar, com Adorno e Horkheimer, **é sempre uma forma de esquecimento.**”<sup>562</sup> Sobre esse “fetichismo”, argumentou sempre no sentido de entender o patrimônio cultural por meio de seu processo de atribuição de valor, considerando, assim, os contextos e as transformações naturais de um processo de valoração. Em outra reflexão, de 1998, sobre os artefatos culturais<sup>563</sup>, esclareceu:

Os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc. etc. Nenhum **atributo de sentido é imanente.** O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a **ilusão de sua autonomia e naturalidade.** Por certo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, **seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos.**<sup>564</sup>

A despeito de todas as discussões nos campos da axiologia e do patrimônio cultural, a defesa dos valores como algo intrínseco aos bens culturais parece nesse momento ainda ecoar nas discussões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

Ulpiano Bezerra de Meneses foi um agente que questionou essa “ilusão” de autonomia e naturalidade na identificação de “sentidos imanentes” aos bens culturais. A esse respeito, sua produção acadêmica e suas publicações coadunam com as defesas por novas formas de pensar o patrimônio cultural a partir dos valores atribuídos.

A referência utilizada, com recorrência por alguns conselheiros, para o reconhecimento do patrimônio imaterial foi a Carta de Veneza de 1964. Pode-se destacar a associação da interpretação da Carta como referencial na instrução dos processos de registro de bens imateriais<sup>565</sup> de forma mais explícita do que a defesa por um reconhecimento das cidades por meio dos seus atributos intangíveis. A Carta foi pouco mencionada quando do reconhecimento do patrimônio urbano, embora seja, ainda, uma referência quanto à tutela de bens desta natureza. Do total de atas analisadas (63), encontramos apenas 07 menções à

---

<sup>562</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Tempo e modernidade. *Revista Mediações – Edição Especial*. Londrina, 1997. Pp. 57-68.

<sup>563</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. *Estudos Históricos*, n. 21. 1998. Pp. 89-103.

<sup>564</sup> Ibidem.

<sup>565</sup> Para maior aprofundamento da discussão, ver Ata da 37ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2002e, p. 01.

Carta, sendo 02 delas associadas a relatorias de processos de registro<sup>566</sup>, 04 a processos de tombamento<sup>567</sup> e 01 sobre o reconhecimento do patrimônio urbano na saudação aos 60 anos do Iphan, proferida pelo conselheiro Modesto Carvalhosa, analisada no capítulo 01<sup>568</sup>.

Na relatoria do primeiro processo de registro pelo Iphan<sup>569</sup>: o *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, no Espírito Santo<sup>570</sup>, a Carta de Veneza (1964) foi o documento citado para fundamentar o reconhecimento de “componentes vivos, processuais, da identidade e do patrimônio culturais”<sup>571</sup>.

No caso específico do tombamento do Terreiro do Gantois, Ilê Axé Ia Omin Iamassê, a conselheira historiadora e advogada Susanna Sampaio argumentou pelo reconhecimento da imaterialidade, embora tenha relacionado a caracterização a outros templos religiosos, tradicionalmente considerados como patrimônio por sua materialidade.

fiquei pensando sobre o preâmbulo da **Carta de Veneza, de 1964**, que reza: 'Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares.' **Considero este texto a fundamentação do Patrimônio Imaterial ou Intangível.** É o espírito conectado, o valor espiritual agregado a todas as obras de arte. Ora os templos, as igrejas, as missões jesuíticas, como as igrejas barrocas da Bahia guardam esse valor espiritual. Os terreiros de candomblé são por excelência o marco intangível da civilização afro-brasileira. Então penso ser importantíssimo que registrássemos esse terreiro como Patrimônio Imaterial, porque tombamos monumentos arquitetônicos visíveis, palpáveis, estudados através de sua técnica construtiva, do material de construção.<sup>572</sup>

---

<sup>566</sup> Em comentário da conselheira Cecília Londres Fonseca sobre o Encontro Internacional sobre o patrimônio imaterial realizado no Rio de Janeiro, em IPHAN, 2002a. p. 11-12; e na relatoria do processo de registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, em IPHAN, 2002e. Ata da 37ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. p. 01.

<sup>567</sup> Relatorias dos processos de tombamento do: Conjunto de Edificações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, situado no Município de Jundiá, Estado de São Paulo, em IPHAN, 2002c. p. 24-28; e do Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa, no Ceará, em IPHAN, 2003a p. 38-48; em comentário da conselheira Susanna Sampaio sobre a proposta de tombamento do Terreiro do Gantois, Ilê Axé Ia Omin Iamassê, em Salvador, em IPHAN, 2002e, p.33 e na discussão sobre a delimitação de entorno da Igreja da Vitória, em Salvador, em IPHAN, 2008c. p.74-76.

<sup>568</sup> IPHAN, 1997. Ata da 11ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. p.16.

<sup>569</sup> O conselheiro relator do processo de registro foi Luiz Fernando Dias Duarte.

<sup>570</sup> IPHAN, 2002e. Ata da 37ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 01.

<sup>571</sup> Ibidem.

<sup>572</sup> IPHAN, 2002e. Ata da 37ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 33.

A relatoria do tombamento do Sítio Terreiro de Candomblé do Bate Folha Manso Banduquenqué, em Salvador, Bahia, cujo parecer é de autoria do conselheiro Luiz Fernando Dias Duarte, também retomou a questão. O parecerista caracterizou o “patrimônio físico” em análise como:

imantado por condições 'imateriais' peculiares que lhe conferem a aura cultural necessária a chancela de um 'patrimônio nacional'. **Poderíamos especular se não é finalmente esse o caso de qualquer patrimônio material**, já que são os nossos conceitos hegemônicos de valor artístico e histórico que conferiam e continuam conferindo aos bens de pedra e cal o gênio necessário à sua consagração.<sup>573</sup>

O conselheiro pontuou que, no caso em questão, “não se trata dos conceitos hegemônicos tradicionais, mas de uma disposição valorativa mais abrangente, propriamente 'cultural' (no sentido abrangente mencionado).”<sup>574</sup> A defesa dos exemplares religiosos de matriz afro-brasileira, que foram caracterizados pelo conselheiro como “ponte entre o patrimônio imaterial e o patrimônio material”<sup>575</sup>, requer a compreensão desses bens culturais como um fenômeno em constante mutação, exigindo uma postura mais abrangente e flexível da instituição no tocante à gestão.

No entanto, os conjuntos urbanos quando tombados nem sempre se encontram associados à ideia de fenômeno em mutação, aos valores culturais e às transformações sociais, atributos essenciais do conceito de cidade.<sup>576</sup>

Uma possível explicação pode ser a relação estabelecida entre a propriedade privada e o lastro jurídico do instrumento do tombamento, o que pode ter suscitado o reconhecimento de áreas urbanas como estanques e vinculadas a um momento histórico específico, reforçando a ideia de “suspensão temporal”, quase como o reconhecimento de uma fotografia de um tempo específico modelada na cidade real, atual, em plena transformação. A ideia de transformação, no contexto político e econômico brasileiro, poderia, nesse sentido, enfraquecer o reconhecimento do patrimônio urbano por meio do tombamento. Por outro lado, a possibilidade de caracterização específica do espaço urbano enquanto patrimônio, com metodologias de identificação e instrumentos de proteção voltados para sua natureza e especificidade poderia, por fim, inviabilizar as intervenções

---

<sup>573</sup> IPHAN, 2003a. Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 25.

<sup>574</sup> Ibidem.

<sup>575</sup> Ibid., p. 24.

<sup>576</sup> Como já amplamente estudado por SANT'ANNA, 1995, 2004, 2017 e MOTTA, 2000, 2011.

inadequadas do mercado imobiliário nessas áreas, uma vez que as lacunas legais seriam enfrentadas.

### 5.1.2 Tombamento ou registro?

A tensão entre materialidade e imaterialidade parece também alimentar debates sobre o enquadramento legal, na adoção do tombamento ou do registro como instrumento de tutela. Alguns tombamentos realizados no período auxiliam a compreensão da adoção do instrumento do tombamento para a proteção de bens que não se enquadravam nas categorias utilizadas pelo Iphan, até então, vinculadas ao reconhecimento do patrimônio edificado. É o caso do tombamento dos *Lugares Indígenas Sagrados Denominados Kamukuaká e Sagibenku*, no Alto Xingu, Mato Grosso, e do tombamento do *Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões*, Amazonas. O reconhecimento desses lugares, no âmbito do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, suscitou a discussão sobre os limites e os graus de complementariedade entre os instrumentos adotados pela instituição para reconhecimento dos atributos materiais e imateriais. Quanto às nuances entre a materialidade e a imaterialidade vinculadas aos bens culturais, o conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses argumentou:

Ficou absolutamente claro no caso [do Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões] que está sob proposta de tombamento como vários **elementos materiais não são inertes, não são puramente circunstanciais para vetorizar os valores**, as dimensões imateriais, mas eles deixam sua marca, eles são absolutamente fundamentais na sua especificidade para que a coisa venha acontecer. E daí imaginar que esses suportes são suportes circunstanciais, inodoros, incolores e o mais, é absolutamente inadequado.<sup>577</sup>

Outro caso emblemático é o Registro da Cachoeira do Iauaretê - Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Bapur, no Amazonas. Sobre a proteção da cachoeira e a aplicação dos instrumentos de tutela patrimonial, o conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses defendeu que se tratava de um bem a ser tombado, caracterizando-o da seguinte maneira: “um caso típico para se ver certas inadequações de um **dualismo de raiz cartesiana que separa o material e o imaterial.**” E justificou:

Porque é inseparável, o problema é justamente esse, o que podemos distinguir são dimensões mais atuantes, materialmente ou não. Mas a coisa física não tem nenhuma propriedade imanente que não seja físico-química.

---

<sup>577</sup> IPHAN, 2010b. Ata da 64ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 17-18. Grifo nosso.

**Aquilo que denominamos valor cultural é imaterial e é agregado, é produzido pela sociedade e não está presente na coisa.** Eu me pergunto o seguinte: nós estamos reconhecendo um valor inegável, por tudo o que nos foi apresentado aqui, **mas onde está este valor? Podemos localizar este valor nas práticas, podemos localizar este valor na mitologia, na cosmologia, então registramos a mitologia,** e a mitologia diz respeito à importância da cachoeira, mas que cachoeira, uma cachoeira qualquer? É daquela. A Cachoeira das Sete Quedas, que não existe mais, não contaria nada para eles, mas também é uma cachoeira. Então é essa cachoeira singular que conta, e não a categoria abstrata, imaterial de cachoeira, porque a categoria que conta para eles não é imaterial, o mito é imaterial, mas a cachoeira não é imaterial. **Esta cachoeira, portanto, que é uma realidade de paisagem geomorfológica, que é a coisa física, serviu justamente de matriz da cosmologia, das práticas nas quais estão esses valores, e não na cachoeira.** Mas é indissociável neste caso, em outros não, mas neste caso é indissociável aquela singularidade empírica da cachoeira. **Portanto, acho que é caso de tombamento que superaria o registro, porque ele absorve o registro também.** Isto é uma coisa tão importante que precisa ser protegida implicando [sic] portanto em obrigações de fazer e não fazer, e não apenas o reconhecimento puramente moral de um valor cultural.<sup>578</sup>

Em um caso que traz diálogos com as reflexões sobre a passagem da “paisagem empírica” e sua passagem para paisagem (sempre “cultural”) como veremos neste capítulo, o tombamento e seu lastro legal, na concepção do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, parece ser o instrumento adequado, por implicar “em obrigações de fazer e não fazer”, em contraposição ao registro, entendido como instrumento declaratório. A conselheira Cecília Londres Fonseca pontuou que o instrumento do registro é um instrumento mais declaratório, do que voltado à proteção da materialidade, segundo ela: “A ideia do registro veio simplesmente suprir a necessidade de um instrumento legal que contemplasse manifestações de caráter processual mutável, que se transformam, se modificam [sic], como a única possibilidade de dar-lhes visibilidade, reconhecimento de valor através de um instrumento diferenciado.”<sup>579</sup>

O conselheiro Nestor Goulart, contudo, defendeu o registro e o parecer do relator por se tratar de território indígena; colocou, ainda, que discordava “radicalmente” da proposta de tombamento aventada pelo conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, por implicar em partir “do zero”, iniciando a instrução para a adoção de outro instrumento. Entretanto, estabeleceu um paralelo com o patrimônio urbano e os seus atributos materiais e imateriais:

---

<sup>578</sup> IPHAN, 2006a. Ata da 49ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 46-47. Grifos nossos.

<sup>579</sup> Ibid., p. 50.

Mas apenas para concluir como arquiteto, o restante, os bens materiais, no caso da arquitetura e do urbanismo, não são apenas pedra-e-cal, são sobretudo projetos, que são bens imateriais. Sem esse bem imaterial, a arquitetura e as cidades não valem nada. É ilusão pensar que tombamos o bem material é absolutamente equivocado, **nós tombamos o projeto daquilo que está sendo preservado.**<sup>580</sup>

A ideia de tombamento do projeto articula-se, contudo, como visto no capítulo anterior, à fantasia de “suspensão temporal”, de reconhecimento de uma imagem de cidade perdida em um tempo selecionado, escolhido.

### 5.1.3 Chancela da Paisagem Cultural e as áreas urbanas

A discussão sobre os limites dos instrumentos de registro e tombamento tornou-se ainda mais complexa quando da criação da Chancela da Paisagem Cultural. Em reunião do Conselho realizada em 2006, o ex-conselheiro e, então, diretor do DEPAM, Dalmo Vieira Filho contextualizou a formulação de um novo instrumento de salvaguarda. Argumentou que os instrumentos de proteção do Iphan tinham sido concebidos para aplicações pontuais e que, “Analisando esse contexto verifica-se **a ausência de instrumentos territoriais, instrumentos de proteção territoriais.** É uma categoria de proteção que se refere às Paisagens Culturais, hoje reconhecidas pela UNESCO.”<sup>581</sup>

Carlos Fernando de Moura Delfim defendeu, para além da dualidade entre material e imaterial, a questão da escala dos bens protegidos pelo IPHAN, argumentando que

Acho que matéria e alma; material e imaterial representam uma coisa só. Nós, metodologicamente, dissociamos esses conceitos, mas eles são, na verdade profundamente integrados. Muito me afligia ver o IPHAN atuar com tanta precisão quanto a um cunhal de uma casa colonial, quanto a uma campanha, a um galgo do contrafeito, a uma maçaneta e deixar a paisagem toda ser destruída.<sup>582</sup>

---

<sup>580</sup> Ibid., p. 52-53.

<sup>581</sup> IPHAN, 2006b. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. p. 21- 22. Dalmo Vieira pontuou que, no Iphan, a discussão havia sido iniciada e fomentada “a partir dos estudos do arquiteto Carlos Fernando de Moura Delfim, nosso colega de trabalho do DEPAM, e de uma proposta da 12ª Superintendência Regional, do Rio Grande do Sul, quando sugeriu a criação do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas, com visão mais ampla de trabalhar com o conjunto das quatro missões remanescentes ao invés de centrar em São Miguel a questão da proteção das Missões.”

<sup>582</sup> IPHAN, 2006b. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 23- 24.

O arquiteto defendeu, ainda, a dinâmica de transformação das paisagens, o que exigiria outros mecanismos de salvaguarda e gestão.

uma paisagem cultural seria a soma de todas as formas legais de proteção. Poderíamos proteger paisagens culturais simplesmente fazendo cumprir as leis, sem precisar inventar novas leis que surgem a cada dia para serem descumpridas. (...). Poderíamos trabalhar a paisagem dessa forma: todos os atores assumiriam compromissos, registrados em cartório, com perpetuidade, e trabalhariam de comum acordo. Penso que um plano de manejo definiria a proteção da paisagem, porque a paisagem tem constante **dinâmica, mutação**, cada momento é um novo momento, é uma **nova feição**.<sup>583</sup>

É interessante perceber que a articulação do conceito de paisagem cultural com a ideia de fisionomia em mutação, com múltiplas feições a cada momento poderia ser adotada para a interpretação de áreas urbanas enquanto patrimônio, sendo oportunidade para problematizar, assim, as práticas adotadas pelo Iphan.

É nessa perspectiva crítica que se situa a fala da Diretora do Patrimônio Imaterial, Márcia Sant’Anna. A Diretora argumentou que, em conversas com a presidência do IPHAN e com o Diretor do Patrimônio Material, o entendimento era: “que a ideia não era propriamente inventar um novo instrumento, mas, na realidade, partindo do registro e do tombamento, instrumentos em uso, vigentes, somados à legislação ambiental, fazer uma delimitação de territórios onde esse tipo de relação homem-natureza, homem-paisagem natural ocorre com êxito, **visando mantê-la em determinada escala**.”<sup>584</sup> Vai além, discutindo a interface com a proteção de áreas urbanas. Márcia Sant’anna questionou se a escolha das paisagens culturais brasileiras estaria voltada exclusivamente à forte presença da natureza e defendeu que:

(...) devemos pensar nesses aspectos urbanos, como tratá-los, como planejar a gestão dessas áreas, questões que, penso, não conseguimos desenvolver bem ao longo da trajetória do IPHAN. (...). Enfim, nós temos o tombamento é claro, ele vem sendo aplicado às áreas urbanas desde 1938, e não vejo porque não seja mantido. Agora, adotar para as áreas consideradas paisagens culturais essa ideia de adesão, de construção de consenso, de planos de manejo, penso deveríamos agir de forma parecida com relação também a integração dos atores, a construção de consensos, ao estabelecimento de regras e de planos que possam de fato ordenar todas as ações nas áreas urbanas.<sup>585</sup>

---

<sup>583</sup> Ibidem.

<sup>584</sup> IPHAN, 2006b. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 26.

<sup>585</sup> Ibid., p. 27.

A arquiteta evidenciou em seu depoimento o patrimônio urbano ainda como uma “questão aberta” na instituição. Por meio da análise do depoimento destacado acima, o Iphan parece iniciar a discussão de uma nova categoria patrimonial, sem efetivamente ter problematizado e aprofundado o reconhecimento do patrimônio urbano na trajetória institucional. A representante da UNESCO no Brasil, Jurema Machado<sup>586</sup>, participou da discussão e também estabeleceu paralelo com a tutela do patrimônio urbano no Brasil e com as diretrizes da UNESCO. Concordou com a Diretora do DPI quanto à integração entre os instrumentos existentes. Para ela, “talvez a proteção da paisagem seja resultado de um conjunto de instrumentos que já existem”<sup>587</sup>. Segundo Jurema Machado:

Um é o tema da paisagem cultural. O outro tema é a questão da política de tombamento, de proteção como um todo; a preocupação de se ter uma análise abrangente do que essa política contemplou até agora e o que ela precisaria contemplar, novas diretrizes: não trabalhar tão pontualmente a resposta da proteção, mas tratá-la de forma mais orgânica, mais propositiva para o país como um todo.(...) O Brasil vem insistindo, há muito tempo, com candidaturas relacionadas ao Período Colonial, e a UNESCO se ressentida da necessidade de ver representada nessa lista as Paisagens Culturais, **a relação entre Patrimônio Material e Imaterial, ou seja um novo olhar sobre o patrimônio refletindo a Convenção do Patrimônio Mundial**. Porque o Brasil exerce uma liderança intelectual, uma liderança conceitual, para a UNESCO é importante do ponto de vista do sucesso da implementação das Convenções no mundo todo. As diretrizes mais recentes da UNESCO visam o trabalho conjunto das suas três principais grandes convenções na área da cultura: do Mundial, a do Imaterial, e da Diversidade. Em última instância, elas falam da mesma coisa, pretendem a mesma coisa - a **diversidade** - e devem trabalhar de forma complementar, conjunta. O tema da paisagem cultural nada mais é do que um olhar integrado de todos esses valores.<sup>588</sup>

Marcia Sant’anna ressaltou que as discussões sobre o registro de bens culturais na categoria Lugar não significavam a impossibilidade do bem ser tombado e defendeu que a proteção dessas áreas urbanas e territoriais não pode ser confundida com a categoria Lugares de Memória, fruto das reflexões de Pierre Nora. Exemplificou a sua defesa com a proteção do Mercado Ver o Peso, em Belém/PA, e argumentou:

Ou seja, não estamos tratando aqui, nem estaremos nunca, de lugares de memória. Os lugares físicos, espaços onde atividades ocorreram no passado, mas já deixaram de ocorrer, e que são testemunho físico e material dessa memória, não estariam incluídos em nosso conceito de

---

<sup>586</sup> Na ocasião, Jurema Machado não era membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

<sup>587</sup> IPHAN, 2006b. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 32.

<sup>588</sup> Ibid., p. 30-31.

Lugar, no sentido do patrimônio cultural imaterial; seriam considerados lugares de memória, lugares de valor histórico, eventualmente até de valor arquitetônico, estético e paisagístico, passíveis obviamente de tombamento ou de qualquer outro tipo de proteção.

Os conselheiros Paulo Ormindo e Ulpiano Bezerra de Meneses caracterizaram o que entendiam por paisagem cultural. O conselheiro Ulpiano Meneses<sup>589</sup> procurou evidenciar as nuances entre a paisagem como fato geomorfológico e como fato cultural, argumentando que “toda paisagem, se quisermos inclusive respeitar o uso até mais especializado do termo, é cultural por definição; não se confunde com o fato geomorfológico. **A paisagem é o fato geomorfológico culturalmente apropriado.**”<sup>590</sup>

A associação da paisagem aos aspectos geomorfológicos foi ilustrada por Ulpiano da seguinte maneira: “É uma fotografia de um belvedere de onde se vê um belíssimo horizonte de montanhas e um vale profundo, e nesse belvedere foi colocada uma moldura de madeira vazia. Isso é paisagem cultural: a paisagem estava lá como fato geomorfológico e se transforma em paisagem quando **há essa intermediação do sentido.**”<sup>591</sup>

Meneses já tinha publicado reflexão sobre o assunto em 2002, em volume dedicado ao tema Turismo e Paisagem, chamando atenção para essa passagem que, no texto, ele chama de “paisagem empírica”, para a paisagem. Também nesse texto, a intermediação, que aqui aparece como do “sentido”, lá, num espaço mais amplo, de 36 páginas, é enquadrada claramente, a partir de uma lente fenomenológica:

Registre-se, para terminar, que ao falarmos de percepção estamos nos referindo a muito mais que meros processos fisiológicos. A percepção envolve organização e reorganização de dados a partir de modelizações, valores, aspirações, interesses etc. Indo além, envolve igualmente práticas que desfazem a antinomia **sujeito/objeto\_cultura/natureza**. As considerações de Christopher Tilley a respeito, acentuando uma **perspectiva fenomenológica**, são relevantes para se compreender que pessoas e ambiente são componentes constitutivos do mesmo universo, que **a percepção não fragmenta.**<sup>592</sup>

---

<sup>589</sup> Em reflexões anteriores, Meneses colocou que “durante muito tempo, porém, a paisagem que ingressa no rol do patrimônio cultural – e passa a ser reconhecida como um bem de interesse coletivo pelo poder público e merecedora de sua proteção – foi tratada como monumento”, associando o reconhecimento enquanto monumento à identificação de valores “autônomos, imutáveis, independentes das contingências da vida sociocultural” e defendeu que “A paisagem, em nossa sociedade, é, não há dúvida, mercadoria e pretender lhe negar este caráter seria uma utopia irresponsável.” MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. Em: YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 29-64.

<sup>590</sup> IPHAN, 2006b. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 33.

<sup>591</sup> Ibid., p. 45. Grifos nossos.

<sup>592</sup> MENESES, 2002. *op. cit.*, p. 33.

Ulpiano Bezerra de Meneses alertou mais uma vez para as implicações da adoção de uma visão dualista entre materialidade e imaterialidade para categorizar o patrimônio cultural.

(...) no fundo as nossas questões são questões operacionais. É claro que existe diferença entre trabalhar com a Serra do Mar, com uma praia de dunas, ou com um parque, como o Parque do Flamengo. A diferença operacional é fundamental e vai exigir instrumentos apropriados, mas **esses instrumentos não dizem a natureza do fenômeno**, é isso que precisamos considerar. Mas não se trata aqui de simplesmente repormos os conceitos no devido padrão, se trata de ver as implicações que esse conceito mal fundamentado, dualista, e eu diria do século XIX para trás, está provocando. São várias as implicações, mas só vou me limitar a uma delas, que me parece de extrema gravidade. Nós poderemos ter, em pouquíssimo tempo, **a seguinte dualidade: o Patrimônio Cultural Imaterial, que é o lugar dos vivos**, dos atuantes da cultura como coisa em ação, e vai ser o Patrimônio das Comunidades; em outro compartimento, **outra gaveta vamos ter o cemitério cultural, que vai ser o Patrimônio Cultural Material, o patrimônio dos lugares de memória.**<sup>593</sup>

O conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses criticou o conceito de Lugar de Memória, apresentado por Pierre Nora, caracterizando-o como “bastante problemático” e seu emprego como “absolutamente platônico”. Explorando a argumentação dos “vivos” e dos “mortos”, questionou a possibilidade do dualismo patrimônio das comunidades / patrimônio dos técnicos, sugerindo, assim, que “Nós seremos os caveiros da história, os caveiros do patrimônio no cemitério cultural que se opõe ao espaço da cultura viva. Só que ainda não esgotei o saco de maldades, é que, com isso estaremos excluindo o patrimônio de onde ele tem o verdadeiro sentido para a vida humana: no cotidiano e no universo de trabalho.”<sup>594</sup> Tais questionamentos problematizam o próprio lugar de fala do Conselho do Iphan e o processo de atribuição de valor ainda pouco partilhado socialmente, vinculado, em muitos casos, a um saber especialista ainda concebido, por alguns dos conselheiros, como verdade absoluta, como valor acessado por “aqueles notáveis”, de “saber consagrado”.

Como defende Laurajane Smith, a autoridade do especialista vincula-se à ideia de “herança” e “patrimônio”, segundo a pesquisadora: “A geração atual, melhor representada por ‘especialistas’, é vista como guardiã ou zeladora do passado, trabalhando assim para desvincular o presente (ou pelo menos alguns atores sociais do presente) de um uso ativo do patrimônio.”<sup>595</sup>

---

<sup>593</sup> IPHAN, 2006b. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 35.

<sup>594</sup> Ibidem.

<sup>595</sup> SMITH, 2006. *op. cit.*, p.29. (tradução nossa).

O pronunciamento do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses suscitou questionamentos e comentários dos participantes da reunião. O presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida indagou sobre a visão do conselheiro quanto ao reconhecimento das Pirâmides do Egito enquanto patrimônio e o conselheiro, assim, completou:

O nosso grande problema é que **não entendemos ainda como o espaço pode ser protegido**, e quando digo proteção significa reconhecimento e proteção, são as duas coisas. Sobretudo agora que a nossa ação principal é declaratória. Quando falo de cotidiano e quando falo do universo de trabalho, significa que **devemos entender o patrimônio não como um subconjunto que fica fora da nossa existência normal** e que pode constituir um espaço nobre e nobilitante da nossa existência, pois com isso marginalizamos o restante, que é o essencial da nossa existência. O que não significa que estejamos excluindo situações excepcionais de focos de condensação - porque as pirâmides são apenas focos de condensação de valores e significados - e não é necessário que eles devam estar nos trajetos para o trabalho ou no ambiente de trabalho. Isto significa que **seria mais interessante pensarmos na cultura não como um compartimento da existência, mas como uma possibilidade de qualificação, e de qualificação diferencial, de qualquer de seus segmentos.**<sup>596</sup>

A concepção do patrimônio associada à qualidade de vida, aos usos cotidianos, aos seus processos de transformação e de ressignificação, presente nas narrativas do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses e também expressa em texto publicado no mesmo ano pelo Iphan, “A Cidade Como Bem Cultural”, parece distante das práticas institucionais daquele momento, de forma a causar estranheza ao presidente do órgão da época e a outros membros do Conselho.

A conselheira e socióloga Cecília Londres Fonseca, no entanto, concordando com as ponderações do conselheiro Ulpiano Meneses, destacou que os conceitos abordados são historicamente construídos e devem ser interpretados à luz dos contextos que os tornaram visíveis, apresentando a experiência do reconhecimento do patrimônio imaterial como ilustrativa desse processo. Apresentou a distinção entre as classificações de “morto” e “vivo” como vinculadas às formas de atuação e interpretação do patrimônio, mais do que à natureza específica dos bens acautelados.

O conselheiro Nestor Goulart defendeu que, no Brasil, a acelerada transformação urbana, significava o estabelecimento de uma nova relação com o espaço, algo que a Europa estabeleceu em duzentos anos, e, por isso, defendeu “uma visão de conjunto, quais são as medidas acauteladoras no trato novo com estes espaços, no sentido cultural também, de

---

<sup>596</sup> IPHAN, 2006b. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 37. Grifos nossos.

maneira que se possa preservá-los o máximo e preservar a sua função, e **não tentar cristalizar uma relação, como observou o Conselheiro Paulo Ormino, que é necessariamente dinâmica**<sup>597</sup>. Como vimos no capítulo anterior, essa leitura processual, expressa na ideia de dinamicidade, nem sempre esteve traduzida no reconhecimento dos conjuntos urbanos, mesmo quando de sua categorização como *totalidade*, estes conjuntos parecem se vincular ao reconhecimento de um tempo específico, hermético, que parece não incorporar as sucessivas transformações ao longo do tempo.

O conceito *patrimônio ambiental urbano* adotado pelo conselheiro Nestor Goulart Reis Filho e problematizado nas discussões do Condephaat por Ulpiano Bezerra de Meneses apresentou, na década de 1970 e parece continuar apresentando-se como possibilidade de interpretação do patrimônio urbano a partir de outros atributos e valores.

## 5.2 O Patrimônio Ambiental Urbano como possibilidade de integração das dimensões materiais e imateriais

O reconhecimento do processo de valoração, considerando seus sujeitos e contextos, foi uma defesa frequente do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan. Em 2008<sup>598</sup>, o conselheiro colocou sua preocupação em relação às questões urbanas e, quanto à postura da instituição diante dos desafios contemporâneos, defendeu **“um trato menos casuístico das questões de preservação nas áreas urbanas**, e com a necessidade de buscar alguns critérios mais universais para responder às necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, da preservação.”<sup>599</sup> O estabelecimento de critérios e a definição mais clara das categorias trabalhadas pelo Iphan e pelo seu Conselho Consultivo são defesas do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, que alertava para o risco de transformação das decisões do Conselho, motivada por interesses alheios ao campo do patrimônio cultural. Assim argumentou o conselheiro: **“Se não tivermos lucidez de critério, nos tornaremos instrumento de interesses, exatamente aos quais queríamos nos opor.”**<sup>600</sup> Esta tentativa de definição dos critérios e das categorias de atributos e de valores dos bens culturais reconhecidos

---

<sup>597</sup> Ibid., p. 42-43.

<sup>598</sup> Em reunião anterior, que tratou do tombamento da Casa Natal de Chico Mendes.

<sup>599</sup> IPHAN, 2008a. Ata da 56ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 56-57. Grifo nosso.

<sup>600</sup> Ibidem. Grifo nosso.

apresentou-se de forma mais emblemática no debate sobre a proposta de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional, no Tocantins.

Na discussão, o conselheiro Nestor Goulart reforçou as especificidades envolvidas no reconhecimento do patrimônio urbano e a importância de uma caracterização clara da leitura de conjunto, questionando a inserção da Catedral neogótica na área delimitada para tombamento. O conselheiro diferenciou o que chamou de “tombamento do urbano” dos “tombamentos históricos” e argumentou sobre a necessidade de caracterizar melhor o bem reconhecido para tombamento, atentando para o processo de atribuição de valor. Defendeu, ainda, a complexidade e a necessidade de considerar o espaço urbano a partir de outra escala; pontuando que: “É preciso raciocinar sobre **como se tomba**, como se conserva, como se valoriza, sobre **onde está o valor**. É mais difícil, reconheço. Tenho procurado escrever textos sobre isso, (não estou aqui opinando e depois silenciando). Estou escrevendo sobre isso a cada dia, porque considero o tombamento uma questão central, que é preciso repensar, **para passá-lo a uma outra escala, a urbana.**”<sup>601</sup>

O conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses instigou o debate expondo os contrapontos entre as posições do relator do processo, o conselheiro Marcos de Azambuja, e do conselheiro Nestor Goulart, defendendo que a “polaridade pode ser desfeita”. Para tanto, argumentou que o relator do processo apresentou o caso de Porto Nacional considerando sua “**trajetória histórica** que implica contingências, descontinuidades, inserções, rupturas.”<sup>602</sup> Defendendo a historicidade enquanto transformação e processo, por isso, justificou que a preocupação do conselheiro Nestor Goulart referia-se à atribuição do valor histórico “enquanto valor cognitivo, valor de conhecimento do passado”, apresentando sua compreensão processual e dinâmica da história. Associou, ainda, a compreensão da historicidade ao conceito de autenticidade, entendido, também, como processual. Deste modo, na concepção do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, atribuir o valor histórico

---

<sup>601</sup> O conselheiro Nestor Goulart defendeu ainda que: “O tombamento do urbano envolve algumas reflexões sobre essas questões ou nós estaremos simplesmente fazendo tombamentos históricos. É um tipo de posição. Se o histórico, no caso, é um traçado com uma arquitetura vernácula, que se estabeleça um padrão para valorizar aquilo que se pretende tomar, não simplesmente achar que uma casa que com dois remanescentes de janelas e um telhado de telhas francesas vai caracterizar aquele tipo de cenário urbano que estamos querendo preservar. Não importa se isso ocorre em escala municipal, estadual ou federal. (...) porque já estamos longe do tempo que tombávamos edifícios isolados e, no caso, o que nos justifica não são os edifícios isolados. Pelo contrário. Sobre o isolado dei a minha opinião com a franqueza necessária. O que me preocupa, como fiz em relação ao Piauí, a núcleos no interior do Ceará e em outros lugares, é a valorização do conjunto da arquitetura vernácula.” IPHAN, 2008d. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 07-11.

<sup>602</sup> IPHAN, 2008d. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 12-13. Grifos nossos.

à cidade de Porto Nacional passava por considerar as temporalidades sobrepostas e presentes em seus atributos materiais, sem, portanto, haver a preocupação com a conformação de uma unidade, mas, sim, de um somatório de representações. Como argumentou o conselheiro:

Gostaria de acrescentar a essas duas posturas uma terceira que é a do historiador, é a **postura mais complicada porque história para o historiador representa mudança**, a história se caracteriza por ser a disciplina da mudança, a história é a disciplina da diferença porque a mudança traz diferença. Portanto, se no campo das ciências há uma que se preocupa com o fenômeno da dinâmica enquanto não só processo em atuação contínua, mas processo que provoca diferença, essa disciplina se chama História. Gostaria de lembrar, a propósito da historicidade entendida como autenticidade (...). Então, imagino seria nessa perspectiva de **considerar as cicatrizes, as discontinuidades, as rupturas, a não-integridade na autenticidade histórica de Porto Nacional**. Em outras palavras, não se trata de ter como critério a autenticidade, mas a historicidade, o critério da temporalidade. Podemos ter duas situações: um presente no presente, que seria extremamente pobre; e um presente enriquecido, **porque nele há temporalidades diversas e se há temporalidades diversas significa forçosamente que não haverá unidade, haverá essa diversidade que não só é parte da condição humana**, naquilo que pode ser considerado negativo, mas é alguma coisa que deve ser considerada como extremamente necessária para seres conscientes como nós.<sup>603</sup>

Diante das colocações do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, o conselheiro Nestor Goulart criticou tal postura, argumentando que “Se tomarmos a sua proposição ao pé da letra, temos que tombar o país inteiro, como ele está hoje. Essa é a lógica da sua observação porque ele vem se transformando todo.”<sup>604</sup> A perspectiva de alargamento do conceito de patrimônio e de sua capacidade de representação de grupos sociais e de temporalidades, que significaria, em termos de materialidade, uma quebra da “unidade”, embora explorada pela Constituição Federal de 1988 e vastamente trabalhada em âmbito teórico, parece encontrar dificuldades em sua aplicação prática. Como vimos no capítulo 3 desta tese, Reis Filho parece entender que há uma importante unidade, não necessariamente nos bens individuais, que compõem o todo, mas no desenho urbanístico, nos traçados das ruas, nas relações entre construções e espaços urbanos vazios.

O relator do processo de tombamento de Porto Nacional, o conselheiro Marcos Azambuja, elogiou o nível do debate e as contribuições do conselheiro Nestor Goulart, mas defendeu a manutenção de sua posição, razão pela qual Nestor Goulart questionou:

---

<sup>603</sup> IPHAN, 2008d. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 12-13. Grifos nossos.

<sup>604</sup> IPHAN, 2008d. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 13.

(...) não sei **como é que se tomba historicamente uma cidade**. O ilustre Prefeito sai daqui com um documento de tombamento da cidade e no dia seguinte recebe uma proposta sobre construção. Não é possível dizer o que é permitido, o que é proibido. Senão, vale a minha objeção à manifestação do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, qualquer mudança é bem-vinda porque é histórica. Então o que é que se pode fazer, o que não se pode fazer? Voltaremos às especificações de caráter urbanístico que não são históricas. Senão o Prefeito não terá condições de controlar o que se passa, ele não vai saber o que foi tombado, porque eu, que estou aqui, não sei. (...) Temos visto em outros lugares problemas semelhantes, em cidades tombadas enquanto conjuntos urbanísticos, não por razões históricas. Sou franco e **não sei o que é o tombamento de uma cidade por razões históricas**, porque não saberia dizer às pessoas o que estará tombado, o que não está. Qual é a relação entre espaços públicos e privados, entre o leito das ruas e os detalhes?<sup>605</sup>

A diferenciação das categorias dos valores atribuídos apresentada pelo conselheiro Nestor Goulart denuncia a necessidade de definição mais precisa do que o Iphan entende por patrimônio urbano e dos atributos e valores que fundamentam as narrativas de seleção. A vinculação do espaço urbano às formas de interpretação do patrimônio edificado e dos bens isolados ainda é muito forte e camufla aspectos fundamentais na caracterização da natureza deste espaço: as dinâmicas de transformação, uso e resignificação. Considerar o tombamento de uma cidade por razões históricas, entendendo o espaço urbano em sua natureza específica, implicaria em reconhecer as sobreposições de temporalidades e significados em constante processo de mutação<sup>606</sup>. Seria, portanto, adotar a escala de interpretação ajustada para entender as relações e os embates de narrativas que definem, ainda que temporariamente, determinado espaço urbano. Não é isso o mesmo que reconhecer um somatório de exemplares da arquitetura que apresentam certa “coesão estética e histórica”.

Na perspectiva de explicitar o valor cultural como produto desta relação, o conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses sintetizou seu posicionamento, defendendo o

---

<sup>605</sup> IPHAN, 2008d. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 19-20. Grifos nossos.

<sup>606</sup> O tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Felix, na Bahia, que teve relatoria do conselheiro e arquiteto Eugênio Lins, também explorou a caracterização do valor histórico ao espaço urbano. O relator Eugênio Lins defendeu que se tratava de um caso de “revisão de atribuição de valor histórico relacionado aos bens culturais, distinta daqueles vinculados a fatos memoráveis ou A história oficial do Brasil.” O relator caracterizou o conjunto como “valorizado pela homogeneidade volumétrica e pela continuidade de seus imóveis” e argumentou em defesa da ampliação dos significados e sobreposição de valores no reconhecimento do patrimônio. De acordo com Lins: “o patrimônio pode constituir-se como narrativas que permitem mapear conteúdos simbólicos, visando ampliar o entendimento dos lugares, das regiões e do país, promovendo sentimentos de pertencimento dos cidadãos e abrindo possibilidades para novas interpretações.” IPHAN, 2010c. Ata da 65ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. p. 87.

alargamento previsto pela Constituição Federal de 1988.

Não é perguntar qual a autenticidade, qual a historicidade desse passado que tenho no presente, mas **o que esse presente, modelado pelo passado, tem de valor específico para a vida atual**, inclusive considerando **o valor cultural é um valor também histórico**, portanto um valor também **mutável**, mas é um valor que devemos ter a sensibilidade de reconhecer em nossa sociedade. É o que a Constituição de 88 sabiamente manda observar. Não é quais os valores intrínsecos das coisas, mas **qual o relacionamento que as comunidades têm com as coisas, e esse relacionamento é diferencial**.<sup>607</sup>

Essa perspectiva de valoração mutável, fruto da relação entre os bens e as comunidades, parece assustar alguns agentes que participam da política de preservação. Assumir tal postura, na perspectiva de alguns conselheiros, poderia significar a “anulação” da autoridade desses intelectuais em legitimar o que é e o que não é patrimônio cultural brasileiro?

A ideia de atribuição de valor em um tempo presente, vinculada a contextos e grupos sociais específicos, também parece pouco assimilada à prática institucional, o que culmina por ocultar os interesses que regem as narrativas de seleção patrimonial. Segundo Laurajane Smith “Ao tirar o poder do presente de reescrever ativamente o significado do passado, o uso do passado para desafiar e reescrever o significado cultural e social no presente se torna mais difícil.”<sup>608</sup>

Como já apontou Miceli<sup>609</sup>, o papel do Iphan enquanto mediador do processo de identificação, tutela e gestão do patrimônio cultural apresenta-se como algo distante da realidade brasileira. Em certa medida, pode-se atribuir como causa de certo autoritarismo a dificuldade de compreensão crítica da trajetória institucional e de seus agentes. A idealização dos personagens que formularam a política de preservação e a criação da instituição em um contexto político bastante autoritário foi, ao longo do tempo, naturalizada e cristalizou algumas concepções de patrimônio cultural limitando a construção de um processo de identificação patrimonial mais participativo e plural. A própria estrutura e operacionalização

---

<sup>607</sup> IPHAN, 2008d. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. p. 14.

<sup>608</sup> SMITH, 2006. *op. cit.*, p. 29. (tradução nossa).

<sup>609</sup> Os dilemas apontados por Miceli, em 1987, em artigo publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 22, quando da comemoração dos 50 anos da instituição, continuam atuais e referem-se: “(...) quase todos à questão da democratização. Bem entendido, trata-se de democratizar o acervo, seus métodos de exposição, os meios de acesso a ele, os espaços de debate; trata-se ademais de assegurar a representatividade dos setores da comunidade e dos movimentos sociais atingidos por decisões preservacionistas. E não adianta tapar o sol com os filtros do elitismo e/ou do populismo, muitas vezes reciclados em consórcio por especialistas do belo e diletantes do pobre.” MICELI, Sergio. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. 1987. In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Grifo nosso. p.368.

dos processos de atribuição de valor corroboram com a decisão centralizada em especialistas.

Neste sentido, o conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses reforçou, na discussão sobre o tombamento de Porto Nacional, seu entendimento de cultura como processo de hierarquização, diferenciação, qualificação, dependente, portanto, da relação entre sujeito e objeto, estabelecida nos processos de atribuição de valor ao longo do tempo. Defendeu, assim, “sistemas de classificação”. Segundo Meneses: “em nosso campo, nós temos sim que definir valores na perspectiva de sistemas de classificação, assim resolvemos o problema.”<sup>610</sup> Destacou, ainda, o termo “diferencial” argumentando que “o valor é, por natureza, classificatório, é um sistema de classificação, é um sistema de hierarquização”. Evidenciar os valores e os “sistemas de classificação” seria, na perspectiva apresentada pelo conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses uma forma de viabilizar a compreensão do processo de seleção em seu caráter dinâmico, nunca como uma possibilidade de abarcar a totalidade de representações, como pontuou:

O valor cultural é um valor de diferenciação, é um valor em que se tem a possibilidade de qualificar diferencialmente todo e qualquer segmento da nossa existência. Portanto, é alguma coisa que diz respeito a qualquer área, a qualquer momento, a qualquer espaço no qual se transcreve a nossa existência, mas não é a totalidade dessa existência, é um valor que qualifica diversas escalas diferentes.<sup>611</sup>

A contribuição do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses evidencia sua concepção do patrimônio cultural como fruto de uma atribuição de valor que se constrói no tempo presente<sup>612</sup>, destacando seu contexto e a produção de seu significado. Embora tenha atuado por 16 anos como conselheiro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan e suas reflexões tenham problematizado a prática institucional e alargado o conceito de patrimônio urbano, a absorção de suas ideias pelo Iphan foi aquém das possibilidades de instauração de novas formas de atuação, permanecendo o conceito de patrimônio urbano enquanto uma lacuna e um desafio a ser enfrentado, como o último texto publicado por Ulpiano T. Bezerra de Meneses sugere, ao intitular o artigo “Repovoar o patrimônio ambiental urbano”.

---

<sup>610</sup> IPHAN, 2008d. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. p. 14.

<sup>611</sup> Ibidem.

<sup>612</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 1992. pp. 9-24.

## 6 CONCLUSÕES

As concepções de “patrimônio urbano” no Brasil analisadas nesta tese evidenciam o complexo processo de construção da expressão a partir dos agentes e dos contextos de suas narrativas. A análise das narrativas de seleção do patrimônio urbano entre os anos de 1990 e 2010 permitiu a identificação da convivência entre estratégias de interpretação que reforçam os cânones tradicionais adotados pelo Iphan com estratégias que ampliam e incorporam outras referências. Mesmo ciente das permanências narrativas, ao iniciar a pesquisa imaginava que encontraria de forma explícita a contestação da resiliência das narrativas de seleção vinculadas aos critérios definidos ainda na década de 1930. Os dados apresentados na tese evidenciaram, contudo, tentativas de alargamento e ampliação do espectro considerado patrimônio urbano, de forma conciliatória à manutenção das estratégias tradicionais adotadas pela instituição.

O objetivo central de identificar as narrativas de seleção do patrimônio urbano entre os anos de 1990 e 2010 possibilitou a compreensão dos meandros das interpretações do espaço urbano enquanto objeto patrimonial. Essas narrativas apresentaram a resiliência de uma tradição institucional convivendo com tentativas de alargamento das possibilidades interpretativas, que derivam das discussões nacionais e internacionais sobre o tema. Por isso, foi fundamental entender os contextos das atribuições de valor e analisá-los à luz da coexistência entre permanência e transformação.

Embora os embates entre as concepções apareçam, a uma primeira vista, de forma mais tímida - pela própria natureza dos documentos consultados na fase inicial da pesquisa, as atas de reunião - a tensão entre transformação e permanência evidenciou-se na análise dos processos de tombamento. Como aprofundado no Capítulo 02, no caso do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Penedo, em Alagoas, a interpretação do patrimônio urbano, realizada pelo corpo técnico da instituição, ampliou a compreensão do bem para além de seus atributos estéticos e históricos, defendendo sua leitura enquanto documento e a partir de unidades de paisagem. No entanto, a relatoria do conselheiro Augusto da Silva Telles reiterou as estratégias de seleção convencionalmente adotadas, vinculadas à interpretação do patrimônio urbano a partir da escala do edifício, argumentando pela “homogeneidade do conjunto”, chegando a propor a supressão de um trecho, caracterizado como “apêndice.” Embora este embate pudesse ter potencializado discussões que aprofundassem os critérios de seleção, evidenciando seus contextos, o processo foi encerrado sem contestações e o relatório do conselheiro foi acatado. Na mesma reunião do

Conselho, outros processos de tombamento de conjuntos urbanos foram apreciados e as narrativas de seleção apresentaram outras concepções de patrimônio urbano. No entanto, as dissonâncias narrativas não foram explicitadas pelos conselheiros. O aparente consenso foi preservado.

Situação contrária ocorreu no caso do debate sobre o tombamento do Conjunto Histórico no bairro da Luz, em São Paulo, no qual a escala de interpretação adotada pelo técnico parecerista vinculou-se à escala do edifício. O relator do processo no Conselho, Nestor Goulart Reis Filho, propôs o alargamento da forma de interpretação do bem, argumentando pela “totalidade”, pelo reconhecimento das relações entre os espaços, como mostra o Capítulo 03. Embora a proposta do conselheiro estivesse amparada em documentos e debates nacionais e internacionais, a possibilidade de ampliação não foi acatada de imediato, culminando em uma instrução que perdurou dezesseis anos para sua conclusão. Dada a dificuldade de aderência da proposta de alargamento neste caso analisado, podemos perceber que o sacerdócio se mostrou como posição mais assentada à prática do Iphan.

As escalas adotadas pelos três agentes analisados nesta tese são fragmentos do caleidoscópio que traduz o patrimônio urbano selecionado pelo Iphan. Entender tais concepções de patrimônio e seus entrelaçamentos pode auxiliar a identificação da história da preservação não mais voltada exclusivamente às análises estéticas dos bens selecionados, mas a partir de uma abordagem semântica, de uma história de memória de classes sociais. Deste modo, os interesses e as posições sociais são evidenciados e podem fornecer dados fundamentais à compreensão das narrativas de seleção.

Para além de entender as relações entre os espaços por meio da adoção da escala urbana, a partir da ideia de “totalidade”, a concepção do patrimônio urbano enquanto “sistema”, que articula atributos materiais e imateriais, em sua dimensão social e em seus usos cotidianos, foi empregada pelo conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Esta perspectiva aponta para a compreensão do patrimônio urbano afora o dualismo materialidade e imaterialidade, e extrapola o emprego dos critérios convencionais vinculados aos aspectos estéticos e históricos do bem, coadunando com a perspectiva estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Passados vinte e dois anos da promulgação da Carta Magna, se considerarmos o final do recorte temporal adotado para a pesquisa, os critérios para a seleção patrimonial apresentados no documento parecem ter sido pouco oportunizados e aplicados na prática. A possibilidade de considerar o patrimônio a partir da memória, do uso e enquanto documento (que é suporte de relações como as com o trabalho) possui sinergia

com a defesa apresentada pelo conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, como aprofundado no Capítulo 04 desta tese, mas parece vincular-se ainda ao campo teórico.

Embora as reflexões de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan tenham suscitado importantes debates no sentido de caracterizar e conceituar melhor os bens culturais, o reflexo nas narrativas de seleção e salvaguarda do patrimônio cultural, no período analisado, foi inferior às possibilidades de aplicação. As intenções foram timidamente aplicadas na prática institucional. A despeito de todos os avanços empreendidos pela instituição, como aponta Marins, “o desafio de incluir as referências patrimoniais dos ‘diferentes grupos formadores da sociedade brasileira’ reconhecidos pela Constituição de 1988 permanece.”<sup>613</sup>

Outro desafio consiste no compartilhamento do processo de identificação, tutela e gestão patrimonial com uma maior gama de agentes, deslocando, efetivamente, a atenção dos objetos para os sujeitos. A compreensão do complexo processo de seleção patrimonial e de seus contextos sinaliza a existência de “atores ocultos”<sup>614</sup> ou “patrimônios despovoados”, como bem apontou Ulpiano T. B. de Meneses. Enquanto as narrativas de seleção patrimonial partem dessa espécie de “altar sagrado”, desse “púlpito” ocupado exclusivamente pela voz do “especialista”, estaremos distantes de práticas eficazes de tutela do patrimônio urbano brasileiro.

Os critérios para a salvaguarda do patrimônio urbano parecem, em determinadas narrativas, descolados das discussões sobre a cidade e seu processo de transformação. O caso do tombamento do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico do Corredor da Vitória em Salvador, apresentado no primeiro capítulo desta tese, é bastante sintomático do apartamento das narrativas “do patrimônio” e “do urbanismo”.<sup>615</sup> A leitura do patrimônio urbano enquanto “organismo vivo”, “todo” ou “sistema” pouco se traduziu em formas de caracterização e de tutela. Sem dúvida, analisar o impacto nas formas de gestão desses conjuntos urbanos e avaliar em que medida esta forma de interpretação suscitaria outras práticas de tutela do patrimônio urbano é um desafio para futuros trabalhos e investigações.

---

<sup>613</sup> MARINS, 2016. *op. cit.*, p. 26.

<sup>614</sup> MENESES, 2017. *op. cit.*, p. 49.

<sup>615</sup> As discussões sobre a preservação do Cais José Estelita, no Recife/PE, em um contexto mais recente, também evidenciam o descolamento da defesa do patrimônio cultural e da luta pelos direitos urbanos.

Em um momento de fragilidade institucional como o que se apresenta, analisar a trajetória recente do Iphan no reconhecimento do patrimônio urbano brasileiro oportuniza a compreensão crítica das fraturas da ideia de identidade nacional definida desde a década de 1930, identificando, assim, as lacunas deixadas pelas estratégias de seleção patrimonial, vinculadas a uma ideia homogeneizante e elitizada de nação. Entende-se que, para além de ressaltar a relevância do papel do Iphan e de sua trajetória, é preciso pensar o processo de seleção do patrimônio cultural brasileiro sobre novas bases, aceitando, de fato, o alargamento conceitual do campo patrimonial desde a década de 1960, reforçado pela Constituição Federal brasileira de 1988, no contexto nacional, e a participação de novos agentes, incorporando outras narrativas de seleção que contemplem a diversidade cultural do país.

O reconhecimento do patrimônio urbano enquanto um somatório de edificações isoladas conviveu com narrativas que vincularam o patrimônio urbano à “Gestalt”, à “totalidade” e ao “sistema”. Assim, o Iphan, entre os anos 1990 e 2010, parece ter selecionado “poesias e literaturas arquitetônicas”<sup>616</sup> simultaneamente. Não se mostrou evidente a superação do reconhecimento do espaço urbano pela lente da monumentalidade, da excepcionalidade e pela escala do edifício.

A potência do discurso institucional é tamanha que a própria trajetória do Iphan parece, hoje, ser objeto de salvaguarda, mas a partir de uma tutela hermética, sem grandes possibilidades de transformação, como usualmente convencionou-se adjetivar o instituto do tombamento, a partir de uma estratégia de “congelamento”. Nesta perspectiva, as possibilidades de compartilhamento de atribuição de valor e gestão do patrimônio cultural brasileiro mostram-se ainda distantes da realidade.

---

<sup>616</sup> Sobre a leitura patrimonial pelo viés da unidade, excepcionalidade e homogeneidade, interessante abordagem foi apresentada pelo arquiteto italiano Roberto Pane, ainda na década de 1940. Roberto Pane se propôs o exercício de caracterizar o patrimônio urbano contrapondo-se à concepção de patrimônio edificado. Partindo das reflexões do filósofo Benedetto Croce, Pane conceituou *literatura e poesia arquitetônica*. A poesia arquitetônica foi caracterizada por Pane enquanto os bens patrimoniais isolados, os monumentos. Já o conceito de literatura arquitetônica foi empregado para justificar a necessidade de compreender o patrimônio urbano enquanto coexistência de diferentes linguagens formais e diversos usos. Desenvolvendo o conceito de *literatura arquitetônica* e seu paralelo com a ideia de cidade e de patrimônio urbano, Pane caracterizou os monumentos isolados como *poesia arquitetônica*. Para o que chamou de *literatura arquitetônica*, nota-se a valorização da chamada “arquitetura menor”, considerando o valor dos demais elementos que compõem a cidade e o tecido urbano. PANE, Roberto. *Architettura e Arti Figurative*. Neri Pozza Editore in Venezia. Prima edizione: Maggio 1948. Segundo Pane, para além de obras notáveis e de reconhecido valor estético, a cidade é feita das relações entre o conjunto edificado, a rua, os espaços públicos e tais relações devem ser consideradas na interpretação da cidade como patrimônio, “na medida em que fala de arquitetura enquanto arte, omitindo que a cidade, no seu tecido, é feita essencialmente de literatura construída e não de poesia arquitetônica”. PANE, Roberto. ANDRADE, Nivaldo (trad.). *Cidades Antigas Edifícia Nova*. Revista THÉSIS nº 4. Novembro/Dezembro, 2017. p. 285.

Embora o estoque patrimonial brasileiro, nas últimas décadas, apresente-se, sem dúvida, mais plural e diverso, a resiliência da tradição institucional no reconhecimento do patrimônio urbano é latente e convive com as tentativas de alargamento do espectro considerado. Talvez isso explique a manutenção da composição do Conselho Consultivo por notáveis e intelectuais indicados pelo presidente do órgão e homologados pelo Ministro da Cultura. Ainda que no início dos anos 2000 o Conselho tenha incorporado as representações de órgãos e Ministérios do Governo Federal, seja do ponto de vista da distribuição geográfica, seja do ponto de vista da representatividade de todos os grupos sociais brasileiros, como evidenciado no Capítulo 01, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, no recorte temporal analisado, apresentava, ainda, uma composição pouco plural.

Atualmente, o Conselho Consultivo do Iphan, bem como a própria instituição encontram-se em um momento que foi caracterizado como “paralisia histórica”<sup>617</sup>. As reuniões tornaram-se menos frequentes e um dos conselheiros analisados, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, renunciou como membro do Conselho. Em dado momento, concluir uma tese que aponta fraturas em uma trajetória de uma instituição tão importante em seu momento mais frágil, pareceu-me delicado. Contudo, se adotarmos outra escala para a compreensão da questão, a ocasião pode ser oportuna para o enfrentamento de questões latentes, como a indefinição do lugar ocupado pelo patrimônio urbano nas políticas da instituição, o dualismo redutor patrimônio material / patrimônio imaterial, o alargamento do conceito de patrimônio cultural e urbano e seus reflexos nos critérios de seleção adotados pelo Iphan. Pensando nesta perspectiva, os consensos e as dissonâncias apontados nos quatro capítulos desta tese podem viabilizar uma análise mais crítica da trajetória institucional, para além da perpetuação de seus agentes enquanto heróis e da idealização de suas políticas de preservação, lembrando que a crítica será sempre o melhor caminho para uma atuação mais consistente e democrática.

---

<sup>617</sup>MORAES, Carolina; GABRIEL, João. Sob Bolsonaro, Iphan vive paralisia mais longa desde antes da ditadura militar: Conselho que não se reuniu por quase dois anos é a instância máxima do órgão, que regula proteção do patrimônio artístico. *Folha de São Paulo*. Ilustrada. São Paulo, 07 de abril de 2021. Editorial. Paralisia histórica Além de aparelhar a cultura, governo barra os serviços insubstituíveis do Iphan. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 07 de abril de 2021.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Ilaria. Dal restauro urbano al “dov’era, ma non com’era”. Dialogo con Pier Luigi Cervellati sulla cultura della città storica. **Ricerche e progetti per il territorio, la città e l’architettura**. No 6, giugno, 2013. Disponível em: [http://in\\_bo.unibo.it](http://in_bo.unibo.it).
- AGUIAR, Leila Bianchi; NETO, Jamile da Silva. Legitimidade e distinção: reflexões sobre a formação e a atuação do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-1966). **Revista Tempos Históricos**. Vol. 24, n. 1, 2020. p. 207-231.
- ANASTASSAKIS, Zoy. A cultura como projeto: Aloisio Magalhães e suas ideias para o Iphan. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 35**. IPHAN, 2017. P. 65.
- ANDRADE, Paula Rodrigues de. **O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.
- BANDARIN, Francesco; VAN OERS, Ron. **The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century**. Oxford: WileyBlackwell, 2014.
- BORTOLOTTTO, Susanna; PALO, Maria Cristina. La nuova cultura delle città di Pierluigi Cervellati: il Piano per il centro storico di Bologna, 1969. In: Giambruno, Mariacristina (Org.) (2007). **Per una Storia Del Restauro Urbano: piani, strumenti e progetti per i Centri storici**. Novara: CittàStudi Edizioni, p. 171-184.
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: MICELI, Sergio (org.). **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987 (segunda edição).
- BRASIL. **Decreto-lei nº 25 de 1937**. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasil, 1937.
- BRASIL, 2002. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L1006.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L1006.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- BRENDLE, Betania. Quando o Moderno era um estorvo ao tombamento do IPHAN: o Hotel São Francisco em Penedo, Alagoas. In: TEIXEIRA, Rubenilson Brazão; DANTAS, George Alexandre Ferreira (Org.). **Arquitetura em Cidades “Sempre Novas”: Modernismo, Projeto e Patrimônio**. EDUFRN, Natal, 2016. pp. 315-340.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O mestre, o pesquisador e a obra: os anos recentes (1989-2011). 2011. In: REIS FILHO, Nestor Goulart; SZMRECSANYI, Maria Irene; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Homenagem aos 80 anos do professor Nestor Goulart Reis Filho. **Revista Pós**. Depoimentos. Vol.18 n.30, São Paulo, dezembro, 2011. p. 010-032.
- BORTOLOTTTO, Susanna; Palo, Maria Cristina. La nuova cultura delle città di Pierluigi Cervellati: il Piano per il centro storico di Bologna, 1969. In: Giambruno, Mariacristina (Org.) (2007). **Per una Storia Del Restauro Urbano: piani, strumenti e progetti per i Centri storici**. Novara: CittàStudi Edizioni, p. 171-184.

CABRAL, Renata Campello. E o Iphan retirou o véu da noiva e disse sim. Ecletismo e modernismo no edifício Luciano Costa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v. 18, v.2, p. 123- 146. jul-dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

\_\_\_\_\_. A gênese da proteção legal para além do monumento no Brasil: o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho e seus diálogos com a legislação estrangeira. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, vol. 27, 2019, p. 1-41. e26.

CABRAL, Renata Campello; Andrade, Carlos Roberto Monteiro de; PANE, Andrea. Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem. **Revista Risco - Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Programa de pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU-USP. Correspondentes. nº 15, 2012.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 22. Nº 65. outubro, 2007. p. 26.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da Escala. In: Castro, I.E.; Gomes, P.C.C.; Correa, R.L.(org.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 127.

CATONI, Maria Luisa (Org.). **Il patrimonio culturale in Francia**. Electa | La Belle Arti e l'Europa, 2007.

CEDERNA, Antonio; ELIA, Mario Manieri. Orientamenti critici sulla salvaguardia dei centri storici. Convegno di Gubbio. **Rivista Urbanistica nº 32**. Rivista trimestrale dell'Istituto Nazionale di Urbanistica. Dicembre, 1960. pp. 69-70.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **A imaginação a serviço do Brasil: programa de políticas públicas de cultura**. Programa de Governo 2002.

CORREA, Sandra. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979**. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, Lygia Martins. Parecer técnico de 30 de outubro de 1979. Serviço Público Federal - MEC/SPHAN. Rio de Janeiro: SPHAN, 1979. In: **Processo nº 829 – T – 70: Coleção do MAC/USP**. p.01.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan**. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

CUREAU, Sandra. A proteção do entorno dos bens culturais: ambiência e visibilidade. In: LEUZINGER, Márcia Dieguez; SILVA, Solange Teles da; CUREAU, Sandra (Org.). **Espaços Territoriais especialmente protegidos: extensão, limites e oportunidades**. UNICEUB – Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2015.

CONDESSO, Fernando dos Reis. **Direito do ambiente**. Coimbra: Almedina, 2001. p. 1209-1210.

CROSETTI, Alessandro. **La tutela ambientale dei beni culturali**. CEDAM, 2001. p. 182.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Viagem às Missões: parecer sobre os sítios de São Miguel Arcanjo, São João Batista e São Lourenço Mártir. In: BRAGHIROLI, Ângelo Carlos Silveira (Org.). **Paisagens do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; IPHAN; IPHAE, 2009. p. 127-128.

DICTIONNAIRE DE L'ARCHITECTURE FRANÇAISE DU XI AO XVI SIÈCLE. Paris: A. Morel, 1861, Vol. 5, verbete “Échelle, pp. 143-153; 1864; vol. 7, (verbetes “Proportion.”).

EDITORIAL. Paralisia histórica Além de aparelhar a cultura, governo barra os serviços insubstituíveis do Iphan. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 de abril de 2021.

ENCYCLOPÉDIE OU DICTIONNAIRE RAISONNÉ DES SCIENCES, DES ARTS ET DES MÉTIERS. Paris: Lebreton, 1755, Vol. 5, p. 248 (verbetes “Échelle”).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

FERRETTI, Alessandro. **Diritto dei beni culturali e del paesaggio**. Edizione Giuridica Simone, 2010.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC – IPHAN, 2005.

FRANCO, Luiz Fernando P. N. Centro Histórico de Laguna. In: **Caderno de Documentos nº 2 – Estudos de Tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. pp. 09-22.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda. Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008)**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

IPHAN. **Processo nº 1463-T-00** – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no bairro da Luz, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. IPHAN, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**. São

Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra.** São Paulo: Papirus, 1976.

LAMPEDUSA, Tomasi di. **Il Gattopardo.** Giangiaco­mo Feltrinelli Editore Milano, Centotreesima edizione, luglio, 2017. (Prima edição em 1958).

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. Em: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. Arquitetura, geografia e história: usos da escala. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Por uma nova história urbana – Bernard Lepetit.** São Paulo: Edusp, 2016.

LOPES, Daniel Barreto. **A atribuição de valor a conjuntos urbanos tombados face a experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí pelo Iphan (2006-2012).** Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2019.

LYRA, Cyro Ilídio Correia de Oliveira. **Parecer de 4 de março de 1977.** Processo nº 944-T-76.

MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? **A questão dos bens culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Pró-Memória, 1985.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os Cardeais da Cultura Nacional. O Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar (1967-1975).** São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012. 260 p.

MAILLARD, Nadja (org.). **Questions d'échelle sans commune mesure – Anthologie littéraire.** Actes sud, 2018.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **O entorno dos bens tombados na legislação brasileira.** 2013. p. 02. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/handle/123456789/1151>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

MARIN, Louis. Une ville, une campagne, de loin....: paysages pascaliens. **Littérature**, 61, fev. 1986.

MARINS, Paulo César Garcez. Do Luz Cultural ao Monumenta: sobre a opção pela escala monumental na preservação de uma área de São Paulo. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; GAGLIARDI, Clarissa M. R. **Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália em discussão.** São Paulo: EDUC, 2011.

\_\_\_\_\_. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *CJ Arquitetura: Revista de arquitetura, planejamento e construção*, v.5, p. 18-20, 1978.

\_\_\_\_\_. **O objeto material como documento**. Texto de reprodução de aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas” organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, em 1980.

\_\_\_\_\_. **Revisão dos critérios de tombamento de bens móveis**. Parecer técnico, Processo CONDEPHAAT nº21239/80. São Paulo: CONDEPHAAT: jul/1980.

\_\_\_\_\_. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 1992. pp. 9-24.

\_\_\_\_\_. Tempo e modernidade. *Revista Mediações – Edição Especial*. Londrina, 1997. Pp. 57-68.

\_\_\_\_\_. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. *Estudos Históricos*, n. 21. 1998. Pp. 89-103.

\_\_\_\_\_. A paisagem como fato cultural. Em: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 29-64.

\_\_\_\_\_. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: ANDRADE, Antônio L. D. et al. **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9a SR/IPHAN, 2006, p. 33-53.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. Entrevista concedida a HEYMANN, Luciana Quillet; LACERDA, Alice Lopes de. *Estudos Históricos*. Vol. 24. Rio de Janeiro, julho/dezembro 2011.

\_\_\_\_\_. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

\_\_\_\_\_. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 36**. Patrimônio: desafios e perspectivas.n.36. 2017. Pp. 39-51.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 22*. Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-47, 1987.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRRI, Mariabatrice. **Il Codice dei beni culturali e del paesaggio**. Settecittà, 2011.

\_\_\_\_\_. **Legislazione dei Centri storici: storia, problemi, prospettive.** Servizio Universitario di Pisa, 1994.

MONNIER, Mireille. **L'urbanisme de protection: um droit au servisse du patrimoine.** Gualino, lextenso éditions, 2013.

MORAES, Carolina; GABRIEL, João. Sob Bolsonaro, Iphan vive paralisia mais longa desde antes da ditadura militar: Conselho que não se reuniu por quase dois anos é a instância máxima do órgão, que regula proteção do patrimônio artístico. **Folha de São Paulo.** Ilustrada. São Paulo, 07 de abril de 2021.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n° 22.* Rio de Janeiro, n. 22, pp108 – 122, 1987.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990.** Dissertação de mestrado – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. O Patrimônio Cultural Urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. *In: Chuva, M. (org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n° 24.* Brasília, 2011.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de Bens Tombados.** Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. p. 09.

MOURA, Mariluce. Nestor Goulart Reis Filho: Do prédio à cidade para interpretar a evolução urbana. **Revista Pesquisa.** Fapesp. Ed. 226, dezembro 2014.

MOSQUEIRA, Tatiana Meza. **Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo: Projetos urbanos e estratégias de intervenção.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Preservando a arquitetura do século XX: o Iphan entre práticas e conceitos.** Cadernos do PROARQ (UFRJ), v. 19, p. 172-193, 2013. p. 189.

\_\_\_\_\_. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *In: Anais do Museu Paulista.* São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 121-147. set. - dez. 2016. p. 124.

\_\_\_\_\_. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 205-236. jan.- abr. 2016.

NASCIMENTO, Flávia do Brito; SCIFONI, Simone. O Tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. **Revista Parc.** vol. 5 n°2 Campinas jul./dez. 2015, pp 05-09.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; CHUVA, Marcia Regina Romeiro (Org.). Estudos de Cultura Material/Dossiê: Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020.

NETO, Antônio Augusto Arantes. Antônio Augusto Arantes Neto (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 55min).

NETO, Jamile da Silva. **Nem tão moderno assim: intelectuais do Conselho Consultivo do SPHAN e do IHGB construindo patrimônio e narrando a história (1938-1966)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. **Do Tombamento às Reabilitações Urbanas: um estudo sobre a preservação no Centro Histórico de São Paulo (1970 - 2007)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

PASCAL, Blaise. Pensées, n. 65-115. *In: Oeuvres complètes*, ed. Por L. Lafuma, Paris, Seuil, 1963.

PAIVA, Marcelo Cardoso de. **Passando dos limites – o Corredor da Vitória em Salvador -BA e o IPHAN**. *In: Encontro internacional – Arquimemória 5: sobre a preservação do patrimônio edificado*. Salvador, Bahia, de 27 de novembro a 01 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **O Brasil segundo o IPHAN: A preservação do patrimônio cultural brasileiro durante a gestão de Gilberto Gil no Minc (2003-2008)**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2019.

PAIVA, Ricardo; DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. A contribuição de José Liberal de Castro à arquitetura no Ceará. **Vitruvius – revista Arquitectos**. 154.04, março de 2013.

PANE, Roberto. **Architettura e Arti Figurative**. Neri Pozza Editore in Venezia. Prima edizione: Maggio 1948.

PANE, Roberto. ANDRADE, Nivaldo (trad.). **Cidades Antigas Edifícia Nova**. Revista THÉSIS n° 4. Novembro/Dezembro, 2017.

PEREIRA, Danilo Celso. **Cidades patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2015.

PEREIRA, Julia da Rocha. **Sobrepondo valores: a construção do território de Igarassu-PE**. Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. Nestor Goulart e o Conjunto Ambiental Urbano: Narrativas de salvaguarda do patrimônio brasileiro. *In: SEMINÁRIO URBANISMO E URBANISTAS NO BRASIL Urbanistas e urbanismo moderno: trajetórias múltiplas e juízos historiográficos*, 2017. RECIFE: MDU/UFPE, 2017. v. 01.

\_\_\_\_\_. **As Narrativas de Salvaguarda dos Conjuntos Urbanos Tombados (1990-2000)**. *In: Simpósio científico - ICOMOS Brasil, 2017, Belo Horizonte. Simpósio científico 2017 - ICOMOS Brasil, 2017.*

\_\_\_\_\_. **Narrativas de Seleção e Preservação de Conjuntos Urbanos Tombados (2000-2010)**. In: Encontro internacional – Arquimemória 5: sobre a preservação do patrimônio edificado. Salvador, Bahia, de 27 de novembro a 01 de dezembro de 2017.

PESSOA, José (org.). **Lúcio Costa: Documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo**. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

PONTUAL, Virgínia; PEREIRA, Juliana Melo. As práticas do urbanismo modernista e da conservação urbana na cidade do Recife: dilemas, confrontos e o Plano de Gabaritos de 1965. **Oculum Ensaios**. Revista de arquitetura e urbanismo. Periódicos científicos da PUC – Campinas.

POULOT, Dominique. La nascita dell'idea di patrimonio in Francia tra Rivoluzione, Impero e Restaurazione. In: Catoni, Maria Luisa (org.) **Il patrimonio culturale in Francia**. Electa: Milano, 2007. p. 23. Tradução nossa.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

\_\_\_\_\_. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, nº 3. São Paulo. FAU-USP. 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a MARIUZZO, Patrícia; CHIOZZINI, Daniel. Patrimônio - **Revista Eletrônica do Iphan**. Entrevistas. Olhar ampliado. nº 2. Nov./Dez. 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart; SZMRECSANYI, Maria Irene; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Homenagem aos 80 anos do professor Nestor Goulart Reis Filho. **Revista Pós**. Depoimentos. Vol.18 n.30, São Paulo, dezembro, 2011. p. 010-032.

RODRIGUES, Marly. **Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1994.

RODRIGUES, Marly; TOURINHO, Andréa de Oliveira. Patrimônio, espaço urbano e qualidade de vida: uma antiga busca. **Oculum**. Dossiê patrimônio cultural ibero-americano. Campinas: maio-agosto, 2017. pp. 349-366.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da Cidade**. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1991.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. A cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. **Revista Projeto História n° 40**, junho de 2010. Pp. 223-257.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. Centros Históricos de Bolonha e do Porto: Lições de Reabilitação Urbana para o debate contemporâneo. In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 23, p. 40-64, jan./jul. 2017.

SAMONÁ, Giuseppe. Convegno sulla salvaguardia e il risanamento dei Centri storico-artistici. Dichiarazione finale. **Urbanistica** – Rivista trimestrale dell'Istituto Nazionale di Urbanistica n. 32, Dicembre, 1960.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1995.

\_\_\_\_\_. **A cidade-atração: a norma de preservação de centros históricos no Brasil nos anos 90**. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n° 35**. IPHAN, 2017.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia Sphan. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n° 24**, Cidadania, Iphan, n. 24, p. 77-98, 1996. p. 94.

SCHORSKE, Carl. **Fin-de-siècle Vienna, Politics and Culture**. Nova Iorque: A. A. Knopf. pp. XXI-XXII.

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty de. **Gestão das áreas de entorno de bens tombados – estudos de caso nas cidades gaúchas de Piratini e Novo Hamburgo**. Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2014.

SEPLAN-SP – Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. 1978. **Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano**. São Paulo: Ipea. Trabalho elaborado em convênio com IPEA/CNPU. Documentos, 10.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Abingdon: Routledge, 2006.

SPHAN. **Processo n° 1201 – T – 86**. SPHAN/DTC/DRD/ARQUIVO. Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Penedo – Alagoas. SPHAN, 1986.

\_\_\_\_\_. **Processo n° 1176-T-85**. Igreja da Ordem Terceira do Carmo, incluindo o seu acervo móvel, integrado e documental, em São Paulo, SP, e oito quadros do século XIX, de autoria do padre Jesuíno do Monte Carmelo, expostos no edifício conventual das irmãs de São José, em Itu, SP. SPHAN/DTC/DRD/ARQUIVO, 1985.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Historiografia do patrimônio na década de 1980? Algumas considerações. Estudos de Cultura Material/Dossiê Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.28. 2020. p. 1-21.

TELLES, Augusto C. da Silva. **Atlas dos monumentos Históricos e Artísticos do Brasil**. IPHAN, 2008.

\_\_\_\_\_. Um depoimento sobre a trajetória institucional do IPHAN. Em: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012. p.287.

THOMPSON, Analucia (org.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles. Série Memórias do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. P. 202.

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. **Zonas de conflito? Zoneamento e preservação do patrimônio cultural em São Paulo 1975-2016**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2019.

TOURINHO, Andrea de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano, cidade e memória: uma dimensão política da preservação cultural na década de 1980. In: Estudos de Cultura Material/Dossiê: Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020. p.11.

VEYNE, Paul. Foucault révolutionne l'histoire. *In: Comment on écrit l'histoire suivi de Foucault révolutionne l'histoire*. Paris: Seuil, 1978.

## **Atas do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan**

IPHAN. Ata da 138ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, 1990a.

\_\_\_\_\_. Ata da 139ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, 1990b.

\_\_\_\_\_. Ata da 140ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, 1991.

\_\_\_\_\_. Ata da Sessão de Instalação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – Primeira reunião ordinária. IPHAN, 1992a.

\_\_\_\_\_. Ata da 3ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 1992c.

\_\_\_\_\_. Ata da 6ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 1994a.

\_\_\_\_\_. Ata da 7ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 1994b.

\_\_\_\_\_. Ata da 10ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 1996.

\_\_\_\_\_. Ata da 11ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 1997a.

\_\_\_\_\_. Ata da 17ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 1999a.

\_\_\_\_\_. Ata da 23ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2000c.

\_\_\_\_\_. Ata da 25ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2000e.

\_\_\_\_\_. Ata da 26ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2000f.

\_\_\_\_\_. Ata da 28ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan. IPHAN, 2001a.

\_\_\_\_\_. Ata da 30ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2001c.

\_\_\_\_\_. Ata da 31ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2001d.

\_\_\_\_\_. Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2002c.

\_\_\_\_\_. Ata da 37ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2002e.

\_\_\_\_\_. Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2003a.

\_\_\_\_\_. Ata da 40ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. IPHAN, 2003b.

\_\_\_\_\_. Ata da 45ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. IPHAN, 2004b.

\_\_\_\_\_. Ata da 46ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. IPHAN, 2005a.

\_\_\_\_\_. Ata da 49ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. IPHAN, 2006a.

\_\_\_\_\_. Ata da 50ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural. IPHAN, 2006b.

\_\_\_\_\_. Ata da 53ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan em 2007a.

\_\_\_\_\_. Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2007c.

\_\_\_\_\_. Ata da 56ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2008a.

\_\_\_\_\_. Ata da 57ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2008b.

\_\_\_\_\_. Ata da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2008c.

\_\_\_\_\_. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2008d.

\_\_\_\_\_. Ata da 60ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2009a.

\_\_\_\_\_. Ata da 61ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2009b.

\_\_\_\_\_. Ata da 62ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2009c.

\_\_\_\_\_. Ata da 64ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2010b.

\_\_\_\_\_. Ata da 65ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2010c.

\_\_\_\_\_. Ata da 66ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. IPHAN, 2010d.

## **Entrevistas**

ORMINDO, Paulo. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Salvador, dezembro de 2017.

FILHO, Nestor Goulart. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. São Paulo, abril de 2017.

SANT'ANNA, Márcia. Em entrevista concedida Julia da Rocha Pereira. Salvador, dezembro de 2017.

## Plataformas de dados consultadas

<http://www.carvalhosa.com.br/professor-modesto-carvalhosa/>

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq30019910.htm>

<https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/05.018/3329>

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2546/presidente-do-iphan>

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa963/gilberto-ferrez>

<https://www.academia.org.br/academicos/jose-mindlin/biografia>

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8323/jose-mindlin>

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MCMCBeltr%C3%A3o.html>

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/mjguedes.html>

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/RCAbuquerque.html>

<https://www.academia.org.br/academicos/americo-jacobina-lacombe/biografia>

<https://ims.com.br/titular-colecao/francisco-iglesias>

<https://www.academia.org.br/noticias/gilberto-velho-analisou-multiplas-culturas-dentro-da-sociedade-brasileira>

<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/arnaldo-campos-dos-santos-coelho>

<https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/88905/carlos-alberto-cerqueira-lemos/>

<https://revistapesquisa.fapesp.br/braulio-ferreira-de-souza-dias-a-voz-dos-megadiversos/>

<http://www.academiamaranhense.org.br/luiz-phelipe-andres/>

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MCLFonseca.htm>

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MAROliveira.html>

<https://www.ufmg.br/copi/mendespimentel/angela-gutierrez/>

<https://www.academia.org.br/academicos/arno-wehling/biografia>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/azambuja-marcos-castrियो-de>

<https://www.academia.org.br/academicos/marcos-vinicios-rodrigues-vilaca/biografia>

<https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/55060/jorge-lucien-muenchen-martins/>

<https://www.ufmg.br/copi/medalhahonra/roque-de-barros-laraia/>

<http://portal.iphan.gov.br/quemEQuem/detalhes/35/claudia-maria-pinheiro-storino>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henry-raul>